

Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal

2025 • 2035

Conhecer para Intervir!



Ficha Técnica

Nome

Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra.

Financiamento

Câmara Municipal de Sesimbra.

Coordenação científica

João Sebastião, Luís Capucha

Coordenação operacional

Eva Gonçalves

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Sónia Cardoso Pintassilgo, João Henriques

Colaboração técnica

Departamento de Educação da Câmara Municipal de Sesimbra

Data

Fevereiro 2025

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

Índice

Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento.....	2
Enquadramento político	2
Enquadramento legislativo	3
Enquadramento teórico	6
Enquadramento metodológico	9
Capítulo 2: Diagnóstico	15
A Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação	15
Novas construções.....	16
Obras de ampliação	16
Obras de reconstrução/requalificação	18
O concelho de Sesimbra	28
História	28
Território.....	29
Sistema urbano municipal	32
Dinâmicas sociais.....	38
Dinâmica populacional.....	38
Dinâmica socioeconómica	62
Sistema educativo concelhio	84
Estabelecimentos escolares: identificação e descrição	84
Ofertas educativas e formativas	107
População escolar.....	124
Desempenho escolar.....	146
Perspetivas dos atores locais	168
Edifícios e equipamentos da rede educativa.....	168
Transportes e recursos especializados e educativos	170
Oferta educativa e formativa.....	172
Desempenho escolar.....	173
Projetos, atividades e parcerias.....	174
Possíveis linhas de ação para o futuro	175
Edifícios, equipamentos da rede educativa.....	175
Transportes e recursos especializados e educativos	176

Oferta educativa e formativa	176
Desempenho escolar.....	177
Projetos, atividades e parcerias	177
Capítulo 3: Intervenções futuras 2025-2035.....	178
Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades	178
Contexto territorial, demográfico e socioeconómico	178
Estabelecimentos, população, ofertas e desempenhos escolares	181
Dinâmicas de promoção do sucesso escolar.....	185
Um Concelho, Um Projeto!.....	188
Visão.....	188
Missão	188
Princípios.....	188
Prioridades, Objetivos, Ações.....	190
Intervenções futuras – 2025-2035.....	199
Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos	201
Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas	205
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar.....	213
Eixo 4 – Sesimbra Educar em Rede – <i>Conhecer para Intervir!</i>.....	219
Divulgação do progresso da Carta Educativa	222
Enquadramento na Política Municipal, Regional, Nacional e Internacional.....	223
Política integrada do Município.....	223
Convergência com Região	225
Convergência com cenário Nacional e Internacional	227
Anexos	229
Anexo 1 – Intervenção na Rede Pública / Eixo 1	229
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho/Ampliação).....	230
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho/Requalificação)	231
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica e Secundária Michel Giacometti)	232
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica do Casal do Sapo).....	233
Intervenções na Rede Escolar (Escola Secundária de Sampaio/Pavilhão Desportivo)	234
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica da Boa Água)	235
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica Maria do Carmo Serrote)	236
Intervenções na Rede Escolar (Escola Secundária de Sampaio).....	237
Intervenções na Rede Escolar (Escola Básica do Castelo).....	238
Anexo 2 – Alteração MARE 2025/2026 – Pólo do Conde 2	239
Pronúncia do Agrupamento de Escolas da Boa Água e do Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote	239
Ficha MARE – Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância do Pólo do Conde 2.....	240

Índice de tabelas

<i>Tabela 1: População residente nos momentos censitários 2001, 2011 e 2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos</i>	39
<i>Tabela 2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos</i>	40
<i>Tabela 3: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011, 2021, Concelho de Sesimbra por freguesias</i>	42
<i>Tabela 4: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Concelho de Sesimbra por freguesias</i>	42
<i>Tabela 5: Freguesias de Sesimbra em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)</i>	43
<i>Tabela 6: Proporção de população das freguesias no conjunto da população do concelho de Sesimbra (%), 2021</i>	44
<i>Tabela 7: Densidade populacional (Pop./km²), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021</i>	45
<i>Tabela 8: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021</i>	48
<i>Tabela 9: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021</i>	48
<i>Tabela 10: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total concelho de Sesimbra</i>	51
<i>Tabela 11: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2021 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia e concelho, Sesimbra</i>	53
<i>Tabela 12: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 2001, 2009-2021</i>	55
<i>Tabela 13: População por grupos etários escolares e população total (n.º), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021</i>	58
<i>Tabela 14: População por grupos etários escolares (% do total), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021, Proporção da população total (%) das freguesias no total do concelho de Sesimbra, 2021</i>	59
<i>Tabela 15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e AML, por cenários</i>	59
<i>Tabela 16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário central, AML, 2021, 2023, 2028, 2033</i>	60
<i>Tabela 17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário central AML, 2021, 2023, 2028, 2031</i>	60
<i>Tabela 18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário central, AML, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031</i>	60
<i>Tabela 19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2023</i>	60
<i>Tabela 20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2028</i>	61
<i>Tabela 21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2033</i>	61
<i>Tabela 22: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021</i>	63

<i>Tabela 23: Número de PMEs e de Grandes Empresas, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021</i>	63
<i>Tabela 24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021</i>	64
<i>Tabela 25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, na AML e no Continente, 2021</i>	65
<i>Tabela 26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021</i>	67
<i>Tabela 27: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, na AML e no Continente, 2021</i>	68
<i>Tabela 28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, na AML e no Continente, 2019 (%)</i>	70
<i>Tabela 29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, na AML e no Continente, 2019 (%)</i>	71
<i>Tabela 30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, na AML e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)</i>	72
<i>Tabela 31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, na AML e no continente (%), 2001, 2011 e 2021</i>	72
<i>Tabela 32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, na AML e no continente (%), 2001, 2011 e 2021</i>	74
<i>Tabela 33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2019-2021</i>	75
<i>Tabela 34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2018-2021</i>	76
<i>Tabela 35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2018-2020</i>	77
<i>Tabela 36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no na AML e no continente, 2001, 2011, 2021</i>	78
<i>Tabela 37: Taxas de atividade segundo os censos (%), no concelho, na AML e no continente, 2001, 2011, 2021</i>	78
<i>Tabela 38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, na AML e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)</i>	79
<i>Tabela 39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)</i>	79
<i>Tabela 40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)</i>	80
<i>Tabela 41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)</i>	80
<i>Tabela 42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede pública, 2022/2023</i>	88
<i>Tabela 43: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede privada, 2022/2023</i>	89
<i>Tabela 44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas da rede pública, 2022/2023</i>	93
<i>Tabela 45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas da rede privada, 2022/2023</i>	94
<i>Tabela 46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho da rede pública, 2022/2023</i>	95

Tabela 47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho da rede privada, 2022/2023	96
Tabela 48: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações da rede pública, 2022/2023	97
Tabela 49: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações da rede privada, 2022/2023	98
Tabela 50: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores da rede pública, 2022/2023	99
Tabela 51: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores da rede privada, 2022/2023	100
Tabela 52: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações da rede pública, 2022/2023	101
Tabela 53: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações da rede privada, 2022/2023	102
Tabela 54: Avaliação geral do estado dos edifícios da rede pública, 2022/2023	103
Tabela 55: Avaliação geral do estado dos edifícios da rede privada, 2022/2023	104
Tabela 56: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares da rede pública, 2022/2023	106
Tabela 57: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares da rede privada, 2022/2023	107
Tabela 58: Número de crianças inscritas em Berçário e Creche, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	109
Tabela 59: Número de crianças inscritas em Pré-escolar da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	110
Tabela 60: Número de alunos inscritos em Pré-escolar da rede privada, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	110
Tabela 61: Número de alunos inscritos no 1º ciclo da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	111
Tabela 62: Número de alunos inscritos no 1º ciclo da rede privada, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	112
Tabela 63: Número de alunos inscritos no Ensino Básico (2º e 3º ciclo) e Ensino Secundário da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023	113
Tabela 64: Número de alunos inscritos no Ensino Secundário da rede pública, por via de ensino cursos e escola, 2022/2023	114
Tabela 65: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI, % sobre o total de alunos por ciclo de ensino, dados para o concelho de Sesimbra, 2022/2023	117
Tabela 66: Beneficiários de Ação Social Escolar, por agrupamento de escola e por ciclo/nível de ensino, 2022/2023	120
Tabela 67: Número de alunos que beneficiaram de Refeições Escolares e Transporte Escolar, 2022/2023	120
Tabela 68: Valores atribuídos pela Câmara Municipal de Sesimbra aos agrupamentos de escolas para comparticipação na alimentação, aquisição de material escolar e subsídio de visitas de estudo de alunos com escalão A e B do abono de família, ao nível do 1º ciclo, 2022/2023	121
Tabela 69: Crianças em Creche, Berçário e Pré-Escolar/alunos por nível educação/escolaridade e por entidade/estabelecimento escolar (N), 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	129
Tabela 70: Docentes por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar (N) e Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	137
Tabela 71: Outros profissionais por tipo (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	142
Tabela 72: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, do 1º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	147

<i>Tabela 73: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso, Índices (média nacional comparável = 100) e declives face à média nacional, do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	148
<i>Tabela 74: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo</i>	149
<i>Tabela 75: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo</i>	150
<i>Tabela 76: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022</i>	150
<i>Tabela 77: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	151
<i>Tabela 78: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo</i>	153
<i>Tabela 79: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo</i>	154
<i>Tabela 80: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e declives face à média concelhia, do 3º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022</i>	154
<i>Tabela 81: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	155
<i>Tabela 82: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo</i>	156
<i>Tabela 83: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo</i>	157
<i>Tabela 84: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022</i>	158
<i>Tabela 85: Médias de Classificações externas (CE), Índices (média nacional = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022</i>	159
<i>Tabela 86: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Científico-humanísticos, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	160
<i>Tabela 87: Índices das médias CI (2021/2022), das médias CE (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos</i>	161
<i>Tabela 88: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos</i>	162
<i>Tabela 89: Médias de Classificações internas (CI) dos Cursos Profissionais, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022</i>	163
<i>Tabela 90: Taxas de conclusão, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	163
<i>Tabela 91: Taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	164
<i>Tabela 92: Taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	165
<i>Tabela 93: Taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021</i>	166
<i>Tabela 94: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1 (parte 1)</i>	203
<i>Tabela 95: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1 (parte 2)</i>	204

<i>Tabela 96: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 1)</i>	208
<i>Tabela 97: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 2)</i>	209
<i>Tabela 98: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 3)</i>	210
<i>Tabela 99: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 4)</i>	211
<i>Tabela 100: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 5)</i>	212
<i>Tabela 101: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 1)</i>	216
<i>Tabela 102: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 2)</i>	217
<i>Tabela 103: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 3)</i>	218
<i>Tabela 104: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 4</i>	221
<i>Tabela 105: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal</i>	223
<i>Tabela 106: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Região</i>	225
<i>Tabela 107: Articulação entre Objetivos Estratégicos e o cenário Nacional e Internacional</i>	227

Índice de gráficos

Gráfico 1: Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho, na AML e no Continente, 2019-2022 (€)	33
Gráfico 21: Densidade de alojamentos familiares por km ² , no concelho, na AML e no Continente, 2019-2021	34
Gráfico 3: Número médio de alojamentos familiares por km ² , por freguesia, 2021	34
Gráfico 4: Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar, no concelho e por freguesia, 2016-2021	35
Gráfico 5: Número de estabelecimentos escolares do ensino não superior, por natureza institucional e por nível de ensino, no concelho, 2016/2017-2021/2022	36
Gráfico 6: Transporte utilizado nos movimentos pendulares (%), no concelho, 2011 e 2021	37
Gráfico 7: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011, 2011-2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos	41
Gráfico 8: Pirâmide etária (%) Quinta do Conde, 2021	46
Gráfico 9: Pirâmide etária (%) Castelo, 2021	46
Gráfico 10: Pirâmide etária (%) Santiago, 2021	47
Gráfico 11: Pirâmide etária (%) Sesimbra, 2021	47
Gráfico 12: Índice de Envelhecimento (%), por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2021	49
Gráfico 13: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2021	50
Gráfico 14: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCi (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total do concelho de Sesimbra	51
Gráfico 15: Nados-vivos (N), concelho de Sesimbra, 1995-2021	54
Gráfico 16: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 2001, 2009-2021	56
Gráfico 17: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 1995-2021	56
Gráfico 18: Percentagem de empresas por setor de atividade económica, no concelho, 2021	66
Gráfico 19: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2021	69
Gráfico 20: Empresas não financeiras com menos de 10 trabalhadores, no concelho, na AML e no Continente, 2021 (%)	69
Gráfico 21: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, nos concelhos, na AML e no Continente, 2019 (%)	71
Gráfico 22: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, na AML e no continente, 2017, 2018 e 2019 (€)	81
Gráfico 23: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, na AML e no continente (%), 2021	82
Gráfico 24: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, na AML e no continente (%), 2021	83
Gráfico 25: Número de formação por modalidades de formação, 2018-2023	115
Gráfico 26: Níveis de escolaridade certificados, 2018-2023	116
Gráfico 27: Total de crianças/alunos (N) na rede pública e na rede privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	124

Gráfico 28: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede pública e privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	125
Gráfico 29: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede pública, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	126
Gráfico 30: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	126
Gráfico 31: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede pública, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	127
Gráfico 32: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede privada solidária, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	128
Gráfico 33: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede privada lucrativa, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	128
Gráfico 34: Alunos sem Ação Social Escolar (%), por Unidade Orgânica na rede pública, 2022/2023	130
Gráfico 35: Escolaridade média dos Encarregados de Educação (anos), por Unidade Orgânica nas redes pública e privada, 2022/2023	132
Gráfico 36: Alunos e Encarregados de educação por naturalidade (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	134
Gráfico 37: Alunos por concelho de residência (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	136
Gráfico 38: Docentes por sexo (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	138
Gráfico 39: Docentes por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	139
Gráfico 40: Docentes por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	140
Gráfico 41: Número médio de alunos por docente (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	141
Gráfico 42: Outros profissionais por sexo (%), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023	143
Gráfico 43: Outros profissionais por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023	143
Gráfico 44: Outros profissionais por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, na rede pública (N), 2022/2023	144
Gráfico 45: Número médio de alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação (N), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023	145
Gráfico 46: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas do 1º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	147
Gráfico 47: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	148
Gráfico 48: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo	149
Gráfico 49: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	151
Gráfico 50: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	152
Gráfico 51: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo	153
Gráfico 52: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e declives face à média regional das médias de classificações internas do 3º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	155
Gráfico 53: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	156
Gráfico 54: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo	157

Gráfico 55: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	158
Gráfico 56: Progressão dos Índices (média nacional = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações externas dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	159
Gráfico 57: Diferenças entre CE e CI, nos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	159
Gráfico 58: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso dos Cursos Científico-humanísticos, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	160
Gráfico 59: Relação entre Índices de CI e de CE (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos	161
Gráfico 60: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de conclusão dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	164
Gráfico 61: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	165
Gráfico 62: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	166
Gráfico 63: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	167

Índice de figuras

Figura 1: Modelo de planeamento estratégico participado CIES-IUL	9
Figura 2: Estratégia metodológica "multimétodo"	10
Figura 3: Análise SWOT	11
Figura 4: Inserção territorial do concelho	29
Figura 5: Modelo territorial do PROT-AML, 2002	30
Figura 6: Rede rodoviária do concelho de Sesimbra	31
Figura 7: Rede de transportes públicos do concelho de Sesimbra	32
Figura 8: Localização dos estabelecimentos escolares da rede pública do concelho de Sesimbra	84
Figura 9: Localização dos estabelecimentos escolares da rede privada do concelho de Sesimbra	86
Figura 10: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico	180
Figura 11: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares	184
Figura 12: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar	186
Figura 13: Esquema teórico do Eixo 1	192
Figura 14: Esquema teórico do Eixo 2	194
Figura 15: Esquema teórico do Eixo 3	196
Figura 16: Esquema teórico do Eixo 4	198

Introdução

O projeto *Revisão da Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* (CE/PEEM de Sesimbra) resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa). O objetivo é, tal como o nome indica, atualizar a Carta Educativa do concelho, enquanto instrumento de planeamento prospetivo dos estabelecimentos escolares e das ofertas educativas e formativas e, em simultâneo, instrumento de planeamento estratégico de promoção da igualdade de oportunidades e da coesão social.

A presente Carta Educativa posiciona-se como um documento autónomo, produzido a partir das informações recolhidas sobre o concelho de Sesimbra em fontes estatísticas, documentais e a partir de auscultações realizadas junto dos atores locais, e regularmente sujeito às validações das entidades locais e às decisões da Câmara Municipal de Sesimbra.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), de maio de 2021, intitulada “Carta Educativa. Guião para Elaboração” e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todas as informações indicadas como necessárias. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho do CIES-Iscte, e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como os dados se encontravam organizados.

O documento *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* está organizado em três Capítulos. No Capítulo 1 expõe-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico e metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa do CIES-Iscte.

O Capítulo 2 contém o estudo de Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, apresenta-se depois o concelho em termos históricos e territoriais, analisam-se as dinâmicas sociais, demográficas e socioeconómicas e sistematiza-se o conjunto de informações, o mais completo possível, sobre a rede educativa, pública e privada, do concelho de Sesimbra.

No Capítulo 3, surge o resumo do estudo de diagnóstico organizado em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, identifica-se a visão, missão e objetivos e princípios políticos que a Câmara Municipal de Sesimbra definiu para os próximos 10 anos; descrevem-se os esquemas teóricos de enquadramento dos Objetivos Estratégicos e expõem-se as intervenções futuras, e respetivas metas e indicadores de monitorização, que decorrem do diagnóstico e da visão para a educação no concelho. Por fim, analisa-se o enquadramento dos Objetivos Estratégicos definidos para os próximos 10 anos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1: Enquadramento

O plano de trabalho para este estudo foi construído com base numa linha orientadora que inicia num quadro legislativo específico e que continua num enquadramento teórico e metodológico, que se explicam de seguida. No entanto, o Capítulo 1 inicia com o enquadramento político da Câmara Municipal de Sesimbra para a área da educação.

Enquadramento político

A *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* (CE/PEEM) para 2025-2035 são elaborados num contexto de grande relevância histórica, coincidindo com as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Este marco reforça os valores da democracia e da inclusão, fundamentais na conceção deste documento estratégico, reafirmando o compromisso com a escola pública e defendendo o acesso universal e equitativo à educação, imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa.

A educação, reconhecida como um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição da República Portuguesa, assume uma posição central no desenvolvimento pessoal e social em todos os territórios e tal como definido pela UNESCO, é o alicerce para a construção da paz e o impulso para o desenvolvimento sustentável. O Município de Sesimbra procura assegurar a igualdade do acesso e sucesso escolar a todos os alunos, o que passa indiscutivelmente pela existência de uma rede educativa que garanta as condições adequadas ao processo de ensino/aprendizagem em todas as suas dimensões.

Este documento pretende refletir a adoção de medidas que visam resolver os problemas e carências diagnosticados na rede educativa e responder aos novos desafios, contribuir para o acesso a uma educação de qualidade e garantir que “Ninguém fica para trás” através de políticas municipais dirigidas à renovação e qualificação do parque escolar, no qual existem infraestruturas educativas com problemas profundos de degradação e em sobrelotação, a disponibilização de recursos educativos, didáticos e tecnológicos, e no desenvolvimento de projetos que integram práticas inovadoras e de diferenciação pedagógica, que visam reduzir o abandono escolar e aumentar o sucesso educativo, através de um trabalho realizado com a colaboração das famílias e em articulação com as entidades que direta ou indiretamente intervêm no desenvolvimento educacional.

A educação em Sesimbra é considerada um alicerce fundamental para o desenvolvimento da comunidade. No contexto em que esta Carta Educativa foi elaborada, não se pode deixar de fazer referência ao processo de descentralização de competências na área da educação, através do qual o Município de Sesimbra assumiu a gestão de um parque escolar com muitas fragilidades, num processo que correspondeu à transferência de um conjunto de encargos, mas cujas verbas transferidas foram e são manifestamente insuficientes para assegurar a sua devida manutenção e as melhorias desejadas. Face a esta realidade, o Município viu-se obrigado a utilizar recursos próprios para suprir as necessidades mais prementes. Este documento reflete, o compromisso futuro de transformar os desafios em oportunidades, com vista à melhoria contínua das condições para o bom funcionamento do sistema educativo concelhio.

A CE/PEEM foi elaborada com uma elevada participação de elementos da comunidade educativa de Sesimbra, procurando-se assegurar que todos se sintam representados de forma democrática, potenciando a colaboração entre as escolas, o tecido empresarial e a comunidade em geral, promovendo uma maior integração e o envolvimento das famílias no processo educativo do concelho de Sesimbra.

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de transferência de competências da administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as autarquias, um movimento que foi desenvolvido sobretudo nas últimas décadas, concretizou-se em todo o território nacional no ano de 2022.

Por via do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 janeiro, o Município de Sesimbra recebeu as “novas” competências a 1 de abril 2022, antecipando grandes dificuldades e insuficiência de meios para fazer face ao alargamento de responsabilidades, nomeadamente no que respeita ao pacote financeiro associado, francamente parco e sujeito a um circuito dominante, e difícil de gerir, encontrando-se o normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho, a ser garantido e assegurado, em grande parte, por via do orçamento municipal.

O Município encarou esta circunstância com toda a responsabilidade, num trabalho de parceria com os agrupamentos de escolas, o qual já se mostrava facilitador na gestão escolar diária, permitindo que a transição fosse mais pacífica e bem-sucedida, tendo sido enviados todos os esforços, quer em termos financeiros quer operacionais, para responder a este enorme desafio.

Em pouco tempo transitaram cerca de 300 novos trabalhadores (pessoal não docente) para o quadro da câmara municipal provenientes do Ministério de Educação, e abriram-se concursos para suprimir a carência de recursos humanos das escolas. A principal preocupação foi proceder à migração dos novos trabalhadores sem qualquer prejuízo para os mesmos, sendo que o processo relativo ao pagamento do vencimento no primeiro mês de transição decorreu sem quaisquer problemas, sobretudo devido a um grande investimento em novas plataformas digitais. No entanto, muitos aspetos foram e têm sido alvo de melhoria constante, como por exemplo, o facto dos trabalhadores da câmara municipal estarem abrangidos por um contrato coletivo de trabalho, que os trabalhadores das escolas não tinham através do Ministério da Educação; assim, e desde o primeiro momento, foi intenção do Município acautelar junto destes novos trabalhadores os mesmos benefícios que assegura aos demais, tais como o acesso a ações de formação, medicina no trabalho, entre outros.

Às dezasseis escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância da rede pública, que até então estavam sob gestão municipal, juntaram-se as escolas do 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário. São mais seis edifícios escolares, alguns com necessidade de intervenção urgente e/ou muito urgente, quer pela necessidade de adequação do parque escolar à evolução sociodemográfica da população residente no concelho, quer devido à sua degradação física, considerando não terem sido alvo de intervenções nas últimas décadas (também pelas ineficiências em termos de limitações de espaço face aos grupos ou turmas de alunos em supranumerário e/ou pela necessidade de estruturação de alguns espaços escolares), não dispondo por isso de condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem regular a escola pública em prol do desempenho educativo e inclusivo.

No que respeita à vertente operacional, envidaram-se esforços para que as escolas continuassem a funcionar dentro da normalidade. Procedeu-se à celebração de contratos de delegação de competências com as direções dos agrupamentos de escolas, nos quais se definiram áreas por agrupamento, em que a respetiva execução ficou ao encargo do respetivo Diretor(a), considerando a proximidade, o conhecimento do seu território e a experiência adquirida, fatores que consubstanciaram a agilização de questões diárias e de gestão corrente ao nível dos recursos humanos e recursos materiais, sendo que a relação que a autarquia já tinha com os agrupamentos, pelo seu histórico, permitiu realizar esta transferência de competências de uma forma articulada, concertada e o mais tranquila possível.

No conjunto das novas competências, à dinamização da Escola a Tempo Inteiro, à contratação de serviços ao nível dos circuitos especiais de transporte para alunos com necessidades educativas específicas e à gestão dos refeitórios escolares, que até então se circunscrevia ao fornecimento de refeições na educação Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, acresceu o referido fornecimento ao 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, dos agrupamentos escolares.

Tratam-se de apoios essenciais às famílias, e que não se esgotam por aqui, pois há um conjunto de outros apoios que o Município vinha já a conceder antes deste processo, nomeadamente e como exemplo, ao nível da ação social escolar, por via da atribuição de um subsídio aos agrupamentos de escolas, para aquisição de material escolar e apoio em visitas de estudo, aos alunos posicionados nos 1.º e 2.º escalões de abono de família, ou outro tipo de apoios que visam a dinamização de projetos que estão a ser desenvolvidos nas escolas para o combate ao abandono/absentismo escolar e para a promoção do sucesso educativo, a inclusão e equidade na educação.

De referir, no entanto, que o maior desafio e principal preocupação no âmbito da transferência de competências, foi efetivamente a componente financeira, ou seja, além da gestão da competência, o financiamento para essa execução desde logo, se afigurou como substancialmente insuficiente, para fazer face às responsabilidades que o Município iria assumir, bem como as despesas inerentes às mesmas.

Apesar da celebração do acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Administração Central, as verbas que foram retificadas ficaram, ainda assim, muito aquém das necessidades reais das escolas.

A publicação progressiva de normativos legais (Portarias, Despachos, Resoluções de Conselho de Ministros e/ou outros) tem vindo a regular, bem como, a clarificar questões implícitas no processo, o que demonstra que, por parte da Administração Central, a transferência de competências carece ainda de ajustamentos face à conjuntura atual.

De salientar que em 2024, a educação volta a ser contemplada com a maior fatia do orçamento da câmara municipal de Sesimbra, na qual se inclui a prossecução dos trabalhos de obra de ampliação da Escola Básica

Navegador Rodrigues Soromenho, a resposta à necessidade contínua de requalificação e ampliação do parque escolar e aos restantes apoios à comunidade escolar, entre os quais, recursos humanos, transportes, alimentação ou Escola a Tempo Inteiro, confirmando a prioridade dada a esta área e aos compromissos assumidos, no âmbito da transferência de competências e aos apoios concedidos à comunidade educativa.

Não obstante todos os constrangimentos, o Município de Sesimbra continua a envidar todos os esforços para proporcionar as melhores condições, por um lado ao nível do parque escolar contribuindo para a sua adequação funcional, e por outro, ao nível dos serviços prestados com vista à satisfação das necessidades educativas atuais e futuras de quem estuda e trabalha no concelho de Sesimbra.

O sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município” (n.º 1, art.º 10º do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro), ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que abaixo citamos:

“1 – A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação Pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 – A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 – A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 – A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 – A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa” (art.º 6, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) com a política territorial do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas..

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, a caracterização demográfica e socioeconómica do concelho e projeções de desenvolvimento demográfico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação (CME), depois submetida, juntamente com o parecer positivo do CME, ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8.º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (n.º 4, art.º 14 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro). A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (de educação Pré-escolar e do Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma); e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação Pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos, tais como:

- O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, que assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular, as escolas, com um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos.

-A Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do Ensino Secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Sesimbra, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, coloca também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na sequência do exposto no enquadramento legislativo, é necessário considerar que se trata de redigir um documento de planeamento estratégico, para um período de vigência de 10 anos. Tendo em conta esse objetivo, optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planear é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é “operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as ações necessárias à projeção estruturada e organizada de uma mudança

face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7).¹

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003).² A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado, o que, por sua vez, supõe o envolvimento dos vários interessados, e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998).³ Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009)⁴ pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979),⁵ envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequável à elaboração de documentos municipais, e mesmo intermunicipais, de planeamento estratégico.

Porém, é preciso contemplar que um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança que deve ser negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção e possíveis

1 Capucha, L. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

2 Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

3 Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

4 Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa: Almedina.

5 Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

percursos de mudança mais eficazes e eficientes e, também, flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma (Capucha, 2008).

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribui, dessa forma, para a existência de um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como, potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

Face ao exposto, o processo de elaboração da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* assenta na metodologia do Planeamento Estratégico Participado que a mesma equipa de investigadores tem vindo a desenvolver, com base nas teorias expostas anteriormente de forma resumida.

A primeira etapa do processo passa, então, pela realização de um Diagnóstico (ver figura em baixo) que produza conhecimento sobre a realidade existente de forma a identificar quais as fragilidades a resolver e quais as ações a traçar de forma mais realista, mesmo que ambiciosa, a mudança desejada. A metodologia de planeamento estratégico participado prevê que desde a primeira etapa os atores locais sejam incluídos no processo, não apenas como complemento do estudo de diagnóstico, mas também, e talvez seja isto o mais importante, para identificar quais as vantagens e as fragilidades para quem vive, trabalha e/ou estuda na região e no concelho, potenciar redes de colaboração no futuro e fomentar uma melhor gestão, e partilha de recursos.

Por isso, a *Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* é um documento que se sustenta em conhecimento produzido por uma equipa de investigadores do CIES-IUL (Iscte), e com a colaboração técnica do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Sesimbra, sobre a área da educação no território com base em informações recolhidas em diversas fontes e que se dividem em dois grandes conjuntos: i) informações concretas sobre as características da população em geral, da população escolar e das escolas da rede pública e privada localizadas no Município; ii) perceções de atores locais sobre o seu concelho e respetivas escolas, parceiros, alunos, famílias e profissionais; sobre as prioridades de melhoria para os agrupamentos de escolas, sobre o contexto pandémico que trouxe novos desafios à educação e sobre o novo ator que atualmente desempenha papéis localmente, a autarquia.

Figura 1: Modelo de planeamento estratégico participado CIES-IUL



Fonte: Construção própria.

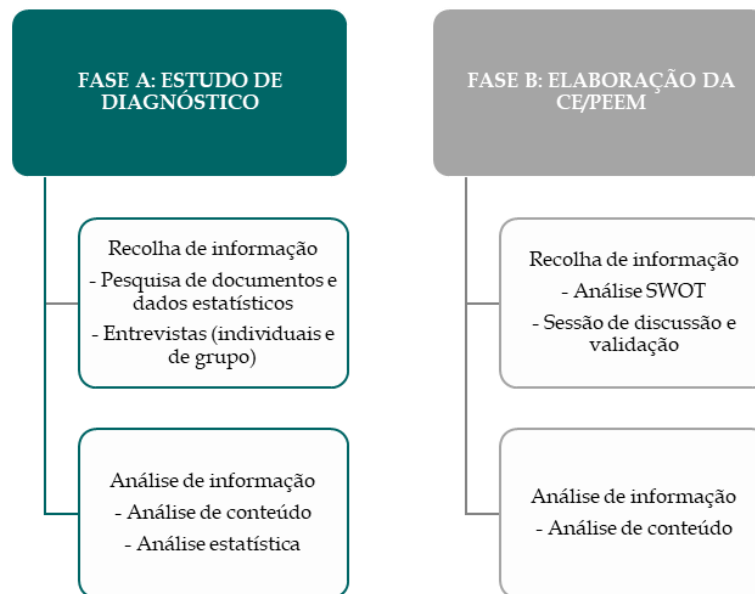
O caminho para a mudança inicia-se com a identificação clara dos problemas a resolver e/ou das necessidades a prover numa primeira etapa; passa depois pela identificação dos objetivos a concretizar a longo prazo, objetivos que devem ser definidos de forma rigorosa e com clareza quanto ao que se pretende atingir. Numa terceira etapa há que organizar os objetivos tendo em conta as pré-condições necessárias à sua concretização, ou seja, tornar claro o caminho a percorrer para atingir os resultados esperados. E na quarta etapa identificar as intervenções a implementar para concretizar o caminho desenhado.

Enquadramento metodológico

A equipa opta por articular as etapas com base no conhecimento científico que produz na fase de diagnóstico em que aplica uma estratégia metodológica "multimétodo" e em que se recolhem os dados objetivos necessários e as perceções de vários atores locais e que nos dão conta do enquadramento e das missões que os mesmos atribuem aos documentos estratégicos.

O diagnóstico ajuda-nos a identificar as prioridades de melhoria, ou seja, a identificar os principais problemas a resolver, e também os mais referenciados pelos vários atores locais, que são depois transformados em objetivos estratégicos de acordo com as tomadas de decisão das entidades locais. Definidos os objetivos estratégicos, procedemos à sua decomposição em várias ações hierarquizadas e, por fim, à calendarização de todas as ações identificando os responsáveis pela sua implementação e monitorização/avaliação.

Figura 2: Estratégia metodológica "multimétodo"



Fonte: Construção própria.

O estudo irá seguir uma estratégia metodológica “multimétodo” que prevê a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas e a triangulação dos dados obtidos pois é, na nossa ótica, uma forma de minimizar algumas das limitações das estatísticas disponíveis, assim como a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo do trabalho de campo, e de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados. A figura 2 ilustra quais as técnicas de recolha e de análise de informação utilizadas: i) Pesquisa e análise documental e ii) Pesquisa e análise de dados estatísticos sobre o território e sobre as respostas educativas locais; iii) Auscultações, por via de entrevistas individuais e de grupo; e, por último, a iv) dinamização de sessão de validação, com vários atores locais, de apresentação e discussão de resultados do estudo de diagnóstico e definição de objetivos para a *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*.

As entrevistas a aplicar seguiram o modelo de entrevistas semi-dirigidas respondendo, dessa forma, à necessidade de questionar os atores sobre dimensões de análise geralmente mobilizadas em trabalhos de elaboração de Cartas Educativas. Embora mantendo níveis de liberdade e de autonomia de resposta por parte dos inquiridos mediante as suas reflexões (Ghiglione e Matalon, 1993),⁶ o guião permite uma necessária normalização de perguntas que potencia uma análise comparada entre agentes (Bardin, 2011)⁷ e retirar conclusões que possam ser mais facilmente sistematizáveis e comparadas com os resultados das outras análises. Considera-se este instrumento, da entrevista semi-dirigida, o mais adequado para recolher opiniões e perceções, em profundidade, dos atores.

⁶ Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.

⁷ Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70.

Os discursos produzidos pelos atores auscultados durante as entrevistas foram analisados através da técnica da análise de conteúdo e recorrendo ao programa informático Maxqda que permite uma melhor e mais fácil sistematização dos discursos recolhidos. Esta comparação substitui a necessidade de realizar entrevistas até ao ponto de saturação da informação (Guerra, 2006).⁸ A análise de conteúdo é a mais adequada para realizar “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986: 104),⁹ de acordo com as dimensões de análise.

A sessão de validação para a discussão sobre os resultados do estudo de diagnóstico e sobre as prioridades de melhoria para os dez anos de vigência da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*, a transformar em objetivos estratégicos deste documento, é um passo crucial, quer para concretizar a participação dos atores locais na definição de uma estratégia educativa municipal, quer para garantir uma melhor mobilização da comunidade no processo de concretização daquele documento estratégico. Essa sessão destina-se a melhorar o estudo de diagnóstico, encontrar consensos relativamente às prioridades de melhoria e definir objetivos estratégicos e ações que sejam concertados entre os vários atores locais como parte da estratégia regional a implementar.

Na segunda fase do projeto, para a redação da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*, ao pretender criar objetivos estratégicos que promovam o desenvolvimento educativo, e consequentemente socioeconómico e cultural do território, o plano de trabalho implica uma natureza de monitorização das ações desenvolvidas, logo, da performance das várias entidades promotoras e das escolas, que se pode designar como uma gestão por objetivos (Caldeira, 2015).¹⁰ Este autor, considera como uma das grandes vantagens deste tipo de gestão o processo de clarificação das prioridades com base no conhecimento científico construído a partir do diagnóstico, e em conjugação com a missão e código deontológico de quem vai agir, ou seja, do promotor do plano de ação.

A análise SWOT (ver figura 3), assim designada a partir das palavras que lhe dão origem – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – descrita pela primeira vez por autores da Escola de Harvard (Helms e Nixon, 2010),¹¹ consolidou-se como uma ferramenta adequada ao planeamento estratégico por facilitar o processo de sistematização do conhecimento produzido na fase do diagnóstico, através da identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos inerentes ao que está a ser avaliado; e as oportunidades e ameaças do meio envolvente.

A leitura cruzada dos quatro quadrantes (figura 3) permite entender como os pontos fortes podem ser mobilizados para aproveitar as oportunidades e como os pontos fracos podem atrasar ou ampliar as ameaças à educação na região e nos concelhos (Idem).

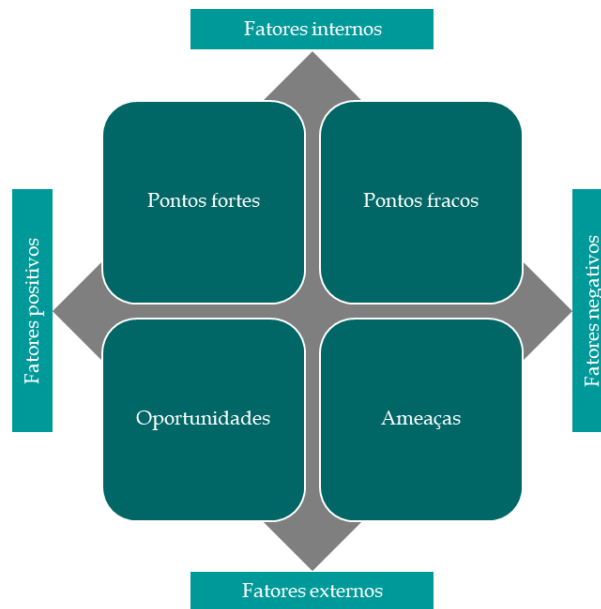
Figura 3: Análise SWOT

8 Guerra, I.C., (2006). Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia Editora.

9 Vala, J. (1986). “A Análise de Conteúdo”. Em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento, p. 101-128.

10 Caldeira, J. (2015). Guidelines para a elaboração do plano estratégico – Boas práticas no setor público, Lisboa; Estratégia Elementar Books.

11 Helms, M.M. e Nixon, J. (2010). “Exploring SWOT analysis – where are we now? A review of academic research from the last decade”. Em Journal of Strategy and Management. vol. 3 n. 3, p. 215-251.



Fonte: Helms e Nixon, 2010.

O plano de trabalho foi executado em diálogo permanente com os atores locais pela importância de manter uma lógica participativa, promovendo o envolvimento tão ativo quanto possível de todas as partes interessadas e, em simultâneo, o desenvolvimento de uma componente mais “pericial”, que permita uma ampla e diversificada recolha de informação e de perspetivas, interesses e posições dos agentes envolvidos, de forma direta e indireta, no sistema de educação e formação de Sesimbra. Nesse âmbito, recolheram-se informações junto das seguintes fontes:

1. Recolha, análise e sistematização de dados objetivos para caracterização do território, demográfica (e projeções demográficas) e socioeconómica do concelho recorrendo a bases de dados nacionais (por exemplo, a PORDATA e o INE) e a documentos da Câmara Municipal:

- Estudos de Caracterização do PDM (componente histórica e social);
- Plano de Mobilidade e Transportes;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS);
- Estudo de Mobilidade Interurbana;
- Diagnósticos Sociais;
- Cartas de Equipamentos (educativas, sociais...);
- Projeto Educativo Concelhio;
- Outros considerados pertinentes.

2. Recolha, análise e sistematização de dados objetivos para caracterização dos edifícios escolares, da rede de ofertas educativas e formativas, da população escolar e do desempenho escolar, através do

preenchimento de uma Ficha de Caracterização por cada uma das Unidades Orgânicas (FCUO) - agrupamentos de escolas, pela Escola Profissional e por cada estabelecimento da rede privada, solidária e lucrativa.

3. Realização das auscultações para aferir as perceções sobre as vantagens e as fragilidades, assim como sobre as prioridades de melhoria da educação no concelho de Sesimbra, nomeadamente,

- Aplicação de 7 Entrevistas individuais com:
 - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (enquanto responsável pelo pelouro da educação);
 - Diretor do Agrupamento¹² de Escolas Maria do Carmo Serrote;
 - Diretor do Agrupamento de Escolas da Boa Água;
 - Diretor do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti;
 - Diretora do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho;
 - Diretor do Agrupamento de Escolas de Sampaio;
 - Coordenadora da Escola Profissional Agostinho Roseta (Polo de Sesimbra).
- Aplicação de 12 Entrevistas de grupo, com elevadas taxas de participação (entre os 50% e os 100% de participantes convidados), com:
 - Representantes de alunos dos agrupamentos de escolas e da Escola Profissional Agostinho Roseta;
 - Representantes de encarregados de educação dos agrupamentos de escolas e da Escola Profissional Agostinho Roseta;
 - Representantes dos profissionais não docentes dos agrupamentos de escolas e da Escola Profissional Agostinho Roseta;
 - Representantes das escolas da rede privada lucrativa e solidária;
 - Representantes das entidades com oferta de educação para adultos;
 - Representantes das entidades com oferta especializada para crianças e jovens com necessidades educativas específicas e com docentes e técnicos das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva/Centros de Apoio à Aprendizagem,
 - Representantes de outras entidades parceiras na área da educação indicadas pela Câmara Municipal de Sesimbra (Juntas de Freguesia, Empresas, Movimento Associativo, Serviços

¹² Anteriormente designado Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde.

Públicos de Saúde, Forças de Segurança, Serviços de Segurança Social, Juventude e Desporto e do Rotary Club de Sesimbra);

- Docentes coordenadores de departamento do Agrupamento de Escolas da Boa Água;
- Docentes coordenadores de departamento do Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote;¹³
- Docentes coordenadores de departamento do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti;
- Docentes coordenadores de departamento do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho;
- Docentes coordenadores de departamento do Agrupamento de Escolas de Sampaio.

¹³ Com a designação de Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote, desde final do ano 2022.

Capítulo 2: Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*. Inclui a avaliação da Carta Educativa anterior, a apresentação do concelho de Sesimbra considerando a sua história, o seu território e o seu sistema de transportes, a análise das dinâmicas demográficas e socioeconómicas e uma análise profunda à rede educativa pública e privada do concelho: identificação e descrição dos estabelecimentos escolares, da população escolar, do desempenho escolar, dos projetos educativos estruturantes e as dinâmicas dos empregadores e da comunidade na área da educação.

A Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação

O parque escolar de Sesimbra tem evoluído significativamente ao longo das últimas décadas, refletindo quer as mudanças sociodemográficas quer o desenvolvimento urbano do concelho e as transformações ocorridas no sistema de ensino português.

Inicialmente as escolas de Sesimbra eram pequenas, dispersas e com recursos escassos. Com o passar dos anos, o aumento da população e o reconhecimento do papel essencial que a educação assume na vida das pessoas e no desenvolvimento da sociedade, levaram a um aumento dos investimentos nesta área.

Na década de 1990, começaram a surgir projetos de modernização e expansão das escolas existentes iniciando-se a construção de novos equipamentos.

A Carta Educativa do concelho de Sesimbra, elaborada em 2007, constituiu-se como um instrumento de planeamento estratégico fundamental para o desenvolvimento e melhoria contínua dos recursos, edifícios e equipamentos educativos do concelho.

No referido documento, foram propostas um conjunto de ações a desenvolver para dar resposta a um parque escolar com edifícios a necessitar de recuperação, requalificação ou ampliação, bem como a um número crescente de alunos nos vários níveis de ensino, que se refletiu numa grande restrição de espaços face aos grupos/turmas de crianças e alunos em supranumerário, que se procurou superar através da construção de novas infraestruturas escolares.

Fazendo uma retrospectiva face ao preconizado na Carta Educativa de 1ª geração, verifica-se que o Município de Sesimbra, apesar dos constrangimentos financeiros, efetuou um esforço muito significativo para encarar os desafios e necessidades que se colocaram à rede educativa municipal, que integra um conjunto de escolas que apresentam uma grande heterogeneidade das crianças e jovens que as frequentam. Neste período, realizou-se um conjunto de intervenções, com maior expressão nos edifícios e equipamentos de educação Pré-escolar e 1º ciclo (os únicos edifícios e equipamentos sob responsabilidade municipal até abril de 2022), indo ao encontro da maioria das ações propostas.

Reconhecendo-se a importância das instalações escolares para o desempenho da comunidade educativa, as intervenções realizadas desde 2007, incluindo construção de raiz, ampliação e requalificação de escolas, foram fundamentais para responder às necessidades educacionais da população crescente, particularmente

na freguesia da Quinta do Conde, procurando-se colmatar não só o mau estado de conservação de alguns edifícios, mas também as ineficiências em termos de padrões ambientais e de segurança. A continuidade destas ações tem-se vindo a revelar crucial para garantir o acesso a uma educação de qualidade, para todas as crianças e alunos do concelho de Sesimbra.

Novas construções

Relativamente às novas construções, as mesmas proporcionaram um aumento significativo da oferta ao nível da educação Pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico, nomeadamente:

- EB Pinhal do General - ano letivo 2009/2010: com cinco salas para o pré-escolar e doze para o 1.º ciclo;
- Escola Básica Integrada da Boa Água - ano letivo 2009/2010: com oito salas de 1º ciclo;
- JI Pinhal do General - ano letivo 2011/2012: com quatro salas de pré-escolar;
- EB de Sampaio - ano letivo 2013/2014: com quatro salas de pré-escolar e catorze de 1º ciclo.

Obras de ampliação

No que respeita a obras de ampliação, importa igualmente referir as que decorreram após 2007, data de elaboração do anterior modelo de Carta Educativa:

- EB n.º 2 Quinta do Conde - ano letivo 2007/2008: ampliação da capacidade do 1.º ciclo, através da criação de mais duas salas de aula;
- EB Casal do Sapo, Fontaínhas - ano letivo 2007/2008: instalação de pavilhão pré-fabricado, para criação de duas salas de aula e WC;
- EB Aldeia do Meco e EB Azoia - ano letivo 2009/2010: aumento da valência de pré-escolar, considerando o encerramento da EPEI Meco/Azoia, em 2009;
- EB Casal do Sapo - ano letivo 2009/2010: ampliação da capacidade do 1.º ciclo, através da criação de mais uma sala de aula;
- JI da Quinta do Conde - ano letivo 2011/2012: ampliação da capacidade de pré-escolar, através da abertura de mais duas salas de atividade;
- EB Pinhal do General - ano letivo 2013/2014: aumento da oferta de pré-escolar, através da abertura da sexta sala de atividade;
- EB Casal do Sapo - ano letivo 2016/2017: aumento da oferta de pré-escolar, através da abertura da segunda sala de atividade;
- EB n.º 2 Quinta do Conde - ano letivo 2017/2018: ampliação da capacidade e oferta de pré-escolar, através da abertura desta valência com uma sala de atividade;
- EB Maria do Carmo Serrote (na altura, designada EBI Quinta do Conde) - ano letivo 2018/2019: aumento da oferta de pré-escolar, através da abertura da terceira sala;
- EB N.º 2 da Quinta do Conde (Polo do Conde 2) - ano letivo 2020/2021: ampliação com duas salas para o Pré-escolar e seis para o 1.º ciclo.

Todo o referido processo de reestruturação e otimização da rede escolar, levou em algumas situações à movimentação e/ou transferência de alunos para as novas infraestruturas escolares, apetrechadas com equipamentos adequados às novas necessidades e ao encerramento de determinadas valências/escolas, algumas das quais, em avançado estado de degradação, designadamente:

- EB N.º 1 Quinta do Conde, 2008;
- EPEI Aldeia do Meco, 2009;
- EPEI Azoia, 2009;
- EPEI Almoinha, 2012;
- EB da Maçã, 2013;
- EB das Pedreiras, 2013;
- EB de Santana, 2013;
- EB N.º 2 do Zambujal, 2013.

Alguns destes equipamentos foram posteriormente intervencionados, dando lugar a outros espaços para usufruto da comunidade, de que são exemplo: a EB de Santana, onde atualmente funciona o Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra; a EB nº 2 do Zambujal, que acolhe o “Lugar da Terra”, onde se encontra a funcionar o Museu Rural, o Forno Comunitário e onde são dinamizadas pela freguesia do Castelo diversas atividades ligadas à cultura ; a EB da Maçã, onde funciona a sede do Grupo Recreativo Escola de Samba Bota no Rego, e a EB das Pedreiras, que acolhe também outra associação do concelho, mais concretamente, o Núcleo de Espeleologia da Costa Azul (NECA).

Os edifícios escolares mais antigos (alguns centenários) foram também, ao longo dos anos, alvo de intervenções a vários níveis. Foram reparadas fachadas, telhados, construídas novas salas de aula e adaptados outros espaços pedagógicos para dar resposta ao aumento da população escolar. Também a adequação à era digital, cada vez mais presente no processo de ensino-aprendizagem, conduziu à realização de algumas intervenções, de que são exemplo a aquisição e instalação de quadros interativos, a distribuição de computadores e de tablets nos vários agrupamentos de escolas, sendo que algumas destas decorreram de candidaturas submetidas a fundos comunitários (Portugal 2020). Foram ainda, vários os apoios concedidos aos agrupamentos, no acesso a plataformas pedagógicas digitais, como é o caso do “Matematik” ou do “Milage Aprender +”.

O processo de modernização das salas de aula, também não foi esquecido, pelo que se iniciou a renovação de equipamento, através da aquisição de mobiliário ergonómico para a educação Pré-escolar e 1º ciclo. Os espaços verdes e as áreas de jogo e recreio foram também objeto de várias intervenções em complemento com a criação e renovação de espaços exteriores, como jardins e áreas de recreio, proporcionando aos alunos ambientes de “brincar” mais motivadores e atrativos nas suas escolas. Destaca-se ainda nesta área, o protocolo estabelecido entre o Município e a Cercizimbra, cooperativa de solidariedade social, através do qual os alunos desta instituição desenvolvem, em contexto de trabalho, a manutenção de espaços verdes em vários estabelecimentos de educação e ensino.

No âmbito do desenvolvimento sustentável, também foi priorizada através de alguns projetos de eficiência energética, a iluminação LED em diversas escolas, visando a redução do consumo de energia e um menor impacto ambiental.

A inclusão de alunos com necessidades educativas específicas, também tem vindo a ser uma prioridade e exemplo disso é a criação e o apetrechamento de salas com recursos e espaços dedicados ao apoio educativo especializado. Em Sesimbra, foram criados vários Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA), em

consonância com as políticas de educação inclusiva estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018. Estes centros estão presentes em todos os agrupamentos de escolas do concelho, e têm como objetivo promover a inclusão e o sucesso escolar de todos os alunos, organizando recursos humanos e materiais, de forma a responder às necessidades específicas de cada aluno. Os CAA funcionam como estruturas agregadoras, que oferecem apoio tanto aos docentes quanto aos alunos, proporcionando estratégias diversificadas de acesso ao currículo, apoio psicopedagógico e desenvolvimento de metodologias interdisciplinares. Estas iniciativas fazem parte do compromisso de promover uma educação inclusiva e de qualidade em todas as escolas do Município de Sesimbra.

Para que se possa conhecer e compreender a evolução do parque escolar no período compreendido entre 2007 até à data de elaboração deste novo documento respeitante à Carta Educativa do concelho de Sesimbra, ao nível de reconstruções, ampliações e apetrechamento, apresenta-se de seguida, e de uma forma sistematizada, as intervenções que se consideram de maior relevância no âmbito do bem-estar e melhoria dos espaços para o ensino-aprendizagem no concelho de Sesimbra.

Obras de reconstrução/requalificação

Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho

EB 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho:

- Ampliação em curso (construção de um novo edifício em terreno contíguo à escola, cedido pelo município) e posterior requalificação do edifício antigo (obra futura).

EB de Alfarim:

- Remodelação e ampliação da escola, e de arranjos exteriores – anos letivos 2007/2008, e 2010/2011;
- Aquisição de mobiliário escolar – ano letivo 2008/2009;
- Reforço de iluminação nas salas de aula – ano letivo 2011/2012;
- Intervenção para melhoria e adequação das instalações sanitárias – ano letivo 2011/2012;
- Colocação de novos armários – ano letivo 2011/2012;
- Pintura exterior da escola – ano letivo 2011/2012;
- Melhoramentos no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2012/ 2013;
- Colocação de pavimento em soalho flutuante e rodapés – ano letivo 2013/2014;
- Aquisição e colocação de caixilharias de janelas em alumínio – ano letivo 2013/2014;
- Criação de sala para Serviço de Refeições e ATL – ano letivo 2016/2017;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2018/2019;
- Fornecimento de mobiliário de exterior (mesas e floreiras) – ano letivo 2020/2021;
- Realização de obras gerais, de conservação – ano letivo 2021/2022.

EB de Aiana de Cima:

- Reparação do telhado do edifício – ano letivo 2011/ 2012;
- Melhoramentos no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2012/2013;
- Reparação do teto da sala da secretaria da escola – ano letivo 2012/2013;
- Substituição de caixilharias de janelas – ano letivo 2012/2013 e 2013/2014;
- Aquisição de mobiliário (mesas) para o espaço do Refeitório – ano letivo 2013/2014;
- Colocação de caleiras, em todo o edifício – ano letivo 2014/2015;
- Execução de drenagem pluvial – ano letivo 2015/2016;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2018/2019;
- Substituição do mobiliário da sala de educação pré-escolar – ano letivo 2020/2021;
- Requalificação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2022/2023;
- Criação de saída de emergência, por acesso lateral – ano letivo 2022/2023.

JI de Alfirim:

- Substituição da superfície de impacto do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2008/2009;
- Colocação de pavilhão pré-fabricado para sala ATL e refeitório – ano letivo 2009/2010;
- Substituição de caixilharias de janelas, nas salas de aula – ano letivo 2013/2014;
- Colocação de peitorais em pedra, nas janelas – ano letivo 2013/2014;
- Colocação de portas em alumínio – ano letivo 2014/2015;
- Criação de sala para Serviço de Refeições e Prolongamento de Horário – ano letivo 2015/2016;
- Substituição de pavimento das salas de aula – ano letivo 2016/2017;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Cobertura em tela fixa ao pavimento – ano letivo 2018/2019;
- Aquisição e assentamento de bancada em mármore – ano letivo 2020/2021;
- Construção e instalação de casa de madeira, para arrumos – ano letivo 2021/2022;
- Instalação de sistema de climatização – ano letivo 2022/2023.

EB da Azoia:

- Colocação de vedação e montagem de portão de serviço – ano letivo 2008/2009;
- Construção de base para piso desportivo – ano letivo 2010/2011;
- Reparação do chão da escola – ano letivo 2010/2011;
- Pintura exterior da escola – ano letivo 2010/2011;
- Melhoramentos no Espaço Jogo e Recreio – ano letivo 2012/2013;
- Obras de reparação do telhado do edifício – ano letivo 2012/2013;
- Pinturas no espaço da cozinha – ano letivo 2012/2013;
- Requalificação da copa e sala de refeições – ano letivo 2013/2014;
- Substituição de mobiliário – ano letivo 2015/2016;
- Colocação de estores de rolo nas salas de aula – ano letivo 2015/2016;
- Reparação do pavimento da sala do pré-escolar – ano letivo 2016/2017;
- Aquisição e assentamento de caixilharia em alumínio com vidro – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2018/2019;

- Reparação da casa de madeira, para arrumos – ano letivo 2021/2022;
- Criação de parede divisória, em tijolo de vidro, para proteção de WC – ano letivo 2021/2022;
- Instalação de sistema de climatização – ano letivo 2022/2023;
- Substituição de areia da caixa existente no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2022/2023.

EB de Sesimbra:

- Criação de espaço desportivo – ano letivo 2007/2008;
- Pintura de portões do estabelecimento de educação e ensino – ano letivo 2007/2008;
- Criação de sala para Serviço de Refeições – ano letivo 2008/2009;
- Obras de melhoramento na sala de apoio à multideficiência – ano letivo 2008/2009;
- Fornecimento e instalação de corrimões, em inox – ano letivo 2008/2009;
- Colocação de chafarizes, no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2008/2009;
- Pintura de muros exteriores, e palas de cobertura – ano letivo 2009/2010;
- Reparação dos canteiros, na zona do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2009/2010;
- Pintura de todas as salas de aula, reparação e envernizamento do piso de algumas salas – ano letivo 2010/2011;
- Pintura da zona de entrada do edifício principal – ano letivo 2010/2011;
- Aquisição e montagem de telheiro – ano letivo 2010/ 2011;
- Reparação da copa e WC – ano letivo 2010/ 2011;
- Melhoramentos no espaço do refeitório, edifício principal e edifício comboio – ano letivo 2010/2011;
- Colocação de rampas, para acesso de mobilidade reduzida – ano letivo 2011/2012;
- Aquisição de mobiliário – ano letivo 2011/2012;
- Reparação do chão da sala 12, pintura do refeitório, substituição do chão do ATL – ano letivo 2012/2013;
- Impermeabilização de cobertura – ano letivo 2012/ 2013;
- Requalificação das copas e sala de refeições – ano letivo 2013/2014;
- Reparações no edifício do comboio (canalização, pavimentos e execução de rede de esgotos) – ano letivo 2013 / 2014;
- Arranjos exteriores, ao nível dos pavimentos, lancis, nivelamento da casa de madeira e arranjo de escadas – ano letivo 2014/ 2015;
- Impermeabilização do terraço – ano letivo 2015/2016;
- Manutenção do pavimento de madeira das salas 5,6, 7 e 8 – ano letivo 2017/2018;
- Colocação de vãos – ano letivo 2017/ 2018;
- Requalificação do Centro de Apoio à Aprendizagem – ano letivo 2018/2019;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Mapeamento de infraestruturas elétricas – ano letivo 2018/2019;
- Criação de novo acesso, com portão – ano letivo 2018/2019;
- Reabilitação de fachadas – ano letivo 2019/2020;
- Fornecimento de material para reparação de cobertura da escola – ano letivo 2019/ 2020;
- Pintura exterior, com substituição de caixilharias de janelas – ano letivo 2019/2020;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2019/2020;
- Instalação de iluminação exterior no campo de jogos – ano letivo 2020/2021;

- Melhoramentos no refeitório – ano letivo 2020/ 2021;
- Substituição das caixilharias de janelas para alumínio – ano letivo 2021/2022;
- Instalação de sistemas de alarme de intrusão e incêndio – ano letivo 2021/2022.

EB de Aldeia do Meco:

- Reparação do pavimento interior e substituição das janelas de madeira por alumínio – ano letivo 2008/2009;
- Aquisição de mobiliário – ano letivo 2011/2012;
- Melhoramentos do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2012/2013;
- Reparação de bancos e telheiro da escola – ano letivo 2013/ 2014;
- Construção de muro de contenção de terras – ano letivo 2013/2014;
- Requalificação do espaço exterior da escola (colocação de piso no Espaço de Jogo e Recreio, criação de espaços de lazer, de horta e de sombreamento) – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de iluminação na sala de refeitório / ATL – ano letivo 2020/2021;
- Intervenção na copa (pintura, revestimento de chão, colocação de bancadas em inox e aquisição de bens e materiais) – ano letivo 2020/2021.

Agrupamento de Escolas de Sampaio

Escola Secundária de Sampaio:

- Substituição de vedação e portões – ano letivo 2020/ 2021;
- Corte e desbaste de árvores de grande porte, com desbaste de terreno – ano letivo 2021/2022;
- Remoção e substituição de coberturas em fibrocimento – ano letivo 2022/2023.

EB do Castelo:

- Ligação à rede pluvial – ano letivo 2014/2015;
- Remoção e substituição de coberturas em fibrocimento – ano letivo 2022/2023;

EB de Sampaio:

- Colocação de gerador de calor, com tubagem de água e equipamento auxiliar, ano letivo 2014/2015;
- Colocação de vedação na zona do jardim de infância – ano letivo 2014/2015;
- Fixação perimetral de tela de impermeabilização nos muretes e reparação das claraboias na cobertura – ano letivo 2014/2015;
- Reabilitação de juntas da cobertura – ano letivo 2014/2015;
- Manutenção da rede de aquecimento central e passagem do quadro trifásico – ano letivo 2015/2016;
- Conclusão da construção da escola – ano letivo 2015/2016;
- Execução de murete de contenção e reparações diversas – ano letivo 2015/2016;
- Colocação de cobertura, no espaço exterior – ano letivo 2015/2016;

- Plantação de 35 árvores – ano letivo 2016/2017;
- Colocação e manutenção de equipamentos para aquecimento central – ano letivo 2017/2018;
- Colocação de equipamento de iluminação – ano letivo 2017/2018;
- Colocação de novas coberturas – ano letivo 2018/2019;
- Colocação de relva sintética, no recreio exterior – ano letivo 2019/2020;
- Pintura interior do espaço do refeitório – ano letivo 2020/2021;
- Pintura de espaços interiores do edifício (corredores e cozinha) – ano letivo 2021/2022;
- Construção de novo acesso à zona do pré-escolar, com colocação de telheiro e iluminação – ano letivo 2022/2023;
- Iluminação exterior do campo de jogos – ano letivo 2023/2024.

EB nº 1 do Zambujal:

- Remodelação da escola – ano letivo 2008/2009;
- Arranjos exteriores – ano letivo 2009/2010;
- Remodelação e ampliação da escola – ano letivo 2009/2010;
- Reparação do telhado – ano letivo 2012/2013;
- Pinturas de tetos interiores – ano letivo 2012/2013;
- Pinturas interiores do átrio de entrada e salas de aula – ano letivo 2019/2020;
- Colocação de telheiro na zona de entrada – ano letivo 2021/2022;
- Remodelação da copa, com aquisição de equipamentos em inox – ano letivo 2022/2023.

EB da Cotovia:

- Abertura do espaço desportivo – ano letivo 2007/2008;
- Criação de espaço para nova biblioteca escolar – ano letivo 2007/2008;
- Colocação de vedação em rede – ano letivo 2009/2010;
- Pinturas exteriores do edifício – ano letivo 2010/2011;
- Aquisição de mobiliário – ano letivo 2013/2014;
- Reparação e pintura de salas de aula, sala polivalente e sala de refeições – ano letivo 2013/2014;
- Colocação de estores – ano letivo 2015/2016;
- Colocação de toldo no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2015/2016;
- Pintura do refeitório e sala polivalente – ano letivo 2016/2017;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Colocação de coberturas em tela – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2018/2019;
- Pintura de fachadas e reparação de infiltrações nas caleiras – ano letivo 2019/2020;
- Instalação de mobiliário de exterior (mesas, bancos e floreiras) – ano letivo 2020/2021;
- Reparação de fissuramentos nos tetos – ano letivo 2020/2021;
- Pintura interior de salas de aula – ano letivo 2021/2022;
- Corte e desbaste de árvores de grande porte – ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas Michel Giacometti

EB 2,3 e Secundária Michel Giacometti:

- Corte e desbaste de árvores de grande porte – ano letivo 2021/2022;

JI da Quinta do Conde:

- Ampliação da sala polivalente – ano letivo 2007/2008;
- Montagem de cobertura de proteção, em tela, no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2008/2009;
- Melhoramentos no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2010/2011;
- Ampliação da unidade escolar, por via da criação de duas novas salas – ano letivo 2011/2012;
- Outros melhoramentos no Espaço de Jogo e Recreio, ao nível da colocação de papeleiras e bebedouros – ano letivo 2012/2013;
- Obras de manutenção geral e pequenas intervenções – ano letivo 2013/2014;
- Colocação de vedação – ano letivo 2014/2015;
- Obras de melhoramentos e beneficiações – ano letivo 2016/2017;
- Colocação de cobertura no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2016/2017;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2018/2019;
- Instalação de sistemas de climatização – ano letivo 2022/2023.

EB n.º 3 da Quinta do Conde:

- Construção do alpendre da entrada da escola – ano letivo 2008/2009;
- Impermeabilização do murete e capeamento na cobertura do piso 2 – ano letivo 2009/ 2010;
- Obras de reabilitação na escola – ano letivo 2010/2011;
- Instalação do sistema de águas quentes sanitárias – ano letivo 2010/2011;
- Intervenção no coletor de aquecimento da escola – ano letivo 2010/ 2011;
- Colocação de pavimento, tratamento dos pisos em linóleo, e manutenção dos pisos das salas de aula, corredores e átrios – ano letivo 2010/2011;
- Reforço de mobiliário para o espaço do Refeitório – ano letivo 2011/2012;
- Melhoramentos no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2012/2013;
- Reparação do sistema de água quente – ano letivo 2013/2014;
- Obras de manutenção e pequenas intervenções – ano letivo 2013/2014;
- Pintura interior de corredores – ano letivo 2014/2015;
- Reparação dos sistemas de água quente – ano letivo 2014/2015;
- Substituição de mobiliário – ano letivo 2015/2016;
- Obras de melhoramentos e beneficiações – ano letivo 2016/2017;
- Colocação de piso no campo de jogos – ano letivo 2016/2017;
- Colocação de divisórias em alumínio – ano letivo 2016/2017;
- Pintura interior da cozinha – ano letivo 2017/ 2018;
- Melhoramentos diversos – ano letivo 2017/2018;
- Construção de muro na zona do pré-escolar – ano letivo 2018/2019;

- Substituição de sanitas – ano letivo 2018/2019;
- Pinturas exteriores – ano letivo 2018/2019;
- Substituição do pavimento do refeitório em vinílico por mosaico – ano letivo 2019/2020;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2019/2020;
- Colocação de tela impermeável na cobertura – ano letivo 2019/2020;
- Substituição de sanitas – ano letivo 2020/2021;
- Colocação de bancada, e manutenção diversa, na sala dos assistentes operacionais – ano letivo 2020/2021;
- Instalação de sistemas de alarme de incêndio – ano letivo 2021/2022;
- Realização de trabalhos de manutenção na zona do refeitório – ano letivo 2021/2022;
- Realização de trabalhos de obra, para resolução de infiltrações – ano letivo 2021/2022;
- Melhoria das condições de iluminação na sala polivalente – ano letivo 2023/2024;
- Instalação de novo sistema de aquecimento de águas sanitárias – ano letivo 2023/2024.

Agrupamento de Escolas da Boa Água

EBI da Boa Água:

- Reparação de abatimento na zona de circulação exterior – ano letivo 2011/2012;
- Colocação de cobertura em tela PVC branco e estrutura cinza – ano letivo 2015/2016;
- Remodelação da entrada principal e proteção de rampa – ano letivo 2020/2021;
- Instalação de iluminação exterior – ano letivo 2022/2023;
- Reparação parcial do telhado do edifício – ano letivo 2023/2024.

EB n.º 2 da Quinta do Conde:

- Instalação de pré-fabricados para salas de aula e WC – ano letivo 2007/2008;
- Impermeabilização da cobertura – ano letivo 2007/2008;
- Colocação de relva em tapete – ano letivo 2007/2008;
- Reparação de sistema de rega e drenagem – ano letivo 2007/2008;
- Substituição de telhado e outras melhorias nas coberturas – ano letivo 2008/2009;
- Montagem e instalação de pré-fabricado, para ampliação das instalações do refeitório – ano letivo 2010/2011;
- Pequenas obras de reabilitação e beneficiação – ano letivo 2010/2011;
- Substituição de iluminação – ano letivo 2010/2011;
- Reforço, via aquisição, de mobiliário – ano letivo 2011/2012;
- Manutenção de pavilhões pré-fabricados – ano letivo 2014/2015;
- Pintura interior dos pavilhões pré-fabricados – ano letivo 2014/2015;
- Intervenção na cobertura – ano letivo 2015/2016;
- Pintura interior e exterior – ano letivo 2015/2016;
- Plantação de novo relvado, com colocação de calçada – ano letivo 2015/2016;
- Abertura de segunda sala de educação pré-escolar – ano letivo 2017/2018;
- Aquisição de mobiliário, para o refeitório – ano letivo 2017/2018;
- Substituição de chapas, ao nível da cobertura – ano letivo 2017/2018;

- Rebaixamento de rampas, para acesso a mobilidade reduzida – ano letivo 2017/2018;
- Substituição de janelas da sala de professores e biblioteca – ano letivo 2018/2019;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e de Recreio – ano letivo 2019/2020;
- Substituição de mobiliário, por artigos mais ergonómicos – ano letivo 2019/2020;
- Fornecimento de cobertura em tela – ano letivo 2019/2020;
- Pintura exterior do edifício e substituição do piso do refeitório – ano letivo 2019/2020;
- Pinturas interiores (pintura parcial de tetos), e pintura parcial do muro de vedação – ano letivo 2020/2021;
- Substituição de caixilharias de janelas, para átrio e biblioteca – ano letivo 2020/2021;
- Substituição de mobiliário para uma sala do 1.º ciclo – ano letivo 2020/2021;
- Construção de caixa de areão para instalação do Espaço de Jogo e Recreio, com instalação de equipamento – ano letivo 2021/2022;
- Realização de trabalhos diversos de manutenção – ano letivo 2021/2022;
- Instalação de sistemas de climatização – ano letivo 2022/2023.

EB do Pinhal do General:

- Substituição de relva e granulado, por relva sintética – ano letivo 2010/2011;
- Instalação de sistema de rega – ano letivo 2010/2011;
- Remodelação do pavimento do parque infantil – ano letivo 2010/2011;
- Remodelação e arranjos exteriores – ano letivo 2010/2011;
- Renovação do solo da horta pedagógica – ano letivo 2011/2012;
- Reforço, via aquisição, de mobiliário – ano letivo 2011/2012;
- Abertura da 6ª sala do Pré-escolar – ano letivo 2013/14;
- Melhorias no Espaço de Jogo e Recreio, com a montagem de coberturas em tela de PVC – ano letivo 2014/2015;
- Reabilitação do sistema de águas pluviais – ano letivo 2015/2016;
- Instalação da rede de gás e compartimentação corta-fogo – ano letivo 2016/2017;
- Obras de melhoramento e beneficiação – ano letivo 2016/2017;
- Colocação de cobertura no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2016/2017;
- Requalificação do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) – ano letivo 2018/2019;
- Colocação de teto falso no refeitório – ano letivo 2018/2019;
- Melhorias no espaço de recreio, com a montagem de coberturas em tela – ano letivo 2018/2019;
- Aquisição de mobiliário para as salas de expressão plástica – ano letivo 2020/2021;
- Elaboração de Medidas de Autoproteção (MAPS) – ano letivo 2021/2022.

JI do Pinhal do General:

- Obras de manutenção e pequenas reparações – ano letivo 2013/2014;
- Pavimentação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2015/2016;
- Colocação de cobertura no Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2016/2017;
- Reparação e conservação do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Melhoria no espaço de recreio com a montagem da cobertura em tela PVC – ano letivo 2020/2021;
- Instalação de sistemas de alarme de incêndio – ano letivo 2021/2022;

- Substituição do sistema de aquecimento de águas – ano letivo 2023/2024.

Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote

EB Maria do Carmo Serrote:

- Substituição de cobertura no Parque Infantil – ano letivo 2008/2009;
- Colocação de piso novo, em quatro salas de aula – ano letivo 2010/2011;
- Reforço, via aquisição, de mobiliário – ano letivo 2011/2012;
- Melhoria do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2012/2013;
- Obras de manutenção e pequenas reparações – ano letivo 2013/2014;
- Aquisição e substituição de chapa da cobertura do *hall*/corredor – ano letivo 2015/2016;
- Reparação do elevador – ano letivo 2016/2017;
- Pintura de linhas e marcação do campo de jogos – ano letivo 2016/2017;
- Obras de melhoramento e outras beneficiações – ano letivo 2016/2017;
- Rebaixamento de rampas, para melhoria de acessibilidades – ano letivo 2017/2018;
- Substituição de placa acústica no teto – ano letivo 2018/2019;
- Construção de infraestruturas de saneamento – ano letivo 2018/2019;
- Montagem de coberturas em tela – ano letivo 2018/2019;
- Abertura de nova sala de pré-escolar – ano letivo 2018/2019;
- Substituição de equipamento sanitário – ano letivo 2020/2021;
- Substituição de luminárias – ano letivo 2021/2022;
- Implantação de estufas e alteração de câmara escura, no âmbito do Projeto Ciência Viva – ano letivo 2022/2023;
- Montagem de instalação sanitária, para pessoas com mobilidade reduzida – ano letivo 2022/2023;
- Substituição de iluminação exterior – ano letivo 2022/2023;
- Adaptação e reformulação de sala, para Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) – ano letivo 2022/2023.

EB do Casal do Sapo, Fontaínhas:

- Construção de fossa séptica – ano letivo 2008/2009;
- Ligação de esgotos à rede pública de saneamento, no espaço exterior de recreio – ano letivo 2008/2009;
- Substituição e montagem de caixilharias em alumínio – ano letivo 2008/2009;
- Colocação de dois portões – ano letivo 2008/2009;
- Remodelação da instalação elétrica – ano letivo 2009/2010;
- Reparação de janelas, paredes e pintura exterior – ano letivo 2010/2011;
- Execução de telhado – ano letivo 2010/2011;
- Aquisição, de mobiliário – ano letivo 2010/2011;
- Melhorias no espaço da copa – ano letivo 2013/2014;
- Reforço de mobiliário para sala de pré-escolar – ano letivo 2013/2014;
- Substituição de coberturas – ano letivo 2014/2015;

- Abertura de nova sala de pré-escolar – ano letivo 2016/2017;
- Reparação e conservação do Espaço de jogo e Recreio – ano letivo 2018/2019;
- Instalação de estruturas modulares para sala polivalente/refeitório – ano letivo 2021/2022;
- Construção de telheiro – ano letivo 2021/2022;
- Instalação de sistema de alarme de incêndio – ano letivo 2021/2022;
- Desinfestação e regularização do pavimento, na zona reservada a animais – ano letivo 2022/2023;
- Instalação de sistemas de climatização – ano letivo 2022/2023;
- Substituição de areia, da caixa do Espaço de Jogo e Recreio – ano letivo 2022/2023.

EB nº 2 da Quinta do Conde – Pólo do Conde 2:

- Intervenções de manutenção dos espaços verdes – ano letivo 2021/2022;
- Colocação de toldo de ensombramento – ano letivo 2023/2024;
- Instalação de sistema de climatização – ano letivo 2023/2024.

Decorrente de financiamento comunitário, foi também possível proceder em 2021, à remoção de estruturas em fibrocimento e substituição de coberturas, nas escolas de 2º, 3º ciclos e Secundário, nomeadamente:

- Escola Secundária de Sampaio;
- Escola Básica do Castelo;
- Escola Básica e Secundária Michel Giacometti;
- Escola Básica Integrada da Quinta do Conde (atual EB Maria do Carmo Serrote).

Refira-se que o processo de remoção, apesar de à data da sua intervenção ser uma responsabilidade do Ministério da Educação (ME), uma vez que as escolas do 2º e 3º ciclo eram nessa altura da competência da Administração Central, o Município tomou a iniciativa, ao abrigo de um protocolo com o ME, para dinamizar o procedimento que incluiu a elaboração de candidaturas, projetos e gestão das obras.

Os trabalhos representaram um investimento na ordem dos 980 mil euros e beneficiaram de um apoio de, aproximadamente, 864 mil euros, do Portugal 2020.

De salientar que este trabalho já havia sido feito pela câmara municipal em todas as escolas públicas do 1º ciclo e Pré-escolar, pelo que, atualmente, não há qualquer tipo de cobertura com amianto nas escolas do concelho.

Estas intervenções demonstram o compromisso da Câmara Municipal de Sesimbra e o seu esforço para criar condições que potenciem a resposta às necessidades do parque escolar, reconhecendo na educação e na formação fatores essenciais para o desenvolvimento da comunidade, para o exercício pleno da cidadania e simultaneamente, para o desenvolvimento económico e tecnológico.

O concelho de Sesimbra

História

Na zona atualmente ocupada pelo concelho de Sesimbra existem indícios de ocupação humana que remontam ao Paleolítico Inferior, (cerca de 500 mil anos), momento em que as primeiras comunidades se fixaram em torno dos cursos de água, aproveitando a riqueza dos recursos marinhos existentes.

Desde cedo que a localização geográfica do seu território potenciou o desenvolvimento das atividades ligadas ao mar tirando vantagem de um porto virado a Sul, abrigado dos ventos fortes e das tempestades.

A atividade da pesca cedo se destacou como principal forma de subsistência da população.

A vila, antigamente confinada à área do castelo, foi avançando progressivamente até ao mar, adquirindo então o nome de Póvoa da Ribeira de Cezimbra.

Este desenvolvimento urbano materializou-se na construção de alguns dos mais importantes exemplos patrimoniais sesimbrenses, tais como a capela e hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra, de finais do século XV, a igreja Matriz de Santiago ou o edifício do Paço do Concelho, do segundo quartel do século XVI. A instituição em 1536 da freguesia de Santiago, e a realização das reuniões da vereação na povoação, após 1538, reconhecem importância e conferem à nova vila a sua primazia como sede do concelho.

Da mesma época datam os fortes de São Teodósio do Cavalo, São Domingos da Baralha, Nossa Senhora do Cabo e S. Pedro da Foz que, sequencialmente de Sul para Norte, no sentido Sesimbra - Cabo Espichel, são marcos arquitetónicos que atestam a presença da Coroa ao longo da costa, defendendo-a.

Associada a este amplo desenvolvimento das atividades marítimas, também a exploração rural se intensificou, possuindo a zona rural do concelho diversas explorações de cariz agrícola e pecuário, em parte relacionadas com o abastecimento das frotas.

Ao nível do culto, importa destacar que é durante o período moderno que se constrói o Santuário de Nossa Senhora do Cabo, que atinge o seu esplendor máximo até entrar em declínio em inícios do século XIX.

Com a passagem para a contemporaneidade, o concelho de Sesimbra é afetado por vários eventos de ordem natural e social, tais como o declínio das atividades da pesca e da indústria naval, as invasões francesas e consequentes saques e surtos epidémicos, que alteraram o curso da sua história.

Porém, a pesca nunca deixou de ser parte integrante da identidade da vila, e na primeira metade do século XX esta atividade intensificou-se dando origem a uma rede de fábricas de conservação de peixe e à construção do Porto de Abrigo. Em simultâneo, desenvolveram-se as atividades de cariz rural tendo sido criada a moagem mecânica de cereais.

Na segunda metade do século XX, a par das atividades piscatórias (e associadas) e da agricultura, o setor do turismo tornou-se relevante no concelho passando a vila a ser um dos principais destinos balneares do país.

Em 1985 foi constituída a freguesia da Quinta do Conde encerrando os limites atuais do concelho. É atualmente a freguesia do concelho com maior crescimento demográfico bastante influenciado pela taxa de crescimento migratório como se verá mais adiante no capítulo das dinâmicas populacionais.

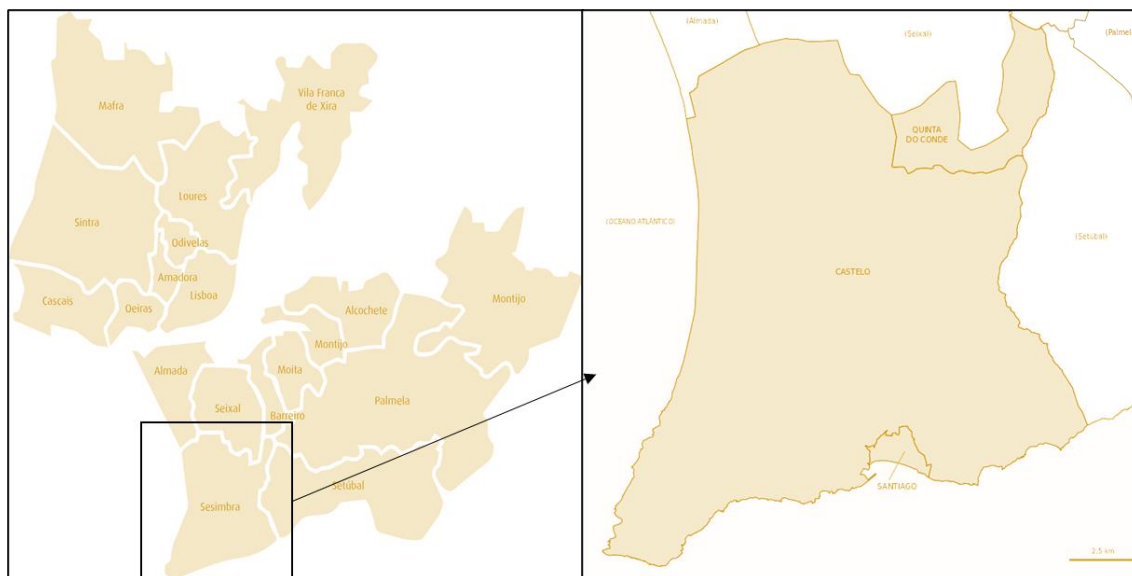
O seu amplo desenvolvimento económico e social, a sua área geográfica diversificada e uma identidade cultural única e excecional contribuem para que Sesimbra seja um dos principais polos de atração do país, não só pelas suas praias de águas límpidas, mas, também, pela variedade de pontos de interesse histórico e natural, entre os quais se destacam: o Castelo de Sesimbra, a Fortaleza de Santiago, a Capela do Espírito Santo dos Mareantes, a Moagem de Sampaio, a Jazida de Icnofósseis da Pedreira do Avelino e o Cabo Espichel.¹⁴

Território

O concelho de Sesimbra integra a Área Metropolitana de Lisboa (AML), a NUT¹⁵ II central do país e, mais especificamente, a Península de Setúbal autonomizada enquanto NUT III no início de 2023 e cuja área coincide com o distrito de Setúbal que integra 13 concelhos. Relativamente aos seus limites administrativos, o concelho faz fronteira a Norte com os concelhos de Seixal e Barreiro, a Este com Setúbal e a Oeste a Sul, com o Oceano Atlântico.

Encontra-se subdividido em três freguesias: Santiago, Castelo e Quinta do Conde.

Figura 4: Inserção territorial do concelho



Fonte: construção própria.

¹⁴ Texto adaptado a partir da página *online* da Câmara Municipal de Sesimbra.

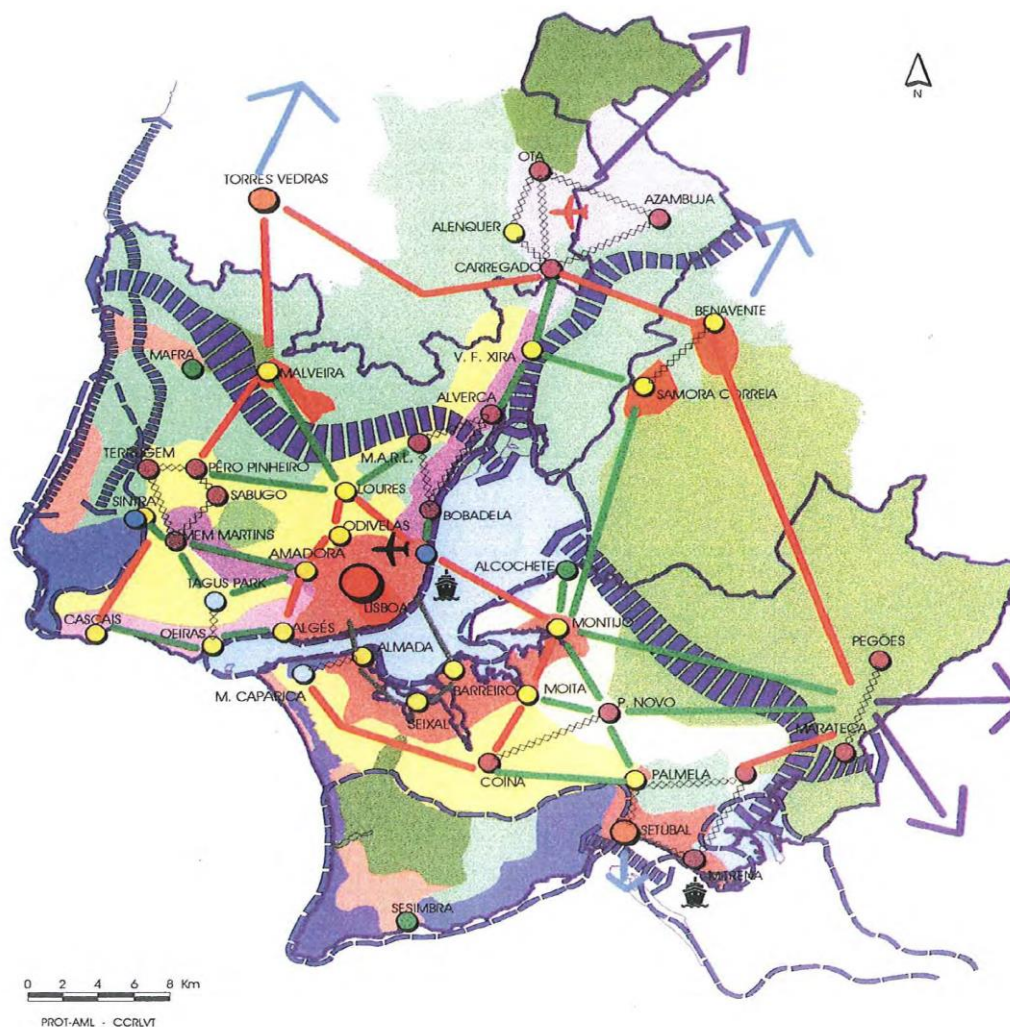
¹⁵ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) de 2002 demarca o concelho de Sesimbra como integrante do eixo Setúbal-Palmela, um dos quatro definidos como possíveis Espaços Motores de mudança e de desenvolvimento, pela aparente capacidade de atrair e fixar novas atividades e funções de nível superior, de requalificar e valorizar o espaço público, estruturar redes viárias principais, elevar a qualidade dos serviços urbanos e melhorar a qualidade da oferta habitacional.

No mesmo documento foi igualmente definido como Área Dinâmica Periférica por ser um território exterior ao contínuo urbano metropolitano com capacidade de atração de atividades e residentes e, por isso, capacitados para se constituir como núcleos autónomos à área central da AML que integra as zonas alargadas de Lisboa e de Almada.

Inclui ainda várias áreas classificadas como Espaços Naturais Protegidos com grande potencial de desenvolvimento de atividades de recreio e lazer e turísticas sendo, por isso, um dos territórios da AML com valências turísticas e ambientais. Destaca-se a integração no eixo Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra no eixo urbano Sesimbra/Santana/Lagoa de Albufeira (que incluem a única mancha integral contínua da AML, parte do Parque Natural da Arrábida, área urbanizada para turismo, recreio e lazer e o Porto de Sesimbra).

Figura 5: Modelo territorial do PROT-AML, 2002





Fonte: PROT-AML, 2004.

No que se refere às acessibilidades, o concelho de Sesimbra é servido por uma rede rodoviária alargada, porém, concentrada nas freguesias de Santiago e da Quinta do Conde, embora em menor concentração nesta última freguesia, e que é parca em ligações entre as três freguesias do concelho, característica bastante mencionada por vários atores durante as auscultações.

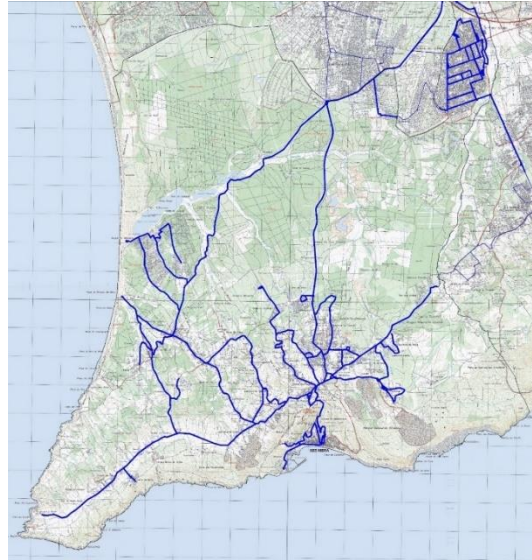
Figura 6: Rede rodoviária do concelho de Sesimbra



Fonte: Câmara Municipal de Sesimbra.

O mesmo se pode afirmar quando se considera a rede de transportes públicos. Porém, a falta de transportes públicos na freguesia da Quinta do Conde foi bastante referida por vários atores locais, incluindo docentes, alunos, encarregados de educação e parceiros, que referiram inclusive que os jovens desta freguesia têm menos acesso às ofertas não formais e informais existentes no concelho (em áreas culturais, sociais, desportivos, associativistas e outras).

Figura 7: Rede de transportes públicos do concelho de Sesimbra



Fonte: Câmara Municipal de Sesimbra.

Sistema urbano municipal

Estrutura urbana

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) – aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/98, de 2 de fevereiro – o território municipal é dividido nas seguintes classes de espaços¹⁶ (artigo 8.º):

- 1) Espaços-canais, que correspondem a corredores de proteção das vias principais, estruturadoras do território;
- 2) Espaços urbanos/urbanizáveis, destinados predominantemente a habitação e equipamento complementar e ainda a unidades comerciais, de serviços, hoteleiros ou similares; poderão instalar-se unidades industriais, mas apenas se compatíveis com a habitação;
- 3) Espaços turísticos, destinados à instalação de empreendimentos turísticos de gestão integrada;

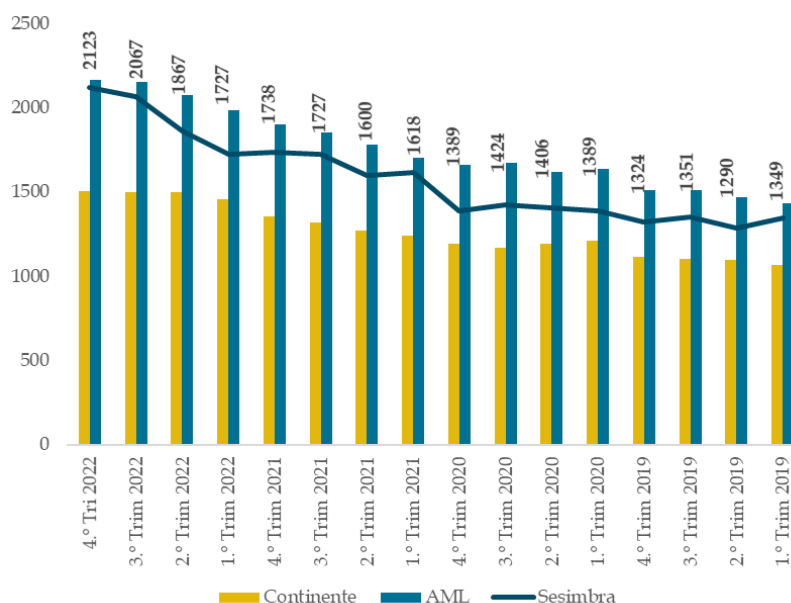
¹⁶ Esta classes não foram alteradas nas 8 alterações efetivadas ao PDM: 1.ª Alteração (Declaração n.º 1/99), 2.ª Alteração (Declaração n.º 23/04), 3.ª Alteração (Declaração n.º 271/01), 4.ª Alteração (Declaração n.º 307/99), 5.ª Alteração (Aviso n.º 8069/2019), 6.ª Alteração (Aviso n.º 16637/2019), 7.ª alteração (Declaração n.º 76/2021), 8.ª Alteração (Declaração n.º 9/2023).

- 4) Espaços para equipamentos, destinados a grandes concentrações de equipamento e zonas verdes de utilização pública;
- 5) Espaços industriais, destinados a atividades transformadoras e serviços próprios e eventualmente a habitação complementar;
- 6) Espaços para serviços, destinados a comércio ou serviços que necessitem de grandes áreas;
- 7) Espaço portuário, que corresponde ao porto de Sesimbra;
- 8) Espaços para indústrias extrativas, que correspondem a áreas licenciadas ou concessionadas, não tendo sido contempladas aquelas para as quais se propõe alteração de uso;
- 9) Espaços de transição, que englobam:
 - a) Áreas agrícolas/residenciais, de povoamento disperso;
 - b) Áreas residuais, envolventes ou adjacentes de espaços urbanos/urbanizáveis;
- 10) Espaços agrícolas, atualmente com esse uso ou com aptidão para tal;
- 11) Espaços florestais, onde predomina a produção florestal;
- 12) Espaços agrícolas/florestais, onde se misturam os dois tipos de utilização;
- 13) Espaços naturais, nos quais se privilegia a proteção dos recursos naturais e culturais;
- 14) Espaços militares, correspondentes a unidades já instaladas.

De agora em diante, a análise centra-se nos alojamentos familiares, fogos licenciados e estabelecimentos escolares.

O valor mediano das vendas tem-se mantido próximo da média regional ao longo dos últimos anos. O preço de venda tem vindo a aumentar consistentemente no país, na região da AML e no concelho de Sesimbra, em particular desde o 1.º trimestre de 2022, quando o preço de venda atingiu 2 123€/m². Estes valores elevados encontram-se diretamente relacionados com a grande capacidade de atração do concelho.

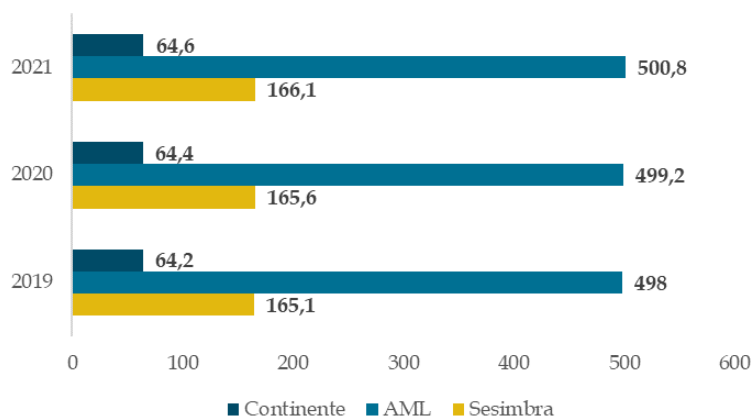
Gráfico 1: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho, na AML e no Continente, 2019-2022 (€)



Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local.

Entre 2019 e 2021, Sesimbra registou percentagens elevadas de densidade de alojamentos familiares por km² (superiores a 165 alojamentos por km²), valores bastante superiores aos do país e muito inferiores quando comparados com os da região da AML.

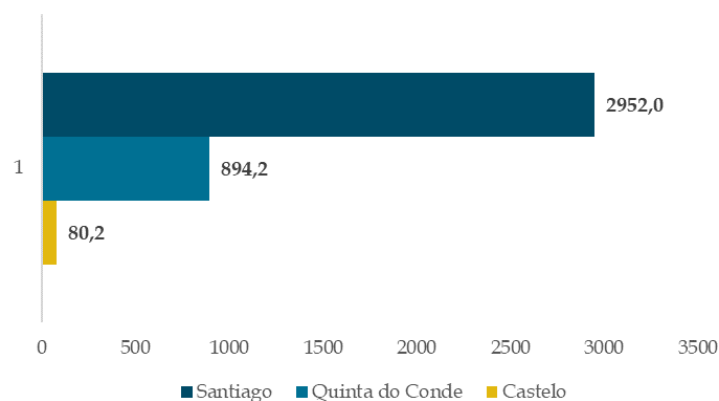
Gráfico 21: Densidade de alojamentos familiares por km², no concelho, na AML e no Continente, 2019-2021



Fonte: Pordata (INE - Estatísticas das Obras Concluídas).

Aprofundando a análise ao nível das freguesias, no gráfico seguinte, observa-se que é na freguesia de Santiago, a de menores dimensões territoriais (1,99 km² de área), que o número médio de alojamentos familiares é mais elevado, atingindo o valor, em 2021, de 2 952 alojamentos por km². Na freguesia da Quinta do Conde o valor é também elevado, sobretudo quando consideradas as dimensões territoriais da mesma (14,22 km²), com 894,4 alojamentos por km². Já na freguesia do Castelo, a maior do concelho (178,77 km² de área), o número médio de alojamentos é de apenas 80,2 por km².

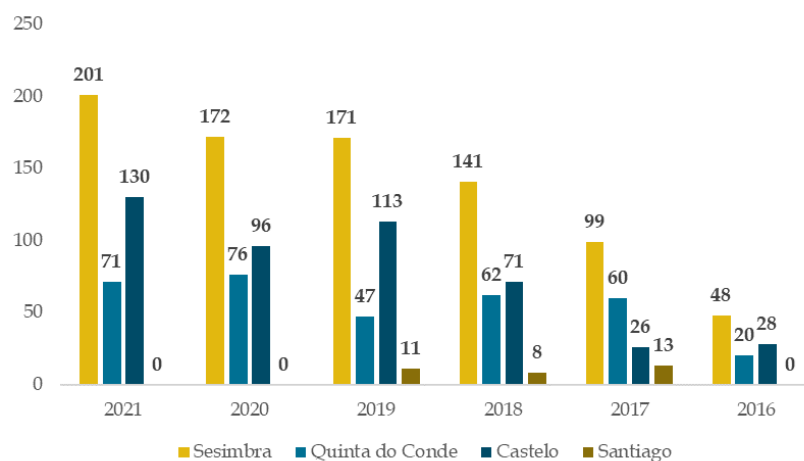
Gráfico 3: Número médio de alojamentos familiares por km², por freguesia, 2021



Fonte: Pordata (INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021).

O número total de fogos licenciados tem vindo a aumentar de forma constante no concelho de Sesimbra desde 2016 (48) e até 2021 (201), sendo que o maior número tem surgido na freguesia do Castelo, que apresentou ao longo do período o número mais elevado de fogos licenciados, exceto em 2017 em que o número de licenciamentos atingiu um valor de 60 na Quinta do Conde. Na freguesia de Santiago, a dinâmica urbanística tem sido reduzida o que se deve ao facto de ser já uma freguesia com um elevado número médio de alojamentos como identificado anteriormente.

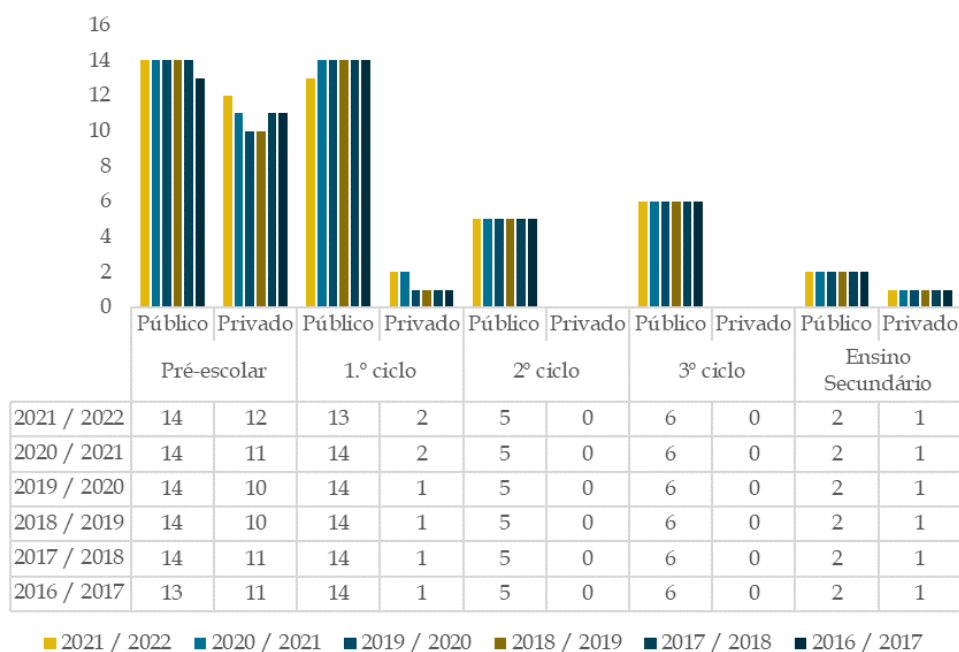
Gráfico 4: Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar, no concelho e por freguesia, 2016-2021



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

Relativamente aos estabelecimentos escolares, não se registaram grandes alterações em termos de número entre 2016/2017 e 2021/2022, quer na rede pública, quer na rede privada. Aliás, de acordo com os atores locais auscultados, a rede de oferta de estabelecimentos escolares não está a ter capacidade para acolher todos os jovens residentes no concelho, em particular ao nível do Ensino Secundário e na freguesia da Quinta do Conde, onde a população residente tem aumentado bastante como se poderá verificar na caracterização demográfica exposta adiante.

Gráfico 5: Número de estabelecimentos escolares do ensino não superior, por natureza institucional e por nível de ensino, no concelho, 2016/2017-2021/2022



Fonte: INE (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência).

Notas: i) A oferta de 3.º ciclo está representada em seis estabelecimentos escolares, pelo facto de, naquele período no AE de Sampaio, o 9.º ano estar a ser ministrado na ES Sampaio por falta de espaço na EB Castelo; ii) No ano letivo 2021/2022 regista-se menos um estabelecimento com oferta de 1.º ciclo, devendo-se ao facto da EB de Azoia, nesse ano letivo ter apenas facultado a resposta de Educação Pré-escolar.

Mobilidade e Transportes

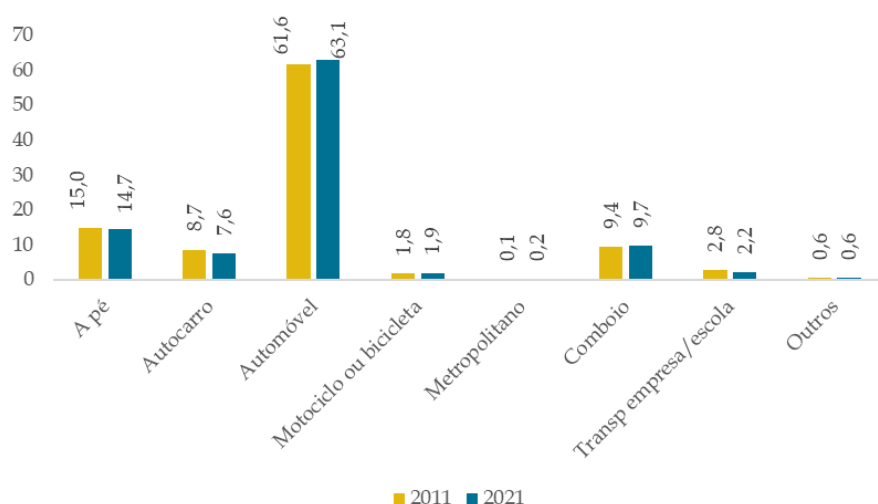
Uma das opções estratégicas do PROT-AML passa por melhorar a “mobilidade territorial, através do reforço das acessibilidades e da organização e gestão de sistemas de transportes sustentáveis, fiáveis e competitivos” (página 7 da versão editada). Porém, durante as auscultações aos atores locais ficou claro que a rede de transportes públicos recolhe opiniões contrárias, entre “tem vindo a melhorar” dos atores que residem e ou trabalham na freguesia de Santiago e “piorou bastante” entre os que residem e ou trabalham na freguesia da Quinta do Conde onde, afirmam, algumas carreiras e paragens de autocarro foram retirados deixando alguns lugares mais vulneráveis.

Com base nos movimentos pendulares, à data dos censos de 2021, 30 214 munícipes encontravam-se a trabalhar ou a estudar, cerca de 51% dos quais no próprio concelho, valor inferior à média do país (66,2%). O número de residentes que trabalham ou estudam fora do concelho era de 14 071 indivíduos, superior face à população de outros concelhos que estuda ou trabalha em Sesimbra (3 653), o que se traduz num saldo de movimentos pendulares negativo. A maioria da população que trabalha ou estuda fora de Sesimbra segue para outros concelhos da região da AML.

A evolução da repartição modal dos movimentos pendulares, entre 2011 e 2021, dava conta de um ligeiro reforço da importância do automóvel ligeiro em detrimento dos restantes modos de transporte, passando do modo de eleição de 61,6%, em 2011, para 63,1% das deslocações, em 2021.

Estes dados revelam uma enorme dependência do transporte individual, o que é expectável, considerando que o tempo médio de viagem para quem utiliza transporte individual era, no ano de 2021, de cerca de 23 minutos, enquanto os das viagens por transporte coletivo duravam, em média, perto de 53 minutos.

Gráfico 6: Transporte utilizado nos movimentos pendulares (%), no concelho, 2011 e 2021



Fonte: Pordata (INE - XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Atualmente, Sesimbra beneficia da Carris Metropolitana que assegura as ligações interconcelhias, para além de um Serviço de Transporte Escolar gerido pela Câmara Municipal de Sesimbra que, à data de realização do estudo de diagnóstico, assegurava as deslocações para as escolas de todos os alunos que residiam a mais de 3 km do estabelecimento escolar onde estavam matriculados, na sua área de influência, e conforme os critérios de funcionamento e de acesso a este serviço.

Refere a Divisão de Planeamento e Estratégia Urbanística (DPEU), no que diz respeito à “Mobilidade e Transportes”, que existe uma aparente desinformação dos utentes sobre a oferta, nomeadamente no que diz respeito à freguesia da Quinta do Conde, considerando o aumento substancial da oferta superior a 50%. Genericamente, com o início da Carris Metropolitana existiu um aumento da oferta na ordem dos 56%, passando de 397 circulações para 618, tendo como referência um dia útil, e à data de sua implementação em 1 de julho de 2022. Presentemente será superior dado que tem vindo a ser ampliada a oferta com base na procura. Há que considerar, porém, outros fatores que poderão estar a influenciar a perceção da população das freguesias, nomeadamente, da Quinta do Conde, e que se prende, sobretudo, com a pressão demográfica por via da imigração.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

O capítulo seguinte tem por objetivo caracterizar o volume e a estrutura demográfica da população do Município de Sesimbra. A análise incidirá no conjunto do concelho, mas também nas três freguesias que o compõem, atendendo às especificidades locais e à profundidade de análise que se pretende considerar.

As fontes de informação consultadas para a análise foram os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e as Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários (entre os diferentes censos).

A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para cada momento censitário. Atendendo a que o último censo tem como momento de referência o dia 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas, nomeadamente, dos períodos intercensitários.

Deste modo, será considerada, de forma articulada, a análise do estado e a análise do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2021). Essa análise servirá de base para o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplam tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, assim, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

Crescimento populacional intercensitário - evolução da população residente

De seguida, apresentam-se os valores referentes à população recenseada na Área Metropolitana de Lisboa¹⁷ (AML) e respetivos concelhos, nos três últimos momentos censitários (2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci)¹⁸ da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas zonas geográficas.

A população residente recenseada na AML, em 2021, era de 2 870 208 indivíduos. Os concelhos mais populosos, nesse ano, para além do de Lisboa (com 545 796 indivíduos residentes), eram, por ordem de

¹⁷ Região definida no âmbito da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível de desagregação II, que considera 7 regiões (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira).

¹⁸ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $TCi = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

volume populacional, os de Sintra (com perto de 400 000 residentes), Cascais, Loures (com mais 200 000 residentes), Almada, Oeiras, Amadora e Seixal (cujo efetivo populacional se situava acima dos 150 000 indivíduos). Os restantes concelhos apresentavam um volume populacional inferior ao dos mencionados, sendo que, em alguns casos, esse valor se cifra abaixo dos 100 000 efetivos.

Sesimbra é, justamente, um dos concelhos com um dos efetivos populacionais mais reduzidos, sendo o segundo menos populoso da AML, em 2021. Com efeito, nesse ano, o Município de Sesimbra contava com 52 384 efetivos e só o de Alcochete apresentava um efetivo inferior. Não obstante a importância dessa informação, importa considerar, também, como se vem revelando, a dinâmica de crescimento populacional da região da AML, a partir da contribuição de cada concelho.

Tabela 1: População residente nos momentos censitários 2001, 2011 e 2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos

Região/ Concelho	Ano		
	2001	2011	2021
AML	2.661.850	2.821.876	2.870.208
Alcochete	13.010	17.569	19.143
Almada	160.825	174.030	177.238
Amadora	175.872	175.136	171.454
Barreiro	79.012	78.764	78.345
Cascais	170.683	206.479	214.124
Lisboa	564.657	547.733	545.796
Loures	199.059	205.054	201.590
Mafra	54.358	76.685	86.515
Moita	67.449	66.029	66.255
Montijo	39.168	51.222	55.682
Odivelas	133.847	144.549	148.034
Oeiras	162.128	172.120	171.658
Palmela	53.353	62.831	68.852
Seixal	150.271	158.269	166.507
Sesimbra	37.567	49.500	52.384
Setúbal	113.934	121.185	123.496
Sintra	363.749	377.835	385.606
V. F. Xira	122.908	136.886	137.529

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do Município de Odivelas (em 1998).

Assim, no que diz respeito à evolução do efetivo populacional, no período intercensitário mais recente (2011-2021), a taxa de crescimento populacional foi negativa para o país, com um decréscimo de 2,1 indivíduos por cada 100. Desde a realização do primeiro recenseamento moderno em Portugal (no ano de

1864), este é o segundo período intercensitário em que Portugal regista um crescimento populacional negativo (o primeiro ocorreu entre os censos de 1960 e 1970).

Para o crescimento da AML, há contributos desiguais dos diferentes concelhos, o que se verifica nos diferentes períodos intercensitários, embora sem uma linearidade de tendências. Lisboa é o concelho com um decréscimo populacional mais elevado, nos dois primeiros períodos intercensitários em análise, sendo ultrapassada por Loures e Amadora, no mais recente. Nos restantes concelhos da atual AML verifica-se que são os concelhos mais periféricos os que ganham mais população, nenhum deles fazendo fronteira com o de Lisboa. Um desses concelhos é o de Sesimbra.

Assim, na região da AML verificou-se um crescimento positivo nos três períodos intercensitários, mas o último registou um abrandamento nesse crescimento total, obtendo-se uma taxa de crescimento de 1,7% face a cerca de 6% nos dois períodos intercensitários anteriores.

Tabela 2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos

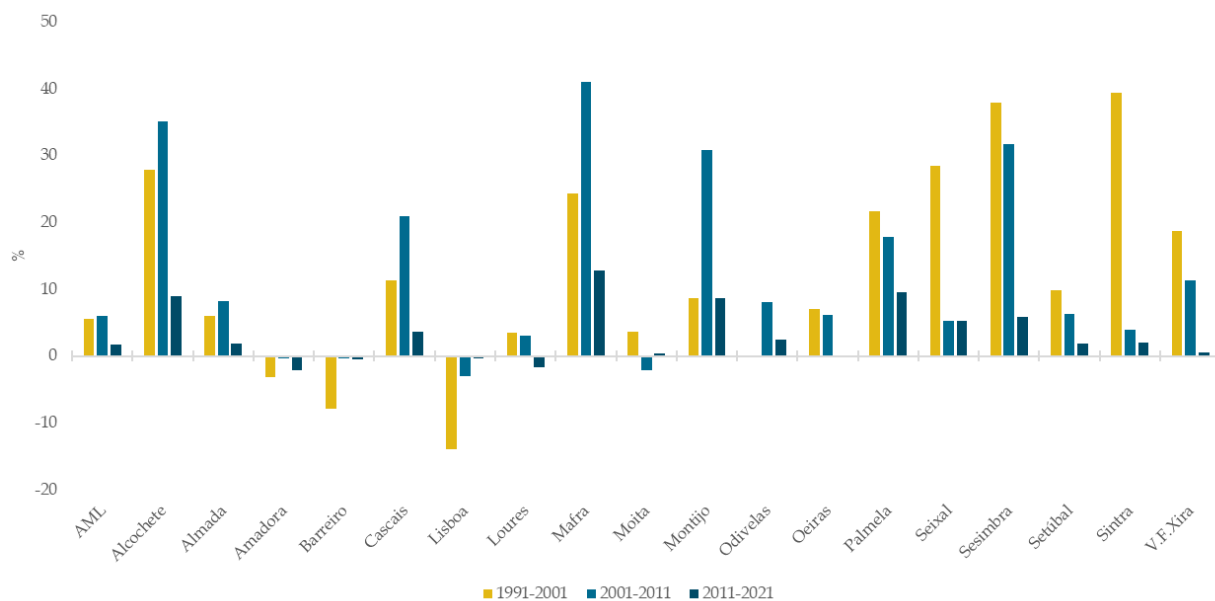
Região / Concelho	Período		2011-2021
	1991-2001	2001-2011	
AML	5,6	6,0	1,7
Alcochete	27,9	35,0	9,0
Almada	6,0	8,2	1,8
Amadora	-3,2	-0,4	-2,1
Barreiro	-7,9	-0,3	-0,5
Cascais	11,3	21,0	3,7
Lisboa	-14,0	-3,0	-0,4
Loures	3,5	3,0	-1,7
Mafra	24,3	41,1	12,8
Moita	3,6	-2,1	0,3
Montijo	8,7	30,8	8,7
Odivelas	--	8,0	2,4
Oeiras	7,1	6,2	-0,3
Palmela	21,7	17,8	9,6
Seixal	28,5	5,3	5,2
Sesimbra	37,9	31,8	5,8
Setúbal	9,9	6,4	1,9
Sintra	39,4	3,9	2,1
V. F. Xira	18,7	11,4	0,5

Fonte: CML, Carta Educativa de Lisboa 2008; Cálculos próprios, a partir de INE, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do Município de Odivelas (em 1998).

Para o abrandamento do crescimento populacional da AML terá contribuído o crescimento negativo dos concelhos da Amadora, Loures, Lisboa e Oeiras, bem como o abrandamento do crescimento, no período mais recente, verificado nos concelhos com saldo positivo. Os concelhos que contribuíram, entre 2011 e 2021, com um crescimento populacional positivo mais elevado em toda a região foram, por ordem de importância do crescimento, os de Mafra, Palmela, Alcochete, Montijo, Sesimbra e Seixal, ou seja, quase todos da margem sul do Tejo.

Gráfico 7: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011, 2011-2021, Área Metropolitana de Lisboa (AML) - total e concelhos



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Estas tendências dever-se-ão ao crescimento positivo global da AML e à pressão urbanística que se faz sentir no concelho de Lisboa, potenciando um reforço de transferências habitacionais para concelhos limítrofes da capital, com capacidade atrativa para a fixação da população, em termos habitacionais. O concelho de Sesimbra surge, neste contexto, bem posicionado, registando uma continuidade do crescimento populacional, apesar do abrandamento no crescimento verificado no último período intercensitário, alinhado com o verificado nos restantes concelhos com crescimento positivo. Assim, o crescimento evoluiu de 37,9% para 31,8% e 5,8%, ao longo dos três períodos intercensitários.

Ora, esse crescimento é desigualmente distribuído pelo território, fazendo sentido uma análise mais fina e geograficamente desagregada. Consideramos, assim, de seguida, a evolução da população nos períodos já referidos, ao nível da freguesia no concelho de Sesimbra.

Para a análise, consideram-se as três freguesias que compõem o concelho, nomeadamente, Quinta do Conde, Castelo e Santiago, cuja dimensão territorial é de 14,2, 178,8 e 1,99 Km², respetivamente.

Apresentam-se, de seguida, os valores referentes aos efetivos populacionais dos quatro últimos momentos censitários, para cada uma das freguesias e os resultados da taxa de crescimento total dos períodos intercensitários.

Tabela 3: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011, 2021, Concelho de Sesimbra por freguesias

Freguesia	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Quinta do Conde	7.958	16.567	25.606	28.089
Castelo	11.967	15.207	19.053	20.212
Santiago	7.321	5.793	4.841	4.083

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A dimensão territorial tinha, no início do período alargado em análise, influência sobre os resultados do efetivo populacional – que se esbateu, ao longo do tempo – e tem, como veremos à frente, sobre a densidade populacional dos diferentes concelhos. O reduzido efetivo populacional, bem como a localização de cada concelho, sobretudo do interior da região, pode determinar, à partida, maiores oscilações no crescimento. No caso de Sesimbra, as perdas populacionais são significativas em uma das freguesias e os ganhos evidentes nas restantes duas. É disso que dá conta a taxa de crescimento populacional para os diferentes períodos intercensitários, nas três freguesias do concelho.

Tabela 4: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Concelho de Sesimbra por freguesias

Freguesia	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Quinta do Conde	108,2	54,6	9,7
Castelo	27,1	25,3	6,1
Santiago	-20,9	-16,4	-15,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Numa visão de conjunto, é perceptível que, no primeiro período intercensitário (1991-2001), há perdas e ganhos populacionais mais acentuados face ao segundo (2001-2011) e, sobretudo, ao terceiro (2011-2021). As três freguesias caracterizam-se por dinâmicas de crescimento diferenciadas entre si, mas cada uma constante na tendência de ganhos ou perdas populacionais.

A freguesia do Castelo, sendo aquela que ocupa a grande maioria do território do concelho, era, também, a mais populosa, em 1991. Contudo, o franco crescimento da população da freguesia da Quinta do Conde determinou um maior número de efetivos nesta freguesia, já em 2001, que se manteve em 2011 e 2021. As duas freguesias registaram um crescimento total positivo ao longo dos três períodos

intercensitários, e um abrandamento desse crescimento ao longo do tempo. A freguesia de Santiago, com um efetivo populacional próximo do da Quinta do Conde em 1991, registou uma tendência de crescimento contrária, com perdas populacionais permanentes. Ao longo de quatro décadas a configuração da distribuição populacional pelas três freguesias alterou-se consideravelmente. Se em 1991, havia um maior equilíbrio nessa distribuição e a freguesia com maior dimensão era a mais populosa, já no ano de 2021, as três freguesias registavam um volume populacional bastante mais divergente e uma capacidade de fixação da população muito desigual e não alinhado com a dimensão territorial. No último ano em análise, a população das freguesias da Quinta do Conde, Castelo e Santiago, era de 28.089, 20.212 e 4.083, respetivamente.

Assim, os resultados da taxa de crescimento total por freguesias, nos dois períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos por tipo de crescimento e evolução desse crescimento entre um período e outro, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado, e um reforço desse decréscimo no último período intercensitário, isto é, há um aumento de perdas populacionais);
- Decréscimo permanente (com crescimento negativo em todos os períodos);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo nos diferentes períodos, embora no último período intercensitário os valores do crescimento se aproximem de zero);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo);
- Inversão para tendência positiva (de um crescimento negativo passou-se para um crescimento positivo);
- Crescimento esbatido (com crescimento positivo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se atenuem consideravelmente);
- Crescimento permanente/consolidado (verifica-se um crescimento positivo em ambos os períodos intercensitários).

No quadro seguinte, encontra-se a distribuição das três freguesias por alguns dos grupos definidos na tipologia de crescimento.

Tabela 5: Freguesias de Sesimbra em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)

Grupo	Freguesias
Decréscimo permanente	Santiago
Crescimento permanente / consolidado	Quinta do Conde, Castelo

Fonte: Construção própria.

Numa análise de conjunto, poder-se-á dizer que os ganhos e as perdas populacionais se mantiveram, tendo-se atenuado, sobretudo os ganhos, dos dois primeiros para o último período intercensitário. Neste último, a freguesia de Santiago apresentou um crescimento negativo (-15,7%), por oposição ao crescimento positivo de Castelo (6,1%) e Quinta do Conde (9,7%), que mantêm um ritmo de crescimento positivo. O

concelho de Sesimbra situar-se-ia no grupo de crescimento permanente, aquele que agrega duas das três freguesias.

Das dinâmicas de crescimento observadas decorrem ajustamentos nas proporções da população de cada freguesia no conjunto do concelho. Se, em 1991, era a freguesia do Castelo a que reunia quase metade da população do concelho (com cerca de 44%), e as restantes duas não chegavam aos 30% de população cada, já em 2001, era a freguesia da Quinta do Conde a que apresentava uma proporção de 44,1% da população, seguida da freguesia do Castelo (com 40,5%) e da de Santiago (com 15,4% do total).

Tabela 6: Proporção de população das freguesias no conjunto da população do concelho de Sesimbra (%), 2021

Freguesia	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Quinta do Conde	29,2	44,1	51,7	53,6
Castelo	43,9	40,5	38,5	38,6
Santiago	26,9	15,4	9,8	7,8
Concelho Sesimbra	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

As tendências verificadas mantiveram-se e, em 2011 e 2021, a freguesia da Quinta do Conde concentrava já mais de metade da população do concelho, em detrimento, sobretudo, da freguesia de Santiago, cujo efetivo representava, no último ano, 7,8% da população de Sesimbra. A freguesia do Castelo, apesar da perda de peso populacional, no conjunto, foi a que registou menos alterações, situando-se numa posição intermédia face às restantes, que revelaram tendências e posições mais contrastantes, o que é tanto mais significativo se se notar que apresentam dimensões territoriais mais próximas entre si.

Vejamos, de seguida, os resultados da densidade populacional das diferentes freguesias, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total dos mesmos.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população no concelho de Sesimbra, atendendo quer ao volume populacional, quer à área das diferentes freguesias, introduzimos na análise os valores da densidade populacional. Deste modo, os resultados para a densidade populacional dão conta de que, apesar de a freguesia de Santiago ser, claramente, a menos populosa, era a que apresentava, em 2021, uma densidade populacional mais elevada (2051,8 hab./km²), por via da sua dimensão territorial (2 Km²). Com um valor próximo (1975,3 hab./km²), decorrente de uma forte concentração da população num território de cerca de 14 km² situa-se a freguesia da Quinta do Conde. A freguesia do Castelo apresentava uma densidade populacional bastante inferior (113,1 hab./km²), atendendo à sua dimensão territorial (178,8 km²), claramente mais ampla do que a das restantes freguesias.

Tabela 7: Densidade populacional (Pop./km²), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021

Freguesias / Concelho	Densidade Populacional
Quinta do Conde	1975,3
Castelo	113,1
Santiago	2051,8
Concelho Sesimbra	268,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Sítio do Concelho de Sesimbra.

Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e alguma diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional do concelho e das freguesias que o compõem. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias,¹⁹ o índice de envelhecimento,²⁰ as proporções etárias²¹ e as relações de dependência²² de Sesimbra e das freguesias em análise, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações para o ano de 2021, a partir da informação referente ao último recenseamento populacional.

As pirâmides etárias de Quinta do Conde e Castelo, que apresentam a repartição da informação por sexo e idade, com desagregação da informação para grupos etários anuais, revelam, uma estrutura populacional com menor expressão relativa da população jovem e, sobretudo, adulta jovem, e uma mais forte presença da população adulta, a partir dos 40 anos. No caso do Castelo, a ausência de população em idade ativa jovem é mais evidente, com uma ausência clara de efetivos, entre os 25 e os 35 anos, face aos das classes etárias adjacentes ou mais próximas. As estruturas populacionais aqui representadas, revelam-se menos desequilibradas do que a de Santiago, pela menor lapidação dos efetivos dos grupos etários mais jovens. Verifica-se, ainda, uma sobrerrepresentação da população feminina face à masculina, na população

¹⁹ As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

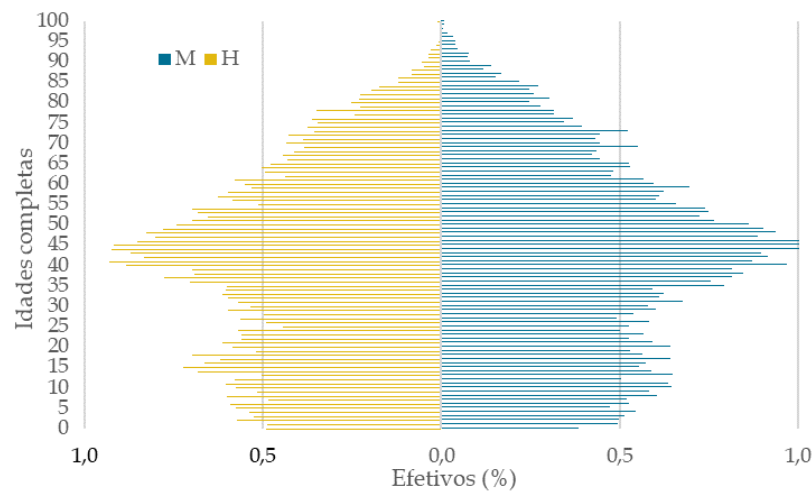
²⁰ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14)*100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

²¹ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

²² As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.

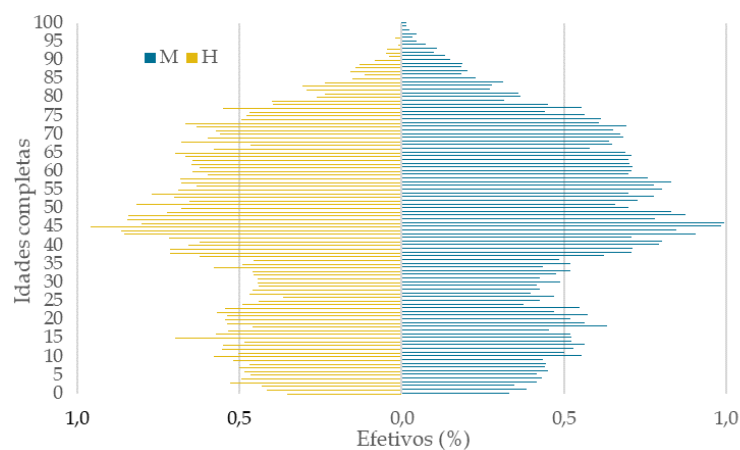
adulta e nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

Gráfico 8: Pirâmide etária (%) Quinta do Conde, 2021



Fonte: Construção própria.

Gráfico 9: Pirâmide etária (%) Castelo, 2021

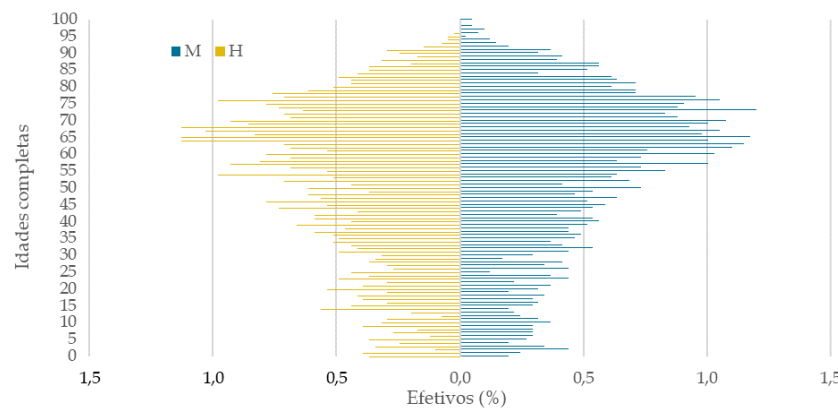


Fonte: Construção própria.

A pirâmide etária de Santiago revela uma forte oscilação na representação dos efetivos nos diferentes grupos etários da estrutura populacional (atendendo ao reduzido número de efetivos) com menor expressão da população jovem e adulta jovem, e maior presença da população adulta mais velha e da

população idosa. Os grupos etários cuja população apresenta um menor peso no conjunto da população do concelho, situam-se até aos 30 anos de idade, isto é, nas idades mais jovens. Verifica-se, ainda, uma sobrerrepresentação da população feminina face à masculina, nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

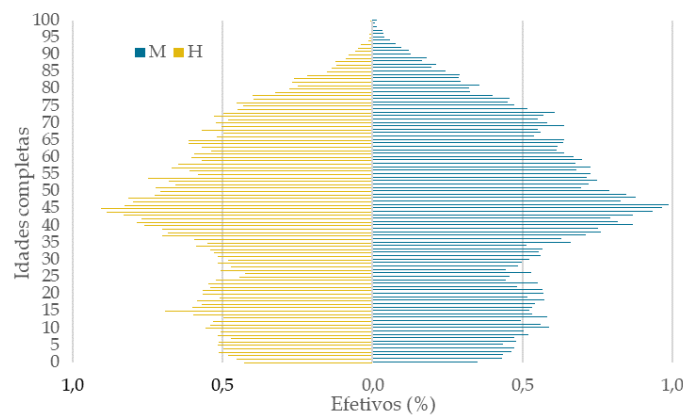
Gráfico 10: Pirâmide etária (%) Santiago, 2021



Fonte: Construção própria.

A pirâmide etária do concelho de Sesimbra apresenta, como a generalidade das restantes, uma estrutura populacional envelhecida, pelo maior peso da população adulta (a mais representada) e idosa face ao da população jovem e, sobretudo, jovem adulta. A base da pirâmide regista um estreitamento, que decorrerá da diminuição da fecundidade num período recente.

Gráfico 11: Pirâmide etária (%) Sesimbra, 2021



Fonte: Construção própria.

Tabela 8: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021

Freguesias / Concelho	Total	Jovens (0-14)	Adultos (15-64)	Idosos (65 e +)
Quinta do Conde	28089	4635	18909	4545
Castelo	20212	2850	12783	4579
Santiago	4083	344	2177	1562
Concelho Sesimbra	52384	7829	33869	10686

Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A análise do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dão conta de um nível de envelhecimento considerável no concelho de Sesimbra, embora se verifique um perfil diferenciado de estruturas populacionais entre as diferentes freguesias.

Tabela 9: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021

Freguesias / Concelho	IE	Proporção Jovens	Proporção Adultos	Proporção Idosos	Rel. Dep. Jovens	Rel. Dep. Idosos	Rel. Dep. Total
Quinta do Conde	98,1	16,5	67,3	16,2	24,5	24,0	48,5
Castelo	160,7	14,1	63,2	22,7	22,3	35,8	58,1
Santiago	454,1	8,4	53,3	38,3	15,8	71,8	87,6
Concelho de Sesimbra	136,5	14,9	64,7	20,4	23,1	31,6	54,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Com efeito, apesar de, em média, em Sesimbra existir, em 2021, um número de idosos claramente superior ao de jovens (o que resulta num índice de envelhecimento superior a 100), a distribuição do envelhecimento pelas três freguesias é muito desigual.

Assim, a freguesia da Quinta do Conde apresenta um índice de envelhecimento de 98,1%, o que revela equilíbrio entre o número de idosos e de jovens (por cada 100 jovens existiam, em 2021, cerca de 98 idosos), sendo a população adulta a mais representada. Efetivamente, as populações jovem e idosa, no conjunto, não representam metade da população adulta, sendo a relação de dependência total de 48,5%. Esta é a única freguesia do concelho cujos resultados referentes às proporções etárias revelam uma maior representação da população jovem (16,5%) face à população idosa (16,2%).

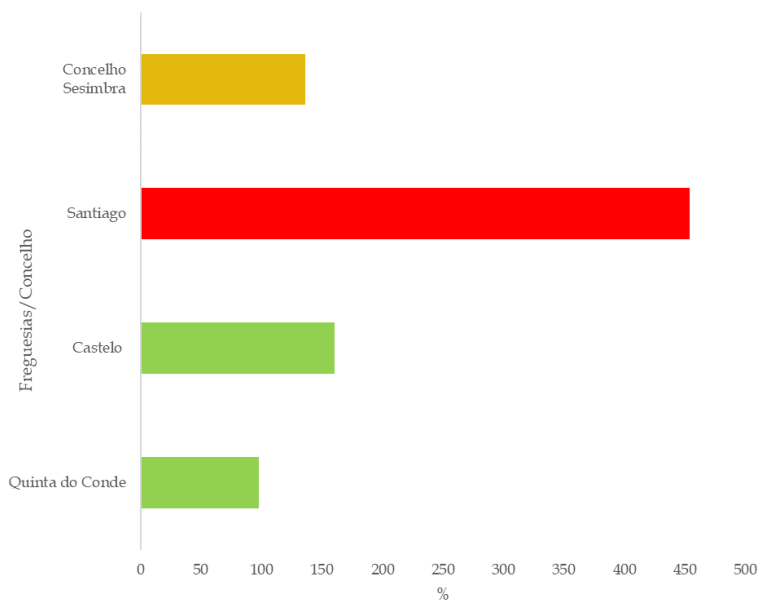
De forma francamente contrastante, a freguesia de Santiago apresenta o índice de envelhecimento mais elevado do concelho, com um resultado de 454,1 idosos por cada 100 jovens, em 2021, a que se associa uma proporção de jovens de 8,4% e de idosos de 38,3%. Daqui, decorre uma relação de dependência total de 87,6%, ou seja, por cada 100 adultos, existiam 87,6 jovens e idosos.

Com uma posição intermédia, a freguesia do Castelo denota envelhecimento populacional, apresentando um índice de envelhecimento de 160,7%. A população adulta, sendo a mais representada,

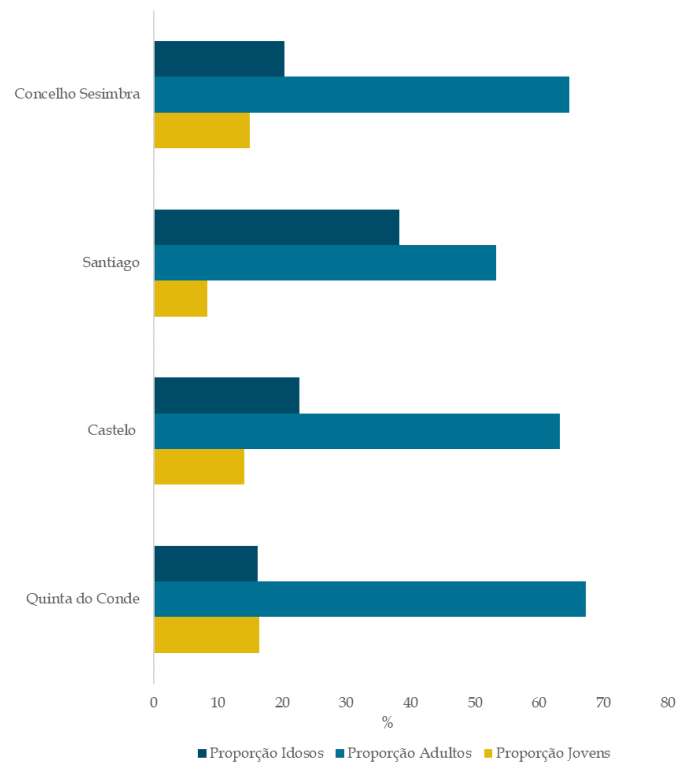
está em clara maioria face aos jovens e idosos. Com efeito, a relação de dependência total revela que, por cada 100 adultos, existiam 58,1 jovens e idosos.

A freguesia com uma maior proporção de jovens (16,5%) e de adultos (67,3%) é a da Quinta do Conde. A que apresenta uma maior proporção de idosos é a de Santiago (38,3%).

Gráfico 12: Índice de Envelhecimento (%), por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 13: *Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2021*

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A estrutura populacional das duas freguesias com maior índice de envelhecimento revela um menor número de jovens face ao de idosos, assim como proporções mais reduzidas de população em idade adulta (dos 15 aos 64 anos) e valores mais elevados para as relações de dependência. Os grupos etários com maior expressão são, ainda assim, os que correspondem às idades férteis em que, atualmente, no nosso país, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Ora, o volume e as estruturas populacionais influenciam fortemente os comportamentos e as dinâmicas populacionais, no que diz respeito ao movimento migratório e natural.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório do concelho de Sesimbra.

Dinâmica populacional - Crescimento Total, Natural e Migratório

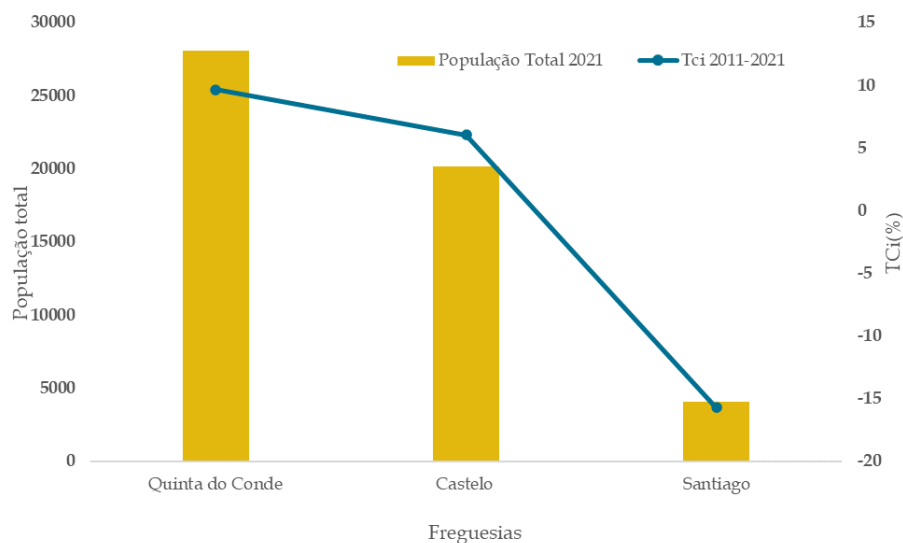
Anteriormente, já tinham sido apresentados os resultados para a taxa de crescimento total referente aos três últimos períodos intercensitários. Concentramo-nos, agora, no crescimento verificado no último período (2011-2021) e no total da população recenseada em 2021.

Tabela 10: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total concelho de Sesimbra

Freguesias / Concelho	População Total 2021	Tci 2011-2021
Quinta do Conde	28089	9,7
Castelo	20212	6,1
Santiago	4083	-15,7
Concelho Sesimbra	52384	5,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Gráfico 14: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCi (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total do concelho de Sesimbra



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A análise dessa informação indica que Santiago é a freguesia com um efetivo populacional mais reduzido (4083) e a única com perdas populacionais, entre 2011 e 2021. A freguesia do Castelo, apresenta um número de efetivos em 2021 e um crescimento intercensitário intermédio e a freguesia da Quinta do Conde registou o maior número de efetivos, em 2021, e o maior crescimento no último período intercensitário.

Verifica-se, com efeito, uma correspondência entre o menor número de efetivos em 2021 e um menor crescimento ou até decréscimo populacional na década anterior ao último censo. Nesse sentido, o menor número de efetivos poderá determinar uma maior oscilação no crescimento populacional, que foi negativo em Santiago, no período de 2011 a 2021, mas tal não será a única causa dessa tendência.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela 11).

No balanço do movimento natural, verificou-se, na freguesia da Quinta do Conde, ao longo do último período intercensitário, um crescimento positivo (3,5%), resultante de uma taxa bruta de natalidade mais elevada do que a de mortalidade. Já nos casos de Castelo e Santiago, mas, sobretudo neste último, o crescimento natural foi negativo. Santiago registou um decréscimo de 14,9 indivíduos por cada 100, em termos naturais, no último período intercensitário.

Em situação intermédia e mais próxima do total de Sesimbra (0,3%), a freguesia do Castelo registou uma taxa de crescimento natural de -0,7%. A média do concelho, com um crescimento natural quase nulo, mas, ainda assim, positivo, beneficia, assim, do resultado do crescimento francamente positivo da freguesia da Quinta do Conde. Ora, nessa freguesia, a proporção de jovens mais elevada e os menores índices de envelhecimento (referidos atrás), poderão resultar desta dinâmica natural menos negativa.

Já o movimento migratório, com um valor global positivo para o concelho de Sesimbra (de 5,4%, o que significa um acréscimo populacional de 5,4 indivíduos por cada 100, em termos migratórios, ao longo do período intercensitário), apresentou resultados positivos em 2 das 3 freguesias. Com efeito, a taxa da balança migratória apresenta resultados que compensam, em certa medida, nesses casos, o efeito negativo das taxas de crescimento natural, sendo suficientes para compensar um crescimento quase nulo em termos naturais e para inverter a tendência global de crescimento negativo de duas das freguesias do concelho.

Neste quadro, e produzindo um efeito tendencialmente compensatório, a freguesia do Castelo, que regista um saldo natural negativo, é a que revela um saldo migratório positivo mais elevado, em termos relativos e com maior intensidade do que a freguesia da Quinta do Conde, cujo crescimento total foi mais intenso. Tal significa que se, no caso da Quinta do Conde, os crescimentos natural e migratório positivos contribuíram para um crescimento total positivo, já no caso do Castelo, o crescimento total positivo é claramente tributário do crescimento migratório positivo, o mais elevado do concelho. Na freguesia de Santiago, as duas componentes do crescimento, mas, sobretudo a natural, contribuem para o crescimento total negativo do último período intercensitário.

No conjunto, é evidente que a dinâmica migratória se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica natural, neste concelho, determinando um crescimento positivo ou menos negativo, em termos totais. O efeito desses ganhos tem sido, até ao momento, o de atenuar eventuais perdas globais, assim como o de superar o saldo natural.

Tabela 11: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2021 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia e concelho, Sesimbra

Concelho / Região	Pop.2011	Pop.2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat.(%)	TBMort.(%)	TCN*(%)	TBM*(%)	TCT*(%)	Tip. Cresc.**
Quinta do Conde	25606	28089	2862	1915	947	1536	10,7	7,1	3,5	5,7	9,2	CP
Castelo	19053	20212	1739	1885	-146	1305	8,9	9,6	-0,7	6,6	5,9	CP
Santiago	4841	4083	307	973	-666	-92	6,9	21,8	-14,9	-2,1	-17,0	DP
Sesimbra	49500	52384	4908	4773	135	2749	9,6	9,4	0,3	5,4	5,7	CP

*** Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

*TCN - Taxa de Crescimento Natural, TBM - Taxa da Balança Migratória, TCT - Taxa de Crescimento Total.

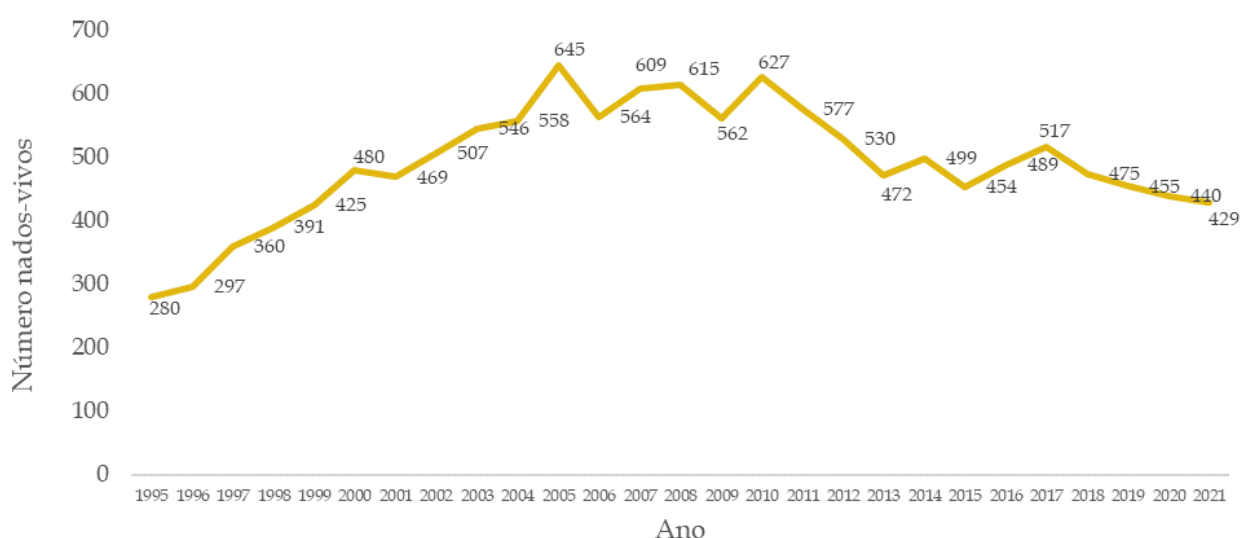
Categorias da Tipologia de Crescimento: Decréscimo permanente (DP); Crescimento permanente/consolidado (CP).

Dinâmica populacional – Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade²³ e a fecundidade²⁴ do concelho, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural positivo, mas próximo de zero, ou seja, em que os resultados da natalidade superam os da mortalidade, mas por uma pequena margem.

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)²⁵ e situaremos os resultados de Sesimbra no contexto nacional e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos no concelho, ao longo do período de 1995 a 2021.

Gráfico 15: Nados-vivos (N), concelho de Sesimbra, 1995-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1995-2021.

A evolução do número de nados-vivos no concelho de Sesimbra revela oscilações ao longo do período de mais de duas décadas, registando-se um aumento do número de acontecimentos, entre o início e o final do período. Assim, se o número de nados-vivos era de 280 em 1995, já em 2021 registaram-se 429 acontecimentos. A tendência de crescimento do número de nados-vivos, que se registava desde 1995, foi interrompida na década de 2000, sendo que, a partir de 2010 (ano em que se registou um dos valores mais elevados de todo o período) se iniciou um movimento de quebra do fenómeno da natalidade, ainda não totalmente invertido.

²³ A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

²⁴ A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo, no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

²⁵ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Nesse período de quebra, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, a diminuição da frequência absoluta da natalidade, sobretudo, até 2013.

Em 2020 e 2021, as quebras nos resultados dos nados-vivos, face ao ano anterior, podem, pelo menos em parte, dever-se ao contexto de pandemia (por COVID-19).

Estes resultados, apresentados graficamente em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional do concelho em que ocorrem, sobretudo quando se pretende realizar uma análise comparativa. Importa, assim, observar não tanto a grandeza absoluta dos valores do concelho, mas, sobretudo, a tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que considera e sintetiza não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas também a respetiva distribuição etária.

Apresentam-se, assim, de seguida os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2021, para o concelho de Sesimbra, para a região da AML e para o país.

Os valores do indicador dão conta de que, em todos os anos em análise, o concelho de Sesimbra não chega a atingir 2,1 filhos por mulher, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações. O mesmo se aplica a Portugal e à região da AML.

É de notar que ao longo dos anos em análise, é a AML que regista níveis mais elevados de fecundidade, por comparação com o concelho de Sesimbra e a média nacional. Os resultados de Sesimbra assumem, por seu lado, valores mais próximos dos da AML, ficando, na maioria dos anos, acima da média nacional. É na última década que se regista uma inversão desta tendência, no sentido em que Sesimbra regista níveis mais baixos de fecundidade face à média do país nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020, anos recentes. Ainda assim, em 2021, no concelho de Sesimbra o número médio de filhos por mulher era de 1,41, tendo, por isso, nesse último ano, superado, novamente, a média nacional (1,34 filhos por mulher).

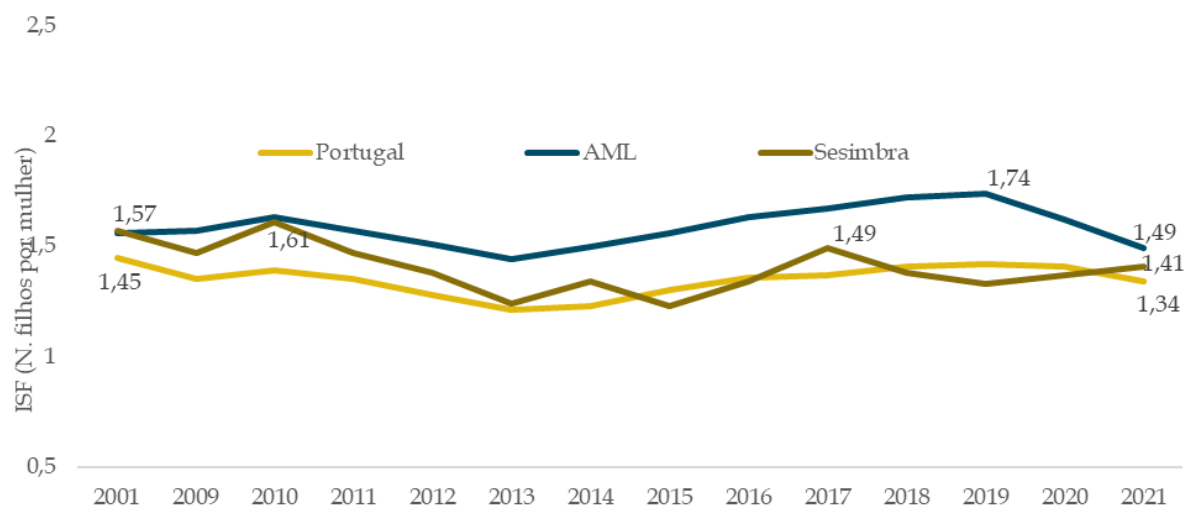
Apesar da recuperação dos valores no final do período em análise, os resultados de Sesimbra dos últimos anos não atingiram ainda os alcançados no início da década de 2000, para o que não será neutra a crise económica e financeira mundial que afetou Portugal na primeira metade da última década, a pandemia dos últimos dois anos em análise e o impacto que esses fenómenos tiveram nas dinâmicas populacionais, nomeadamente, de cariz migratório e natural, que se interligam.

Tabela 12: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 2001, 2009-2021

Região \ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,3	1,36	1,37	1,41	1,42	1,41	1,34
AML	1,56	1,57	1,63	1,57	1,51	1,44	1,5	1,56	1,63	1,67	1,72	1,74	1,62	1,49
Sesimbra	1,57	1,47	1,61	1,47	1,38	1,24	1,34	1,23	1,34	1,49	1,38	1,33	1,37	1,41

Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2021.

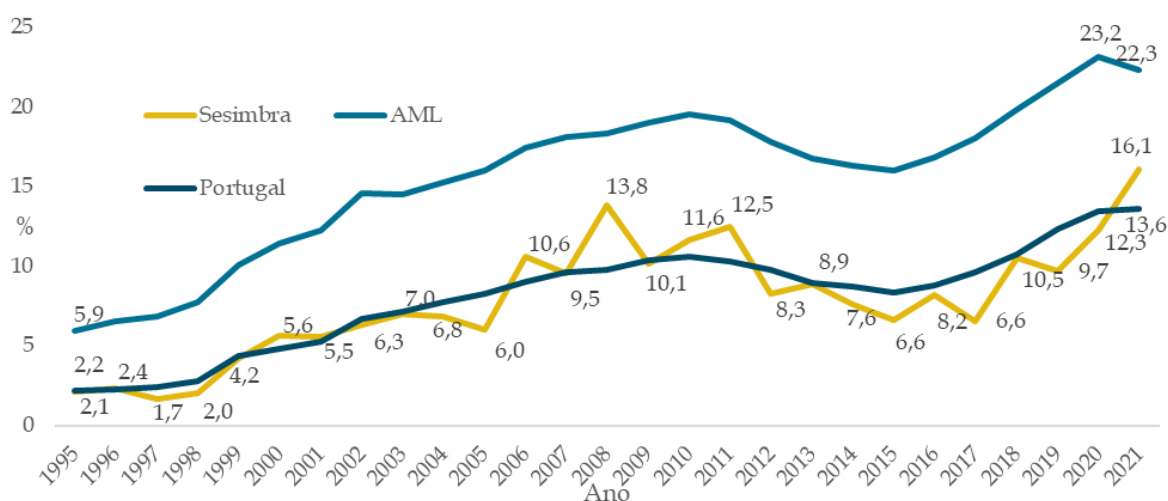
Gráfico 16: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 2001, 2009-2021



Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2020.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no concelho de Sesimbra, assim como na região da AML e no país, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 1995 a 2021.

Gráfico 17: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Sesimbra, 1995-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1995-2021.

Em 1995, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras era de aproximadamente 2% no concelho de Sesimbra e no país, sendo já de cerca de 6% na AML. Ou seja, em Sesimbra e no país, naquele ano, por cada 100 nados-vivos, cerca de 2 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira, sendo de 6 na AML. A média da AML revelou uma maior proporção de nados-vivos filhos de mães estrangeiras em todo o período em análise, face ao concelho e ao país, a que não será alheia a forte

concentração de população migrante na região da capital. Contudo, a tendência evolutiva do indicador (no sentido do crescimento ou do decréscimo) é semelhante nos três casos.

Assim, apesar do aumento da proporção de nados-vivos filhos de mães estrangeiras até ao final da década de 2000, registou-se depois uma diminuição do valor desse indicador, isto é, sobretudo ao longo da primeira metade da década de 2010, que se liga à diminuição do Índice Sintético de Fecundidade e à diminuição da frequência do fenómeno migratório, nesses anos. A última metade dessa década apresenta uma nova tendência de crescimento, sendo que no último ano, apenas em Sesimbra, há um crescimento da proporção de nados-vivos filhos de mães estrangeiras, deslocando-se, assim, da proporção registada para o país e aproximando-se da AML. Nesse último ano de análise, em Sesimbra, por cada 100 nados-vivos, mais de 16 era de mães estrangeiras. Na AML, o resultado era de 22,3% e no país de 13,6%.

Projeções Demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é o de compreender as consequências e implicações da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias (imigração e emigração) que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020)²⁶ apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por cortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5)

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

“CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

²⁶ INE (2020), Documento metodológico. Projeções de população residente. Consulta em www.ine.pt, file:///C:/Users/35191/Downloads/DMET%20-%20ProjecoesPopula%C3%A7%C3%A3o2018_2020_vers%C3%A3o_4.0_final-2.pdf

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica do concelho de Sesimbra, será adotado o cenário central, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelas diferentes freguesias e pelo concelho, nos três últimos períodos intercensitários (que consideram a informação dos últimos quatro censos). De acordo com essas características, considera-se que o cenário central será o mais ajustado ao concelho e respetivas freguesias, que apresentaram, maioritariamente, ao longo dos períodos intercensitários até 2021 um crescimento populacional, mesmo que atenuado no último período.

Com efeito, na nossa análise, de acordo com a tipologia de crescimento proposta, duas das três freguesias e o concelho situavam-se na categoria de crescimento permanente ou consolidado. O cenário central será o mais ajustado a esta tendência, ao pressupor: i) no caso do resultado da fecundidade, uma recuperação moderada dos níveis de fecundidade, com o Índice Sintético de Fecundidade (até atingirem de 1,59 filhos por mulher); no caso da mortalidade, a continuação de tendências recentes de melhoria da mortalidade; no caso das migrações, a continuação das tendências recentes de evolução da imigração e emigração, com manutenção de saldos migratórios positivos. (INE, 2020: 11-34)

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados associados ao concelho de Sesimbra e respetivas freguesias. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com particular cautela, pela reduzida dimensão populacional associada às freguesias que compõem o concelho de Sesimbra.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para o concelho de Sesimbra e freguesias e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023.

A partir da informação censitária de 2021, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual de cada freguesia no conjunto do concelho, em termos populacionais, para 2021.

Tabela 13: População por grupos etários escolares e população total (n.º), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021

Freguesia / Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Quinta do Conde	891	1244	692	985	1060	649	5521	28089
Castelo	556	757	432	648	668	444	3505	20212
Santiago	72	87	53	61	83	51	407	4083
Concelho Sesimbra	1519	2088	1177	1694	1811	1144	9433	52384

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 14: População por grupos etários escolares (% do total), por freguesias e total concelho de Sesimbra, 2021, Proporção da população total (%) das freguesias no total do concelho de Sesimbra, 2021

Freguesia/ Concelho	Grupos etários escolares (2021)						Total (idade escolar) (2021)	Prop. Pop. total freguesia no concelho (2021)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Quinta do Conde	3,17	4,43	2,46	3,51	3,77	2,31	19,66	53,62
Castelo	2,75	3,75	2,14	3,21	3,30	2,20	17,34	38,58
Santiago	1,76	2,13	1,30	1,49	2,03	1,25	9,97	7,79
Concelho Sesimbra	2,90	3,99	2,25	3,23	3,46	2,18	18,01	100

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 e das projeções para o mesmo ano, de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região da AML, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo e do cenário central das projeções à população observada através do censo. Por outro lado, as tendências reveladas pelo cenário central também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram crescimento populacional, no período intercensitário mais recente.

Tabela 15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e AML, por cenários

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247
AML	2913160	2928285	2940608	2846963

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário central proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população no concelho de Sesimbra face ao total da AML mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares no concelho, ao longo dos períodos ou quinquênios de 2023 a 2033, segue tendência média da região, a partir do valor de partida de cada freguesia. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 nos grupos etários escolares, em cada freguesia.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares da região da AML de 2021 comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com as diferenças dos resultados entre grupos etários da AML. Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar na AML, a sua variação ao longo dos quinquênios em análise, bem como a proporção da população do concelho de Sesimbra no conjunto da região e a das freguesias, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, nas freguesias de Sesimbra, para os anos de 2023, 2028 e 2033.

Tabela 16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário central, AML, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	90581	117652	65538	95803	94332	62072	525978	2928285
2023	91348	120487	59562	98311	96683	63907	530298	2965161
2028	87382	120776	61419	90511	92289	66137	518514	2988083
2033	85893	116063	59509	91732	92740	60230	506167	3007714

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário central AML, 2021, 2023, 2028, 2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	3,09	4,02	2,24	3,27	3,22	2,12	17,96
2023	3,08	4,06	2,01	3,32	3,26	2,16	17,88
2028	2,92	4,04	2,06	3,03	3,09	2,21	17,35
2033	2,86	3,86	1,98	3,05	3,08	2,00	16,83

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário central, AML, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	-0,41	1,14	-10,25	1,34	1,22	1,68	-0,43
2023-2028	-5,08	-0,53	2,33	-8,64	-5,28	2,70	-2,97
2028-2033	-2,35	-4,53	-3,74	0,69	-0,17	-9,53	-3,02

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2023

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Quinta do Conde	887	1258	621	998	1073	660	5498
Castelo	554	766	388	657	676	451	3491
Santiago	72	88	48	62	84	52	405
Concelho Sesimbra	1513	2112	1056	1717	1833	1163	9394

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2028

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Quinta do Conde	842	1251	636	912	1016	678	5334
Castelo	526	762	397	600	640	464	3388
Santiago	68	88	49	56	80	53	393
Concelho Sesimbra	1436	2101	1081	1568	1736	1195	9115

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, por freguesias e total do concelho de Sesimbra, 2033

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Quinta do Conde	823	1195	612	918	1015	613	5173
Castelo	513	727	382	604	639	419	3285
Santiago	66	84	47	57	79	48	381
Concelho Sesimbra	1402	2005	1041	1579	1733	1081	8840

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica do concelho que se apresenta neste subcapítulo baseia-se em dados retirados do INE, em particular, em fontes de dados como o Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de cinco dimensões principais: i) tecido empresarial, ii) empregabilidade, iii) desemprego e dos apoios sociais, iv) população ativa, taxas de atividade e remunerações e v) escolaridade da população.

As análises expostas neste subcapítulo focam-se no concelho de Sesimbra e na sua comparação aos valores da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e de Portugal continental.

Tecido empresarial

Tendo em vista a realização de uma caracterização inicial do tecido empresarial de Portugal,²⁷ da AML e do concelho de Sesimbra, utilizaram-se vários indicadores que revelam a sua dimensão e robustez. O primeiro destes indicadores designa-se por densidade das empresas não financeiras e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras²⁸ existem em cada território por cada 100 habitantes.

O número médio de empresas por km² aumentou ao longo dos anos em análise nos três territórios. A AML destaca-se face ao cenário nacional com valores bastante mais elevados. No concelho de Sesimbra, a densidade empresarial é consideravelmente superior ao observado para a média nacional e assume valores notáveis no contexto regional.

Relativamente ao número médio de empresas por cada 100 habitantes, o concelho de Sesimbra passa a registar menor número – cerca de 11 a 12 empresas – um pouco inferior aos valores registados para o Continente (13 empresas) e na AML (entre 13 e 14 empresas).

Estes dois indicadores indiciam um tecido empresarial com uma dimensão interessante em termos de número de empresas, em particular, considerando que se trata de um concelho com uma dimensão territorial mediana no mapa da AML.

²⁷ Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

²⁸ Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação – INE).

Tabela 22: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Densidade empresarial (Número médio de empresas por Km²)			Número médio de empresas por cada 100 habitantes		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	13,3	13,7	14,2	12,9	Pre 12,6	Pre 13,0
AML	117,5	121,6	126,9	13,4	Pre 13,0	Pre 13,6
Sesimbra	27,3	28,7	29,8	11,3	Pre 11,2	Pre 11,5

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/ INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Legenda: Pre = Valor Preliminar.

É também importante perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PME)²⁹ e Grandes Empresas (GE). Como é sabido, o tecido empresarial português é, na sua quase totalidade, constituído por PME, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1% do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário é semelhante na região da AML, onde existiam, em 2021, apenas 638 Grandes Empresas. Já no concelho de Sesimbra não existiam empresas desta dimensão sendo o tecido empresarial totalmente constituído por PME. Na tabela em baixo confirma-se o aumento do número de empresas no concelho sobretudo no ano de 2021.

Considerando o número total de empresas, o tecido empresarial do concelho de Sesimbra representava em 2021 apenas 1,5% do total de empresas existentes no mesmo ano na AML. Apesar da dimensão razoável a nível concelhio, a dimensão do tecido empresarial era entre média a reduzida quando comparada com os valores regionais.

Tabela 23: Número de PMEs e de Grandes Empresas, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			PME			Grandes empresas		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	1 260 923	1 244 194	1 283 412	1 259 667	1 242 979	1 282 138	1 256	1 215	1 274
AML	382 504	374 207	390 857	381 868	373 589	390 219	636	618	638
Sesimbra	5 829	5 828	6 058	5 829	5 828	6 058	0	0	0

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Passamos, agora, à análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas ativas existentes.

²⁹ A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação – INE)

Relativamente à taxa de natalidade das empresas, observa-se que no Continente, na região da AML e no concelho de Sesimbra houve uma queda no ano de 2020, ou seja, nasceram menos empresas por cada 100 existentes, que poderá ser explicada pelo início do contexto pandémico e, sobretudo, dos confinamentos que tiveram início no mês de março do mesmo ano. Em 2021, a taxa de natalidade de empresas recuperou nos três territórios, sendo de registar que, ao longo da série em análise, as percentagens da AML e de Sesimbra foram sempre superiores às nacionais. No último ano, nasceram 16,5 empresas por cada 100 existentes na AML e 16,1% em Sesimbra, enquanto apenas cerca de 14% no país.

As taxas de mortalidade das empresas registadas durante o mesmo período no Continente, na região da AML e no concelho de Sesimbra foram bastante próximas entre si, ainda que ligeiramente superiores no território concelhio. Verifica-se, também, que foram reduzindo ao longo do período, independentemente do contexto pandémico, passando a apresentar valores mais reduzidos em 2021 – 11,4, 12 e 13,4 empresas extintas por cada 100 existentes, pela ordem de territórios apresentada na tabela.

Apesar de uma taxa de mortalidade mais elevada, o concelho de Sesimbra apresentou ao longo da série valores muito parecidos com os nacionais e os regionais o que, em conjunto com taxas de natalidade de empresas mais elevadas, mostra que se trata de um tecido empresarial dinâmico e mesmo robusto, capaz de enfrentar o cenário de crise iniciado com a pandemia COVID-19 e decorrentes confinamentos.

Tabela 24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	14,8	11,8	13,7	12,3	Pro 11,8	Pre 11,4
AML	17,9	13,5	16,5	14,4	Pro 13,7	Pre 12,0
Sesimbra	18,4	14,6	16,1	14,5	Pro 13,9	Pre 13,4

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: Pro = Valor provisório; Pre = Valor preliminar.

Para terminar a análise do tecido empresarial, introduz-se a análise da distribuição das empresas não financeiras pelos setores de atividade. Nesta análise, focamos o último ano de análise possível, para o qual havia dados disponíveis (2021).

No Continente destacavam-se seis setores de atividade em termos de número de empresas, pela ordem: i) *Comércio por grosso e a retalho (...)*, ii) *Administrativas e dos serviços de apoio*, iii) *Consultoria, científicas, técnicas e similares*, iv) *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, v) *Saúde humana e apoio social* e vi) *Alojamento, restauração e similares* que, juntos, representavam 66% do tecido empresarial total do país.

Na AML o cenário é bastante semelhante assinalando-se como a única diferença o facto de o setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* diminuir o seu peso para apenas 2% do total das empresas da região, assumindo os outros cinco um peso de 55%.

No concelho de Sesimbra, o quadro geral altera-se ligeiramente (ver gráfico em baixo).

Tabela 25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, na AML e no Continente, 2021

Concelho/ Regiões/ País	Total	A, PQ, C, F, P	IE	IT	E, G, V, AQF, AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Continente	1 283 412	114 075	979	65 529	4 616	1 244	94 131	208 708	34 859	104 493	23 774	55 130	136 592	178 374	56 534	105 007	36 672	62 695
AML	390 857	7 820	80	10 241	1 008	321	22 931	52 261	15 416	29 377	12 267	24 681	53 323	75 076	16 359	34 396	15 773	19 527
Sesimbra	6 058	215	5	193	16	4	597	891	202	577	104	306	554	1 165	246	421	161	401

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

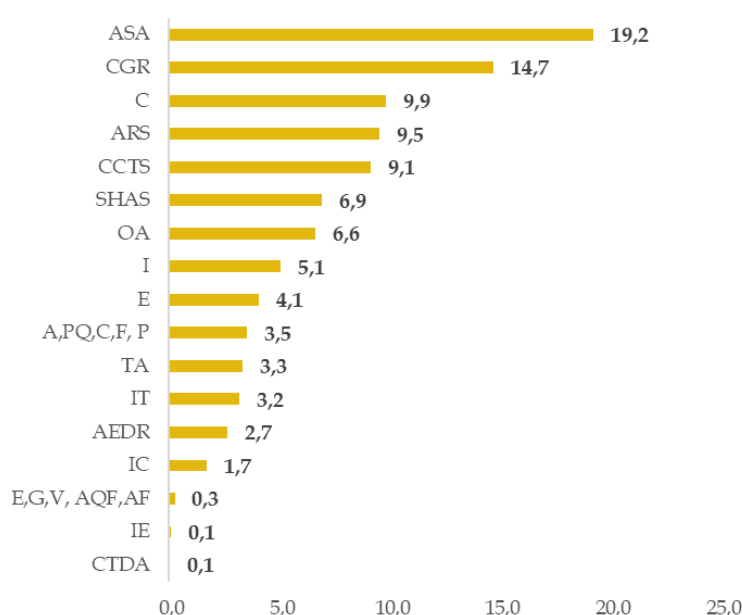
Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

As atividades *Administrativas e dos serviços de apoio* assumiam, em 2021, o maior peso em número de empresas representando 19,2%. Seguia-se o setor do *Comércio por grosso e a retalho (...)* com 14,7%; o setor da *Construção*, que não aparecia entre os que mais empresas tinham no Continente e na AML, com 9,9%; o setor do *Alojamento, restauração e similares*, um dos que tinham mais empresas no concelho, com 9,5%; e, ainda no grupo dos setores com percentagens de empresas superiores a 9%, o das atividades de *Consultoria, científicas, técnicas e similares*, com 9,1%.

Outros três setores destacam-se com pesos de considerar: a *Saúde humana e apoio social* (6,6%), outras atividades económicas não discriminadas (6,6%) e as atividades *Imobiliárias* (5,1%).

Ou seja, o tecido empresarial do concelho de Sesimbra é caracterizado por ter diversidade setorial tal como o observado no contexto nacional e regional.

Gráfico 18: Percentagem de empresas por setor de atividade económica, no concelho, 2021



Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

Empregabilidade e emprego

Passamos a avaliar a empregabilidade, a começar com o indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras.

Sendo o tecido empresarial nacional constituído, praticamente na sua totalidade, por PME, como analisado anteriormente, o número médio de pessoas por empresa é, naturalmente, baixo. Na tabela seguinte, verifica-se que, em Portugal continental, cada empresa empregava, em média, cerca de 3 pessoas, entre 2019 e 2021.

Na AML, o número médio de pessoas por cada empresa não financeira é mais elevado chegando perto das 4 pessoas por empresa, em média.

O concelho de Sesimbra apresentou ao longo dos três anos considerados um número médio de pessoas por empresa inferior, de cerca de 2 pessoas, em média, por empresa.

Tabela 26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, na AML e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	2019	2020	2021
Continente	3,2	3,2	3,2
AML	3,9	3,9	3,8
Sesimbra	1,9	1,9	1,9

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vejamos, em seguida, quais os setores de atividade económica que mais empregam pessoas no Continente, na região da AML e no concelho de Sesimbra, em média, mais uma vez, focando o ano de 2021.

Em Portugal continental, os setores com valores médios mais elevados de pessoal ao serviço das empresas não financeiras eram, em primeiro lugar, o da *Captção, trat. e dist. de água (...)*, com 28,2, depois o das *Indústrias transformadoras*, com 10,9 e as *Indústrias Extrativas*, com 9,8. De destacar ainda, os setores económicos da *Informação e comunicação*, com 6 e do *Transporte e armazenagem*, com 5,2. Nos restantes setores económicos o número médio de pessoas ao serviço era inferior a 4.

Na AML, o setor económico com maior número médio de pessoas ao serviço é igualmente o da *Captção, trat. e dist. de água (...)*, com um valor bastante mais elevado do que no cenário nacional (46,8). O setor com o segundo valor mais elevado é o das *Indústrias extrativas* (10,7), seguido dos setores das *Indústrias transformadoras* (9,8), da *Informação e comunicação* (7,6), da *Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (7,1), do *Transporte e armazenagem* (5,8) e, por último, do *Comércio por grosso e a retalho (...)* (5,4). Nos restantes setores, o número médio é inferior a 4 pessoas, em média.

A representação gráfica da distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras por setor de atividade no concelho de Sesimbra (ver gráfico seguinte) mostra um cenário similar ao nacional e regional no que respeita ao setor com um número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras – 26,3 no setor da *Captção, trat. e dist. de água (...)*. Além deste setor, o das *Indústrias extrativas* empregava, em média, 7,6 pessoas; o das *Indústrias transformadoras*, 3,4 pessoas; o da *Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca*, 3,3; a *Construção*, 2,9; as atividades de *Alojamento, restauração e similares*, 2,5; e as de *Comércio por grosso e a retalho (...)* e de *Transporte e armazenagem*, cerca de 2 pessoas cada um. Os restantes empregam menos de 2 pessoas, em média.

Destes dados depreende-se que, em Sesimbra, se trata de um tecido empresarial com alguma capacidade de empregabilidade, distribuída por diversos setores de atividade económica, ou seja, que não é particularmente dependente de um ou poucos setores em particular.

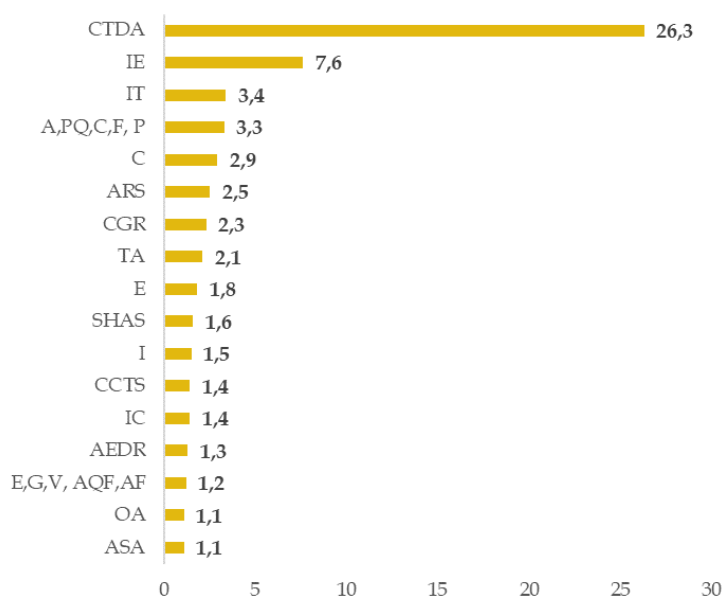
Tabela 27: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, na AML e no Continente, 2021

Concelho/ Regiões/ País	A, PQ, C, F, P	IE	IT	E, G, V, AQF, AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Continente	1,7	9,8	10,9	2,6	28,2	3,8	3,7	5,2	3,2	6,0	1,5	2,1	2,8	1,7	1,9	1,7	1,4
AML	2,5	10,7	9,8	7,1	46,8	4,3	5,4	5,8	4,4	7,6	1,5	2,6	4,0	2,4	2,4	1,7	1,5
Sesimbra	3,3	7,6	3,4	1,2	26,3	2,9	2,3	2,1	2,5	1,4	1,5	1,4	1,1	1,8	1,6	1,3	1,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

Gráfico 19: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2021



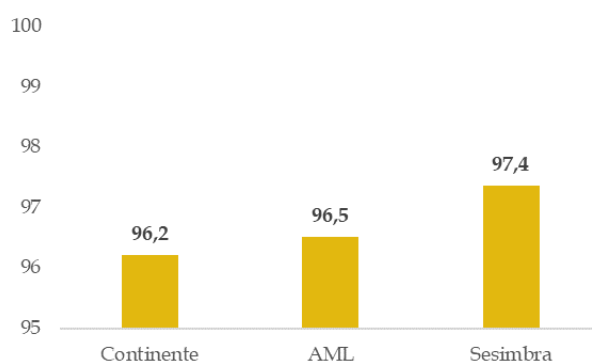
Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

Importa também perceber a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores existentes no Continente, na AML e no concelho de Sesimbra.

No gráfico seguinte, verifica-se que a maioria das empresas do Continente (96,2%), da região da AML (96,5%) e do concelho de Sesimbra (97,4%) empregavam 10 ou menos trabalhadores, no ano de 2021.

Gráfico 20: Empresas não financeiras com menos de 10 trabalhadores, no concelho, na AML e no Continente, 2021 (%)



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Termina-se esta análise com uma caracterização dos trabalhadores ao serviço das empresas,³⁰ em termos de situação na profissão, níveis de escolaridade, regime de trabalho e tipo de contrato.

O quadro nacional de trabalhadores por situação na profissão era constituído, no ano de 2019, por 94,2% de trabalhadores por conta de outrem, uma percentagem semelhante à da região da AML (95,4%).

No concelho de Sesimbra, no mesmo ano, 90,5% dos trabalhadores ao serviço das empresas era trabalhador por conta de outrem. Por outro lado, havia mais empregadores neste concelho (9,5%) do que no quadro nacional e regional.

Tabela 28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, na AML e no Continente, 2019 (%)

Concelho/Regiões/ País	Empregador	Membro Ativo de Cooperativa de Produção	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador Por Conta de Outrem
Continente	5,5	0,0	0,0	94,2
AML	4,3	0,0	0,0	95,4
Sesimbra	9,5	0,0	0,0	90,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Na sequência dos resultados da análise do indicador da situação na profissão, vamos analisar os níveis de escolaridade, o regime de trabalho e o tipo de contrato apenas para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO).

Em termos de escolaridade, e considerando como nível de análise Portugal continental, o número de TCO com Ensino Superior correspondia, em 2019, a 20,8%. A maioria havia concluído o 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (26,3%) e o Ensino Secundário ou Pós-secundário (31%). Com menores proporções, embora ainda de considerar, surgem os que apenas terminaram 2º ciclo (12,1%) e os que concluíram o 1º ciclo (9,1%) do Ensino Básico.

A distribuição dos TCO pelos níveis de escolaridade concluídos é mais positiva no caso da região da AML, uma vez que as percentagens de trabalhadores com níveis de qualificação mais baixos eram inferiores, ao contrário das percentagens de TCO com Ensino Secundário ou Pós-secundário ou com Ensino Superior concluído, que eram consideravelmente superiores ao registado no país – cerca de 34% e 28,3%, pela ordem.

Em comparação com o quadro nacional e regional, o concelho de Sesimbra era caracterizado por TCO menos escolarizados. As percentagens de TCO com o 1º ciclo (14,1%), 2º ciclo (13,5%) e o 3º ciclo (32,8%) do Ensino Básico representavam mais de 60% do total dos 6 481 trabalhadores, no ano de 2019. Em contrapartida, a percentagem de TCO com Ensino Secundário ou Pós-secundário (28,1%) e, sobretudo, com o Ensino Superior (10,6%) eram bastante inferiores no concelho.

O cenário revela, portanto, um conjunto de trabalhadores menos qualificados face ao panorama nacional e regional.

³⁰ Para estes indicadores utilizou-se a definição de empresa como “Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.” (metainformação – INE)

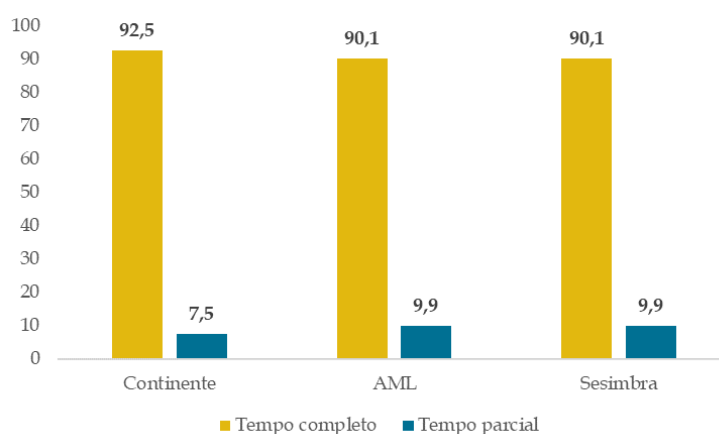
Tabela 29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, na AML e no Continente, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	≤ 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário ou Pós- secundário	Superior
Continente	0,4	9,1	12,1	26,3	31,0	20,8
AML	0,3	6,8	7,1	23,5	33,7	28,3
Sesimbra	0,8	14,1	13,5	32,8	28,1	10,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A maioria dos TCO trabalhavam, em 2019, em regime completo no território nacional (92,5%), na região da AML (90,1%) e, também, no concelho de Sesimbra (90,1%).

Gráfico 21: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, nos concelhos, na AML e no Continente, 2019 (%)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Relativamente ao tipo de contrato mais frequente entre os TCO, em Portugal Continental, na região da AML e no concelho de Sesimbra destacam-se dois tipos, já que a maioria dos trabalhadores tinha contratos a termo/a prazo ou permanentes/sem termo.

A percentagem de TCO com contratos a termo/a prazo foi relativamente estável sendo, ainda assim, de notar que na região da AML e no concelho de Sesimbra houve aumentos ligeiros entre 2017 e 2019 – representando perto de 33% dos trabalhadores na região e cerca de 38% no concelho.

Por oposição, os contratos permanentes/sem termo assumiram um maior peso ao longo dos três anos analisados, nos três territórios, pois mais de 60% dos TCO tinham contratos deste tipo.

Os outros tipos de contratos tinham percentagens reduzidas ou mesmo nulas, como no caso de Sesimbra.

Tabela 30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, na AML e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	A termo/ a prazo			tempo indeterminado para cedência temporária			A termo para cedência temporária			Permanente/ sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Continente	31,0	32,4	32,4	0,1	0,1	0,0	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0
AML	31,4	32,9	33,1	0,1	0,1	0,0	5,1	5,0	4,2	63,0	61,5	62,1
Sesimbra	35,6	37,7	37,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,9	61,6	62,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Desemprego e apoios sociais

Nesta secção começamos por analisar alguns indicadores relativos ao desemprego, nomeadamente as taxas de desemprego total, por sexo e por grupo etário, de acordo com os dados dos censos de 2001, 2011 e 2021, que dão conta do número de desempregados sobre o total da população ativa.

Na tabela seguinte verificamos que as taxas de desemprego totais foram particularmente elevadas no ano de 2011, consequência da crise financeira mundial iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América. Nos outros anos em análise, 2001 e 2021, as taxas foram inferiores aos 10% nos três territórios, realçando-se que em 2021 as percentagens de desempregados no total da população ativa eram ligeiramente superiores aos de 2001 no país, na região da AML e no concelho de Sesimbra – rondando os 8% no país e em Sesimbra e quase 9% no quadro nacional.

Observemos agora as diferenças entre as taxas de desemprego masculina e feminina. A nível nacional, a evolução das percentagens de mulheres desempregadas é similar à das percentagens de homens desempregados, embora sempre ligeiramente superiores. Na AML, a taxa de desemprego das mulheres foi inferior à dos homens em 2011 (12,4% entre as mulheres e 13,5% entre os homens), ao contrário do observado nos outros anos censitários.

No concelho de Sesimbra, as taxas de desemprego dos homens foram consideravelmente inferiores às da população feminina em 2001 e 2011 e, em 2021, passou a verificar-se uma maior proximidade entre as duas percentagens – 7,1% entre os homens e 8,9% entre as mulheres.

Tabela 31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, na AML e no continente (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Continente	6,9	13,2	8,1	5,3	12,5	7,2	8,7	13,9	8,9
AML	7,6	12,9	8,8	6,6	13,5	8,5	8,6	12,4	9,1
Sesimbra	8,3	12,4	8,0	5,6	10,8	7,1	11,6	14,2	8,9

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Na tabela em baixo expõem-se as percentagens de desempregados no total da população ativa por grupos etários. De uma forma geral, as percentagens de desempregados aumentaram no ano de 2011, nos vários grupos etários, como verificado na análise anterior. Dessa forma, focamos a análise no ano de 2021.

Em Portugal continental, no ano de 2021, a taxa de desemprego era mais elevada nos grupos etários mais jovens – 18,4% no grupo com idades entre 15 e 24 anos e 9,3% entre os 25 e os 34 anos. Nos outros grupos etários, as percentagens de desempregados eram inferiores aos 8%.

Na AML as percentagens de desempregados nos grupos etários mais jovens eram um pouco mais elevadas – 21,1% entre os indivíduos entre os 15 e os 24 anos e 10,2% no grupo etário dos 25 aos 34 anos – e geralmente inferiores nas outras faixas etárias.

No concelho de Sesimbra, o quadro era semelhante ao nacional e ao regional, ou seja, havia mais desempregados por cada 100 ativos nos grupos etários mais jovens – 20,9% entre os indivíduos entre os 15 e os 24 anos e 9,5% na faixa dos 25 aos 34 anos. Nos outros grupos etários, a percentagem rondava os 7% ou, no caso do grupo dos desempregados com 65 ou mais anos de idade, os 2%.

Tabela 32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, na AML e no continente (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	15-24			25-34			35-44			45-54			55-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Continente	12,4	27,7	18,4	6,2	12,3	9,3	5,3	10,8	6,8	5,7	12,1	6,5	7,9	14,0	7,8	0,8	0,4	3,0
AML	15,8	30,7	21,1	6,5	12,1	10,2	5,6	10,7	7,6	6,1	11,5	7,0	9,2	12,8	8,0	0,9	0,6	2,7
Sesimbra	16,9	29,4	20,9	7,3	11,1	9,5	7,0	10,4	6,7	6,6	11,5	6,4	7,5	12,3	7,4	0,5	0,9	1,7

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Por último, exploram-se os dados relativos aos apoios sociais, em particular, o número de beneficiários dos principais apoios e de pensões disponíveis à população portuguesa.

Começamos por analisar a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)³¹ e do subsídio de desemprego,³² no total da população residente com 15 e mais anos, que permite aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

As percentagens expostas na tabela seguinte indicam um número reduzido de beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos, ou seja, poucos dependentes no Continente, na AML e no concelho de Sesimbra, nos três anos considerados.

Tabela 33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2019-2021

Concelho/Regiões/ País	Rendimento Social de Inserção			Subsídio de desemprego		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	2,8	Pre 2,7	Pre 2,8	1,6	Pre 2,3	Pre 1,6
AML	2,9	Pre 2,8	Pre 3,1	1,5	Pre 2,5	Pre 1,8
Sesimbra	2,8	Pre 2,7	Pre 2,6	1,6	Pre 2,3	Pre 1,7

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Legenda: Pre = Valores preliminares.

Importa analisar, também, o peso dos beneficiários do subsídio por doença,³³ do abono de família,³⁴ das pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e das pensões de sobrevivência,³⁵ invalidez³⁶ e velhice,³⁷ calculado sempre relativamente à população residente com 15 ou mais anos, por cada unidade de território.

³¹ O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

³² O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

³³ O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

³⁴ O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

³⁵ A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

³⁶ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

³⁷ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

No que respeita às percentagens de beneficiários do subsídio por doença, verificamos que o número de beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos aumentou de forma progressiva entre 2020 e 2022 no Continente, na AML e no concelho de Sesimbra. O aumento foi particularmente elevado em 2022, ano em que se registaram 20,9% de beneficiários do subsídio por doença no Continente, 17,9% na região da AML e 21,4% em Sesimbra.

Quanto ao abono de família, as percentagens também foram consideráveis nos três anos em análise – rondando os 9% no país e na AML e geralmente perto dos 11% no concelho de Sesimbra.

Tabela 34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2018-2021

Concelho/Regiões/ País	Subsídio por doença			Abono de família		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Continente	10,5	12,3	20,9	9,1	8,8	9,1
AML	8,8	10,9	17,9	9,1	9,0	9,2
Sesimbra	9,5	13,1	21,4	10,6	10,2	10,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; II/MTSSS).

Passamos agora a analisar as percentagens de pensionistas da Segurança Social (SS) e Caixa Geral de Aposentações (CGA). A nível nacional e na região da AML o número de pensionistas por cada 100 residentes com 15 ou mais anos variou entre os 39% e os 41% entre 2019 e 2021, enquanto em Sesimbra as percentagens posicionaram-se perto dos 34%.

À semelhança do observado com as pensões da SS e da CGA, as percentagens de beneficiários de pensões por velhice também foram, no mesmo período, mais elevadas no país e na AML do que no concelho, apesar de neste indicador os valores percentuais surgirem mais próximos. Em 2021, registavam-se 22,4% de beneficiários de pensões por velhice no Continente, 20,9% na região e 19,8% em Sesimbra, semelhantes às percentagens dos anos anteriores. Este cenário enquadra-se nas características demográficas associadas aos territórios em análise, ou seja, no cenário de envelhecimento, em que a relação de dependência de idosos é considerável, num cenário menos grave em Sesimbra (com exceção de Santiago).

Quanto às pensões de invalidez, as percentagens de beneficiários são bastante reduzidas (menos de 2%).

Em termos de pensões de sobrevivência, as percentagens de beneficiários no total dos residentes com 15 ou mais anos também são consideráveis – perto de 8% no país e de 7% na AML e Sesimbra.

Tabela 35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, na AML e no continente (%), 2018-2020

Concelhos/ Região/ País	SS e CGA			Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	39,7	39,2	39,2	22,4	22,5	22,4	2,0	1,9	1,8	7,7	7,7	7,8
AML	40,7	39,8	39,6	21,2	21,1	20,9	1,3	1,2	1,2	6,9	6,9	7,0
Sesimbra	34,3	33,9	34,3	20,0	19,9	19,8	1,5	1,4	1,3	6,9	6,9	6,9

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; ISS/MTSSS).

População ativa, taxas de atividade e remunerações

Nesta secção analisam-se os indicadores referentes à população ativa³⁸ e às taxas de atividade,³⁹ recorrendo aos dados dos censos, e aos ganhos médios mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO), distribuídos por sexo, por nível de escolaridade e por setor de atividade económica.

Começamos por analisar os indicadores sobre a população ativa, ou seja, os ativos a partir dos 15 anos, considerados como mão-de-obra disponível para trabalhar e onde se inserem todos os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Na tabela seguinte verifica-se que, no continente, houve um aumento de mais de 2800 ativos entre o primeiro e o segundo período censitário, e uma perda francamente acentuada de população ativa no período censitário seguinte, ou seja, em 2021 (uma perda de mais de 190 mil ativos).

Na região da AML, o aumento de ativos foi igualmente acentuado: mais de 15 mil entre 2001 e 2011 e mais de 27 mil no período censitário seguinte.

O cenário no concelho de Sesimbra é totalmente diferente, como se pode observar na tabela seguinte. No primeiro período censitário verificou-se um acentuado aumento do número de ativos (mais de 6 mil) mantendo-se um valor próximo no período seguinte. Para tal, muito contribuiu a taxa de crescimento migratório, tal como observado no capítulo das dinâmicas populacionais.

³⁸ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação - INE)

³⁹ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Tabela 36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no na AML e no continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Continente	4 778 115	4 780 963	4 590 360
AML	1 389 939	1 405 058	1 377 766
Sesimbra	18 787	24 962	24 949

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Completa-se a análise da população ativa com as taxas de atividade que permitem aferir onde é que existem mais indivíduos a partir dos 15 anos que podem ser considerados mão de obra disponível para trabalhar, empregados ou desempregados, sobre o total da população com 15 ou mais anos.

Em termos relativos, na tabela seguinte, observa-se que, nos três anos em análise, existiram sempre mais ativos por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos, na região da AML, por comparação com o Continente e com o concelho de Sesimbra.

De notar que as percentagens diminuíram de forma constante desde 2001 passando a apresentar percentagens de apenas 53,4% no país, 56% na AML e 56% em Sesimbra, se bem que no concelho houve um aumento ligeiro em 2011 (para 61,1%).

Tabela 37: Taxas de atividade segundo os censos (%), no concelho, na AML e no continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Continente	57,5	55,8	53,4
AML	61,3	58,9	56,0
Sesimbra	59,9	61,1	56,0

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

A análise dos ganhos médios mensais⁴⁰ (ver tabela seguinte) mostra como no território nacional este indicador revela uma tendência de aumento quando considerados os anos de 2017, 2018 e 2019, atingindo os 1210€ no último ano.

Na região da AML regista-se a mesma tendência de aumento, no entanto, os valores médios são consideravelmente superiores em todos os anos, atingindo um valor de 1477€ em 2019.

⁴⁰ O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (metainformação – INE)

No concelho de Sesimbra, os ganhos médios mensais também aumentaram como nos outros territórios, porém, mantiveram-se com valores sempre consideravelmente inferiores aos nacionais e regionais – em 2021 o valor era de apenas 1042€, em média.

Tabela 38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, na AML e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Continente	1 133	1 170	1 210
AML	1 411	1 440	1 477
Sesimbra	920	930	1 042

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Importa também aferir as diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos ganhos médios mensais. A tabela que se segue mostra que as diferenças salariais entre TCO masculinos e femininos permanece uma questão a resolver a nível nacional – TCO do sexo feminino ganhavam, em média, no ano de 2019, menos 225€, regional (-288€) e concelhio (-256€).

Enquanto no Continente e na AML os valores das diferenças salariais entre homens e mulheres reduziu, ainda que de forma muito ligeira, no concelho de Sesimbra verifica-se uma diminuição da diferença em 2018 face ao valor de 2017, mas um aumento acentuado no ano de 2019.

Tabela 39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)

Concelhos/ Região/ País	Homens			Mulheres			Diferença mulheres-homens		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Continente	1 237	1 274	1 312	1 011	1 047	1 087	-226	-227	-225
AML	1 550	1 574	1 611	1 251	1 285	1 323	-299	-289	-288
Sesimbra	977	984	1 159	852	870	904	-125	-115	-256

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A relação entre o nível de escolaridade concluída e os ganhos médios mensais dos TCO demonstra que os salários médios do país e na região da AML aumentam consoante o nível de escolaridade concluída também aumenta.

O mesmo não acontece em Sesimbra onde os TCO com apenas o 1º ciclo (1 164€) ou o 2º ciclo (1 000€) do Ensino Básico ganham mais, em média, do que os TCO com os mesmos níveis de escolaridade do país e da AML e do que os TCO com o 3º ciclo (955€) do Ensino Básico ou mesmo com o Ensino Secundário ou Pós-secundário (951€) do concelho.

Além disso, os TCO sem escolaridade concluída também auferem mais, em média, do que os TCO na mesma situação do Continente e da região.

Este cenário contribui para explicar porque o nível de escolaridade se mantém baixo entre a população ativa que não vê, assim, necessidade de procurar vias educativas para aumentar a escolaridade concluída.

Tabela 40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário ou Pós- secundário	Superior
Continente	789	870	913	951	1 117	1 890
AML	805	892	975	1 025	1 283	2 183
Sesimbra	833	1 164	1 000	955	951	1 441

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A análise por setor de atividade económica que emprega os TCO mostra que os ganhos médios mensais no concelho de Sesimbra são geralmente bastante inferiores aos do Continente e da AML.

Com a exceção do setor da *Indústria, construção, energia e água*, em que os ganhos médios mensais eram, em 2019, equivalentes a 1833€, ou seja, bastante superiores aos 946€ do país e aos 1071€ da região da AML.

Tabela 41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, na AML e no continente, 2019 (€)

Concelho/ Regiões/ País	A, PA, C, S, P	I, C, E, A	IT	Construção	Serviços
Continente	1 210	946	1 144	1 155	1 025
AML	1 477	1 071	1 447	1 555	1 182
Sesimbra	1 042	1 833	1 008	1 063	918

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

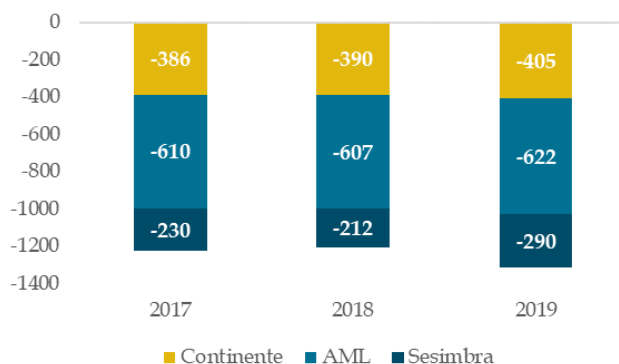
Legenda: A, PA, C, S, P = Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I, C, E, A = Indústria, construção, energia e água; IT = Indústrias transformadoras.

Para finalizar a análise relativa aos salários dos TCO, importa comparar o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores com o mesmo tipo de situação profissional.

O cenário, no ano de 2019, era de remuneração base média mensal superior ao salário mínimo nacional, de forma mais acentuada a nível nacional (-405€) e sobretudo na região da AML (-622€). E bastante menos acentuada no concelho de Sesimbra que ficou sempre abaixo de uma diferença de 300€.

Ainda assim, há que realçar que as remunerações base médias mensais aumentaram em 2019, o que fez aumentar as diferenças em relação ao salário mínimo nacional nos três territórios.

Gráfico 22: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, na AML e no continente, 2017, 2018 e 2019 (€)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Escolaridade e qualificações da população

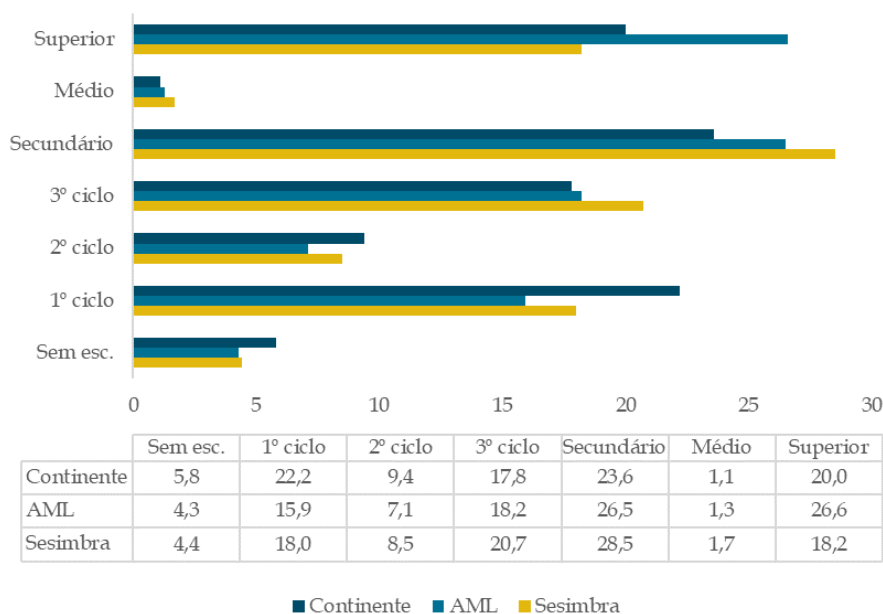
Nesta secção, a caracterização socioeconómica da população foca a análise dos níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos e da taxa de analfabetismo, utilizando, com esse objetivo, os dados dos recentes censos realizados em 2021.

No gráfico em baixo, observa-se que mais de 40% da população com 15 ou mais anos residente em Portugal continental tinha o Ensino Secundário (23,6%) ou o Ensino Superior (20%) como nível de escolaridade concluído mais elevado. No mesmo ano, ainda se registava 22,2% da população com o 1º ciclo, 9,4% com o 2º ciclo e 17,8% com o 3º ciclo do Ensino Básico.

Na AML, o quadro geral era mais favorável à região – mais de 50% tinha já o Ensino Secundário (26,5%) ou o Ensino Superior (26,6%). Além disso, as percentagens de residentes com 15 ou mais anos sem escolaridade, com o 1º ciclo ou com o 2º ciclo do Ensino Básico eram menos elevadas do que nos outros territórios.

Já no concelho de Sesimbra, a maioria dos residentes com 15 ou mais anos tinha o 3º ciclo do Ensino Básico concluído (20,7%) ou o Ensino Secundário (28,5%). Além disso, havia mais residentes com o 3º ciclo (20,7%) do que no país e na região; e menos com o Ensino Superior concluído (18,2%).

Gráfico 23: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, na AML e no continente (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

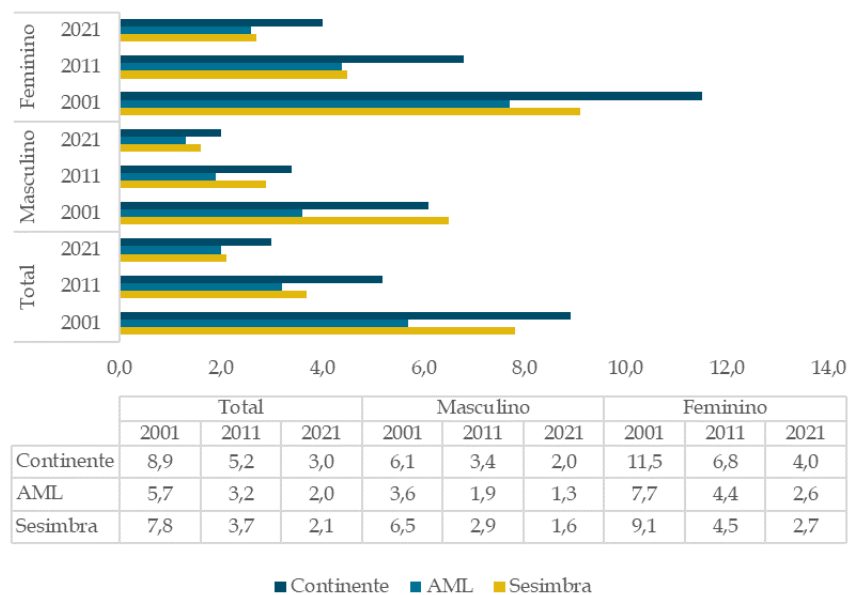
As taxas de analfabetismo referem-se ao peso da população de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever no total da população de residentes com 10 ou mais anos, ou seja, falam sobre a percentagem de indivíduos analfabetos existentes em cada território.⁴¹

Em primeiro lugar verifica-se que as taxas de analfabetismo total, feminina e masculina têm vindo a diminuir de uma forma geral, nos três territórios em análise.

Em 2021, a taxa de analfabetismo é de apenas 3% a nível nacional, de 2% na região da AML, e de 2,1% no concelho de Sesimbra, assumindo valores reduzidos, quer entre homens, quer entre mulheres.

⁴¹ Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (metainformação - INE)

Gráfico 24: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, na AML e no continente (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

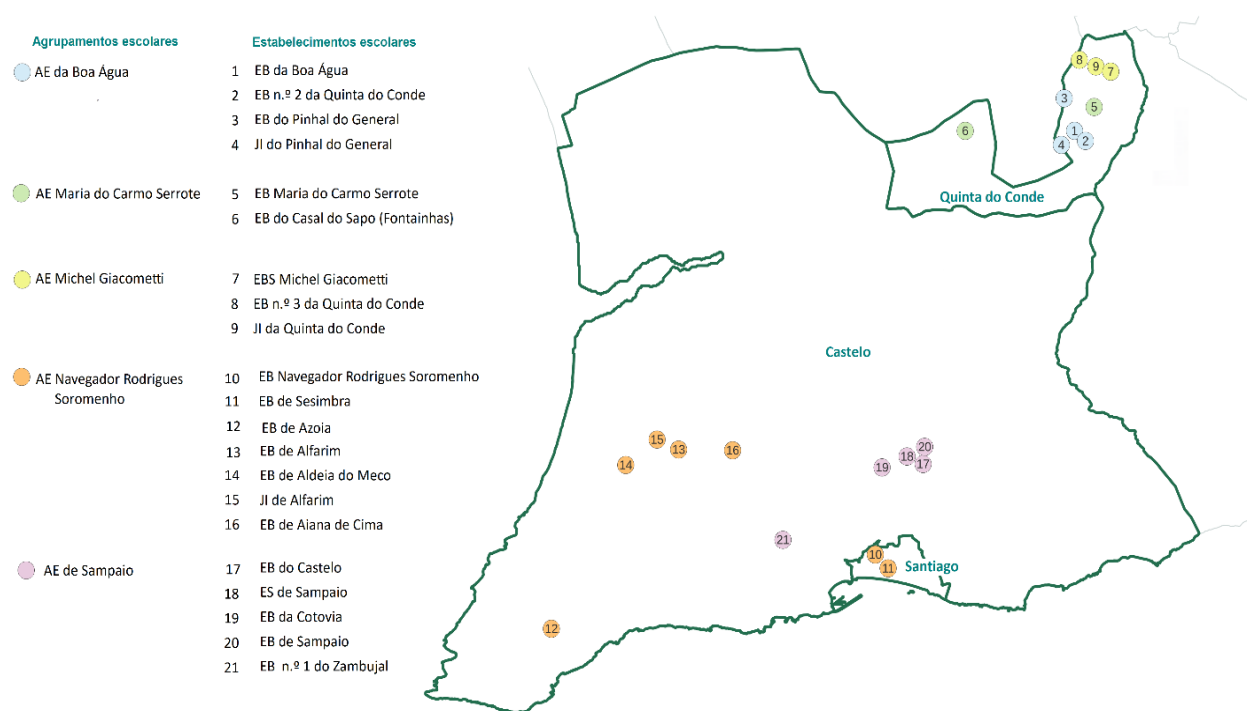
Sistema educativo concelhio

Estabelecimentos escolares: identificação e descrição

A análise do sistema educativo do concelho foi realizada tendo como referência o ano letivo de 2022/2023 sobre o qual, no início do processo de recolha de informação, existiam dados em todas as dimensões necessárias.

A rede escolar do concelho de Sesimbra inclui um total de 19 Unidades Orgânicas (UO): 5 agrupamentos de escolas da rede pública e 14 estabelecimentos escolares na rede privada: 6 na solidária e 8 na lucrativa (ver mapas seguintes). Descrevem-se em baixo as UO quanto ao número de estabelecimentos e às respetivas valências. Os nomes inseridos entre parêntesis serão os utilizados ao longo do restante documento para facilidade de escrita e de leitura.⁴²

Figura 8: Localização dos estabelecimentos escolares da rede pública do concelho de Sesimbra



Fonte: construção própria.

A rede pública é constituída por 5 agrupamentos de escolas (AE).

1. AE da Boa Água, constituído por 4 estabelecimentos escolares:
 - a. Escola Básica da Boa Água, Quinta do Conde, (EB Boa Água) que tem como oferta os três ciclos do Ensino Básico (escola sede);

⁴² No caso das Unidades Orgânicas e dos estabelecimentos escolares da rede pública utilizaram-se as designações inscritas da Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro.

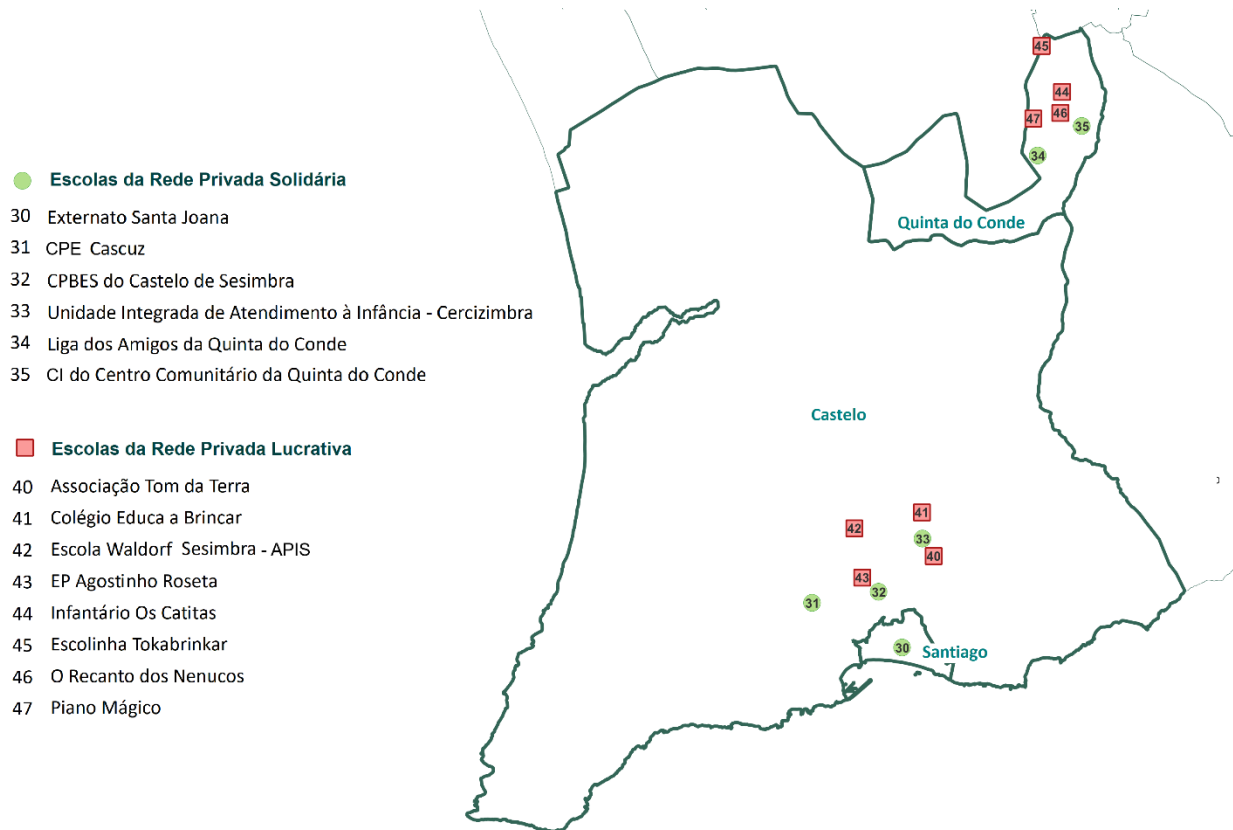
- b. Escola Básica n.º 2 da Quinta do Conde (EB 2 Quinta do Conde), com a oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - c. Escola Básica Pinhal do General, Quinta do Conde, (EB Pinhal General), com a oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - d. Jardim de Infância do Pinhal do General, Quinta do Conde, (JI Pinhal do General), com oferta de Pré-escolar.
- 2. AE Maria do Carmo Serrote, constituído por 2 estabelecimentos escolares:
 - a. Escola Básica Maria do Carmo Serrote (EB Maria do Carmo Serrote), com a oferta de Pré-escolar e dos três ciclos do Ensino Básico (escola sede);
 - b. Escola Básica do Casal do Sapo, Fontainhas (EB Casal do Sapo), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo;
- 3. AE Michel Giacometti, constituído por 3 estabelecimentos escolares:
 - a. Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, Quinta do Conde, (EBS Michel Giacometti), com oferta de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (escola sede);
 - b. Escola Básica n.º 3 da Quinta do Conde (EB 3 Quinta do Conde), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - c. Jardim de Infância da Quinta do Conde (JI Quinta do Conde), com oferta de Pré-escolar.
- 4. AE Navegador Rodrigues Soromenho, constituído por 7 estabelecimentos escolares:
 - a. Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho (EB N. Rodrigues Soromenho), com oferta de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico;
 - b. Escola Básica de Sesimbra (EB Sesimbra), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - c. Escola Básica de Aiana de Cima (EB Aiana de Cima), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - d. Escola Básica de Azoia (EB Azoia), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - e. Escola Básica de Alfarim (EB Alfarim), com oferta de 1º ciclo;
 - f. Jardim de Infância de Alfarim (JI Alfarim), com oferta de Pré-escolar;
 - g. Escola Básica de Aldeia do Meco (EB Aldeia do Meco), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo.
- 5. AE de Sampaio, constituído por 5 estabelecimentos escolares:
 - a. Escola Secundária de Sampaio (ES Sampaio), com oferta de 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário;
 - b. Escola Básica do Castelo (EB Castelo), com oferta de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico;
 - c. Escola Básica da Cotovia (EB Cotovia), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - d. Escola Básica de Sampaio (EB Sampaio), com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
 - e. Escola Básica n.º 1 do Zambujal (EB 1 Zambujal), com oferta de 1º ciclo.

Parte das instalações da Escola Básica n.º 2 da Quinta do Conde, oficialmente pertencente ao AE da Boa Água, foram cedidas ao então Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, atualmente designado por Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote, por despacho da Senhora Secretária de Estado da Educação, em 1 de julho de 2020, com data definida a partir do ano letivo 2020/2021, renovável nos anos letivos subsequentes, até se justificar a sua necessidade.

Prevê-se a afetação permanente daquelas instalações, nomeadamente do Pólo do Conde 2, com oferta de Pré-escolar e de 1.º Ciclo, ao Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote, passando a designar-se

“Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância do Pólo do Conde 2” (cf. Anexo 2), a partir do ano letivo 2025/2026 (fevereiro de 2026), com a criação e atribuição do respetivo código pela DGEstE, considerando que, desde a sua abertura, tem dado resposta efetiva às necessidades do Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote. Em todas as análises que se seguem será introduzida uma linha a referir as instalações que estão a ser utilizadas pelo Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote, com a designação de “Pólo do Conde 2”, para incluir as informações cedidas pelos profissionais escolares que efetivamente usufruem das mesmas.

Figura 9: Localização dos estabelecimentos escolares da rede privada do concelho de Sesimbra



Fonte: construção própria.

Na rede privada solidária existem 6 UO:

1. Centro de Apoio Sócio-Cultural Unidade Zambujalense (CPE Cascuz), com oferta de Creche e Pré-escolar;
2. Centro Comunitário da Quinta do Conde - Centro Infantil (CI do Centro Comunitário da Quinta do Conde), com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar;
3. Unidade Integrada de Atendimento à Infância (UIAI da Cercizimbra), com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar;
4. Centro Paroquial de Bem Estar Social do Castelo de Sesimbra (CPBES C. Sesimbra), com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar e, também de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL);
5. Externato Santa Joana, com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar;

6. Liga dos Amigos da Quinta do Conde (LA Q. do Conde), com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar.

Na rede privada lucrativa foram identificadas 8 UO, das quais foram obtidas as informações possíveis:

1. Associação Tom da Terra – Eco Escola, com oferta de Creche e Pré-escolar;
2. Colégio Educa a Brincar, com oferta de Berçário, Creche, Pré-escolar e 1º ciclo;
3. Escola Waldorf de Sesimbra - APIS, com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
4. Infantário Os Catitas, com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar;
5. Escola Profissional Agostinho Roseta (EP Agostinho Roseta), com oferta de Cursos Profissionais de Ensino Secundário;
6. Escolinha Tokabrincar, com oferta de Berçário e Creche;
7. O Recanto dos Nenucos, com oferta de Berçário, Creche e Pré-escolar;
8. Piano Mágico, com oferta de Creche e Pré-escolar.

Passamos a apresentar uma análise profunda aos estabelecimentos escolares das redes pública e privada considerando: i) informações gerais; ii) espaços e equipamentos e respetivo estado de conservação; iii) irradiação, população base e áreas de influência.

Todos os estabelecimentos escolares da rede pública foram construídos de raiz para a função de educação e ensino, na sua maioria no século XX, sendo o mais antigo o JI de Alfirim, datado de 1943. Nesse conjunto, vários estabelecimentos escolares foram alvo de intervenções, tais como, a EB n.º 2 da Quinta do Conde, a EB Maria do Carmo Serrote, a EB Casal do Sapo, a EB n.º 3 da Quinta do Conde, a EB da Cotovia, a EB Navegador Rodrigues Soromenho, a EB Sesimbra, a EB Aiana de Cima, entre outros.

Há que notar ainda, que foram construídos novos edifícios em vários estabelecimentos, de que são exemplo, o JI da Quinta do Conde do AE Michel Giacometti; a EB Navegador Rodrigues Soromenho, a EB de Aiana, a EB de Alfirim do AE Navegador Rodrigues Soromenho, entre outros.

Um outro grupo de estabelecimentos data do presente século, nomeadamente, a EB da Boa Água, a EB do Pinhal General, o JI do Pinhal do General do AE Boa Água; e a EB de Sampaio do AE com a mesma designação.

A maioria dos estabelecimentos escolares públicos são da propriedade do Município, estando à data da elaboração do presente documento, os restantes estabelecimentos em processo de transição para o Município, no âmbito da transferência de competências.

Tabela 42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para a educação e ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (+50% do edifício)
AE da Boa Água	EB Boa Água	2009	-	Sim	Município ²	-
	EB 2 Q. do Conde	1987	2010 ¹	Sim	Município	2015
	EB Pinhal General	2009	-	Sim	Município	2018
	JI Pinhal do General	2011	-	Sim	Município	-
AE M. C. Serrote	EB M. C. Serrote	1994	2024 ¹	Sim	Município ²	2018
	EB Casal do Sapo	1983 ¹	2007 ¹	Sim	Município	2010
	Pólo do Conde 2 ²	2020	-	Sim	Município	-
AE Michel Giacometti	EBS M. Giacometti	1986	2024 ¹	Sim	Município ²	-
	EB 3 Q. do Conde	1979	-	Sim	Município	2003
	JI Q. do Conde	1987	2012	Sim	Município	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	1961	2020	Sim	Município ²	2024
	EB Sesimbra	1948	1995	Sim	Município	2019
	EB Aiana de Cima	1962	2003	Sim	Município	2011
	EB Azoia	1944	2024 ¹	Sim	Município	2010
	EB Alfarim	1960	2011	Sim	Município	2013
	JI Alfarim	1943	2015 ¹	Sim	Município	2016
	EB A. do Meco	1962	-	Sim	Município	2018
AE de Sampaio	ES Sampaio	1986	-	Sim	Município ²	-
	EB Castelo	1987	2024 ¹	Sim	Município ²	-
	EB Cotovia	1977	-	Sim	Município	2019
	EB Sampaio	2013	-	Sim	Município	-
	EB 1 Zambujal	1962	-	Sim	Município	2008

Fonte: Unidades Orgânicas.

Notas: ¹Por via de instalação de solução(ões) modular(es), para criação de novas salas de aula e/ou outros espaços físicos; ²Em processo de registo face à transferência de competências.

De acordo com as informações enviadas pelos representantes das UO da rede privada, a maioria dos edifícios foram construídos de raiz para a função de educação e ensino. As exceções são o CPE Cascuz (Berçário), o Externato de Santa Joana, o Infantário Os Catitas e a E. Tokabrincar.

Os estabelecimentos da rede solidária foram quase todos construídos no século XX, o primeiro, Externato Santa Joana, em 1923, e o mais recente, a Liga dos Amigos da Quinta do Conde, em 2011. Neste grupo houve, entretanto, construções de edifícios novos e/ou grandes intervenções. O CI do Centro Comunitário da Quinta do Conde foi construído em 2005 e o Pré-escolar da LA Quinta do Conde data de 2014.

Na rede lucrativa, o Infantário Os Catitas será, dentro das informações conhecidas, o mais antigo (1992) e foi alvo de grandes intervenções em 2001. Os outros são mais recentes, com destaque para a Escola Waldorf de Sesimbra - APIS que foi construída em 2020. A EP Agostinho Roseta, cujo edifício onde está localizada foi construído em 2007, foi intervencionada em 2022.

Tabela 43: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para a educação e ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (+50% do edifício)
Rede privada solidária	CPE Cascuz	1980	2007	Sim (exceto Berçário)	Cascuz - Centro de Apoio Sócio-Cultural Unidade Zambujalense	-
	CI do CC Q. do Conde	2005	-	Sim	Centro Comunitário da Quinta do Conde	-
	UIAI da Cercizimbra	1994	1995 (Pré-escolar)	Sim	Cercizimbra	-
	CPBES C. Sesimbra	1992	1999 (CATL)	Sim	Centro Paroquial de Bem Estar Social do Castelo de Sesimbra	2012
	Ext. Santa Joana	1923	-	Não	Externato Santa Joana	2010
	LA Q. do Conde	2011	2014 (Pré-escolar)	Sim	Liga dos Amigos da Quinta do Conde	-
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	2008	-	Sim	Associação Tom da Terra - Eco Escola	2012
	Educa a Brincar	2002	-	Sim	Colégio Educa a Brincar, Lda	-
	Escola Waldorf	2020	-	Sim	APIS - Escola Waldorf Sesimbra	-
	Infantário Os Catitas	1992	2001	Não	Infantário Os Catitas, Lda	2001
	EP A. Roseta ¹	2007	-	Sim	Associação Agostinho Roseta	2022
	E. Tokabrincar	s.d.	s.d.	Não	Célia Esteves Unipessoal, Lda	2008
	Recanto Nenucos	s.d.	s.d.	s.d.	Estrelas & Rabiscos, Lda	s.d.
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	Piano Mágico de Cristina Nogueira	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Nota: ¹Polo de Sesimbra, em funcionamento desde o ano letivo 2013/2014 (Ensino Secundário Profissional).

Estado de conservação dos espaços e equipamentos

Nesta secção identificam-se os espaços e equipamentos escolares internos e externos das 19 UO e avalia-se o estado de conservação dos mesmos, de acordo com os dados enviados por cada entidade (tabelas em baixo). O Estado de Conservação (EC) foi avaliado pelos representantes de cada UO considerando uma escala de cinco níveis em que 1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Satisfatório; 4 = Bom; 5 = Muito Bom. Devido ao número elevado de estabelecimentos escolares existentes no concelho de Sesimbra, a análise focou-se nos espaços e equipamentos avaliados com mau ou muito mau estado de conservação que serão, à partida, os de intervenção prioritária. De notar, que em vários estabelecimentos escolares alguns dos serviços previstos funcionam no mesmo espaço ou em espaços dinamizados por entidades parceiras (como no caso das atividades de animação e apoio à família, por exemplo), porém, tal não interfere com as conclusões a retirar desta análise sobre o estado de conservação dos espaços.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, numa análise geral, boa parte dos espaços e equipamentos disponíveis nas UO da rede pública e privada são avaliados de forma positiva pelos seus representantes. Uma segunda conclusão, prende-se com o facto de se identificar uma menor diversidade

de espaços e equipamentos nas escolas satélites das UO, quando comparadas as sedes dos agrupamentos de escolas.

Começamos por analisar os espaços interiores dos estabelecimentos escolares destinados à realização de atividades letivas diversas. Na rede pública, merecem atenção, pela avaliação do estado de conservação com nível 2 (*mau*): as salas de aula da EB de Casal do Sapo; as salas de aula, as salas de informática e os laboratórios de ciências, na EB Navegador Rodrigues Soromenho; a sala polivalente na EB do Castelo e os laboratórios de ciências na Escola Secundária do AE de Sampaio; e os vários espaços da escola sede do AE Michel Giacometti, como as salas de aula, de informática, de estudo, de música, para os alunos com Programa Educativo Individual (PEI) e os laboratórios de ciências.

Na rede privada, o quadro geral é muito positivo pois apenas um espaço foi avaliado com *muito mau* (nível 1) estado de conservação – a sala polivalente do Externato Santa Joana.

No que respeita aos espaços interiores para a realização de tarefas profissionais de cariz organizacional ou outras tarefas de docentes, não docentes e de alunos e encarregados de educação, na rede pública assinalam-se também algumas avaliações como *mau* ou *muito mau*, nomeadamente: a biblioteca/centro de documentação (sala polivalente) da EB de Casal do Sapo do AE Maria do Carmo Serrote; a sala de direção/coordenação, a sala dos professores, a sala de receção às famílias e o gabinete de apoio aos alunos da EB Navegador Rodrigues Soromenho, bem como a sala de professores na EB de Sesimbra na mesma UO; no AE de Sampaio, o gabinete de apoio ao aluno e a sala dos assistentes operacionais da ES de Sampaio; e, a similar, também avaliada desfavoravelmente na EB do Castelo.

Na rede privada, todos os espaços interiores para trabalho foram avaliados com estado de conservação *satisfatório*, *bom* ou *muito bom*.

O cenário geral mantém-se similar, ou seja, espaços maioritariamente *satisfatórios* ou *bons*, relativamente aos espaços interiores para outras utilizações. As avaliações mais preocupantes foram atribuídas ao refeitório e aos sanitários da EB de Casal do Sapo do AE Maria do Carmo Serrote; e no Agrupamento Navegador Rodrigues Soromenho, o refeitório, cozinha e bar/bufete da EB Navegador Rodrigues Soromenho, o refeitório da EB de Sesimbra, os espaços de brincar também da EB de Sesimbra, da Aiana de Cima e Alfarim e os sanitários das EB Navegador Rodrigues Soromenho, de Aiana de Cima, Azoia e Aldeia do Meco. Por último, destacam-se com as mesmas avaliações preocupantes no AE de Sampaio, o refeitório na EB de Sampaio, as cozinhas das EB de Cotovia e de Sampaio, as portarias da ES de Sampaio e da EB do Castelo, os balneários das EB do Castelo e da Cotovia e os sanitários da ES de Sampaio e da EB do Castelo.

Na rede privada o quadro geral é novamente bastante positivo. Apenas para a Creche e Pré-escolar da Liga dos Amigos da Quinta do Conde, o espaço da portaria foi avaliado com *mau* (nível 2) pelos respetivos representantes.

Passamos agora à análise dos espaços exteriores sobre os quais se pode concluir que, de uma forma geral, apresentam boas condições. Os sinais de alerta incluem: as vedações da EB de Casal do Sapo do AE Maria do Carmo Serrote e da EB de Azoia do AE Navegador Rodrigues Soromenho; os parques infantis da EB de Sesimbra e da EB de Aiana de Cima do mesmo agrupamento e da EB de Sampaio; neste estabelecimento, acresce o recreio coberto igualmente a precisar de requalificação; a horta pedagógica da EB n.º 1 do Zambujal do AE de Sampaio e os campos de desporto na EB Navegador Rodrigues Soromenho no AE com o mesmo nome. Já no AE Michel Giacometti, são os espaços de recreio, incluindo o recreio coberto, os bancos e as mesas com *mau* estado e os campos de desporto com *muito mau* estado, da escola sede que mais preocupam.

Já na rede privada, assinalam-se com estados de conservação de nível 1, ou *muito mau*, apenas os espaços verdes da UIAI da Cercizimbra e o recreio coberto do Externato Santa Joana.

Acerca dos equipamentos disponíveis para utilizações diversas, na rede pública, realçam-se as avaliações como *muito mau* ou *mau* dos computadores, com e sem ligação à internet, que são comuns à maioria dos estabelecimentos escolares, com a exceção do AE da Boa Água. Os *tablets* são igualmente um problema na EB Navegador Rodrigues Soromenho; os quadros interativos na EB Maria do Carmo Serrote, na EB Navegador Rodrigues Soromenho, na ES de Sampaio e na EB do Castelo; e os projetores na EB Maria do Carmo Serrote, na EB Navegador Rodrigues Soromenho e na EB do Castelo do AE de Sampaio. Os materiais pedagógicos encontram-se em *mau* estado na EB Navegador Rodrigues Soromenho. No AE Michel Giacometti os equipamentos assinalados como estando em *mau* estado são os computadores da escola sede e na EB n.º 3 da Quinta do Conde.

Entre os estabelecimentos escolares da rede privada não foram identificadas avaliações prioritárias em equipamentos por parte dos representantes das UO, com exceção da Escola Tokabrinkar que assinalou os computadores com nível 2.

A avaliação geral sobre várias questões ao nível dos edifícios da rede pública revela um quadro geral também positivo, porém, existem alguns pontos a intervencionar. No AE da Boa Água, a questão do conforto térmico na EB da Boa Água e na EB n.º 2 da Quinta do Conde. No AE Maria do Carmo Serrote, há a destacar as falhas na rede de internet no Pólo do Conde 2, as redes elétricas e de saneamento e a questão do conforto térmico nos três estabelecimentos escolares e a eficiência energética na EB Maria do Carmo Serrote e na EB de Casal do Sapo. Na escola sede do AE Michel Giacometti, cujas condições desafiantes foram mencionadas em vários momentos de auscultação aos atores locais, quase todas as questões previstas na tabela 54 necessitam de atenção. No mesmo agrupamento é também preciso intervir para garantir a rede de internet e a eficiência energética nos outros dois estabelecimentos (apesar do investimento já realizado ao nível da luminária de exterior e na energia solar) e a manutenção e segurança no elevador da EB n.º 3 da Quinta do Conde. No AE Navegador Rodrigues Soromenho, a escola sede apresenta igualmente um conjunto alargado de questões a resolver; nas outras escolas, realça-se a necessidade de garantir rede de internet e novos materiais desportivos. No AE de Sampaio, a escola sede e a EB do Castelo necessitam de intervenção para melhorar as redes elétrica e de saneamento e o conforto térmico e lumínico; na EB da Cotovia e na EB do Zambujal apenas a questão do conforto térmico não está resolvida, adicionando-se a necessidade de adquirir novos materiais laboratoriais na última (equipamento pedagógico científico); na EB de Sampaio, surgem como prioritárias as questões da rede de internet, elétrica e de saneamento e do conforto térmico e lumínico. De registar ainda que no AE Maria do Carmo Serrote foram substituídas as janelas na sala da Associação de Pais e construídas rampas que garantem acessos mais inclusivos. No AE de Sampaio foram substituídas as lâmpadas convencionais por leds em algumas salas da EB do Castelo e foram também colocadas rampas no exterior, bem como um elevador para acessos mais inclusivos.

Na rede privada, o edificado da Creche e Pré-escolar Cascuz precisa ser melhorado em termos de conforto térmico e lumínico e de eficiência energética; no CI do Centro Comunitário da Quinta do Conde foram identificadas como prioridades a rede de internet, o conforto térmico, a eficiência energética e, muito urgente, a manutenção do elevador; a rede de saneamento aparece avaliada com *mau* na Creche e Pré-escolar da Liga dos Amigos da Quinta do Conde. Entre os estabelecimentos escolares da rede lucrativa não foram registados sinais de alerta, ou seja, as condições gerais dos edifícios são boas.

Além dos espaços e equipamentos identificados como prioritários, os representantes do AE Maria do Carmo Serrote mencionaram que é necessário pintar a escola sede e construir um auditório para o mesmo

estabelecimento, criar espaços cobertos e adquirir bancos e mesas de exterior, adquirir portas e janelas para maior conforto térmico e renovar a EB de Casal do Sapo.

Os representantes do AE Navegador Rodrigues Soromenho referiram que a concretização da obra da escola sede (ampliação e requalificação) poderá colmatar a maior parte das deficiências diagnosticadas. Enquanto nas escolas de Pré-escolar e 1.º ciclo é, sobretudo, necessária a requalificação dos espaços de recreio e parques infantis e sanitários.

Por último, os representantes do AE de Sampaio identificaram vários pontos extra. Na EB do Castelo, a necessidade de criar: uma sala para os alunos, autónoma do espaço de bufete/refeitório; uma rampa de acesso a mobilidade reduzida entre os pavilhões B/C e A; um novo espaço para a portaria; campos para atividades desportivas; mesas exteriores. De renovar alguns cadeirões e cadeiras na sala dos professores, paredes dos balneários, arrecadação e WC dos professores e alunos, vedação, equipamentos sanitários e piso dos espaços exteriores. De adquirir mobiliário de sala de aula e quadros interativos. E pintar a escola. Na EB de Sampaio afirmaram ser importante criar espaços exteriores cobertos, a reparação dos tetos e fissuras e condições de escoamento de água e a renovação dos quadros brancos nas salas do 1º ciclo. Na EB n.º 1 do Zambujal, seria essencial criar um espaço polivalente (para atividades desportivas e dinamização de AEC, apoios, etc.), criar espaços exteriores cobertos, reparar chão e substituir móveis da cozinha e a máquina de lavar loiça de tipo familiar por uma industrial. Para a ES de Sampaio realçam a necessidade do polivalente para a prática de desporto e dos laboratórios de Biologia.

Os representantes de algumas UO da rede privada também identificaram outros aspetos. No caso do CI do CC da Quinta do Conde, a aquisição de bancos para jardim, equipamentos em napa lavável para o Berçário, tapetes de vinil para as salas e um espaço coberto fixo para o exterior.

Na UIAI da Cercizimbra, um espaço de jogo e recreio adaptado às crianças e que ofereça condições de segurança e de exploração significativa, promotora da aquisição de competências ao nível psicomotor; equipamentos de exterior que promovam a aquisição de competências de uma forma lúdica; computadores para utilização das crianças de Pré-escolar; renovação do pavimento; garantia das condições de conforto térmico nas salas.

Os representantes do CPBES do Castelo de Sesimbra referem que se candidataram ao Plano de Recuperação e Resiliência para aquisição de painéis solares.

No caso do Externato Santa Joana destacaram a urgência da renovação da sala polivalente, espaço que se encontrava à data de realização do diagnóstico, interdita por questões de segurança.

Na Creche e Pré-escolar da Liga dos Amigos da Quinta do Conde gostariam de adquirir equipamentos adequados às crianças de Pré-escolar para o parque exterior de que dispõem na instituição.

Já os representantes da Associação Tom da Terra também falam em melhorar o espaço exterior com mais árvores de maior porte e com troncos de madeira.

O Colégio Educa a Brincar menciona a aquisição de uma zona de piquenique no exterior e de um pequeno laboratório para dinamizar atividades de cariz científico com as crianças.

No Infantário Os Catitas e no Recanto dos Nenucos, os representantes sentem, sobretudo, falta de espaços verdes, recreio coberto com mesas e bancos de exterior e, no caso do Recanto dos Nenucos, de mais salas.

Tabela 44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas de estudo		Pavilhão desportivo		Oficinas		Salas de música		Laboratórios de ciências		Espaços para alunos com PEI		Salas de CAF/AAAF	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE da Boa Água	EB Boa Água	25	4	1	4	1	3	1	4	1	4	1	4	1	4	2	4	2	4	1	4
	EB 2 Q. do Conde	6	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Pinhal General	17	4	1	4	-	-	-	-	1	s.d.	-	-	-	-	1	s.d.	1	4	1	4
	JI P. do General	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	21	3	-	-	1	3	1	4	-	-	-	-	1	3	2	4	1	3	-	-
	EB Casal do Sapo	6	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pólo do Conde 2	8	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	29	2	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	1	2	2	2	1	2	-	-
	EB 3 Q. do Conde	16	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	JI Q. do Conde	4	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	11	2	-	-	1	2	-	-	1	3	-	-	1	3	1	2	-	-	-	-
	EB Sesimbra	8	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3
	EB Aiana de Cima	3	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
	EB Azoia	2	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
	EB Alfarim	2	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
	JI Alfarim	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
	EB A. do Meco	2	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE de Sampaio	ES Sampaio	29	3	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	2	2	1	3	-	-
	EB Castelo	15	3	1	2	-	-	-	-	-	-	4	3	1	3	4	3	1	3	1	3
	EB Cotovia	11	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Sampaio	18	3	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-
	EB 1 Zambujal	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: PEI – Programa Educativo Individual; CAF – Componente e Apoio à Família; AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família; s.d. = Sem dados.

Tabela 45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Salas de aula		Salas polivalentes	
		N	EC	N	EC
Rede privada solidária	CPE Cascuz	6	3	1	3
	CI do CC da Q. do Conde	14	3	2	3
	UIAI Cercizimbra	5	3	2	3
	CPBES C Sesimbra	14	4	2	4
	Ext. Santa Joana	10	4	1	1
	LA Q. Conde	9	3	3	3
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	3	3	3	4
	C. Educa a Brincar	10	4	1	4
	Escola Waldorf - Apis	3	5	1	5
	Inf. Os Catitas	5	4	1	4
	EP A. Roseta	8	4	2	4
	E. Tokabrincar	4	3	1	4
	Recanto Nenucos	5	5	1	5
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = sem dados.

Tabela 46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Salas de direção/ coordenação		Salas de professores		Salas de educadores		Salas de assistentes operacionais		Salas de reuniões/ trabalho		Salas de recepção às famílias/da Associação de pais		Salas da Associação de alunos		Biblioteca/ Centro de documentação		Gabinete de apoio aos alunos		Auditórios	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE da Boa Água	EB Boa Água	1	4	1	4	-	-	1	4	1	4	1	4	-	-	1	4	1	4	1	5
	EB 2 Q. do Conde	-	-	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-
	EB Pinhal General	1	4	1	4	-	-	1	4	1	4	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-
	JI P. do General	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	1	4	1	4	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	4	1	4	-	-
	EB Casal do Sapo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
	Pólo do Conde 2	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	1	3	1	3	-	-	1	3	-	-	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-
	EB 3 Q. do Conde	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3.	-	-
	JI Q. do Conde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	3	1	2	-	-
	EB Sesimbra	1	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	s.d.	-	-	-	-
	EB Aiana de Cima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Azoia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Alfarim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	JI Alfarim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AE de Sampaio	EB A. do Meco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ES Sampaio	1	3	1	3	-	-	1	2	1	3	1	3	-	-	1	3	1	2	-	-
	EB Castelo	1	4	1	3	-	-	1	2	1	3	1	3	-	-	1	4	2	3	-	-
	EB Cotovia	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	s.d.	-	-	-	-
	EB Sampaio	1	4	1	4	1	4	1	4	3	4	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-
	EB 1 Zambujal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Tabela 47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Salas de direção/ coordenação		Salas de educadores		Salas de técnicos auxiliares		Salas de reuniões/ trabalho		Salas da receção às famílias	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
Rede privada solidária	CPE Cascuz	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-
	CI do CC. Q. do Conde	1	4	1	4	-	-	-	-	-	-
	UIAI Cercizimbra	1	4	1	3	-	-	1	3	-	-
	CPBES C Sesimbra	1	4	1	4	-	-	-	-	1	4
	Ext. Santa Joana	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-
	LA Q. Conde	2	3	1	3	-	-	1	3	1	3
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-
	C. Educa a Brincar	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5
	Escola Waldorf - Apis	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5
	Inf. Os Catitas	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4
	EP A. Roseta	1	5	-	-	1	4	1	4	1	4
	E. Tokabrincar	1	4	-	-	-	-	-	-	1	4
	Recanto Nenucos	1	-	1	5	1	5	-	-	-	-
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = sem dados.

Tabela 48: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Serviços Admist.		Secretaria		Portaria		Espaços para brincar		Salas de convívio dos alunos		Balneários		Sanitários	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE da Boa Água	EB Boa Água	1	4	1	4	1	4	1	4	-	-	1	4	-	-	1	4	2	4	6	3
	EB 2 Q. do Conde	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EB Pinhal General	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3
	JI P. do General	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	1	4	1	4	1	4	-	-	1	4	1	4	1	3	1	4	2	5	10	4
	EB Casal do Sapo	1	2/3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	3	2/3
	Pólo do Conde 2	-	-	-	-	1	4	-	-	1	4	1	5	1	5	-	-	-	-	3	5
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	1	3	1	3	1	3	1	2	1	2	1	3	-	-	1	3	-	-	4	2
	EB 3 Q. do Conde	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	1	3	4	3	-	-	-	-	4	2
	JI Q. do Conde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	4	2
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	1	2	1	2	1	2	-	-	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	4	2
	EB Sesimbra	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	4	3
	EB Aiana de Cima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3	2
	EB Azoia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	2	2
	EB Alfarim	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	3	3
	JI Alfarim	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	2	3
AE de Sampaio	EB A. do Meco	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	2	2
	ES Sampaio	1	3	1	3	1	3	1	4	-	-	1	2	-	-	-	-	2	3	10	2
	EB Castelo	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	1	2	-	-	1	3	2	1	10	2
	EB Cotovia	1	3	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	14	3
	EB Sampaio	1	2	-	-	1	2	-	-	-	-	1	3	2	4	-	-	-	-	8	3
	EB 1 Zambujal	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	s.d.	-	-	-	-	1	3

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Tabela 49: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Serviços Admist.		Secretaria		Portaria		Sanitários	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
Rede privada solidária	CPE Cascuz	-	-	-	-	1	3	1	3	-	-	-	-	5	3
	CI do CC Q. do Conde	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	1	3	8	3
	UIAI Cercizimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	2	3
	CPBES C Sesimbra	1	4	-	-	1	4	-	-	1	5	-	-	5	4
	Ext. Santa Joana	1	4	-	-	1	5	-	-	1	4	1	3	11	4
	LA Q. Conde	1	3	-	-	1	4	1	3	1	3	1	2	6	3
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	1	4	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3	6	4
	C. Educa a Brincar	1	4	-	-	1	5	-	-	1	4	-	-	7	4
	Escola Waldorf - Apis	1	5	-	-	1	5	1	5	1	5	-	-	3	5
	Inf. Os Catitas	1	4	-	-	1	4	1	4	-	-	-	-	3	4
	EP A. Roseta	1	3	1	3	1	4	1	5	1	5	-	-	6	4
	E. Tokabrincar	1	4	-	-	1	4	1	4	1	4	-	-	4	3
	Recanto Nenucos	1	5	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	2	5
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = sem dados.

Tabela 50: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Vedação exterior		Espaços verdes		Espaços de recreio		Parques infantis		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Bancos		Mesas		Espaços para prática de desporto	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE da Boa Água	EB Boa Água	1	4	-	-	2	4	1	3	1	4	1	3	1	4	-	-	-	-	1	4
	EB 2 Q. do Conde	1	4	1	3	1	4	1	5	1	2	1	3	1	3	-	-	-	-	1	3
	EB Pinhal General	1	4	-	-	1	4	1	4	1	3	1	3	1	4	-	-	-	-	1	4
	JI P. do General	1	4	1	3	1	4	1	4	1	4	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	1	4	1	4	1	4	1	3	-	-	2	4	2	4	8	4	4	4	1	4
	EB Casal do Sapo	1	2/3	-	-	1	4	1	3	-	-	1	4	1	4	-	-	-	-	-	-
	Pólo do Conde 2	1	4	-	-	1	5	1	5	-	-	-	-	1	4	23	5	-	-	-	-
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	2	3	1	2	1	2	-	-	2	2	2	3	1	1	8	2	4	2	1	2
	EB 3 Q. do Conde	4	3	4	3	4	3	1	3	1	3	3	3	4	3	4	3	4	3	4	3
	JI Q. do Conde	4	3	-	-	3	3	1	3	2	3	3	3	-	-	4	3	4	3	-	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
	EB Sesimbra	1	3	-	-	1	3	1	2	1	3	-	-	1	3	4	3	-	-	-	-
	EB Aiana de Cima	1	3	-	-	1	3	1	2	-	-	-	-	1	2	2	3	-	-	-	-
	EB Azoia	1	2	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3	1	4	4	3	2	3	-	-
	EB Alfarim	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3	2	3	2	3	-	-
	JI Alfarim	1	4	-	-	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-
AE de Sampaio	EB A. do Meco	1	4	-	-	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	3	4	-	-	-	-
	ES Sampaio	1	4	3	3	1	3	-	-	-	-	-	-	2	4	6	3	3	3	-	-
	EB Castelo	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	1	2	20	3	2	3	2	3
	EB Cotovia	1	4	2	3	3	3	1	3	-	-	1	3	1	3	4	4	1	5	1	3
	EB Sampaio	1	4	1	2	-	-	1	2	1	2	1	3	2	4	-	-	-	-	-	-
	EB 1 Zambujal	1	4	3	3	1	3	-	-	-	-	1	2	1	3	4	3	-	-	1	3

Fonte: Unidades Orgânicas.

Tabela 51: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Vedação exterior		Espaços verdes		Recreio coberto		Espaços para desporto		Bancos		Mesas	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
Rede privada solidária	CPE Cascuz	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-
	CI do CC Q. do Conde	1	4	3	4	-	-	1	3	2	3	-	-
	UIAI Cercizimbra	4	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	CPBES C Sesimbra	1	5	1	5	1	4	1	4	4	4	4	4
	Ext. Santa Joana	3	3	1	4	1	1	-	-	-	-	-	-
	LA Q. Conde	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	1	4	1	5	-	-	-	-	50	4	20	4
	C. Educa a Brincar	1	5	2	4	3	4	1	5	2	4	1	4
	Escola Waldorf - Apis	4	5	2	5	1	5	1	4	-	-	-	-
	Inf. Os Catitas	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-
	EP A. Roseta	1	4	-	-	-	-	1	4	11	3	134	4
	E. Tokabrincar	1	4	-	-	1	4	-	-	80	4	10	4
	Recanto Nenucos	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = sem dados.

Tabela 52: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Computadores		Tablets		Comp. com ligação à internet		Quadros interativos		Projetores		Conjuntos de materiais pedagógicos ¹		Inst. de música		Equip. desportivos		Equip. de laboratório ¹		Equip.de audiovisual ¹	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE da Boa Água	EB Boa Água	80	3	-	-	80	3	1	3	13	4	*	-	*	-	10	4	*	-	*	-
	EB 2 Q. do Conde	12	3	-	-	12	3	-	-	6	4	*	-	*	-	4	3	*	-	*	-
	EB Pinhal General	25	3	-	-	25	3	-	-	17	4	*	-	*	-	6	4	*	-	*	-
	JI P. do General	6	3	-	-	6	3	-	-	9	4	*	-	*	-	-	-	*	-	*	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	14/120	5/1	32	4	14/120	5/1	5	1	4/6/10	5/3/1	*	4	*	3	*	4	*	4	*	4
	EB Casal do Sapo	16	1	4	4	16	1	-	-	1	3	*	4	*	3	*	4	*	4	*	4
	Pólo do Conde 2	15/1	5/1	4	4	15/1	5/1	-	-	9	4	*	4	*	3	*	4	*	4	*	4
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	43	2	-	-	1	3	1	3	1	3	*	-	3	4	*	-	*	-	*	-
	EB 3 Q. do Conde	20	2	-	-	1	3	-	-	3	3	*	-	3	4	*	-	*	-	*	-
	JI Q. do Conde	1	3	-	-	1	3	-	-	1	3	*	-	-	-	*	-	*	-	*	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	79	2	8	2	79	2	11	2	17	2	30	2	50	4	100	3	60	2	2	4
	EB Sesimbra	11	2	15	4	11	2	-	-	1	3	20	3	20	3	10	3	-	-	8	4
	EB Aiana de Cima	4	2	9	4	4	2	-	-	-	-	12	3	10	3	8	3	-	-	4	4
	EB Azoia	3	2	5	4	3	2	-	-	-	-	4	3	5	3	6	3	-	-	2	4
	EB Alfarim	3	2	5	4	3	2	-	-	-	-	7	3	5	3	6	3	-	-	3	4
	JI Alfarim	2	2	-	-	2	2	-	-	-	-	10	3	10	4	5	3	-	-	2	4
	EB A. do Meco	2	2	3	4	2	2	-	-	-	-	5	4	-	-	10	3	-	-	2	4
AE de Sampaio	ES Sampaio	112	3	6	4	112	3	6	2	37	3	*	s.d.	-	-	12	3	55	3	15	4
	EB Castelo	62	2	-	-	62	2	7	2	26	2	50	4	98	3	20	3	22	3	5	3
	EB Cotovia	29	3	13	4	13	3	1	3	1	4	178	3	111	3	5	3	-	-	2	4
	EB Sampaio	20	2	14	5	20	2	-	-	3	5	150	3	-	-	5	3	2	3	1	3
	EB 1 Zambujal	3	2	-	-	11	4	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidades Orgânicas.

Notas: ¹Alguns agrupamentos consideraram não quantificar os materiais/equipamentos (conjunto de materiais pedagógicos, equipamentos de laboratório, equipamentos de audiovisual), de que dispõe cada estabelecimento escolar.

Tabela 53: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Computadores		Tablets		Comp. com ligação à internet		Inst. de música		Equip. desportivos	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
Rede privada solidária	CPE Cascuz	4	3	-	-	4	3	-	-	-	-
	CI do CC Q. do Conde	10	3	4	3	10	3	-	-	4	3
	UIAI Cercizimbra	3	3	-	-	3	3	-	-	-	-
	CPBES C Sesimbra	16	3	4	3	16	3	30	3	4	4
	Ext. Santa Joana	8	4	-	-	8	4	-	-	-	-
	LA Q. Conde	14	3	9	4	14	3	1	3	-	-
Rede Privada Lucrativa	Ass. Tom da Terra	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-
	C. Educa a Brincar	6	4	1	3	6	4	-	-	2	5
	Escola Waldorf - Apis	2	5	-	-	2	5	20	5	4	5
	Inf. Os Catitas	3	4	1	4	3	4	-	-	-	-
	EP A. Roseta	32	3	-	-	32	3	-	-	s.d.	4
	E. Tokabrincar	1	2	-	-	1	2	15	4	25	4
	Recanto Nenucos	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Tabela 54: Avaliação geral do estado dos edifícios da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Rede de internet	Rede elétrica	Rede de saneamento	Conforto térmico	Conforto lumínico	Eficiência energética	Acessos a espaços exteriores	Acessos aos edifícios	Elevadores	Materiais desportivos	Materiais laboratoriais
AE da Boa Água	EB Boa Água	4	4	4	2	4	3	4	4	4	4	4
	EB 2 Q. do Conde	4	3	3	2	4	3	4	4	-	4	4
	EB Pinhal General	4	4	4	3	4	3	4	4	-	4	4
	JI P. do General	4	4	4	3	4	3	4	4	-	-	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	3	1	1	2	3	2	5	5	4	4	5
	EB Casal do Sapo	3	1	1	2	3	2	4	4	-	4	4
	Pólo do Conde 2	2	1	1	2	5	4	3	3	-	4	5
AE Michel Giacometti	EBS M Giacometti	2	2	2	1	1	1	3	2	-	3	1
	EB 3 Q. do Conde	-	4	4	3	3	2	3	3	1	3	3
	JI Q. do Conde	-	4	4	3	3	2	3	3	3	3	3
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	3	3	1	1	3	2	2	2	-	3	3
	EB Sesimbra	2	3	4	3	4	4	2	2	-	2	-
	EB Aiana de Cima	2	3	4	3	4	4	4	4	-	2	-
	EB Azoia	2	3	4	4	4	4	4	4	-	2	-
	EB Alfarim	2	3	4	3	4	4	4	4	-	2	-
	JI Alfarim	2	3	4	4	4	4	4	4	-	2	-
	EB A. do Meco	2	3	4	4	4	4	4	4	-	2	-
AE de Sampaio	ES Sampaio	3	2	2	2	2	3	4	4	4	4	3
	EB Castelo ¹	3	2	2	2	2	3	3	-	-	3	-
	EB Cotovia	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	-
	EB Sampaio	1	1	1	2	2	4	3	3	-	3	3
	EB 1 Zambujal	3	5	4	2	3	4	3	3	-	3	2

Fonte: Unidades Orgânicas.

Nota: ¹Na EB do Castelo existe uma plataforma em vez de elevador.

Tabela 55: Avaliação geral do estado dos edifícios da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Rede de internet	Rede elétrica	Rede de saneamento	Conforto térmico	Conforto lumínico	Eficiência energética	Acessos a espaços exteriores	Acessos aos edifícios	Elevadores
Rede privada solidária	CPE Cascuz	3	3	3	1	2	1	3	3	4
	CI do CC Q. do Conde	2	4	4	2	3	2	3	4	1
	UIAI Cercizimbra	4	3	3	3	3	2	3	3	-
	CPBES C Sesimbra	4	5	4	4	4	3	5	5	5
	Ext. Santa Joana	3	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	5	3	5
	LA Q. Conde	3	3	2	4	4	4	3	3	4
Rede privada lucrativa	Ass. Tom da Terra	5	5	5	3	5	3	5	5	-
	C. Educa a Brincar	4	4	5	5	4	-	5	5	-
	Escola Waldorf - Apis	5	5	5	5	5	5	5	5	-
	Inf. Os Catitas	4	5	4	4	4	4	4	4	4
	EP A. Roseta	3	4	4	3	4	3	3	3	-
	E. Tokabrincar	3	3	4	4	4	4	4	4	-
	Recanto Nenucos	4	4	5	5	4	4	5	5	5
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Irradiação e Áreas de influência

Para terminar a análise dos estabelecimentos escolares apresentam-se indicadores relativos à irradiação que se referem à questão da mobilidade dos alunos (em termos de tempo, que não deve exceder os 30 minutos de transportes), o número máximo de alunos que o edificado está licenciado para acolher e a área de influência de cada um.

Na rede pública os tempos de viagem casa-escola podem ser considerados na sua maioria como adequados por serem iguais ou inferiores a 30 minutos. Esse tempo é excedido na EBS Michel Giacometti (85 minutos) – escola sede do respetivo agrupamento e, por isso, com um leque de ofertas escolares específico o que poderá justificar o tempo de viagem. Além disso, há também a referir que para alguns dos trajetos dos alunos é necessário apanhar mais do que um autocarro, o que também pode ajudar a explicar os tempos elevados (sobretudo, por via do tempo de espera que implica apanhar cada um dos autocarros necessários).

A maioria das viagens dos alunos residentes no concelho de Sesimbra que moram mais longe do estabelecimento escolar de frequência é feita em automóvel das respetivas famílias ou através de autocarro.

Os estabelecimentos escolares públicos têm uma capacidade instalada entre perto de 50 alunos (EB do Zambujal do AE de Sampaio e as EB de Azoia, Alfarim e Aldeia do Meco e JI de Alfarim do AE Navegador Rodrigues Soromenho) e os 1000 ou mais alunos na EBS Michel Giacometti do agrupamento com o mesmo nome e a ES de Sampaio do agrupamento com a mesma designação.

Em termos de áreas de influência, os AE da Boa Água, Maria do Carmo Serrote e Michel Giacometti servem a freguesia da Quinta do Conde, a que tem atualmente a maior pressão demográfica e que causa maior preocupação entre os atores locais, pelo facto de a única escola secundária estar com dificuldade em receber tantos alunos. Os outros dois agrupamentos servem as freguesias de Santiago e do Castelo.

Tabela 56: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares da rede pública, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Irradiação ¹			População base máxima ²	Áreas de influência ³
		Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
AE da Boa Água	EB Boa Água	5	10	Automóvel	800	Q. do Conde
	EB 2 Q. do Conde	4	10	Automóvel	150	Q. do Conde
	EB Pinhal General	5	10	Automóvel	425	Q. do Conde
	JI Pinhal do General	4	10	Automóvel	100	Q. do Conde
AE Maria do Carmo Serrote	EB M. C. Serrote	11	20	Automóvel	740	Q. do Conde
	EB Casal do Sapo	19,1	30	Automóvel	164	Q. do Conde
	Pólo do Conde 2	12	20	Automóvel	200	Q. do Conde
AE Michel Giacometti	EBS M. Giacometti	25,2	85	Autocarro	1 232	Q. do Conde
	EB 3 Q. do Conde	12,4	21	Automóvel	556	Q. do Conde
	JI Q. do Conde	12,4	21	Automóvel	100	Q. do Conde
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB NR Soromenho	15	25	Autocarro	250	Santiago
	EB Sesimbra	12,5	28	Automóvel	194	Santiago
	EB Aiana de Cima	5,5	10	Automóvel	73	Castelo
	EB Azoia	12	18	Automóvel	49	Castelo
	EB Alfarim	5	8	Automóvel	48	Castelo
	JI Alfarim	5	8	Automóvel	50	Castelo
	EB Aldeia do Meco	6,5	11	Automóvel	49	Castelo
AE de Sampaio	ES Sampaio	18	30	Autocarro	1000	⁴ Santiago/Castelo
	EB Castelo	18	30	Autocarro	620	Castelo
	EB Cotovia	4	5	Automóvel	266	Castelo
	EB Sampaio	18	30	Automóvel	436	Castelo
	EB Zambujal	4	5	Automóvel	48	Castelo

Fonte: Unidades Orgânicas.

Notas: ¹Os dados sobre a Irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola pode acolher considerando as salas de aula; ³Freguesias que estão na área de influência de cada escola; ⁴Na freguesia de Santiago não há oferta de Ensino Secundário.

Nos estabelecimentos da rede privada, os tempos de viagem casa-escola dos alunos residentes no concelho de Sesimbra que moram mais longe das UO frequentadas são os adequados, sendo superior aos 30 minutos apenas na Escola Waldorf de Sesimbra (35 minutos). A maioria das deslocações entre casa e escola são efetuadas no automóvel familiar.

Relativamente à capacidade instalada, estes edifícios escolares podem receber entre 48 crianças no Infântario Os Catitas e as 248 crianças no caso do CPBES do Castelo de Sesimbra. De notar que a EP Agostinho Roseta consegue acolher mais 150 alunos do Ensino Secundário profissional.

Tabela 57: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares da rede privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Irradiação ¹			População base máxima ²	Áreas de influência ³
		Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
Rede privada solidária	CPE Cascuz	10	15	Automóvel	93	Todas
	CI do CC Q. do Conde	5	5/10	Automóvel/A pé	118	Q. do Conde
	UIAI Cercizimbra	15	20	Automóvel	78	Todas
	CPBES C Sesimbra	16	22	Automóvel	248	Todas
	Externato Santa Joana	20	25	Automóvel	184	Todas
	LA Q. do Conde	s.d.	s.d.	s.d.	128	Todas
Rede privada lucrativa	Ass. Tom da Terra	17	15	Automóvel	46	Todas
	Educa a Brincar	18	30	Automóvel	195	Castelo e Santiago
	Escola Waldorf - Apis	20	35	Automóvel	60	Todas
	Infantário Os Catitas	5	10	Automóvel	48	Todas
	EP Agostinho Roseta	20	29	Autocarro	150	Todas
	E. Tokabrincar	10	8	Automóvel.	58	Q. do Conde
	Recanto dos Nenucos	4	10	Automóvel	91	Todas
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Notas: ¹Os dados sobre a Irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola pode acolher considerando as salas de aula; ³Freguesias que estão na área de influência de cada escola.

Ofertas educativas e formativas

Este subcapítulo descreve as ofertas educativas existentes no concelho de Sesimbra que compreendem: a oferta de Berçário e Creche (rede privada, lucrativa e solidária), Pré-escolar (rede privada, lucrativa e solidária e rede pública), os três ciclos de Ensino Básico (rede privada, lucrativa e rede pública), sobretudo, apostando em vias de ensino com caráter mais geral, e o Ensino Secundário, com a disponibilização de cursos científico-humanísticos e cursos profissionais (rede pública, lucrativa e privada). Existe também alguma oferta ao nível da Educação de Adultos.

De uma maneira geral, a oferta do concelho é considerada adequada e adaptada às necessidades, muito embora a sobrelotação que marca fortemente a realidade e quotidiano de parte das escolas de Sesimbra, acabe por condicionar a própria possibilidade de diversificação das ofertas e vias de ensino.

Verifica-se que existe uma grande aposta em componentes extracurriculares e de enriquecimento curricular, e várias atividades complementares às escolares, assim como a exploração e introdução de novas dinâmicas pedagógicas proporcionadas, por exemplo, pelo Programa de Autonomia e Flexibilização Curricular a funcionar em algumas escolas do concelho, ou por outros projetos e programas com grande relevância para as aprendizagens, como os projetos dinamizados pela Equipa de Intervenção para o Sucesso Escolar, o ECO-Escolas, a Academia Ubuntu, entre outros.

Para cada um dos ciclos/níveis de ensino, vão ser apresentadas as taxas de ocupação por estabelecimento escolar que levam em conta uma estimativa de crianças/alunos por sala, de acordo com

uma estimativa que consiste no ponto médio entre o limite máximo e o limite mínimo de crianças/alunos por grupo/turma definido na legislação (considerando-se apenas o limite máximo no caso de ausência do outro). Porém, estas taxas podem não refletir exatamente a realidade, podendo ser mais elevadas no caso de grupos/turmas com alunos identificados com necessidades específicas de educação (que tenham Planos Educativos Individuais, por exemplo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) em cada sala e que possam necessitar de uma medida de acesso à aprendizagem e à inclusão,⁴³ implicando, também, a redução do número máximo de crianças/alunos por sala.

Educação de primeira infância

A educação de Primeira Infância integra as ofertas de Berçário e Creche para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses, 3 meses e meio e os 3 anos e a oferta de Pré-escolar destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, que antecede imediatamente o 1º ciclo do Ensino Básico.

Estas ofertas têm uma importância acrescida no desenvolvimento socioeducativo das crianças e, por um lado, garantem uma melhor preparação para a entrada no período de escolaridade obrigatória e, por outro lado, atuam como complemento e apoio à ação educativa das famílias.

A cobertura destas valências é considerada, de uma maneira geral, adequada à realidade do concelho, apesar dos dados apontarem para a existência de alguma pressão no que respeita à disponibilização de vagas, mais visível na oferta de Creche e, sobretudo, na educação Pré-escolar. Contudo, é expectável que estas necessidades se intensifiquem, dado o crescimento da população residente em Sesimbra por via, entre outras dinâmicas, da fixação de várias famílias de imigrantes nas várias freguesias do concelho, fenómeno esse que também se tem intensificado nos últimos anos, como identificado no capítulo da análise das dinâmicas populacionais.

A próxima tabela apresenta, de acordo com os dados disponíveis, o número de crianças por instituição, 12 instituições no total: 103 crianças em Berçário e 427 crianças em Creche; e 44 salas (13 em Berçário, 31 em Creche) e respetiva Taxa de Ocupação máxima,⁴⁴ isto é, a percentagem de lugares ocupados por instituição de acordo com parâmetros pré-estabelecidos e, assim, a margem para integração de mais crianças (79,2% no total do concelho em Berçário e 86,1% em Creche) para o ano letivo de 2022/2023.

43 Conforme estipulado no artigo 3º do Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, que estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.

44 Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (10 em berçário, 16 em creche e 22,5 no Pré-escolar). Note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos e entidades no inquérito administrativo de 2022, ou na informação facultada pelas instituições; de seguida, efetuou-se o Balanço: Número de alunos 2022/23 – Capacidade (nº máximo de alunos); e, finalmente, calculou-se a Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço *100 (de acordo com as orientações do Despacho Normativo n.º 10-A/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 116, de 19 de junho de 2018, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho).

Quando estas taxas ultrapassam a ordem dos 90% significa que a margem para integração de novas crianças em qualquer das valências é já muito diminuta, pelo que as instituições se encontram muito perto da sua lotação máxima, o que se verifica, por exemplo, em algumas escolas e entidades com oferta de Berçário e Creche, como se pode comprovar na tabela.

Tabela 58: Número de crianças inscritas em Berçário e Creche, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Berçário		Creche		Taxa de ocupação Berçário	Taxa de ocupação Creche
		N Crianças	N Salas	N Crianças	N Salas		
Rede privada solidária	CPE Cascuz	9	1	39	3	90,0	81,3
	CI do CC Q. do Conde	16	2	27	2	80,0	84,4
	UIAI Cercizimbra	8	1	30	2	80,0	93,8
	CPBS C. de Sesimbra	18	2	70	5	90,0	87,5
	Externato Santa Joana	8	1	72	5	80,0	90,0
	L.A. Q do Conde	15	2	62	4	75,0	96,9
Rede privada lucrativa	Ass. Tom da Terra	-	-	23	2	-	71,9
	Educa a Brincar	8	1	30	2	80,0	93,8
	Infantário Os Catitas	6	1	21	2	60,0	65,6
	E. Tokabrincar	8	1	25	2	80,0	78,1
	Recanto dos Nenucos	7	1	28	2	70,0	87,5
	Piano Mágico ¹	-	-	s.d.	s.d.	-	-
Total Concelho		103	13	427	31	79,2	86,1

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

A Educação Pré-escolar no concelho de Sesimbra é providenciada quer pela rede pública de escolas (dos 5 agrupamentos), quer pela rede privada (lucrativa e solidária). As próximas tabelas apresentam o número de alunos por escolas e ou instituições, número de salas e respetivas Taxas de Ocupação, em relação ao ano letivo de 2022/2023. No total, ou seja, considerando ambas as redes, eram 1400 crianças a frequentar a educação Pré-escolar nas ofertas do concelho de Sesimbra no ano letivo em análise.

Destas, 827 crianças estavam matriculadas em Pré-escolar na rede pública de Sesimbra, distribuídas pelas 39 salas dos 15 estabelecimentos dos 5 agrupamentos escolares, situando-se a Taxa de Ocupação Máxima ao nível de todo o concelho na ordem de cerca de 94%. Como se pode verificar, as Taxas de Ocupação por escola são, no geral, preocupantes, mas mais elevadas no caso do AE Michel Giacometti e do AE Boa Água.

Tabela 59: Número de crianças inscritas em Pré-escolar da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	N Crianças	N Salas	Taxa Ocupação
AE Boa Água	JI Pinhal do General	90	4	100,0
	EB Pinhal General	100	5	88,9
	EB 2 Q. do Conde	45	2	100,0
	Total	235	11	94,9
AE Maria do Carmo Serrote	EB Casal do Sapo	39	2	86,7
	Pólo do Conde 2	42	2	93,3
	EB Maria do Carmo Serrote	65	3	96,3
	Total	146	7	92,7
AE Michel Giacometti	JI Q. do Conde	90	4	100,0
	EB 3 Q. do Conde	90	4	100,0
	Total	180	8	100,0
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB Aiana de Cima	20	1	88,9
	EB Azoia	20	1	88,9
	JI Alfirim	40	2	88,9
	EB Sesimbra	41	2	91,1
	EB Aldeia do Meco	20	1	88,9
	Total	141	7	89,5
AE de Sampaio	EB Cotovia	40	2	88,9
	EB Sampaio	85	4	94,4
	Total	125	6	92,6
Total Concelho		827	39	94,2

Fonte: Unidades Orgânicas.

Estes indicadores aumentam ainda mais quando considerados os dados da rede privada de Sesimbra para esta valência, como se pode verificar com as evidências reunidas na tabela abaixo. Assim, a Taxa de Ocupação Máxima ao nível de todo o concelho para a rede privada, situava-se na ordem dos 98%. No total, eram 573 crianças que frequentavam a educação Pré-escolar nas 12 entidades que facultavam esta oferta (total de 26 salas).

Tabela 60: Número de alunos inscritos em Pré-escolar da rede privada, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas		Pré-escolar		Taxa de ocupação Pré-escolar
		N Crianças	N Salas	
Rede privada solidária	CPE Cascuz	41	2	91,1
	CI do CC Q. do Conde	71	3	105,2
	UIAI da Cercizimbra	40	2	88,9
	CPBS C. de Sesimbra	100	4	111,1
	Externato Santa Joana	93	4	103,3
	L.A. Q. do Conde	48	3	71,1
Rede privada lucrativa	Ass. Tom da Terra	23	1	102,2
	Educa a Brincar	67	3	99,3
	E. Waldorf - Apis	19	1	84,4
	Infantário Os Catitas	21	1	93,3
	Recanto dos Nenucos	25	1	111,1
	Piano Mágico	25	1	111,1
Total Concelho		573	26	97,9

Fonte: Unidades Orgânicas.

Ensino Básico

O Ensino Básico compreende três ciclos de escolaridade, 9 anos escolares, e abarca as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 14 anos de idade.

A oferta para o ano letivo de 2022/2023 em Sesimbra, compreendia essencialmente as vias de carácter geral para todos os três ciclos, ao nível do ensino público, sendo esta oferta curricular mais diferenciada no caso do 1º ciclo afeto à rede privada, por exemplo, destacando-se a Escola Waldorf de Sesimbra cuja pedagogia é substancialmente diferente daquela que é praticada na maioria das escolas nacionais.

1º Ciclo de escolaridade

Ao nível do 1º ciclo, frequentavam as escolas da rede pública, em 2022/2023, 2217 alunos distribuídos pelas 87 salas disponíveis, nos 15 estabelecimentos com essa oferta. A Taxa de Ocupação com 110,8%, revelava problemas de sobrelotação, visíveis em quase todas as UO do concelho, como se pode constatar com a informação disposta na tabela seguinte, mas mais elevada no AE Michel Giacometti e no AE Navegador Rodrigues Soromenho, onde predomina o regime duplo.

Tabela 61: Número de alunos inscritos no 1º ciclo da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas / Estabelecimentos escolares		N Alunos	N Salas	Taxa Ocupação
AE Boa Água	EB Pinhal General	271	12	98,2
	EB 2 Q. do Conde	93	4	101,1
	EB Boa Água	145	6	105,1
	Total	509	22	100,6
AE Maria do Carmo Serrote	EB Casal do Sapo	90	4	97,8
	Pólo do Conde 2	142	6	102,9
	EB Maria do Carmo Serrote	146	6	105,8
	Total	378	16	102,7
AE Michel Giacometti	EB 3 Q. do Conde	445	12	161,2
	Total	445	12	161,2
AE Navegador Rodrigues Soromenho	EB Aiana de Cima	75	2	163,0
	EB Azoia	9	1	39,1
	EB Alfarim	75	2	163,0
	EB Sesimbra	180	6	130,4
	EB Aldeia do Meco	34	1	147,8
	Total	373	12	135,1
AE de Sampaio	EB Cotovia	178	9	86,0
	EB Sampaio	293	14	91,0
	EB Zambujal	41	2	89,1
	Total	512	25	89,0
Total Concelho		2217	87	110,8

Fonte: Unidades Orgânicas.

De referir, ainda, que para o mesmo ano letivo, existiam 2 alunos em regime de Ensino à Distância, 1 aluno em Ensino para a Itinerância (no AE Michel Giacometti) e 1 aluno em Ensino Individual e Doméstico (igualmente no AE de Sampaio).

Para além dos alunos de 1º ciclo da rede pública de escolas de Sesimbra, 89 alunos frequentavam esta oferta na rede privada lucrativa do concelho. Neste caso, a Taxa de Ocupação apresentava-se claramente inferior, situando-se na ordem dos 65%.

Tabela 62: Número de alunos inscritos no 1º ciclo da rede privada, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas	1º ciclo		Taxa de ocupação 1º ciclo
	N Crianças	N Salas	
Educa a Brincar	64	4	69,6
Escola Waldorf	25	2	54,3
Total Concelho	89	6	64,5

Fonte: Unidades Orgânicas.

Ensino Básico (2º e 3º ciclo) e Ensino Secundário

No ano letivo de 2022/2023 cinco escolas Básicas, uma por cada um dos 5 agrupamentos de escolas, tinha oferta de 2º ciclo, abarcando um total 1229 alunos distribuídos por 52 turmas. As Taxas de Ocupação possíveis de calcular deixam a descoberto um cenário preocupante, ao nível da sobrelotação da maioria destas instituições. Os valores apontam para problemas que são também muito referidos pelos próprios atores e agentes educativos e, portanto, para uma questão prioritária a ser pensada para o futuro do concelho – o espaço e as vagas escolares disponíveis.

A mesma situação verifica-se com o 3º ciclo e para o mesmo ano letivo – 1910 alunos estavam matriculados nos 6 estabelecimentos escolares com esta oferta disponível, e as Taxas de ocupação apresentavam-se também elevadas.

O Ensino Secundário no concelho de Sesimbra está disponível em duas escolas da rede pública, mais propriamente nos AE Michel Giacometti e de Sampaio. Constitui, no presente momento, um dos principais problemas educativos do concelho pela falta de vagas, sobrelotação e falta de requalificação/apetrechamento das escolas com esta oferta. A construção de uma nova Escola Secundária – que está prevista – é, na visão dos atores auscultados, um dos aspetos mais prioritários a ser rapidamente solucionado.

Tabela 63: Número de alunos inscritos no Ensino Básico (2º e 3º ciclo) e Ensino Secundário da rede pública, por escola, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	2º e 3º ciclos do Ensino Básico			2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário			3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário		
		N Alunos	N Salas	Taxa Ocupação	N Alunos	N Salas	Taxa Ocupação	N Alunos	N Salas	Taxa Ocupação
AE Boa Água	EB Boa Água	617	13	182,5	-	-	-	-	-	-
AE Maria do Carmo Serrote	EB Maria do Carmo Serrote	608	13	179,9	-	-	-	-	-	-
AE Michel Giacometti	EBS Michel Giacometti	-	-	-	1143	23	191,1	-	-	-
AE N. Rodrigues Soromenho	EB N. Rodrigues Soromenho	469	20	90,2	-	-	-	-	-	-
AE de Sampaio	EB Castelo	656	15	168,2	-	-	-	-	-	-
	ES Sampaio	-	-	-	-	-	-	1053	25	162,0
Total Concelho		2350	61	157,4	1143	23	191,1	1053	25	162,0

Fonte: Unidades Orgânicas.

Notas: Na EBI Boa Água, existem 13 salas que são utilizadas pelos alunos do 2.º e 3º ciclos; na EBS Michel Giacometti existem 23 salas que são utilizadas pelos alunos do 2.º e 3º ciclos e secundário; na escola EB Castelo existem 15 salas que são utilizadas pelos alunos do 2º e 3º ciclos; e na escola ES Sampaio existiam 25 salas utilizadas pelos alunos do 3º ciclo e secundário.

Ensino Secundário

De uma maneira geral, a oferta é considerada diversificada, muito embora os atores auscultados considerem que seja necessária a maior adaptação das ofertas profissionais à realidade socioeconómica do concelho e às exigências dos empresários da região – verifica-se, por exemplo, incidência nas áreas do Desporto, inclusivamente a repetição do Curso de Técnico (CT) de Desporto em ambos os agrupamentos, ou nas áreas do Turismo, sendo também muito explorada na EP Agostinho Roseta -, apostar mais na valorização dos recursos e património natural do concelho, sobretudo, tirar partido da proximidade ao mar, e reforçar e ou introduzir mais componentes de recuperação de aprendizagens e vias profissionalizantes a começar logo no Ensino Básico.

Em 2022/2023, na rede Pública, estudavam 1437 alunos no Ensino Secundário, em ambas as escolas públicas consideradas (EBS Michel Giacometti e ES de Sampaio); destes, quase 80% frequentava os Cursos Científico Humanísticos (1111 alunos), sendo o curso mais frequentado o das Ciências e Tecnologias (com um total de 571 alunos). Destaca-se que ambos os agrupamentos tinham a oferta dos 4 Cursos Científico-Humanísticos, não existindo, contudo, Cursos de Ensino Artístico. Os restantes alunos, cerca de 20% (296 alunos), frequentavam os 6 Cursos Profissionais disponíveis nas escolas.

A tabela abaixo resume toda a informação incluindo a identificação dos cursos e número de alunos.

Tabela 64: Número de alunos inscritos no Ensino Secundário da rede pública, por via de ensino cursos e escola, 2022/2023

Curso	Alunos AE Michel Giacometti	Alunos AE de Sampaio	Totais
Ciências e Tecnologias	254	317	571
Ciências Socioeconómicas	31	81	112
Línguas e Humanidades	181	167	348
Artes Visuais	26	54	80
Total CCH	492	619	1111
CT de Desporto	26	69	95
CT de Apoio à Gestão Desportiva	7	0	7
CT Comunicação, Marketing e Relações-Públicas	0	53	53
CT de Ação Educativa	0	27	27
Técnico de Turismo	0	48	48
Técnico de Programação e Sistemas de Informática	0	66	66
Total Cursos Profissionais	33	263	296
Modalidade Ensino Recorrente	30	0	30
Total AE	555	882	1437

Fonte: Unidades Orgânicas.

No total, considerando todas as escolas da rede pública com Ensino Secundário no concelho, eram 1437 os alunos a frequentar todas as vias de ensino; a maioria matriculada nos Cursos Científico-Humanísticos, como se verificou, e apenas cerca de 21% nas várias ofertas profissionalizantes, distanciando-se Sesimbra da meta acordada com os parceiros europeus que previa que pelo menos 50% dos alunos de Ensino Secundário frequentassem esta modalidade de ensino.

Há ainda a considerar os 99 alunos que frequentavam os Cursos Profissionais na EP Agostinho Roseta sediada no concelho. Assim, esta escola tinha disponíveis 4 Cursos em 2022/2023:

- CT em Animação Turística, frequentado por 31 alunos;
- CT Operações Turísticas, frequentado por 28 alunos;
- CT de Cozinha/Pastelaria, frequentado por 24 alunos;
- CT de Restaurante/Bar, frequentado por 16 alunos.

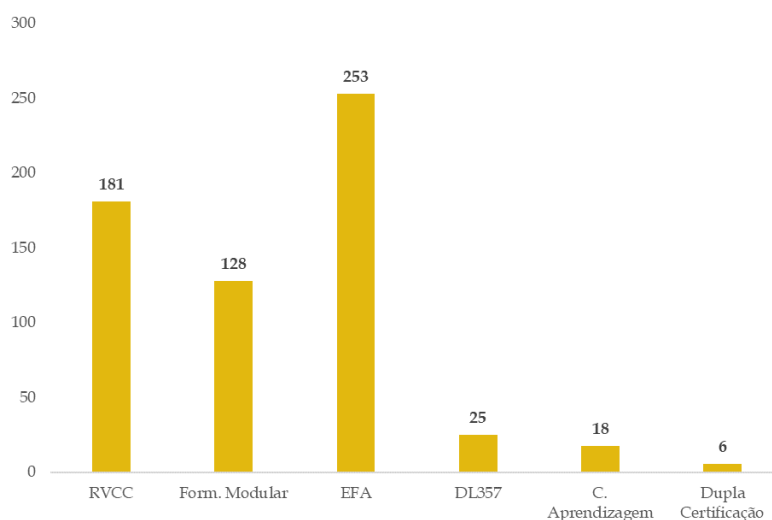
Educação e Formação

A oferta de Educação de Adultos que existe no concelho de Sesimbra é dinamizada, sobretudo, a partir do Centro Qualifica que está sediado no AE Michel Giacometti. Há indicação que em 2022/2023, 37 alunos frequentaram um Curso EFA (Educação e Formação de Adultos) no AE Maria do Carmo Serrote e 30 alunos também se encontravam matriculados num Curso EFA no AE de Sampaio.

Centro Qualifica (CQ) AEMG

De acordo com o Relatório do desempenho do CQ 2018 – 2023, o Centro Qualifica registou uma média de 191 utentes inscritos por ano, maioritariamente em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), como se pode observar no gráfico 25; embora também sejam dinamizadas formações modulares, processos de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos (Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro), cursos de aprendizagem e cursos de dupla certificação.

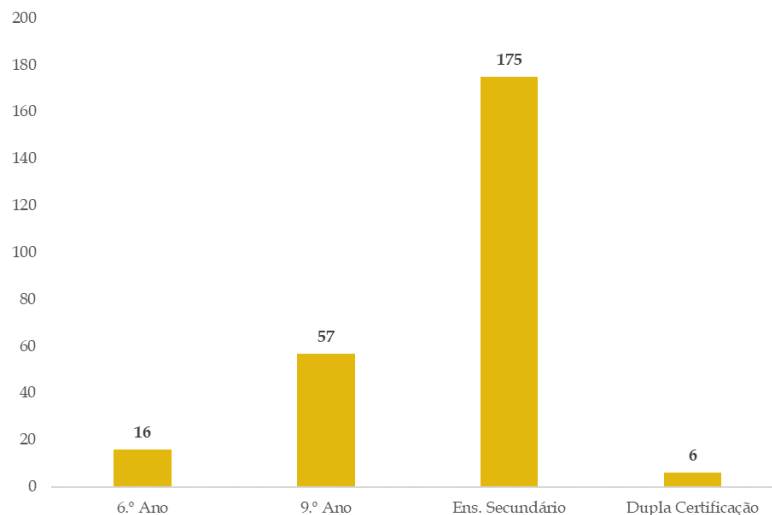
Gráfico 25: Número de formação por modalidades de formação, 2018-2023



Fonte: Relatório do desempenho do CQ 2018 – 2023 (plataforma SIGO).

O número de utentes certificados foi, no período em análise, considerável, porém, ainda aquém do desejado face à taxa de escolarização do concelho apresentada no capítulo das dinâmicas socioeconómicas. Ainda assim, entre 2018 e 2023, um total de 254 utentes (gráfico 26), terminaram as suas certificações, na sua maioria, com equivalência ao Ensino Secundário (175). Seguiram-se os que atingiram o 9.º ano do Ensino Básico (57), o 6.º ano do Ensino Básico (16); e registou-se, também, um número de 6 que obteve dupla certificação.

Gráfico 26: Níveis de escolaridade certificados, 2018-2023



Fonte: Relatório do desempenho do CQ 2018 – 2023 (plataforma SIGO).

A área da educação de adultos é, apesar de tudo, umas das áreas a ser reforçada no concelho, na opinião dos elementos da comunidade educativa auscultados. As necessidades formativas são variadas e vão desde necessidades identificadas para a formação dos Assistentes Operacionais das escolas de Sesimbra, à formação mais vocacionada para determinadas áreas profissionais, como a das pescas, ou ainda para responder às inúmeras famílias de imigrantes e imigrantes isolados a residirem no concelho atualmente, e que necessitam de aprender o português.

Educação inclusiva

Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário

Recentemente verificou-se um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais para as escolas públicas, que visa a construção e consolidação da educação/escola inclusiva. Essas orientações pretendem, em termos gerais, estimular ambientes educativos com cobertura universal das necessidades dos alunos e que estas se enquadrem devidamente no processo de ensino/aprendizagem praticado. A publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece "(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa" (n.º 1, art.º 1 Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão

organizadas de acordo com três níveis de intervenção: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais, e são atribuídas por intermédio da intervenção das estruturas competentes, ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais expressivas, dado que preveem a construção de um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa e precede o Programa Educativo Individual (PEI), e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A tabela seguinte identifica todos os alunos do concelho – a partir de informação recolhida de cada agrupamento de Escolas – que, em 2022/2023, beneficiava de medidas seletivas, medidas adicionais e de PEI. Há claramente uma preponderância das medidas seletivas, verificada também na realidade de cada agrupamento, com cerca de 6% de todos os alunos do concelho de Sesimbra (considerando todos os ciclos de ensino) a beneficiarem destas medidas, com maior concentração no Ensino Básico.

Tabela 65: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI, % sobre o total de alunos por ciclo de ensino, dados para o concelho de Sesimbra, 2022/2023

Ciclo de Ensino	Medidas Seletivas	%	Medidas Adicionais	%	PEI	%
Pré-escolar	45	5,4	8	1,0	1 ¹	0,1
1º ciclo	146	6,6	26	1,2	19	0,9
2º ciclo	101	8,2	30	2,4	23	1,9
3º ciclo	120	6,3	28	1,5	26	1,4
Ensino Secundário	37	2,6	15	1,1	15	1,1
Total no Concelho	449	5,9	107	1,4	84	1,1

Fonte: Unidades Orgânicas.

Nota: ¹Criança a beneficiar do Centro de Apoio à Aprendizagem, devido a situação de grave e profunda deficiência (AE Boa Água).

Nos agrupamentos de escolas funcionam as *Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva* (EMAEI), que se constituem como um recurso organizacional específico e destinado a prestar apoio à aprendizagem e à inclusão, visando adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características individuais de cada aluno. Para tal, é responsável pela mobilização dos meios de que a escola dispõe e pela elaboração/atribuição das medidas, pela elaboração de Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP) e por estabelecer a ponte entre as escolas e outras entidades. Além destes recursos, existem ainda vários serviços educativos nos agrupamentos de Sesimbra, a saber:

- *Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)*, uma estrutura de apoio que reúne os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola, valorizando uma componente de trabalho colaborativa e holística. Contudo, há várias necessidades de requalificação destes espaços em algumas das escolas do concelho;

- *Departamento de Educação Especial*, composto pelos Professores de Educação Especial e que visa o acompanhamento do trajeto escolar dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- *Serviços de Psicologia e Orientação* que trabalham os domínios da orientação escolar e vocacional e o acompanhamento psicológico e apoio psicopedagógico;
- *Intervenção Precoce* – a Equipa Local de Intervenção (ELI) de Sesimbra, que funciona ao abrigo do decreto-lei n.º 281/2009 de 6 de outubro, é constituída por uma equipa pluridisciplinar, com funcionamento transdisciplinar, assente em parcerias institucionais através de um protocolo celebrado entre a Cercizimbra, o Instituto de Segurança Social/Centro Distrital de Setúbal, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo/ACES – Arrábida e a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, mais especificamente, o Agrupamento de Escolas de Sampaio.

No domínio da intervenção precoce, importa acrescentar que, em 2023, tiveram apoio pela ELI 276 crianças/famílias, número que excede em muito a capacidade de resposta, tendo em conta os atuais recursos humanos. De acordo com esses serviços “tendo em conta o aumento crescente de novas referenciações, o grande desafio para 2024 é conseguir manter a qualidade do serviço para corresponder às necessidades das crianças/famílias atendidas. Para isso é indispensável aumentar o número de colaboradores e inovar a tipologia de respostas. Aguarda-se a conclusão da candidatura ao Programa de Celebração do Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP) para pedido de alargamento do acordo com a Segurança Social. De acordo com as necessidades identificadas pelas famílias, propõe-se reforçar a intervenção ao nível das competências parentais e do desenvolvimento infantil (típico e atípico).”

Vida adulta

Após o Ensino Básico e/ou Secundário, a Cercizimbra também tem um Centro de Reabilitação da Cercizimbra, destacando-se como ações mais relevantes para o futuro:

- Expansão dos programas de formação profissional para abranger um leque mais alargado de áreas de interesse, de forma a responder às necessidades dos candidatos e do mercado de trabalho; implementação de projetos de sensibilização e educação junto da comunidade, com o objetivo de combater estigmas e promover a inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade; candidatura a Centro de Recursos para a Integração para desenvolver programas de acompanhamento pós-reabilitação, que visam dar continuidade ao apoio aos formandos após a sua saída do centro, promovendo a sua autonomia e inserção na comunidade; fortalecimento das parcerias com entidades locais, instituições de ensino e empresas, com vista a criar mais oportunidades de estágio e emprego aos formandos.

No concelho existe ainda uma outra resposta social, o CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão), de acordo com a informação disponibilizada por esses serviços, “destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência intelectual, visando a promoção da sua qualidade de vida e possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades, e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade”; que assegura algumas atividades que se podem considerar parte do serviço educativo e formativo disponibilizado no concelho, nomeadamente:

- Cultura e lazer (visita a museus, exposições, espetáculos, intercâmbios entre instituições).
- Desporto (Special Olympics, Desporto Escolar, BE Active, etc.).

- Épocas festivas (Carnaval, Páscoa, Santos Populares, Festa de Verão, São Martinho, Natal, etc.).
- Visitas a Empresas e Organizações com vista à integração em Atividades Socialmente Úteis.
- Workshops de barro e jardinagem para as crianças da educação Pré-escolar e do 1º ciclo.

Apoios e complementos educativos

Os apoios socioeducativos de Sesimbra são variados e correspondem a:

- Ação Social Escolar (ASE), generalizada a toda rede pública, cujo funcionamento e o âmbito das medidas socioeducativas que comporta, visa fomentar a integração e igualdade de acesso e sucesso de todos os alunos. Atribuição de subsídios para a aquisição de material escolar, apoio para visitas de estudo e no apoio a projetos a serem desenvolvidos nas escolas, assim como nos apoios que são dados aos projetos em parceria e em rede;
- Comparticipação nas refeições escolares, sobretudo para os alunos com escalão da ASE – Ação Social Escolar (50% escalão B e 100% escalão A);
- Distribuição de fruta e leite escolar entre os alunos de 1º ciclo do Ensino Básico e de Pré-escolar;
- Um Serviço de Transporte Escolar – “para todos os alunos que residam a mais de 3 km da escola e que frequentem a escola da área de residência, estabelecendo um conjunto de itinerários entre o local de residência e os estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho de Sesimbra”. O Município comparticipava, à data de elaboração do diagnóstico para este documento, em 100% do valor do título de transporte para o Ensino Básico e em 50% para o Ensino Secundário, em todo o caso considerava-se ainda insuficiente e com alguns horários desfasados dos horários escolares; facto confirmado pelos atores locais auscultados;
- Cedência de viaturas municipais (sempre que possível) para visitas de estudo e atividades inseridas nos Serviços e Projetos Educativos.

De acordo com dados facultados pelos agrupamentos de escolas de Sesimbra, o número de alunos que beneficiava de Ação Social Escolar no ano letivo de 2022/2023, apesar das oscilações, é relativamente baixo, sendo o valor mais elevado encontrado entre as crianças que frequentavam a educação Pré-escolar na rede pública. Assim, cerca de 36% de todas as crianças de Pré-escolar no concelho beneficiavam de ASE, sendo mais expressivos os valores no AE Navegador Rodrigues de Soromenho e no AE da Boa Água; cerca de 28% dos alunos de 1º ciclo beneficiavam de um dos dois escalões de ASE, sendo este valor mais elevado no AE de Sampaio; quase 29% dos alunos de 2º ciclo estavam enquadrados nos escalões de ASE, sendo mais elevado nos casos do AE Maria do Carmo Serrote e AE Navegador Rodrigues Soromenho; ao nível do 3º ciclo eram 23% os alunos beneficiários, sendo o valor mais elevado encontrado entre os alunos do AE de Sampaio; e, finalmente, quase 24% dos alunos de Ensino Secundário eram também beneficiários de ASE, sendo a distribuição dos mesmos equitativa pelos dois agrupamentos com oferta de secundário.

Tabela 66: Beneficiários de Ação Social Escolar, por agrupamento de escola e por ciclo/nível de ensino, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Pré-escolar	%	1º ciclo	%	2º ciclo	%	3º ciclo	%	Ens. Sec.	%
AE Maria do C. Serrote	59	40,4	106	28,0	85	33,2	64	18,2	n.a.	n.a.
AE Boa Água	69	29,4	134	26,3	57	24,2	75	19,1	n.a.	n.a.
AE N. R. Soromenho	73	51,8	106	28,4	64	32,8	67	24,5	n.a.	n.a.
AE M. Giacometti	56	31,1	104	23,4	61	26,4	93	24,0	123	23,4
AE de Sampaio	43	34,4	164	32,2	85	27,2	144	27,9	209	23,7
Total do Concelho	300	36,3	614	27,7	352	28,6	443	23,1	332	23,6

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: n.a. = Não se aplica.

No que respeita a refeições escolares e transportes escolares, em carreiras públicas e em circuitos especiais através dos meios da Câmara Municipal, a próxima tabela identifica o número de alunos que beneficiava destes apoios, por agrupamento. No total, 3390 alunos beneficiavam de refeição escolar, 567 alunos eram utilizadores dos transportes escolares, 10 eram transportados em viatura municipal e 26 alunos beneficiavam de transportes escolares adaptados. Além destes, de referir ainda que 71 alunos residentes em Sesimbra, mas estudantes noutros estabelecimentos escolares sediados fora do concelho, beneficiaram igualmente de transporte escolar, participado em 50%, proporcionado pela autarquia.

Tabela 67: Número de alunos que beneficiaram de Refeições Escolares e Transporte Escolar, 2022/2023

Unidade Orgânicas	Refeições	Transportes Escolares	Transportes adaptados	Transporte Municipal
AE Maria do Carmo Serrote	611	2	2	4
AE Boa Água	838	-	5	-
AE Navegador Rodrigues Soromenho	415	107	6	1
AE Michel Giacometti	626	2	-	-
AE de Sampaio	900	442	13	5
EP Agostinho Roseta	-	14	-	-
Total do Concelho	3390	567	26	10

Fonte: Unidades Orgânicas e Câmara Municipal de Sesimbra

A área dos transportes é, no entanto, um dos assuntos com particular incidência nos discursos recolhidos junto dos diferentes atores escolares, quer pelo desajuste de horários das carreiras escolares face aos horários curriculares, quer pela falta de transportes, no geral, para circular dentro do concelho, sobretudo, a ligação entre a freguesia de Quinta do Conde (onde se encontram sediadas muitas escolas) e o centro de Sesimbra (que concentra a maioria dos serviços e de oferta cultural), ou, ainda, pela insuficiência de transportes adaptados que sirvam os alunos com comprometimento motor e outras deficiências.

Contudo, e uma vez que pretendem promover a igualdade de oportunidades e garantir a deslocação casa-escola para todas as crianças e jovens do concelho, a Câmara Municipal de Sesimbra reforçou a oferta do serviço de transporte nos últimos anos alargando o mesmo a alunos que reúnam as seguintes condições:

- Tenham até 20 anos de idade, ou se encontrem em conclusão do Ensino Secundário;

- Sejam residentes em locais considerados como percursos de risco;
- Estejam matriculados em escolas fora do concelho, designadamente: cursos profissionais, técnico-profissionais e artísticos, em situações de inexistência de vaga ou oferta formativa no concelho.

Dessa forma, 71 alunos residentes em Sesimbra, mas estudantes em estabelecimentos escolares sediados fora do concelho, beneficiaram igualmente de transporte escolar participado em 50% pela autarquia.

De salientar que o serviço de transporte escolar não abrange as visitas de estudo, sendo que nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, a ação social compreende entre outras modalidades os auxílios económicos dos quais, beneficiam os alunos que frequentam o Ensino Básico pertencentes a agregados familiares cuja condição socioeconómica não lhes permite suportar integralmente os encargos decorrentes da frequência daquele ensino. A autarquia atribui anualmente um subsídio aos agrupamentos de escolas para a aquisição de material escolar e participação para visitas de estudo a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico posicionados no escalão A ou escalão B do abono de família, traduzindo-se nos valores indicados na tabela seguinte.

Tabela 68: Valores atribuídos pela Câmara Municipal de Sesimbra aos agrupamentos de escolas para participação na alimentação, aquisição de material escolar e subsídio de visitas de estudo de alunos com escalão A e B do abono de família, ao nível do 1º ciclo, 2022/2023

Escalões	Comparticipação (Alimentação)	Subsídio para material escolar	Subsídio para visitas de estudo
A	100%	30,00€	20,00€
B	50%	15,00€	10,00€

Fonte: Câmara Municipal de Sesimbra.

A Câmara Municipal de Sesimbra é também responsável pela dinamização da Escola a Tempo Inteiro, que inclui as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAF), a Componente de Apoio à Família (CAF) e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). As AEC estão destinadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares (Despacho 7255/2018 de 31 de julho). As atividades CAF funcionam de forma articulada com as AEC e com o ensino curricular de 1º ciclo, e visam o acompanhamento dos alunos fora do período de funcionamento das aulas e das atividades de enriquecimento curricular. As AAAF têm uma natureza semelhante às da CAF em termos do seu funcionamento, visando o acolhimento das crianças da educação Pré-escolar fora do horário escolar. No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo que providenciam às famílias e crianças, sendo as mensalidades estipuladas de acordo com o escalão de abono e em função de uma percentagem do Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

As AAAF, em 2022/2023, tinham previstas várias atividades e foram desenvolvidas nos 5 agrupamentos de escolas de Sesimbra:

- AE de Boa Água tinha 174 crianças inscritas nos clubes/atividades, correspondendo a 74% do total de crianças matriculadas na educação Pré-escolar;
- AE Michel Giacometti tinha 136 crianças envolvidas nestas atividades, correspondendo a cerca de 76% do total de crianças matriculadas na educação Pré-escolar;
- AE de Sampaio tinha 105 crianças matriculadas nas atividades de Capoeira, Vitamina, Desporto e Vitamina Ambiental, correspondendo a 84% do total de crianças matriculadas na educação Pré-escolar;
- AE Navegador Rodrigues Soromenho tinha 122 crianças inscritas nas atividades de Patinagem, Expressão Dramática, Motricidade, Capoeira e Expressão Musical, correspondendo a cerca de 86% do total de crianças matriculadas na educação Pré-escolar;
- AE Maria do Carmo Serrote tinha 102 crianças inscritas nas atividades de Patinagem, Brincadeirologia, Expressão Musical e Expressão Dramática, correspondendo a quase 70% do total de crianças matriculadas na educação Pré-escolar.

As CAF também tinham previstas diferentes atividades e envolviam vários alunos dos 5 agrupamentos de escolas, em 2022/2023:

- AE de Boa Água tinha 178 alunos inscritos nas atividades, correspondendo apenas a 35% de todos os alunos de 1º ciclo do agrupamento;
- AE Michel Giacometti tinha 143 alunos envolvidos nestas atividades, correspondendo a cerca de 32% dos seus alunos de 1º ciclo;
- AE de Sampaio o número de alunos altera-se de acordo com as atividades, assim: Vitamina tinha 193 alunos matriculados, ou seja cerca de 38% de alunos de todo o 1º ciclo; Toca a Mexer tinha 126 alunos matriculados, 25% dos alunos; Vitamina em Movimento tinha 67 alunos, 13% dos alunos; 126 alunos em Cinema/brincadeira orientada, 25% dos alunos; Capoeira com 37 alunos, apenas 8% dos alunos; e 15 alunos no Clube de futebol, ou seja, apenas 2,4% dos alunos de 1º ciclo.
- AE Navegador Rodrigues Soromenho tinha 211 alunos inscritos nas atividades, correspondendo a cerca de 56% do total dos alunos de 1º ciclo do agrupamento;
- AE Maria do Carmo Serrote tinha 144 alunos inscritos nas atividades de Brincadeirologia, Artes e Exploração +, Nutrifun, Programação e Robótica, correspondendo a quase 38% do total dos seus alunos de 1º ciclo.

Finalmente, as AEC também compreendiam diferentes atividades – relacionadas com atividade física desportiva, componentes artísticas, expressivas e lúdicas, informática e novas tecnologias, ambiente, saúde e alimentação – e eram desenvolvidas em todas as escolas de 1º ciclo do concelho de Sesimbra, em 2022/2023:

- AE de Boa Água tinha 401 alunos inscritos nas atividades/clubes, correspondendo a aproximadamente 79% de todos os alunos de 1º ciclo do agrupamento;
- AE Michel Giacometti tinha 320 alunos envolvidos nestas atividades, correspondendo a cerca de 72% dos seus alunos de 1º ciclo;
- AE de Sampaio tinha um total de 361 alunos de 1º ciclo matriculados nas atividades, correspondendo a cerca de 71% dos alunos;

- AE Navegador Rodrigues Soromenho eram desenvolvidas as atividades de: Atividade Física e Desportiva, 288 alunos, 77,2% dos alunos; também 288 alunos frequentavam as Atividades Lúdico-expressivas, ou seja 77,2% do total de alunos de 1º ciclo; inglês com 166 alunos, 44,5% dos alunos; 175 inscritos em Capoeira, 47% dos alunos e 113 alunos na atividade Brincadeirologia, ou seja 30% dos alunos de 1º ciclo do agrupamento.
- AE Maria do Carmo Serrote tinha 283 alunos matriculados na atividade de Brincadeirologia, 75%; 288 alunos nas Artes e Exploração +, cerca de 76% do total dos alunos de 1º ciclo e 289 alunos nas atividades de Nutrifun e de Programação e Robótica, quase 77% do total dos alunos.

O trabalho em rede

Para além dos apoios convencionais prestados na área da Educação e da Ação Social Escolar, o Município de Sesimbra valoriza o trabalho em rede. Desde há muito tempo que se tem vindo a apostar no trabalho em parceria, ao que se refere na dinamização de projetos por equipas técnicas multidisciplinares e interinstitucionais, e com resultados muito significativos no âmbito da promoção do sucesso escolar, nomeadamente:

- Apoio a projetos desenvolvidos ou a desenvolver nas escolas do Município através da atribuição de subsídios e acesso mais facilitado a recursos;
- Parcerias estabelecidas com as escolas e com várias entidades visando a dinamização de projetos e iniciativas estruturantes, de que são exemplo: atribuição de Bolsas de Estudo, realização de Estágios Curriculares, Serviços e Projetos Educativos, Rede de Mediadores para o Sucesso Escolar, Programa Eco-Escolas, CleanAtlantic, Programa Escola Azul, Grupo de Intervenção em Saúde Comunitária (GISC), Academia Ubuntu, Milage Aprender+, Projeto de Intervenção Preventiva na Aprendizagem da Leitura e da Escrita (PIPALÉ);
- Desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade de Sesimbra;
- Integração na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras bem como na respetiva Rede Internacional, nas quais o Município tem oportunidade de receber e partilhar conhecimento em várias áreas e valências – educativa, social, cultural, etc. – que visam o envolvimento de todos os cidadãos, repensando a cidade como um ecossistema educativo inclusivo, dinâmico e em diálogo permanente com os cidadãos;
- Dinamização de Observatório de Educação que permita recolher, sistematizar e analisar um conjunto de indicadores educacionais, sociais, demográficos, entre outros, com o objetivo de atualizar o diagnóstico e identificar tendências de evolução;
- Monitorização da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal*, em articulação com os parceiros locais e junto da comunidade educativa;
- Vários apoios previstos para a infância e juventude do concelho: Férias Jovem, Academia de Verão; realização de Workshops; criação do espaço SPOT Jovem, desenvolvimento do Fórum Local de Juventude, Desporto Escolar, Centro Municipal de Atividades Náuticas, entre outros.

População escolar

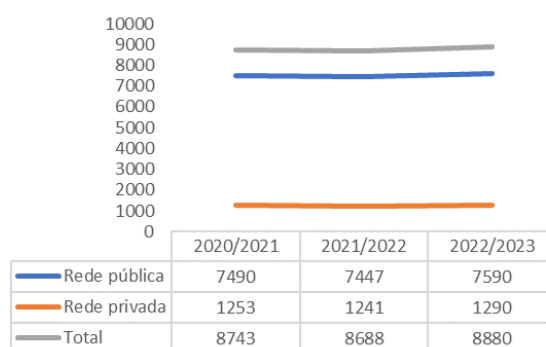
Neste subcapítulo expõe-se a caracterização da população escolar do concelho de Sesimbra dividida em corpo discente, corpo docente e outros profissionais. As análises apresentadas foram elaboradas a partir dos dados enviados pelas Unidades Orgânicas durante o processo de elaboração do documento, por isso, os valores que se apresentam não esgotam a população escolar, mas podem ser considerados representativos do concelho.

Corpo discente

A caracterização do corpo discente inclui, em primeiro lugar, o número de alunos total, na rede pública e privada, por nível/ciclo de ensino e por UO. Em, segundo lugar, uma breve caracterização socioeconómica – sexo, alunos sem Ação Social Escolar (ASE), escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE), naturalidade de residência. Alguns destes indicadores serão posteriormente utilizados na contextualização do desempenho escolar do concelho no subcapítulo seguinte.

A partir dos números expostos na tabela em baixo, calculámos o número de crianças/jovens que frequentou o sistema educativo do concelho de Sesimbra e nas redes pública e privada. Nos três anos letivos em análise, o número total de alunos foi superior a 8600 e atingiu o valor mais elevado em 2022/2023, com 8880 alunos. Quer na rede pública, quer na rede privada, o número de alunos diminuiu ligeiramente no ano letivo de 2021/2022, mas tornou a aumentar em 2022/2023 (7590 e 1290, respetivamente). Estes aumentos são também o resultado do aumento da população imigrante registado nos últimos anos, tal como identificado no capítulo das dinâmicas populacionais anteriormente apresentado.

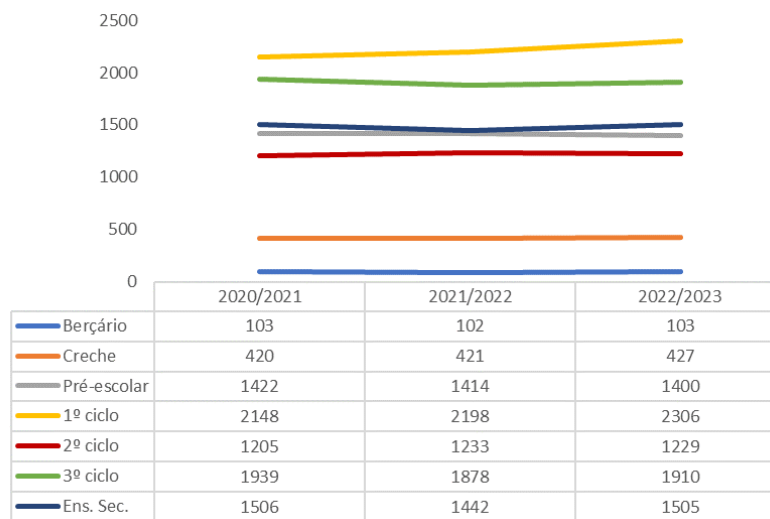
Gráfico 27: Total de crianças/alunos (N) na rede pública e na rede privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A evolução do número de alunos foi relativamente estável nos três anos letivos considerados, na maioria dos ciclos/níveis de ensino nas redes pública e privada, sendo apenas de realçar que no 1º ciclo o número de alunos aumentou de forma constante entre o ano letivo de 2020/2021 e 2022/2023 – de 2148, para 2198 e, no último ano, para 2306.

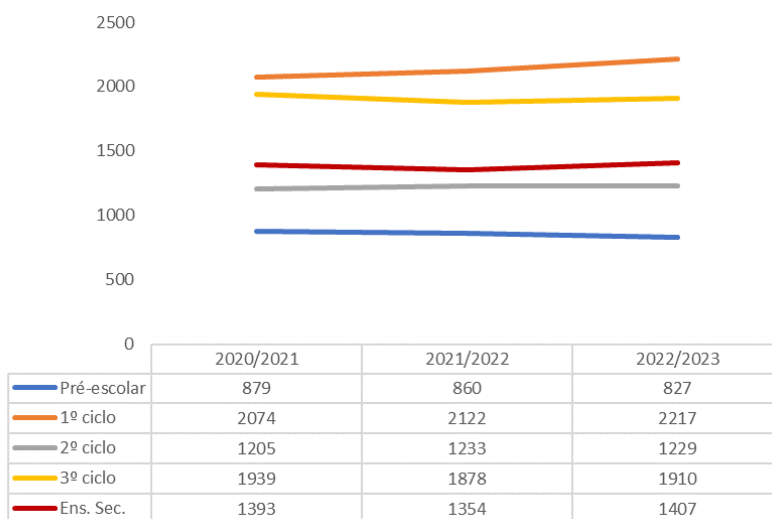
Gráfico 28: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede pública e privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Apresenta-se a evolução do número de alunos na rede pública e na rede privada em separado e por nível/ciclo de ensino. Podemos concluir que o aumento de alunos matriculados no 1º ciclo se verifica, sobretudo, na rede pública, número que chegou aos 2217 alunos em 2022/2023. O número de alunos matriculados no 3º ciclo e no Ensino Secundário diminuíram entre o primeiro e o segundo ano letivo em análise, tornando a aumentar em 2022/2023 para valores inferiores aos de 2020/2021 no caso do 3º ciclo (1910); e superiores no Ensino Secundário (1407). No 2º ciclo, o número de alunos manteve-se relativamente estável. Na rede pública, realça-se que o número de crianças em Pré-escolar diminuiu ao longo dos três anos letivos – de 879 para 827 – o que pode ter acontecido com a implementação da gratuidade das instituições privadas.

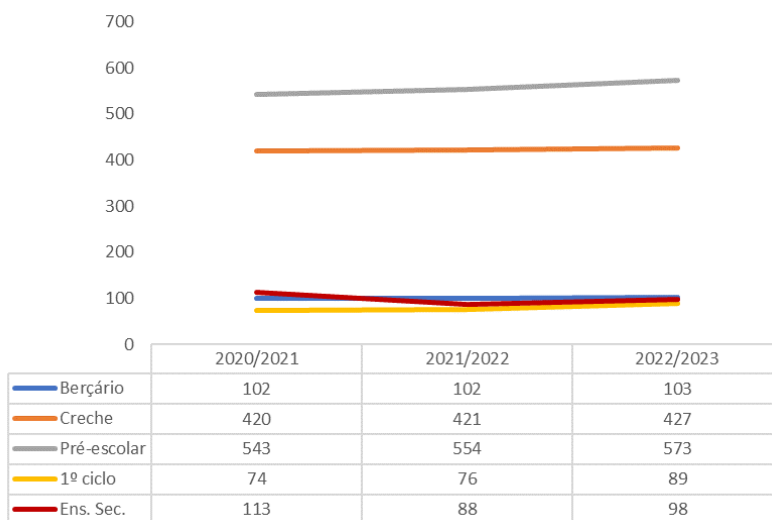
Gráfico 29: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede pública, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Na rede privada, o número de crianças a frequentar a Creche e a educação Pré-escolar aumentou de forma constante nos três anos letivos considerados, atingindo o valor de 427 e de 573, respetivamente. O número de crianças em Berçário e de alunos no 1º ciclo e no Ensino Profissional foram estáveis.

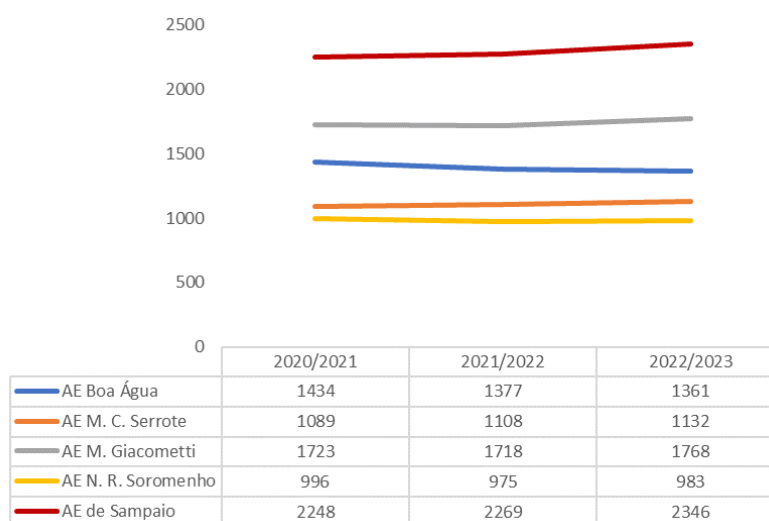
Gráfico 30: Total de crianças/alunos por nível/ciclo de ensino (N), na rede privada, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Considerando como unidades de análise as UO, na rede pública, o número de alunos manteve-se relativamente estável em todas as UO. Porém, é de realçar o aumento que se verificou no AE de Sampaio, e nos AE Maria do Carmo Serrote e AE Michel Giacometti, ainda que menos acentuado nestes últimos, localizados na freguesia como maior pressão demográfica (como identificado na análise das dinâmicas populacionais). Por outro lado, no AE Boa Água houve uma diminuição ligeira no número de alunos, assim como no AE Navegador Rodrigues Soromenho, ainda que menos expressiva.

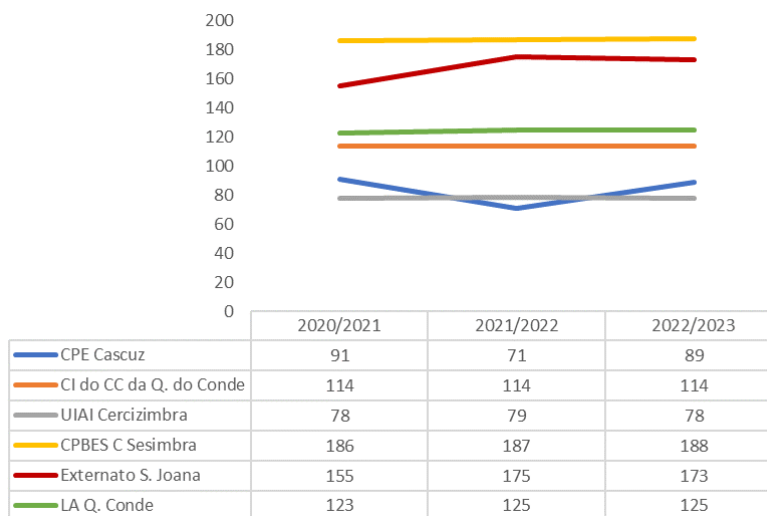
Gráfico 31: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede pública, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Na rede privada solidária, a evolução do número de alunos foi relativamente estável em quase todas as UO, com duas exceções - no Externato de Santa Joana observa-se um aumento em 2021/2022 que se manteve similar no ano seguinte; enquanto na Creche e Pré-escolar, o CPE Cascuz registou uma diminuição considerável a meio da série, e um novo aumento em 2022/2023 para um valor próximo ao do início de série.

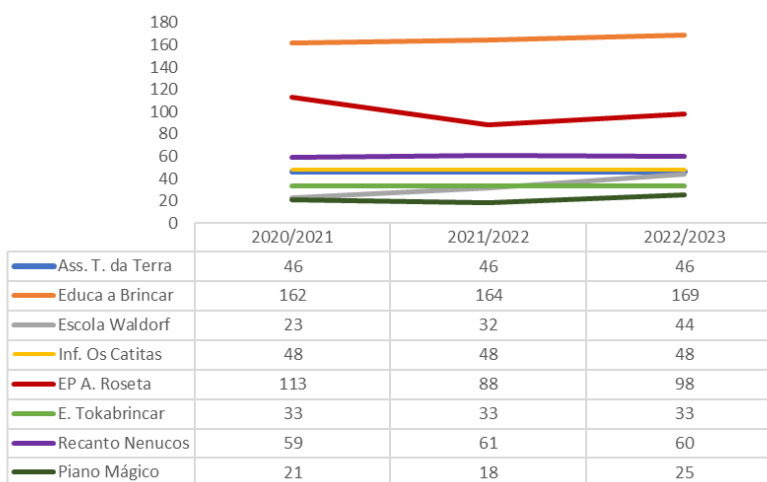
Gráfico 32: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede privada solidária, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Na rede privada lucrativa, verifica-se que na maioria das UO o número de alunos também foi estável ao longo dos anos letivos considerados, sendo de realçar apenas a queda do número de alunos na EP Agostinho Roseta (Polo de Sesimbra).

Gráfico 33: Alunos por Unidade Orgânica (N) da rede privada lucrativa, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Tabela 69: Crianças em Creche, Berçário e Pré-Escolar/alunos por nível educação/escolaridade e por entidade/estabelecimento escolar (N), 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023

Rede / UO	Estabelecimentos escolares/ UO	2020/2021							2021/2022							2022/2023										
		Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	
AE BA	EB Boa Água	-	-	-	139	265	396	-	800	-	-	-	144	241	396	-	781	-	-	-	145	235	382	-	762	
	EB 2 Q. Conde	-	-	25	111	-	-	-	136	-	-	25	114	-	-	-	139	-	-	45	93	-	-	-	138	
	EB Pinhal General	-	-	171	238	-	-	-	409	-	-	130	240	-	-	-	370	-	-	100	271	-	-	-	371	
	Jl Pinhal do General	-	-	89	-	-	-	-	89	-	-	87	-	-	-	-	87	-	-	90	-	-	-	-	90	
	subtotal	-	-	285	488	265	396	-	1434	-	-	242	498	241	396	-	1377	-	-	235	509	235	382	-	1361	
AE MCS	EB M.C. Serrote	-	-	60	265	222	365	-	912	-	-	68	142	237	340	-	787	-	-	65	146	256	352	-	819	
	EB Casal do Sapo	-	-	42	95	-	-	-	137	-	-	42	95	-	-	-	137	-	-	39	90	-	-	-	129	
	Pólo do Conde 2	-	-	40	-	-	-	-	40	-	-	47	137	-	-	-	184	-	-	42	142	-	-	-	184	
AE MG	EB S. M. Giacometti	-	-	-	-	243	378	509	1130	-	-	-	-	251	363	499	1113	-	-	-	-	231	387	525	1143	
AE NRS	EB 3 Q. Conde	-	-	99	399	-	-	-	498	-	-	95	415	-	-	-	510	-	-	90	445	-	-	-	535	
	Jl Q. do Conde	-	-	95	-	-	-	-	95	-	-	95	-	-	-	-	95	-	-	90	-	-	-	-	90	
	subtotal	-	-	194	399	243	378	509	1723	-	-	190	415	251	363	499	1718	-	-	180	445	231	387	525	1768	
AE S	EB NR Soromenho	-	-	-	-	167	300	-	467	-	-	-	-	187	284	-	471	-	-	-	-	195	274	-	469	
	EB Sesimbra	-	-	40	186	-	-	-	226	-	-	40	185	-	-	-	225	-	-	41	180	-	-	-	221	
	EB Ajuda de Cima	-	-	25	88	-	-	-	113	-	-	20	80	-	-	-	100	-	-	20	75	-	-	-	95	
	EB Azóia	-	-	14	13	-	-	-	27	-	-	21	-	-	-	-	21	-	-	20	9	-	-	-	29	
	EB Alfarrim	-	-	-	62	-	-	-	62	-	-	-	63	-	-	-	63	-	-	-	75	-	-	-	75	
	Jl Alfarrim	-	-	46	-	-	-	-	46	-	-	40	0	-	-	-	40	-	-	40	-	-	-	-	40	
	EB A. do Meco	-	-	17	38	-	-	-	55	-	-	20	35	-	-	-	55	-	-	20	34	-	-	-	54	
	subtotal	-	-	142	387	167	300	-	996	-	-	141	363	187	284	-	975	-	-	141	373	195	274	-	983	
ES Sampaio	-	-	-	-	-	160	884	1044	-	-	-	-	-	162	855	1017	-	-	-	-	-	171	882	1053		
AE S	EB Castelo	-	-	-	-	308	340	-	648	-	-	-	-	317	333	-	650	-	-	-	-	312	344	-	656	
	EB Cotovia	-	-	50	170	-	-	-	220	-	-	50	163	-	-	-	213	-	-	40	178	-	-	-	218	
	EB Sampaio	-	-	66	233	-	-	-	299	-	-	80	272	-	-	-	352	-	-	85	293	-	-	-	378	
	EB Zambujal	-	-	-	37	-	-	-	37	-	-	-	37	-	-	-	37	-	-	-	41	-	-	-	41	
	subtotal	-	-	116	440	308	500	884	2248	-	-	130	472	317	495	855	2269	-	-	125	512	312	515	882	2346	
TOTAL REDE PÚBLICA		-	-	879	2074	1205	1939	1393	7490	-	-	860	2122	1233	1878	1354	7447	-	-	827	2217	1229	1910	1407	7590	
Rede solidária	CPE Cascais	8	40	43	-	-	-	-	91	8	28	35	-	-	-	-	71	9	39	41	-	-	-	-	89	
	CI do CC Q. do Conde	16	27	71	-	-	-	-	114	16	27	71	-	-	-	-	114	16	27	71	-	-	-	-	114	
	UIAI Cercinimbra	8	31	39	-	-	-	-	78	8	31	40	-	-	-	-	79	8	30	40	-	-	-	-	78	
	CPBES C Sesimbra	18	70	98	-	-	-	-	186	18	70	99	-	-	-	-	187	18	70	100	-	-	-	-	188	
	Externato S. Joana	8	65	82	-	-	-	-	155	8	76	91	-	-	-	-	175	8	72	93	-	-	-	-	173	
	LA Q. Conde	14	60	49	-	-	-	-	123	14	62	49	-	-	-	-	125	15	62	48	-	-	-	-	125	
	Subtotal	72	293	382	-	-	-	-	747	72	294	385	-	-	-	-	751	74	300	393	-	-	-	-	767	
Rede lucrativa	Ass. T. da Terra	-	23	23	-	-	-	-	46	-	23	23	-	-	-	-	46	-	23	23	-	-	-	-	46	
	Educa a Brincar	8	30	62	62	-	-	-	162	8	30	64	62	-	-	-	164	8	30	67	64	-	-	-	169	
	Escola Waldorf	-	-	11	12	-	-	-	23	-	-	18	14	-	-	-	32	-	-	19	25	-	-	-	44	
	Inf. Os Catitas	6	21	21	-	-	-	-	48	6	21	21	-	-	-	-	48	6	21	21	-	-	-	-	48	
Rede / UO	Estabelecimentos escolares/ UO	2020/2021							2021/2022							2022/2023										
		Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	Berçário	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total	
Rede privada	EP A. Roseta	-	-	-	-	-	-	-	113	-	-	-	-	-	-	-	88	-	-	-	-	-	-	-	98	
	E. Tokabrinhas	8	25	-	-	-	-	-	33	8	25	-	-	-	-	-	33	8	25	-	-	-	-	-	33	
	Recanto Nenucos	8	28	23	-	-	-	-	59	8	28	25	-	-	-	-	61	7	28	25	-	-	-	-	60	
	Piano Mágico	-	s.d.	21	-	-	-	-	21	-	s.d.	18	-	-	-	-	18	-	s.d.	25	-	-	-	-	25	
	subtotal	30	127	161	74	-	-	-	113	505	30	127	169	76	-	-	88	490	29	127	180	89	-	-	98	523
TOTAL REDE PRIVADA		102	420	543	74	-	-	-	113	1252	102	421	554	76	-	-	88	1241	103	427	573	89	-	-	98	1290
TOTAL SESIMBRA		102	420	1422	2148	1205	1939	1506	8742	102	421	1414	2198	1233	1878	1442	8688	103	427	1400	2306	1229	1910	1505	8880	

Fonte: Unidades Orgânicas. Legenda: s.d. = Sem Dados.

Os próximos indicadores, de caracterização socioeconómica dos alunos, foram calculados apenas para o ano letivo 2022/2023. O primeiro, percentagem de alunos sem ASE, apenas na rede pública.

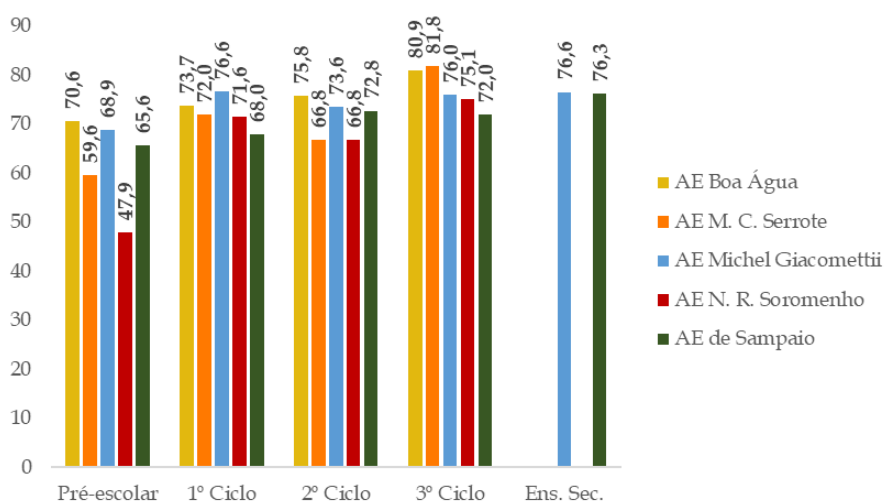
No gráfico seguinte observa-se que na educação Pré-escolar, a percentagem de crianças sem ASE era particularmente baixa no AE Navegador Rodrigues Soromenho (47,9%) e também no AE Maria do Carmo Serrote (59,6%). Seguiam-se o AE de Sampaio com 65,6% dos alunos; o AE Michel Giacometti com 68,9%, e o AE Boa Água com 70,6%, estes últimos com contextos socioeconómicos tendencialmente mais favoráveis.

No 1º ciclo era no AE de Sampaio que havia menos alunos sem ASE (68%), seguido pelo AE Navegador Rodrigues Soromenho com 71,6% e pelo AE Maria do Carmo Serrote com 72%. Ou seja, os AE Boa Água e Michel Giacometti mantinham cenários mais favoráveis.

Quanto ao 2º ciclo de escolaridade, tornavam a ser os AE Maria do Carmo Serrote e Navegador Rodrigues Soromenho os que apresentavam as percentagens mais baixas – ambos com 66,8% de alunos sem ASE, ou seja, com mais famílias de contextos socioeconómicos desfavorecidos (perto de 33% em cada AE) por comparação às outras UO.

Por último, as percentagens de alunos sem ASE eram mais elevadas no 3º ciclo e no Ensino Secundário – iguais ou superiores a 72% do total dos alunos nas cinco UO.

Gráfico 34: Alunos sem Ação Social Escolar (%), por Unidade Orgânica na rede pública, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

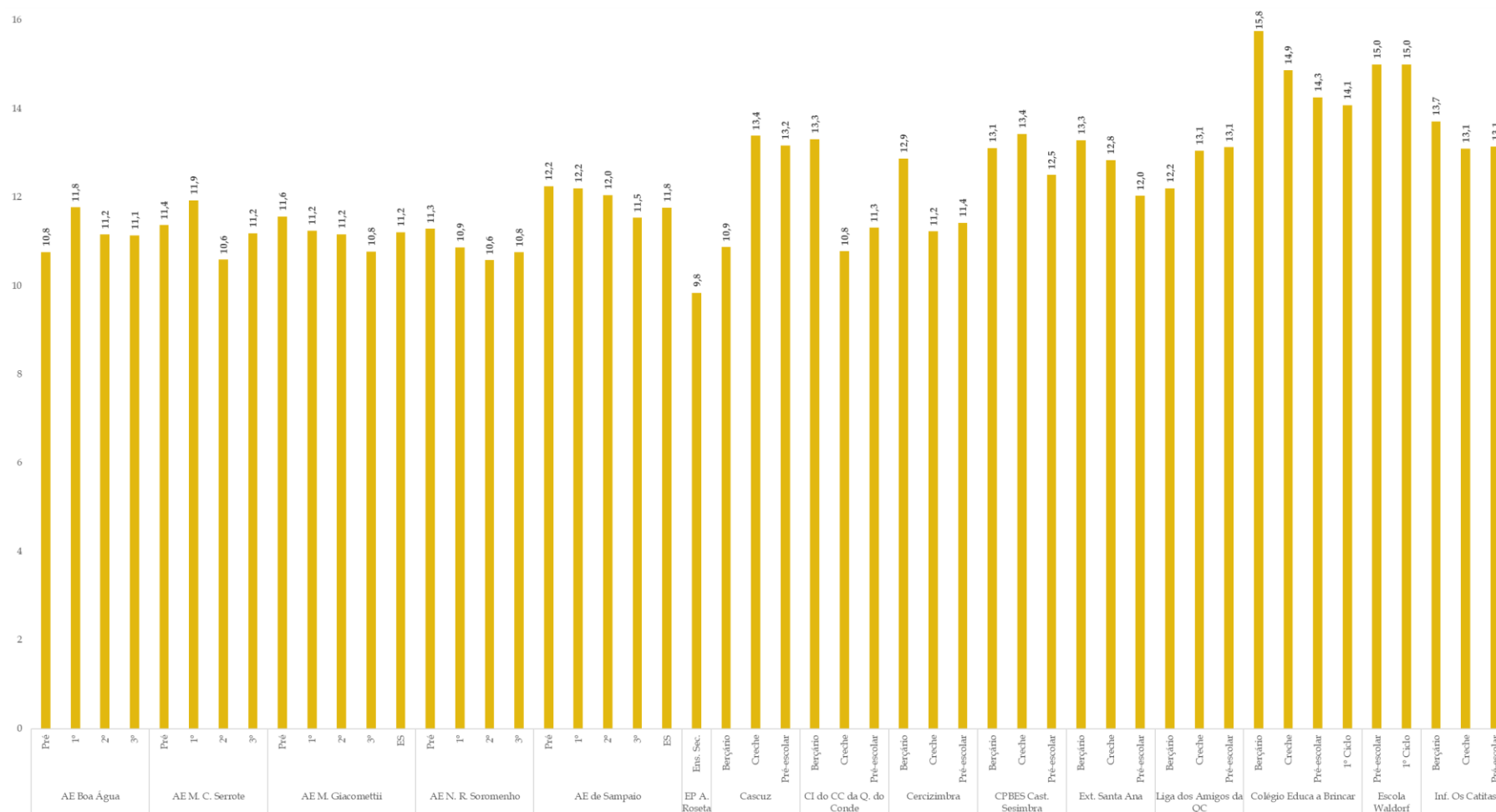
Analisemos agora a escolaridade média dos EE, calculada com base nos anos de estudo percorridos até à escolaridade concluída de cada indivíduo.⁴⁵

No gráfico seguinte, observa-se que na rede pública a escolaridade média dos EE é similar entre as UO e entre os ciclos/níveis de ensino (entre os 10 e os 12 anos), exceto no AE de Sampaio que apresenta uma ligeira vantagem com escolaridade média de perto de 12 ou mais anos. Na EP Agostinho Roseta, a escolaridade média dos EE é de apenas 9,8 anos. Enquanto nas ofertas da rede privada, onde os educandos são mais novos, verificam-se, de uma forma geral, escolaridades médias de EE mais elevadas, em particular, no Colégio Educa a Brincar (14 anos) e na Escola Waldorf de Sesimbra (15 anos).

Este cenário realça como as novas gerações de EE tendem a ser mais escolarizadas. Porém, nota-se que nas respostas localizadas na freguesia da Quinta do Conde a escolaridade média dos EE é geralmente inferior.

⁴⁵ Tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0 anos; 1º ciclo = 4 anos; 2º ciclo = 6 anos; 3º ciclo = 9 anos; Ensino Secundário = 12 anos; Pós-Secundário = 13 anos; Licenciatura = 15 anos; Mestrado = 17 anos; Doutoramento = 18 anos.

Gráfico 35: Escolaridade média dos Encarregados de Educação (anos), por Unidade Orgânica nas redes pública e privada, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Nota: Não foi possível calcular este indicador para três UO da rede privada lucrativa – Tom da Terra, E. Tokabrinkar e Recanto dos Nenucos – por falta de informação.

A caracterização socioeconómica do corpo discente avança com o indicador relativo à naturalidade de alunos e de EE, dividindo entre portuguesa e outras origens agrupadas numa só categoria porque, como são muitas, a apresentação discriminada seria impossível.

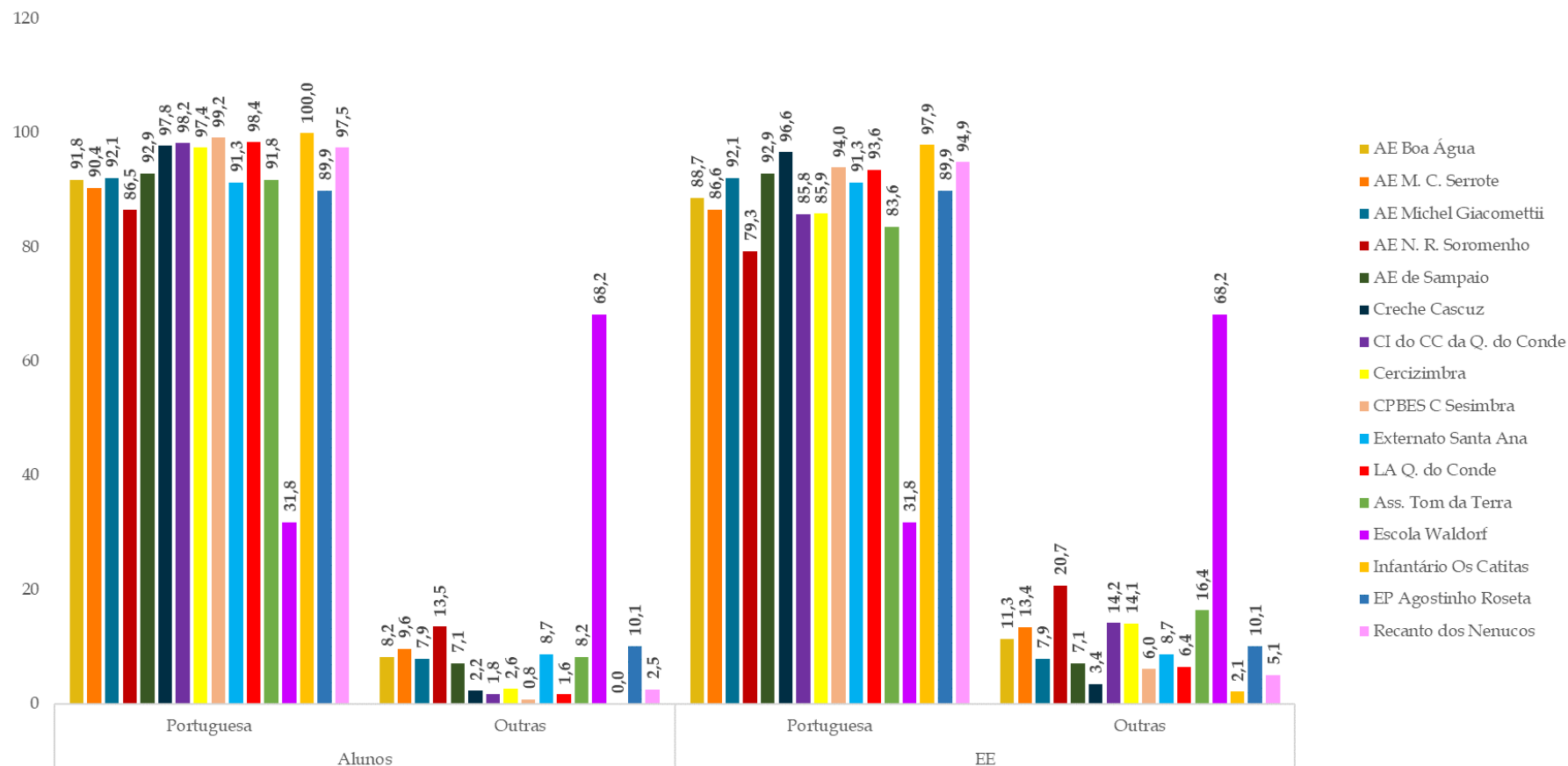
O quadro geral do sistema educativo concelhio de Sesimbra exposto no gráfico da página seguinte revela que o corpo discente era constituído, na sua maioria, por crianças e jovens de origem portuguesa, incluindo alguns dos que são filhos de EE estrangeiros, o que se observa comparando as percentagens de alunos de outras origens com as percentagens de EE com naturalidade estrangeira.

Ainda assim, entre a população discente existiam bastantes alunos estrangeiros, em particular, na rede pública – 8,2% no AE Boa Água, 9,6% no AE Maria do Carmo Serrote, 7,9% no AE Michel Giacometti, 13,5% no AE Navegador Rodrigues Soromenho e 7,1% no AE de Sampaio. Nestas UO destacam-se os alunos oriundos de países europeus (Espanha, França, Luxemburgo, Lituânia, Moldávia, Bélgica, Bulgária, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Áustria, Holanda, Itália), do continente americano (Brasil, Estados Unidos da América, Cuba, Canadá), de África (Guiné-Bissau, Congo, Marrocos, Sudão), do continente asiático (China, Uzbequistão, Síria, Líbano) e Rússia.

Na rede privada também existiam UO com percentagens consideráveis de alunos estrangeiros, em particular, na Escola Waldorf de Sesimbra onde representam 68,2% do corpo discente (não sendo possível descrever as origens por falta de informação). Outras UO que se destacam são o Externato Santa Joana (8,7%), a Associação Tom da Terra (8,2%) e a EP Agostinho Roseta (10,1%). Entre estas entidades, registavam-se números consideráveis de crianças e jovens com naturalidade ucraniana, americana, russa, brasileira, francesa, inglesa, italiana e senegalesa.

Este é um cenário que reflete não apenas a atração que o concelho exerce sobre a população estrangeira, e que foi exposto no capítulo da análise das dinâmicas populacionais, mas trata-se de uma população estrangeira que se fixa no território concelhio e que traz consigo filhos que integram o sistema educativo, com todas as vantagens (aumento do número de alunos e da possibilidade da diversificação das ofertas escolares) e desafios (parque escolar limitado na freguesia com maior pressão à data de elaboração deste estudo de diagnóstico, a Quinta do Conde, alunos que não sabem falar e ou escrever português, com culturas e hábitos culturais, incluindo alimentares, distintos, *etc.*) que esse fenómeno acarreta.

Gráfico 36: Alunos e Encarregados de educação por naturalidade (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Nota: Não foi possível calcular este indicador para duas UO da rede privada lucrativa – Colégio Educa a Brincar e Piano Mágico – por falta de informação.

Por último, apresentam-se os resultados sobre o indicador da residência dos alunos discriminado entre concelho de Sesimbra, outros concelhos da Península de Setúbal e outros concelhos do país.

Na representação gráfica da página seguinte constata-se que a maioria dos alunos residia no concelho de Sesimbra – percentagens iguais ou superiores aos 85% em quase todas as UO, com exceção da EP Agostinho Roseta em que se registam 76,8% de alunos a morar no concelho. Nesta Escola, 23,2% dos alunos residia em Seixal e Setúbal, concelhos da Península de Setúbal.

Ainda na rede privada, neste indicador, destacam-se o CI do CC da Quinta do Conde com 9,7% de crianças residentes noutros concelhos do distrito de Setúbal (Barreiro, Palmela, Seixal, Setúbal); a Creche e Pré-escolar da Liga dos Amigos da Quinta do Conde com 10,9% (Montijo e Seixal); e a Escola Waldorf de Sesimbra com 11,4% (Almada e Setúbal).

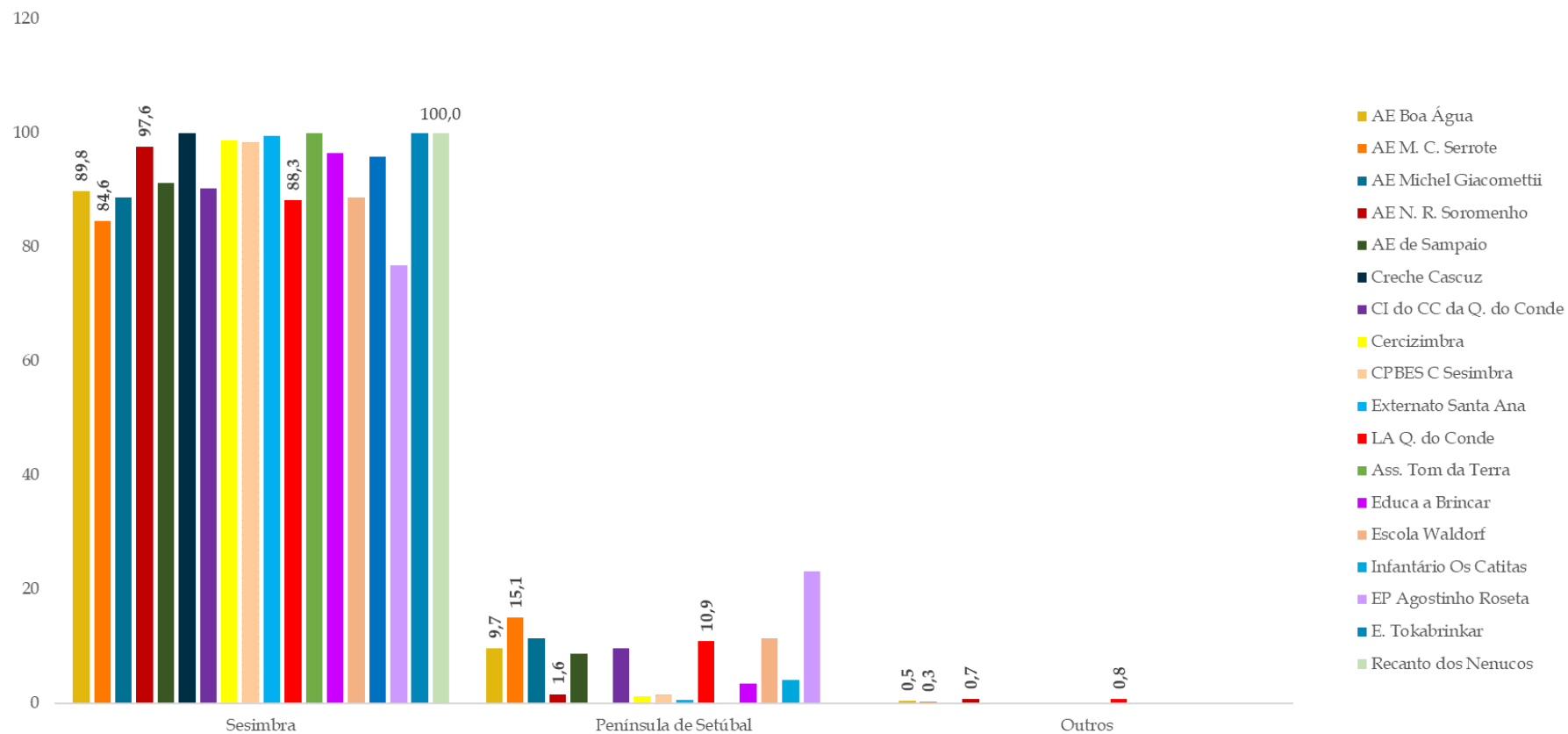
Na rede pública havia percentagens consideráveis de alunos residentes noutros concelhos da Península de Setúbal em quatro UO. No AE Boa Água eram 9,7% do número total de alunos, predominando os residentes no Seixal (90), Setúbal (26), Palmela (9) e Barreiro (5).

No AE Maria do Carmo Serrote foi onde se verificou um maior número de crianças/jovens de outros concelhos do distrito de Setúbal, 15,1%, nomeadamente, Seixal (133), Palmela (21), Setúbal (7), Barreiro (6) e Almada (4), acolhendo também alguns alunos residentes em Lisboa (3).

No AE Michel Giacometti, eram 11,4% os alunos de outros concelhos do distrito, com maior expressão, os residentes no Seixal (117), Setúbal (65), seguindo-se, Palmela (9), Barreiro (4) e Almada, Moita e Montijo (2).

Já no AE de Sampaio registavam-se 8,8% de alunos residentes noutros concelhos da Península de Setúbal, com maior expressão o conjunto dos residentes em Setúbal (145), Seixal (45), Palmela (11), Barreiro (3) e Almada (2).

Gráfico 37: Alunos por concelho de residência (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Nota: Não foi possível calcular este indicador para duas UO da rede privada lucrativa – E. Tokabrincar e Piano Mágico – por falta de informação.

Corpo docente

A análise ao corpo docente do sistema educativo do concelho de Sesimbra foca-se no ano letivo de 2022/2023 e considera o número total de docentes no concelho, a distribuição por nível/ciclo de ensino e por UO; as distribuições por sexo, grupo etário e vínculo contratual; e os rácios de alunos por docente.

Tal como aconteceu na análise ao corpo discente, também no que respeita ao corpo docente, os números apresentados não incluem as três UO da rede privada que não enviaram informação. Considerando os dados fornecidos, o concelho de Sesimbra contava com um total de 795 docentes no ano letivo de 2022/2023, a maioria na rede pública (707) e menos na rede privada (88). Começamos por analisar a oferta para Primeira Infância. Ao nível do Berçário/Creche eram 37 os educadores de infância, todos na rede privada. Na educação Pré-escolar havia 77 educadores de infância (49 nas escolas públicas e 28 nas privadas). No 1º ciclo Ensino Básico, apenas 7 docentes estavam afetos a escolas privadas, os outros 147 estavam em escolas públicas. No 2º e no 3º ciclo todos os professores do concelho lecionavam na rede pública. Ao nível do Ensino Secundário apenas havia professores nos AE Michel Giacometti (49) e de Sampaio (115) da rede pública e na EP Agostinho Roseta (16) da rede privada.

Tabela 70: Docentes por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar (N) e Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

Rede/ UO	Estabelecimentos escolares/ UO	2022/2023						
		Berçário/ Creche	Pré- escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total
AE BA	EB Boa Água	-	-	10	20	49	-	79
	EB 2 Q. Conde	-	2	6	1	-	-	9
	EB P. General	-	6	17	2	-	-	25
	JI General	-	7	-	-	-	-	7
AE MCS	EB M.C. Serrote	-	3	8	24	53	-	88
	EB C. do Sapo	-	2	4	-	-	-	6
	Pólo do Conde 2	-	2	7	-	-	-	9
AE MG	EBS M. Giacometti	-	-	-	20	49	49	118
	EB 3 Q. Conde	-	4	27	-	-	-	31
	JI Q. do Conde	-	6	-	-	-	-	6
AE NRS	EB NR Soromenho	-	1	1	20	38	-	60
	EB Sesimbra	-	2	14	-	-	-	16
	EB Aiana de Cima	-	1	5	-	-	-	6
	EB Azoia	-	1	1	-	-	-	2
	EB Alfarim	-	-	4	-	-	-	4
	JI de Alfarim	-	2	-	-	-	-	2
	EB A. do Meco	-	1	2	-	-	-	3
AE S	ES Sampaio	-	-	-	-	-	115	115
	EB Castelo	-	-	-	32	39	-	71
	EB Cotovia	-	4	13	-	-	-	17
	EB Sampaio	-	5	25	-	-	-	30
	EB Zambujal	-	-	3	-	-	-	3
Total da Rede Pública		-	49	147	119	228	164	707
Rede solidá ria	CPE Cascuz	3	2	-	-	-	-	5
	CI do CC da Q. Conde	2	4	-	-	-	-	6
	UIAI da Cercizimbra	2	2	-	-	-	-	4

Rede/ UO	Estabelecimentos escolares/ UO	2022/2023						
		Berçário/ Creche	Pré- escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Total
	CPBES C Sesimbra	5	4	-	-	-	-	9
	Externato Santa Joana	6	4	-	-	-	-	10
	LA Q. Conde	7	3	-	-	-	-	10
Rede lucrativa	Ass. T. da Terra	2	2	-	-	-	-	4
	Educa a Brincar	3	3	5	-	-	-	11
	Escola Waldorf- Apis	-	1	2	-	-	-	3
	Inf. Os Catitas	2	2	-	-	-	-	4
	EP A. Roseta	-	-	-	-	-	16	16
	E.Tokabrincar	3	-	-	-	-	-	3
	Recanto dos Nenucos	2	1	-	-	-	-	3
	Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Total Rede Privada	37	28	7	-	-	16	88
Total Concelho		37	77	154	119	228	180	795

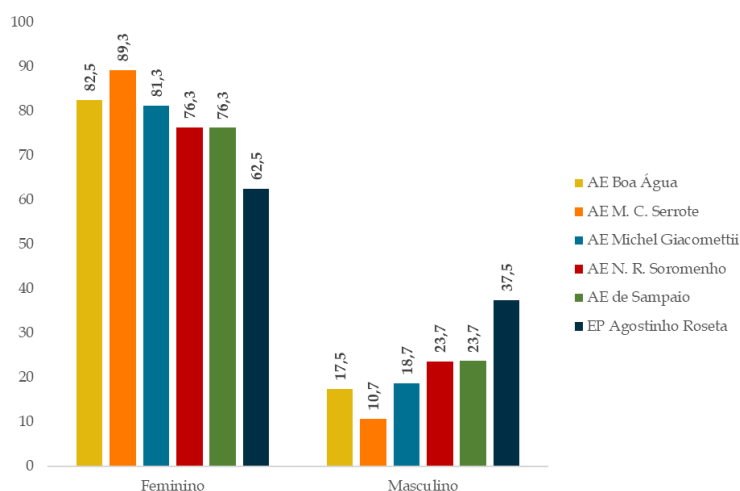
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Vejamos agora a distribuição por sexo. O gráfico seguinte apenas inclui os agrupamentos e a escola profissional porque nas outras UO da rede privada sobre as quais foi fornecida informação, a totalidade dos docentes era do sexo feminino.

Nas UO contempladas na representação gráfica, observa-se que a maioria dos educadores de infância e dos professores do Ensino Básico e Secundário eram mulheres – entre 62,5% na EP Agostinho Roseta e 89,3% no AE Maria do Carmo Serrote.

Gráfico 38: Docentes por sexo (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

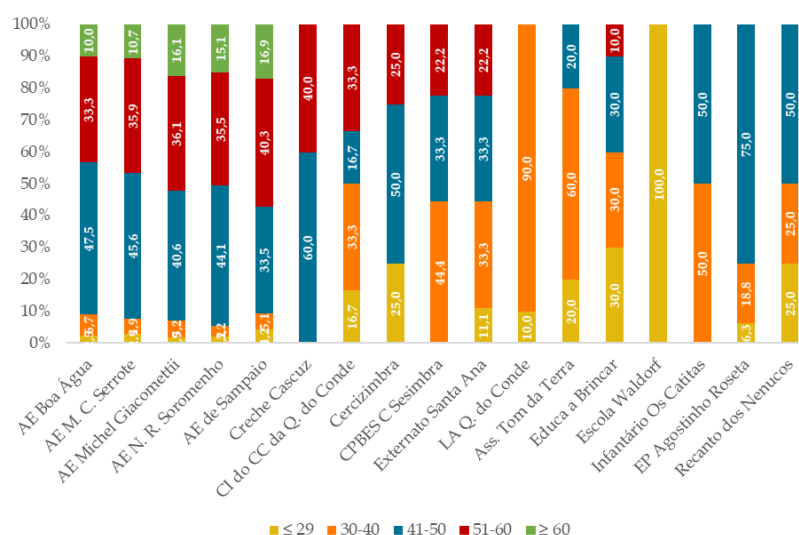


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Relativamente aos grupos etários, a distribuição dos docentes realça cenários diferenciados nas redes pública e privada. Na primeira, o corpo docente é francamente envelhecido pois as percentagens de docentes até aos 40 anos eram, no ano de 2022/2023, geralmente residuais; e, pelo contrário, registava-se uma concentração de docentes nos grupos etários a partir dos 51 anos – 43,3% no AE Boa Água, 46,6% no AE Maria do Carmo Serrote, 52,3% no AE Michel Giacometti, 50,5% no AE Navegador Rodrigues Soromenho e 57,2% no AE de Sampaio.

Na rede privada, destacam-se as maiores percentagens de docentes nos grupos etários de menor idade, em menor proporção na EP Agostinho Roseta, e ausentes no CPE Cascuz, embora num quadro menos expressivo do que o observado na rede pública.

Gráfico 39: Docentes por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

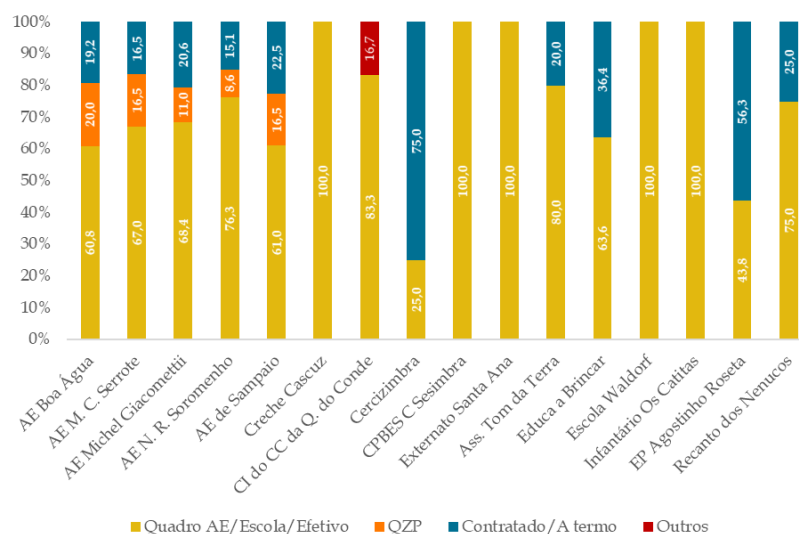
A distribuição dos docentes por tipos de vínculo contratual revela que na rede pública a maioria dos educadores de infância e dos professores do Ensino Básico e Secundário tinha vínculos contratuais estáveis (quadro de agrupamento ou de Escola) em todas as UO, em 2022/2023. Ainda assim, eram de considerar as percentagens de docentes do quadro de zona pedagógica e contratados – 39,2% no AE Boa Água, 33% no AE Maria do Carmo Serrote, 31,6% no AE Michel Giacometti, 23,7% no AE Navegador Rodrigues Soromenho e 39% no AE de Sampaio. Este indicador, juntamente com o anterior, mostra um quadro preocupante que poderá colocar em causa a sustentabilidade dos projetos atuais e futuros nos agrupamentos e no concelho de Sesimbra.

Na rede privada, a maioria dos docentes tem uma situação contratual estável e em poucas UO se registavam percentagens com contratos instáveis – 16,7% no CPE do Cascuz

Quinta do Conde, 20% na Associação Tom da Terra, 25% no Recanto dos Nenucos, 36,4% no Colégio Educa a Brincar, 56,3% na EP Agostinho Roseta, situação que terá a ver com a política da entidade em

contratar profissionais ligados ao mundo profissional para os módulos técnicos dos cursos profissionais, e, por último, 75% na UIAI da Cercizimbra.

Gráfico 40: Docentes por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

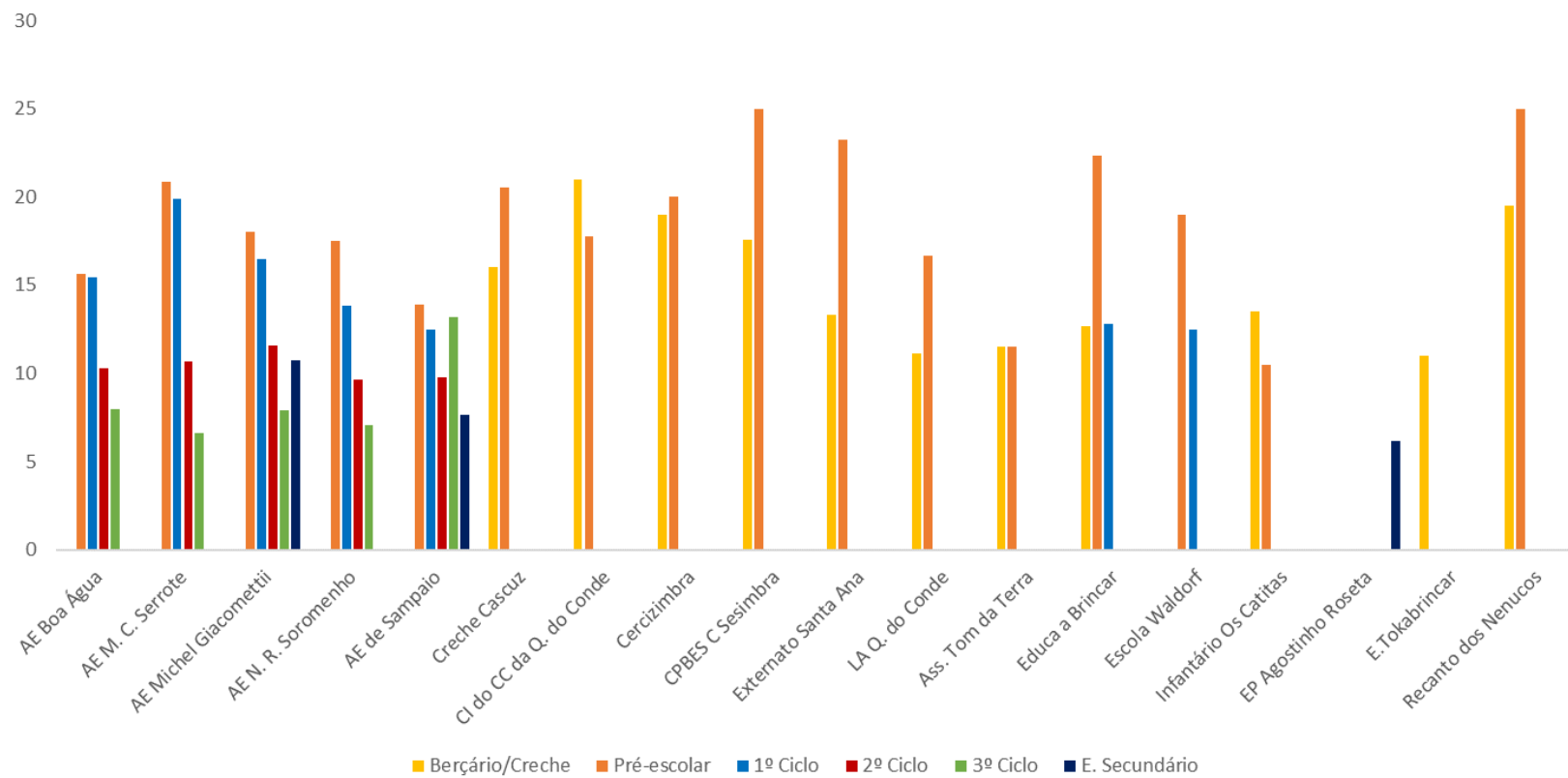


Fonte: Cálculos próprios, a partir das Unidades Orgânicas.

Para terminar, expõem-se no gráfico seguinte os números médios de alunos por docente. De acordo com as informações cedidas pelas UO, é possível concluir que no ano 2022/2023 registavam-se números médios de crianças/jovens por docente que potenciam a dinamização de atividades mais personalizadas junto dos alunos que foram, aliás, mencionadas como aspeto positivo por vários atores locais entrevistados.

Os valores mais elevados de crianças por docente pertencem a duas UO da rede privada – CPBES do Castelo de Sesimbra e Recanto dos Nenucos – que têm uma média de 25 crianças por docente nos grupos de educação Pré-escolar.

Gráfico 41: Número médio de alunos por docente (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir das Unidades Orgânicas.

Outros profissionais

A análise da população escolar termina com a apresentação geral do número de profissionais das redes pública e privada; uma breve caracterização apenas dos profissionais da rede pública, considerando a distribuição por sexo, grupo etário e vínculo contratual; e, por último, com os rácios de alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação nas duas redes.

Mais uma vez, a leitura dos números sobre os profissionais deve ser cuidadosa por não se incluírem nos cálculos a informação da UO que não respondeu ao pedido.

Além dos docentes, trabalhavam no sistema educativo concelhio de Sesimbra outros 524 profissionais, 369 na rede pública e 155 na rede privada, no ano letivo de 2022/2023. A maioria eram assistentes operacionais ou técnicos auxiliares de educação.

Tabela 71: Outros profissionais por tipo (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

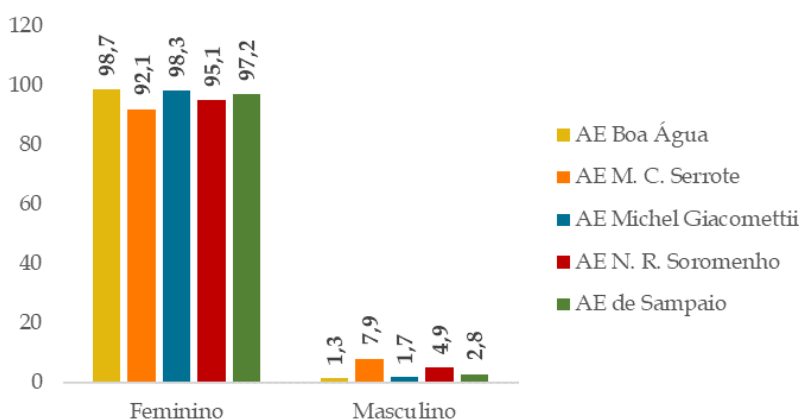
UO	2022/2023					
	Assistentes operacionais/Técnicos auxiliares de educação	Assistentes técnicos	Técnicos especializados	Coordenadores técnicos	Outros	Total
AE Boa Água	62	10	3	1	1	77
AR M.C. Serrote	50	8	3	1	1	63
AE M. Giacomett	46	12	-	1	-	59
AE NR Soromenho	50	9	2	1	1	63
AE Sampaio	87	11	7	1	1	107
Total Rede Pública	295	50	15	5	4	369
CPE Cascuz	10	-	-	-	-	10
CI do CC Q. Conde	15	-	4	-	-	19
UIAI Cercizimbra	9	-	-	-	-	9
CPBES C Sesimbra	18	-	4		5	27
Externato Santa Joana	17	-	-	-	13	30
LA Q. Conde	13	-	-	-	-	13
Ass. T. da Terra	8	-	5	-		13
Educa a Brincar	9	-	-	-	4	13
Escola Waldorf - Apis	2	-	-	-	-	2
Inf. Os Catitas	6	-	-	-	-	6
EP A. Roseta	2	-	3	-	-	5
E. Tokabrincar	2	-	-	-	-	2
Recanto dos Nenucos	5	-	-	-	1	6
Piano Mágico	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total Rede Privada	116	0	16	0	23	155
Total Concelho	411	50	31	5	27	524

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Apenas para a rede pública, apresentam-se as distribuições dos respectivos profissionais por sexo, grupo etário e vínculo contratual. No primeiro gráfico é visível que a quase totalidade dos profissionais escolares não docentes são do sexo feminino – o valor mais baixo pertence ao AE Maria do Carmo Serrote (92,1%) onde cerca de 8% dos profissionais é do sexo masculino.

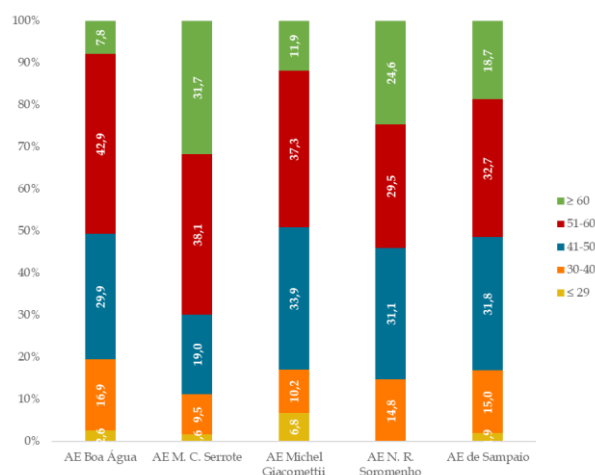
Gráfico 42: Outros profissionais por sexo (%), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A distribuição dos outros profissionais escolares pelos grupos etários revela um quadro de envelhecimento claro, à semelhança do verificado para o corpo docente. No ano letivo considerado, as percentagens de profissionais com mais de 51 anos, ou seja, nos grupos etários de maior idade são particularmente elevadas – 50,6% no AE Boa Água, 69,8% no AE Maria do Carmo Serrote, 49,2% no AE Michel Giacometti, 54,1% no AE Navegador Rodrigues Soromenho e 51,4% no AE de Sampaio.

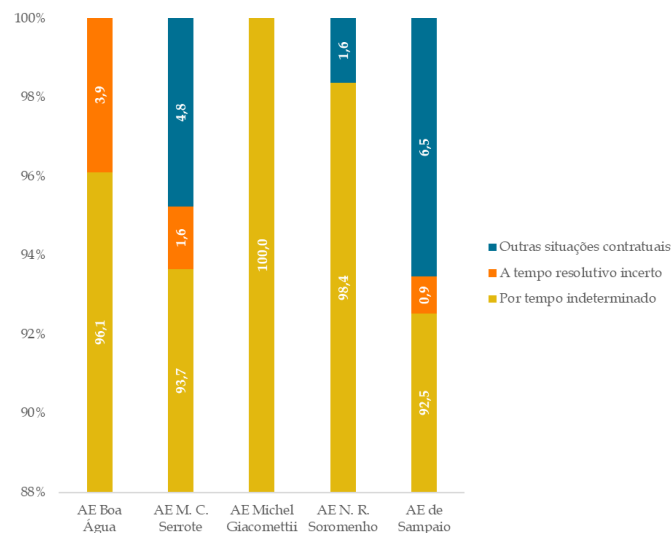
Gráfico 43: Outros profissionais por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No que respeita aos vínculos contratuais, a maioria dos profissionais escolares tem uma situação contratual estável no ano letivo de 2022/2023, sendo as percentagens de contratos a tempo resolutivo incerto ou outras situações muito baixas, quando existentes.

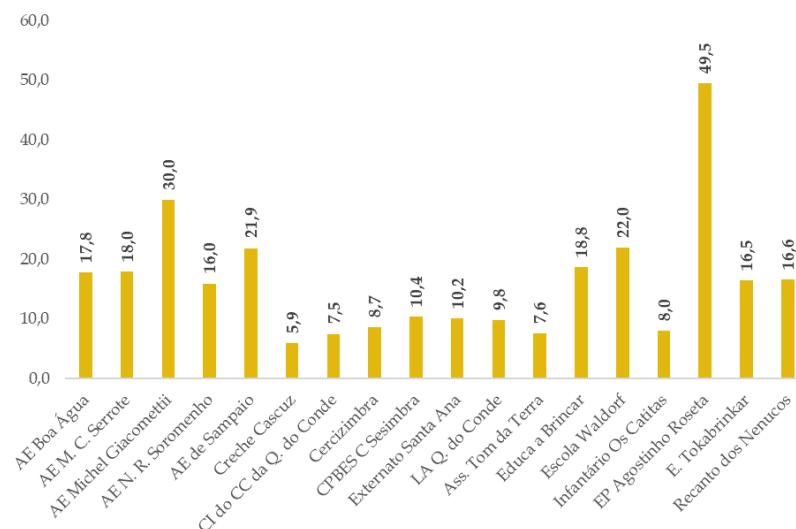
Gráfico 44: Outros profissionais por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, na rede pública (N), 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Para terminar, apresentam-se os números médios de alunos por Assistente Operacional (AO)/Técnico Auxiliar de Educação nas redes pública e privada. Os números médios de alunos por AO/TAE eram, em 2022/2023, geralmente os adequados (iguais ou inferiores aos 22 alunos, em média, por profissional. As exceções surgiam no AE Michel Giacometti (30 alunos por AO) e na EP Agostinho Roseta (cerca de 50 alunos por AO).

Gráfico 45: Número médio de alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação (N), por Unidade Orgânica, na rede pública, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Desempenho escolar

Para analisar o desempenho escolar do concelho de Sesimbra, recorreremos aos dados fornecidos pelas próprias UO e às bases de dados disponíveis no Infoescolas. A partir dos dados disponíveis foram construídos vários indicadores adaptados a cada nível de ensino de acordo com as informações disponíveis.

Nomeadamente, a evolução das classificações internas e externas e dos percursos diretos de sucesso ao longo dos três últimos anos letivos e em comparação com as médias concelhias ou nacionais;⁴⁶ a tendência de progressão dos resultados transformados em índices⁴⁷ através da análise dos declives;⁴⁸ a contextualização das Classificações Internas (CI), Classificações Externas (CE) e dos Percursos Diretos de Sucesso (PDS) de acordo com dois indicadores de caracterização socioeconómica dos alunos – percentagem de alunos sem Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE); o número de alunos retidos, transferidos e com anulações de matrícula.

Durante a análise e leitura dos dados desta secção importa ter em conta que o contexto pandémico e os respetivos confinamentos, desafios e limitações, atingiram em pleno os anos letivos em análise, incluindo a área da avaliação dos alunos. Isso explica a ausência do indicador relativo às classificações externas obtidas pelas Provas de Exame Nacionais em alguns ciclos/níveis de ensino.

No Ensino Básico

No 1º ciclo

As médias de CI de 1º ciclo foram positivas, em todos os anos letivos considerados e em todos os agrupamentos do concelho de Sesimbra, que apresenta uma média superior a 4 valores.

⁴⁶ No caso dos Percursos Diretos de Sucesso, utilizam-se os dados do Infoescolas em que a “média nacional comparável”, é a percentagem de alunos do país com um perfil semelhante aos do agrupamento que concluíram os ciclos de estudo nos anos previstos (4 no 1º ciclo, 2 no 2º ciclo, 3 no 3º ciclo e 3 no Ensino Secundário).

⁴⁷ Índices são os valores das classificações internas/externas ou dos percursos diretos de sucesso obtidos no agrupamento em cada ano, transformados em percentagem da média regional no caso das classificações e da média nacional comparável no caso dos percursos diretos de sucesso, nesse ano. Este indicador permite comparar em termos percentuais a diferença positiva ou negativa dos valores do agrupamento às médias regionais e nacionais padronizadas ao valor 100. Para análise do Índice considera-se: < 100% - diferença negativa (< -5% pouco acentuada e > - 5% muito acentuada); = 100% - diferença nula, ou seja, o valor do agrupamento é igual ao valor da média regional/nacional; > 100% - diferença positiva (< 5% pouco acentuada e > 5% muito acentuada) - metodologia do Projeto ESCXEL da NOVA FCSH.

⁴⁸ Declives resume a progressão dos resultados pois mede a inclinação de uma reta ajustada matematicamente ao conjunto de valores dos índices obtidos pelo agrupamento em todos os anos em análise, segundo a equação de regressão: $y=ax+b$, onde y designa o valor ajustado da reta correspondente ao ano x e a designa o declive. Assim, o declive representa uma variação tendencial de a pontos percentuais no índice y estimado pela reta, por cada ano x do período observado. Para análise do declive considera-se: < -2% = decréscimo acentuado; -2% e 0% = decréscimo ligeiro; 0% e 2% = melhoria ligeira; > 2% = melhoria acentuada - metodologia do Projeto ESCXEL da NOVA FCSH.

Para uma análise mais profunda, analisamos as médias de CI de cada agrupamento em comparação com a média concelhia por inexistência de uma média nacional de referência. O resultado da comparação compreende os índices que exprimem a diferença entre cada média de CI e a média concelhia em pontos percentuais, e os declives que se referem à progressão das diferenças, ou seja, se a média de cada UO se mantém próxima, se se afasta ou aproxima da média do concelho. Vejamos a representação gráfica em baixo.

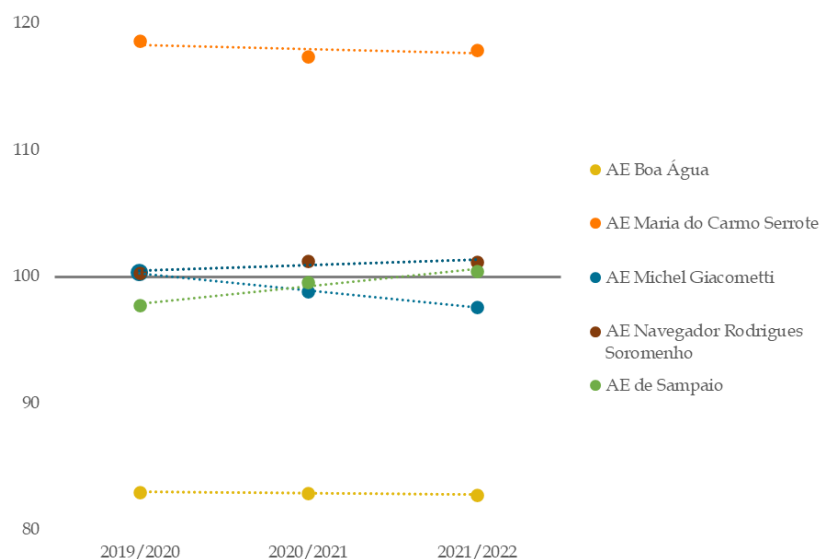
Tabela 72: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, do 1º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CI	Índices	Média CI	Índices	Média CI	Índices	
AE Boa Água	3,50	83,0	3,53	82,9	3,51	82,8	0,1
AE M. C. Serrote	5,00	118,6	5,00	117,4	5,00	117,9	0,3
AE M. Giacometti	4,23	100,3	4,21	98,9	4,14	97,6	-1,3
AE N. R. Soromenho	4,23	100,3	4,31	101,2	4,29	101,2	0,4
AE de Sampaio	4,12	97,7	4,24	99,6	4,26	100,5	1,4
Média do Concelho	4,22	100,0	4,26	100,0	4,24	100,0	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Ao longo dos anos letivos considerados, a progressão dos resultados foi estável em todos os agrupamentos (todos os declives são inferiores a 2%). A comparação com a média concelhia revela que três agrupamentos a acompanharam com desvios praticamente nulos – O AE Michel Giacometti, o AE Navegador Rodrigues Soromenho e o AE de Sampaio. O AE Maria do Carmo Serrote apresentou sempre desvios positivos à média concelhia (cerca de 18%) e o AE Boa Água desvios inferiores (perto de -17%).

Gráfico 46: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas do 1º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

As taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS) do 1º ciclo de todas as UO da rede pública e privada foram similares ou superiores aos 90%, ou seja, quase a totalidade dos alunos terminaram o 1º ciclo nos quatro anos previstos nos três anos letivos analisados. A média do concelho na rede pública foi inferior à da rede privada com exceção do ano de 2019/2020.

Tabela 73: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso, Índices (média nacional comparável = 100) e declives face à média nacional, do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

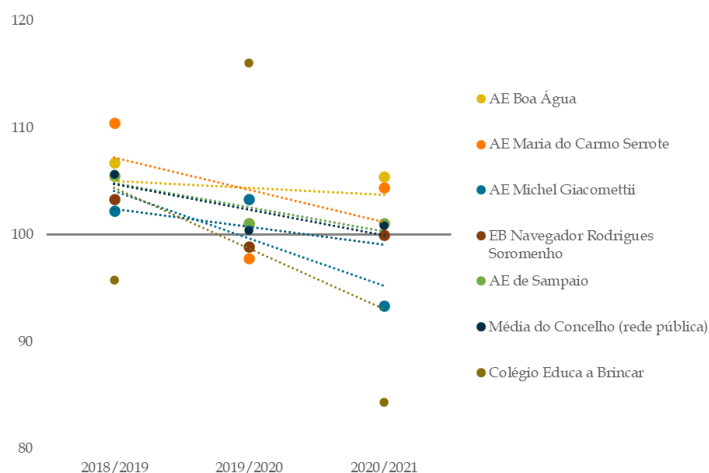
Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
Púb.	AE Boa Água	95,0	89,0	106,7	92,0	91,0	101,1	97,0	92,0	105,4	-0,7
	AE M. C. Serrote	95,0	86,0	110,5	90,0	92,0	97,8	95,0	91,0	104,4	-1,7
	AE M. Giacometti	90,0	88,0	102,3	92,0	89,0	103,4	85,0	91,0	93,4	-4,3
	AE N.R. Soromenho	92,0	89,0	103,4	92,0	93,0	98,9	92,0	92,0	100,0	-1,7
	AE de Sampaio	95,0	90,0	105,6	91,0	90,0	101,1	94,0	93,0	101,1	-2,3
	Média	93,4	88,4	105,7	91,4	91,0	100,5	92,6	91,8	100,9	-
Priv.	Educa a Brincar	90,0	94,0	95,7	81,0	96,0	116,0	96,0	96,0	84,4	1,6
	Média	95,0	95,5	99,4	89,5	96,5	107,5	95,5	95,5	92,7	-
Média do concelho		93,4	88,4	102,5	91,4	91,0	104,0	92,6	91,8	96,8	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Notas: As unidades orgânicas da rede privada com 1.º ciclo que não aparecem ou não tiveram tempo de terminar as turmas de 1º ciclo ou tiveram menos de 20 alunos a terminar o ciclo no tempo previsto, número mínimo para o cálculo do indicador.

A evolução da diferença entre as taxas de PDS das UO e do concelho e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, mostra progressões estáveis e próximas à média nacional na maior parte dos casos ou tendências de afastamento da média nacional no AE Michel Giacometti (declive = -4,3%) e no AE de Sampaio (declive = -2,3%).

Gráfico 47: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Notas: As unidades orgânicas da rede privada com 1.º ciclo que não aparecem ou não tiveram tempo de terminar as turmas de 1º ciclo ou tiveram menos de 20 alunos a terminar o ciclo no tempo previsto, número mínimo para o cálculo do indicador.

Apenas para a rede pública apresenta-se um breve estudo de contextualização dos dois indicadores de desempenho – Índices das médias CI (comparadas com a média concelhia) e Índices das taxas de PDS (comparadas às médias nacionais comparáveis) – com dois indicadores base – escolaridade média dos EE e percentagem de alunos sem ASE.

Na tabela observa-se que o AE Navegador Rodrigues Soromenho tem os indicadores socioeconómicos menos favorecidos do concelho, ao contrário do AE Boa Água.

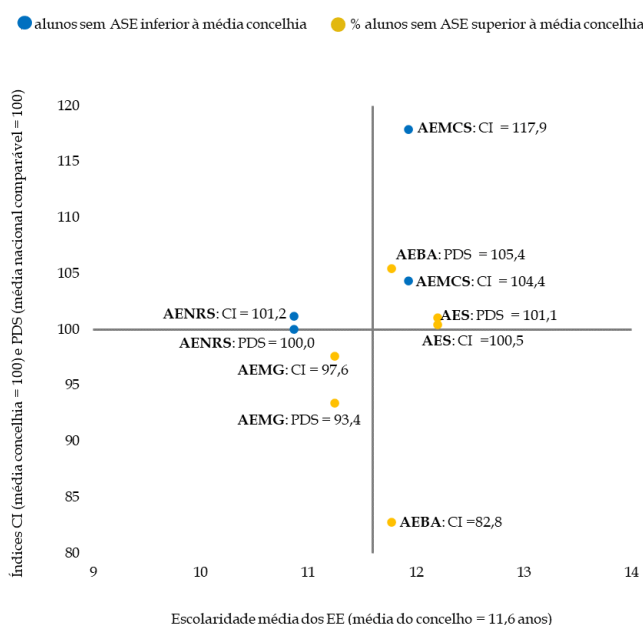
Tabela 74: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo

Unidades Orgânicas	Índices CI	Índices PDS	Escolaridade média dos EE	% de alunos sem ASE
AE Boa Água	82,8	105,4	11,8	70,6
AE Maria do Carmo Serrote	117,9	104,4	11,9	59,6
AE Michel Giacometti	97,6	93,4	11,2	68,9
AE N. Rodrigues Soromenho	101,2	100,0	10,9	47,9
AE de Sampaio	100,5	101,1	12,2	65,6
Média do Concelho	100,0	100,9	11,6	62,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

O gráfico seguinte representa o posicionamento dos quatro indicadores.

Gráfico 48: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas e Infoescolas.

Verifica-se que o AE Navegador Rodrigues Soromenho consegue um bom desempenho, próximo da média concelhia, de média de CI e da média nacional de taxas de PDS, apesar do contexto socioeconómico médio menos favorecido no quadro geral do concelho de Sesimbra. No caso do AE Boa Água, a média de CI de 2021/2022 surge inferior à média concelhia, apesar de apresentar os indicadores socioeconómicos mais favorecidos. Nos outros agrupamentos, os quatro indicadores surgem geralmente com valores intermédios, com exceção da média de CI de 2021/2022 do AE Maria do Carmo Serrote que sobressai como a mais elevada no concelho.

Igualmente apenas para a rede pública expõem-se os números de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) por cada agrupamento, nos três anos letivos.

De uma forma geral, no 1º ciclo, há a registar alguns casos de alunos transferidos, mas que representam valores irrisórios no total do número de alunos de cada agrupamento.

Tabela 75: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo

UO	2019/2020			2020/2021			2021/2022		
	N transferidos	N anulações	N Retidos	N transferidos	N anulações	Retidos	N transferidos	N anulações	N Retidos
AEBA	s.d.	0	0	s.d.	0	0	s.d.	0	0
AEMCS	23	0	0	7	0	0	5	0	0
AEMG	26	0	0	28	0	1	18	0	0
AENRS	14	0	0	5	0	0	7	0	0
AES	9	0	0	9	0	0	4	0	0
Total	72	0	0	49	0	1	34	0	0

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem dados.

No 2º ciclo

As médias de CI de 2º ciclo foram positivas em todos os anos letivos considerados, em todos os agrupamentos do concelho de Sesimbra, com valores entre os 3 e os 4, exceto no caso do AE Maria do Carmo Serrote em que a média atingiu os 5 valores.

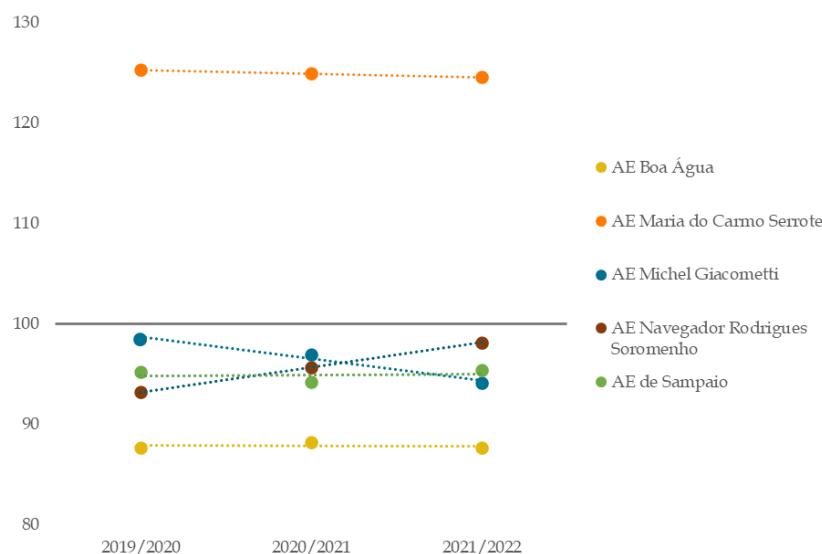
Tabela 76: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CI	Índices	Média CI	Índices	Média CI	Índices	
AE Boa Água	3,50	87,7	3,53	88,2	3,51	87,5	0,0
AE M. C. Serrote	5,00	125,3	5,00	124,9	5,00	124,6	-0,4
AE M. Giacometti	3,93	98,5	3,88	97,0	3,78	94,2	-2,2
AE N. R. Soromenho	3,72	93,2	3,83	95,7	3,94	98,2	2,5
AE de Sampaio	3,80	95,2	3,77	94,2	3,83	95,5	0,1
Média do Concelho	3,99	100,0	4,00	100,0	4,01	100,0	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A evolução das diferenças percentuais entre as médias de CI dos agrupamentos e as médias concelhias, novamente pela ausência de uma média nacional de referência, dos anos letivos considerados padronizadas ao valor 100, revela progressões estáveis na Boa Água, Maria do Carmo Serrote e Sampaio.

Gráfico 49: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No AE Navegador Rodrigues Soromenho a progressão tem sido de uma intensa aproximação à média do concelho (declive = 2,5%), enquanto o AE Michel Giacometti se afastou de forma considerável (declive = -2,2%). Relativamente aos desvios, é o AE Maria do Carmo Serrote que se destaca com desvios geralmente superiores à média concelhia em perto de 25%. Os outros surgem com desvios inferiores à média concelhia devido às médias de CI mais baixas e próximas entre si.

As taxas de PDS do 2º ciclo de todas as UO da rede pública e privada foram similares ou superiores aos 90%, e também neste ciclo quase todos os alunos terminaram o 2º ciclo no tempo previsto (2 anos) nos três anos letivos analisados.

Tabela 77: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

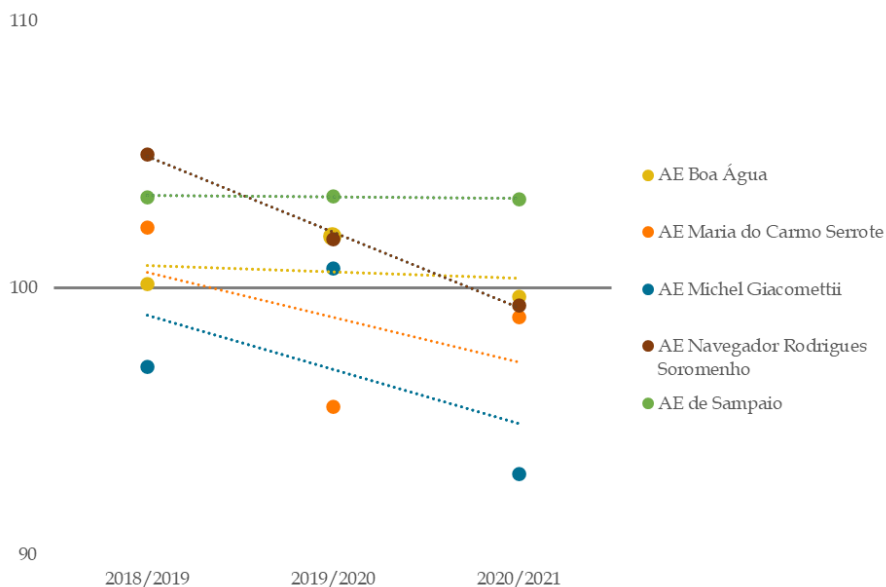
Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE Boa Água	94,2	94,1	100,2	97,7	95,8	101,9	96,3	96,6	99,7	-0,2
	AE M. C. Serrote	93,8	91,7	102,3	92,8	97,1	95,6	94,3	95,4	98,9	-1,7
	AE M. Giacometti	90,0	92,7	97,1	96,8	96,0	100,8	88,1	94,7	93,1	-2,0
	AE N.R. Soromenho	97,9	93,2	105,0	97,8	96,0	101,9	94,0	94,6	99,4	-2,8
	AE de Sampaio	97,3	94,1	103,4	99,4	96,0	103,5	98,7	95,5	103,4	0,0
Média do concelho		94,6	93,2	101,6	96,9	96,2	100,7	94,3	95,3	98,9	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Notas: As unidades orgânicas da rede privada com 1.º ciclo que não aparecem ou não tiveram tempo de terminar as turmas de 1º ciclo ou tiveram menos de 20 alunos a terminar o ciclo no tempo previsto, número mínimo para o cálculo do indicador.

Passamos agora à evolução da diferença entre as taxas de PDS das UO e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100.

Gráfico 50: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

O gráfico mostra progressões de afastamento acentuado à média nacional comparável apenas no caso dos AE Michel Giacometti (declive = -2%) que registou no ano de 2020/2021, o desvio negativo mais elevado (-7%); e do AE Navegador Rodrigues Soromenho (declive = -2,8%) que perdeu a sua vantagem sobre a média nacional ao longo do período em análise.

Os outros agrupamentos apresentam progressões estáveis, com taxas de PDS próximas às nacionais no AE Boa Água, superiores no AE de Sampaio (ainda que com diferenças abaixo dos 5%); enquanto no AE Maria do Carmo Serrote, as taxas de PDS tiveram comportamentos diferenciados face à média nacional.

Relativamente aos indicadores socioeconómicos, duas UO têm valores inferiores às médias do concelho – AE Maria do Carmo Serrote e AE Navegador Rodrigues Soromenho.

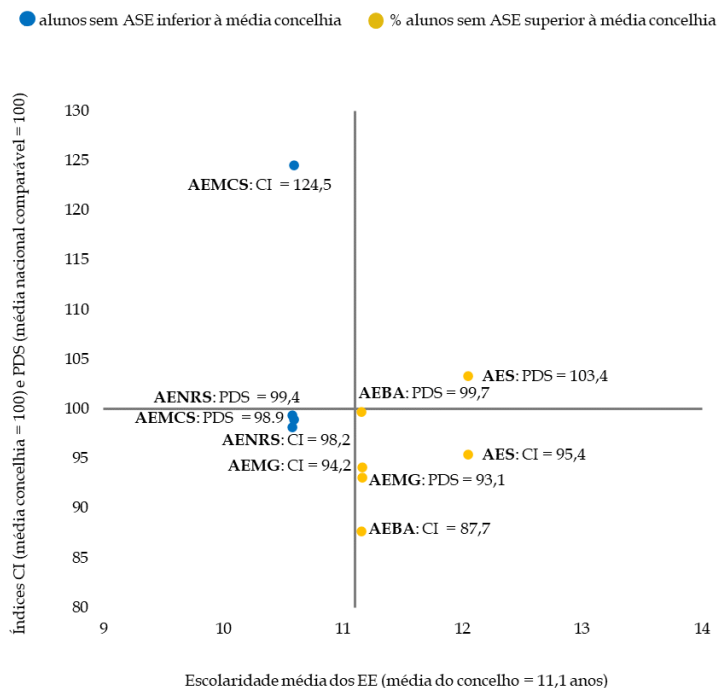
Tabela 78: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo

Unidades Orgânicas	Índices CI	Índices PDS	Escolaridade média dos EE	% de alunos sem ASE
AE Boa Água	87,7	99,7	11,2	75,8
AE Maria do Carmo Serrote	124,6	98,9	10,6	66,8
AE Michel Giacometti	94,2	93,1	11,2	73,6
AE N. Rodrigues Soromenho	98,2	99,4	10,6	66,8
AE de Sampaio	95,4	103,4	12,0	72,8
Média do Concelho	100,0	98,9	11,6	71,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

O lançamento dos quatro indicadores no plano, mostra indicadores de desempenho próximos entre as UO e realça o desempenho do AE Maria do Carmo Serrote no que respeita à média de CI apesar dos indicadores menos favorecidos.

Gráfico 51: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas e Infoescolas.

Tal como no ciclo anterior, no 2º ciclo, há a registar alguns casos de alunos transferidos e ainda de retidos por excesso de faltas, mas que representam valores irrisórios no total do número de alunos de cada agrupamento.

Tabela 79: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo

Unidades Orgânicas	2019/2020			2020/2021			2021/2022		
	N transferidos	N anulações	N Retidos	N transferidos	N anulações	Retidos	N transferidos	N anulações	N Retidos
AEBA	s.d.	0	0	s.d.	0	0	s.d.	0	0
AEMCS	6	0	0	6	0	0	5	0	1
AEMG	11	0	5	7	0	4	24	0	4
AENRS	2	0	2	4	0	0	1	0	0
AES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	19	0	7	17	0	4	30	0	5

Fonte: Unidades Orgânicas.

No 3º ciclo

Neste ciclo de estudo mantem-se a análise apenas sobre as CI por não terem sido realizadas provas nacionais de exame devido ao contexto pandémico.

Novamente, as médias de CI de 3º ciclo foram positivas em todos os anos letivos e em todos os agrupamentos com valores entre os 3 e os 4, exceto no caso do AE Maria do Carmo Serrote em que a média atingiu os 5 valores.

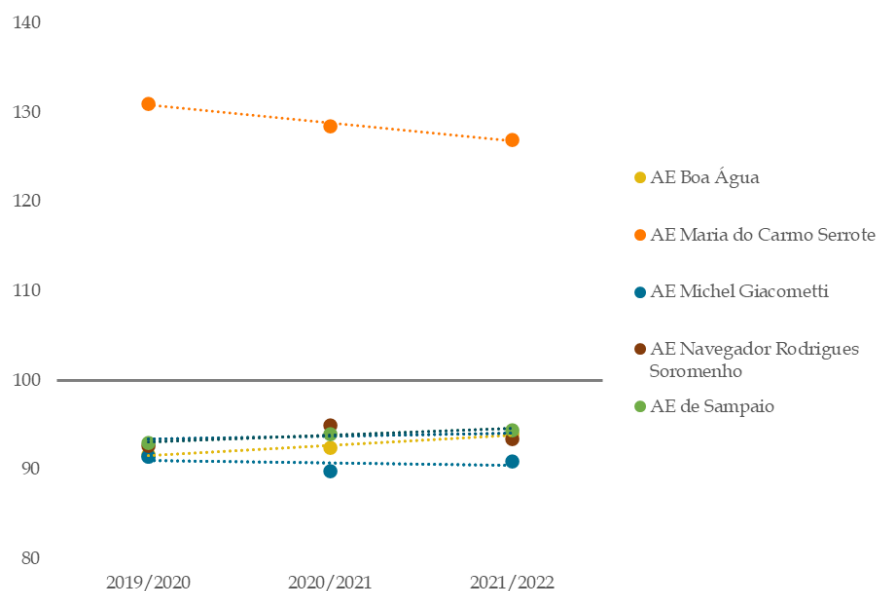
Tabela 80: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e declives face à média concelhia, do 3º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CI	Índices	Média CI	Índices	Média CI	Índices	
AE Boa Água	3,50	91,7	3,60	92,5	3,70	94,0	1,1
AE M. C. Serrote	5,00	131,0	5,00	128,5	5,00	127,0	-2,0
AE M. Giacometti	3,49	91,5	3,50	89,9	3,58	91,0	-0,3
AE N. R. Soromenho	3,54	92,8	3,70	95,1	3,68	93,5	0,4
AE de Sampaio	3,55	93,0	3,66	94,0	3,72	94,5	0,7
Média do Concelho	3,82	100,0	3,89	100,0	3,94	100,0	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A evolução das diferenças percentuais entre as médias de CI dos agrupamentos e as médias concelhias, novamente pela ausência de uma média nacional de referência, dos anos letivos considerados padronizadas ao valor 100, revela progressões estáveis em todas as UO, que apresentam desvios próximos entre si e à média do concelho; e de descida acentuada no AE Maria do Carmo Serrote (declive = -2%) ainda que mantenha os desvios de cerca de 30% superiores à média concelhia.

Gráfico 52: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e declives face à média regional das médias de classificações internas do 3º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

As taxas de PDS do 3º ciclo do concelho de Sesimbra melhoraram ao longo dos três anos letivos considerados, em particular, nos AE Maria do Carmo Serrote e Michel Giacometti.

Tabela 81: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

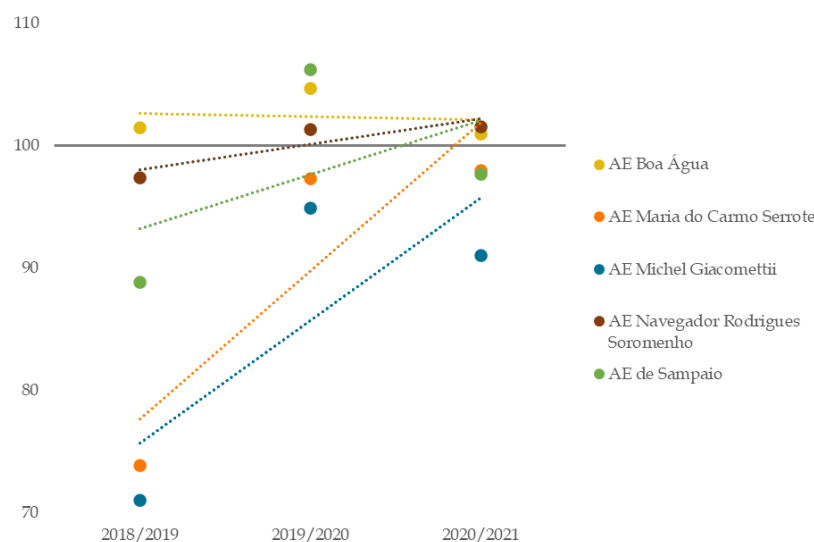
Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE Boa Água	83,2	82,0	101,5	92,7	88,5	104,7	89,8	88,9	101,0	-0,2
	AE M. C. Serrote	54,5	73,7	73,9	84,5	86,8	97,3	86,4	88,2	98,0	12,0
	AE M. Giacometti	53,3	75,0	71,1	82,9	87,3	95,0	79,2	87,0	91,1	10,0
	AE N.R. Soromenho	78,0	80,0	97,4	89,0	87,8	101,4	92,6	91,2	101,6	2,1
	AE de Sampaio	67,6	76,0	88,9	94,2	88,6	106,3	87,8	89,8	97,7	4,4
Média do concelho		67,3	77,3	86,6	88,6	87,8	100,9	87,2	89,0	97,9	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Notas: As unidades orgânicas da rede privada com 1.º ciclo que não aparecem ou não tiveram tempo de terminar as turmas de 1º ciclo ou tiveram menos de 20 alunos a terminar o ciclo no tempo previsto, número mínimo para o cálculo do indicador.

Passamos agora à evolução da diferença entre as taxas de PDS das UO e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100. Com exceção do AE Boa Água que registou percentagens de PDS superiores à média nacional nos três anos, as progressões são de melhoria acentuada, ou seja, de aproximação dos valores das UO às médias nacionais.

Gráfico 53: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Na tabela encontram-se os indicadores de desempenho e os indicadores socioeconómicos para o estudo da contextualização. Os AE Boa Água e Maria do Carmo Serrote destacam-se com indicadores socioeconómicos mais favoráveis e o AE de Sampaio, por oposição, neste ciclo é o que tem menos alunos sem ASE, e em simultâneo, a escolaridade média dos EE é a mais elevada. Os outros agrupamentos têm indicadores intermédios.

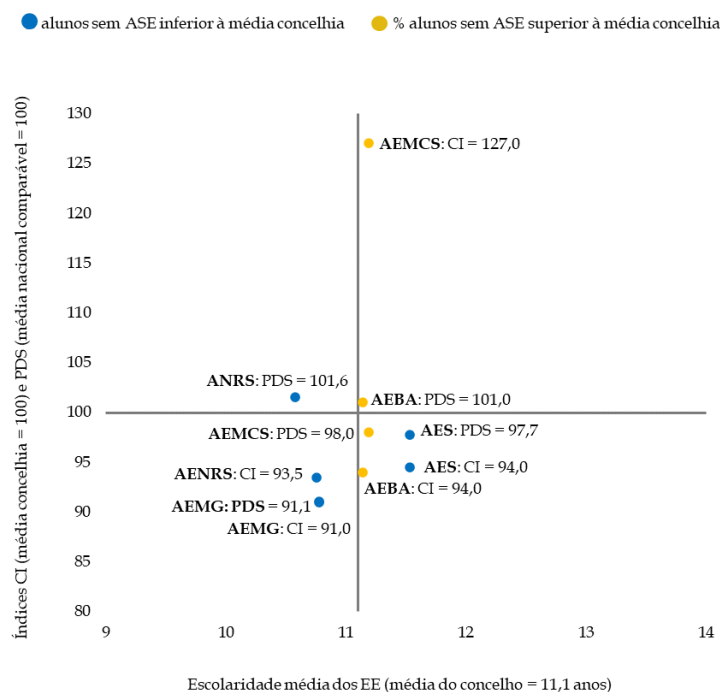
Tabela 82: Índices das médias CI (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo

Unidades Orgânicas	Índices CI	Índices PDS	Escolaridade média dos EE	% de alunos sem ASE
AE Boa Água	94,0	101,0	11,1	80,9
AE Maria do Carmo Serrote	127,0	98,0	11,2	81,8
AE Michel Giacometti	91,0	91,1	10,8	76,0
AE N. Rodrigues Soromenho	93,5	101,6	10,8	75,1
AE de Sampaio	94,5	97,7	11,5	72,0
Média do Concelho	100,0	97,9	11,1	77,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas e Infoescolas.

O lançamento dos quatro indicadores no plano, mostra um desempenho geral próximo em que sobressai a média de CI do AE Maria do Carmo Serrote que acompanha os contextos socioeconómicos favorecidos dos alunos.

Gráfico 54: Relação entre Índices de CI (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas e Infoescolas.

Neste ciclo de escolaridade, o número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos com excesso de faltas continua a ser reduzido no total de alunos de todos os agrupamentos.

Tabela 83: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo

Unidades Orgânicas	2019/2020			2020/2021			2021/2022		
	N transferidos	N anulações	N Retidos	N transferidos	N anulações	Retidos	N transferidos	N anulações	N Retidos
AEBA	s.d.	0	0	s.d.	0	0	s.d.	0	0
AEMCS	13	0	0	7	1	0	11	0	0
AEMG	23	1	2	13	1	2	20	6	6
AENRS	12	0	0	0	0	0	1	0	0
AES	9	1	0	11	3	0	13	0	0
Total	57	2	2	31	5	2	45	6	6

Fonte: Unidades Orgânicas.

No Ensino Secundário

Cursos científico-humanísticos

Como indicado no subcapítulo das ofertas, apenas duas UO do concelho de Sesimbra têm oferta de cursos científico-humanísticos – AE Michel Giacometti e AE de Sampaio. Ambos registaram médias de CI medianas – rondando os 14 valores nos três anos letivos em análise.

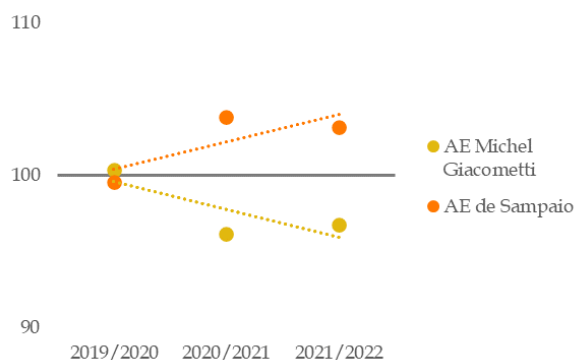
Tabela 84: Médias de Classificações internas (CI), Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CI	Índices	Média CI	Índices	Média CI	Índices	
AE M. Giacometti	13,85	100,4	13,18	96,2	13,23	96,8	-1,8
AE de Sampaio	13,74	99,6	14,23	103,8	14,11	103,2	1,8
Média do Concelho	13,80	100,00	13,71	100,00	13,67	100,0	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A evolução das diferenças percentuais entre as médias de CI dos agrupamentos e as médias concelhias padronizadas ao valor 100, indicia progressões relativamente estáveis, embora de ligeiro aumento da vantagem sobre a média do concelho no AE de Sampaio e de afastamento negativo no outro agrupamento.

Gráfico 55: Progressão dos Índices (média concelhia = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações internas dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No Ensino Secundário é possível incluir na análise as médias de Classificações Externas (CE) e estas serem comparadas com as médias nacionais. Na tabela seguinte, verifica-se que as médias foram positivas nos três anos, embora tenham sofrido diminuições ligeiras nos últimos anos.

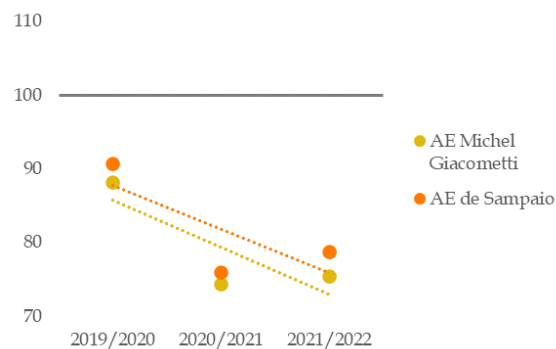
Tabela 85: Médias de Classificações externas (CE), Índices (média nacional = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CE	Índices	Média CE	Índices	Média CE	Índices	
AE M. Giacometti	12,18	88,3	10,20	74,4	10,32	75,5	-6,4
AE de Sampaio	12,52	90,8	10,42	76,0	10,78	78,9	-5,9
Média nacional	13,13	89,53	11,10	75,23	11,33	82,8	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Júri Nacional de Exames.

A evolução das diferenças percentuais entre as médias de CE dos agrupamentos e as médias nacionais padronizadas ao valor 100, realça progressões de afastamento acentuado de ambos (declives = -6,4% e de -5,9%, pela ordem de UO).

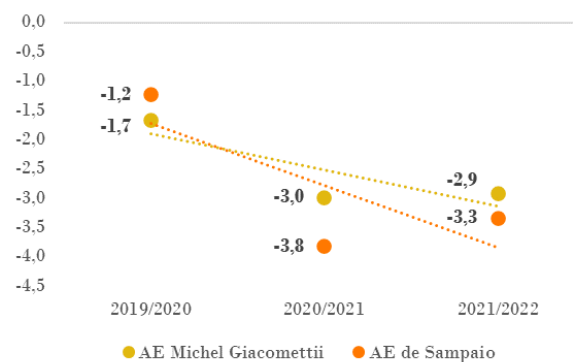
Gráfico 56: Progressão dos Índices (média nacional = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações externas dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Júri Nacional de Exames.

As médias de CE são similares, mas inferiores às CI, nos dois agrupamentos nos três anos.

Gráfico 57: Diferenças entre CE e CI, nos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Júri Nacional de Exames.

As taxas de PDS do Ensino Secundário também aumentaram desde 2019/2020, nos dois agrupamentos. Em 2020/2021, perto de 70% dos alunos terminou este nível de ensino nos três anos previstos, ou seja, sem registo de retenções.

Tabela 86: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Científico-humanísticos, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

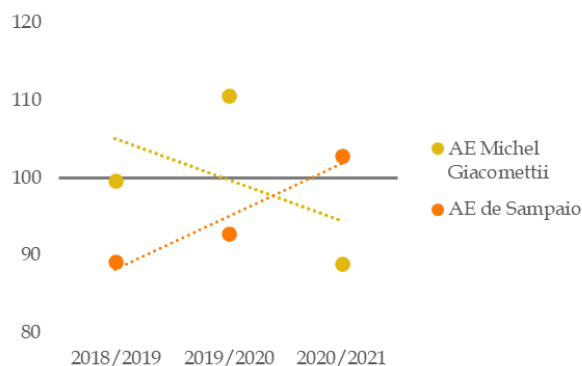
Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE M. Giacometti	50,0	50,2	99,6	64,2	58,1	110,6	60,2	67,7	102,8	-5,3
	AE de Sampaio	46,7	52,3	89,2	61,5	66,2	92,9	74,3	72,2	102,8	6,8
Média do concelho		48,4	51,3	94,4	62,9	62,1	101,7	67,3	70,0	95,9	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Passamos agora à evolução da diferença entre as taxas de PDS das UO e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100 que aponta para progressões diferentes.

No AE Michel Giacometti, observa-se uma tendência de afastamento acentuado da percentagem de alunos com PDS em comparação com a média nacional (declive = -5,3%) devido o resultado do último ano considerado. Enquanto no AE de Sampaio a tendência é de aproximação à média nacional (declive = 6,8%).

Gráfico 58: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso dos Cursos Científico-humanísticos, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Na tabela seguinte, verifica-se que os indicadores socioeconómicos são idênticos – escolaridade média de EE de cerca de 11 anos no AE Michel Giacometti e de perto de 12 anos no AE de Sampaio; e percentagens de alunos sem ASE que rondam os 77% e os 76%, respetivamente. Enquanto os indicadores de desempenho apontam para um cenário ligeiramente mais favorecido no AE de Sampaio.

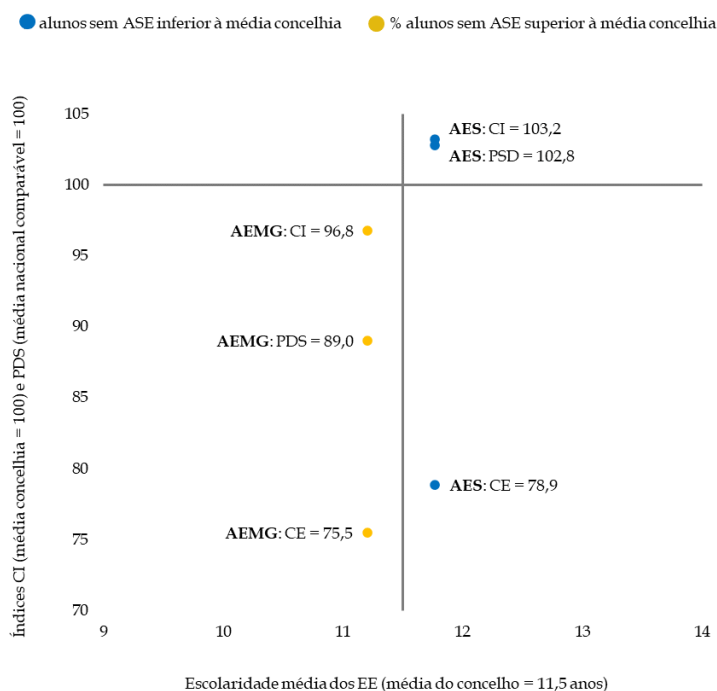
Tabela 87: Índices das médias CI (2021/2022), das médias CE (2021/2022) e das taxas de PDS (2020/2021) e indicadores socioeconómicos (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos

Unidades Orgânicas	Índices CI	Índices CE	Índices PDS	Escolaridade média dos EE	% de alunos sem ASE
AE Michel Giacometti	96,8	75,5	89,0	11,2	76,6
AE de Sampaio	103,2	78,9	102,8	11,8	76,3
Média do Concelho	100,0	77,2	95,9	11,5	76,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas, Júri Nacional de Exames e Infoescolas.

O lançamento dos quatro indicadores no plano, corrobora essa situação, embora seja de referir que as duas UO podem melhorar relativamente às CE.

Gráfico 59: Relação entre Índices de CI e de CE (2021/2022) e de Taxas de PDS (2020/2021), percentagem de alunos sem ASE (2021/2022) e escolaridade média dos EE (2021/2022), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas, Júri Nacional de Exames e Infoescolas.

À semelhança do analisado anteriormente, no Ensino Secundário, há a registar alguns casos de alunos transferidos, com anulações de matrícula e retidos por excesso de faltas, em número reduzido.

Tabela 88: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula ou retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos), por unidade orgânica da rede pública, dos Cursos Científico-humanísticos

Unidades Orgânicas	2019/2020			2020/2021			2021/2022		
	N transferidos	N anulações	N Retidos	N transferidos	N anulações	Retidos	N transferidos	N anulações	N Retidos
AEMG	53	3	3	61	2	2	29	1	1
AES	25	6	1	15	1	2	27	29	2
Total	78	9	4	76	3	4	56	30	3

Fonte: Unidades Orgânicas.

Cursos Profissionais

Começa-se por analisar as médias de CI das três UO com esta oferta de ensino que foram, nos anos letivos em análise, positivas, como se pode ver na tabela em baixo.

Como as classificações nestes cursos dependem da conclusão dos mesmos, não existem dados para os três anos o que inviabiliza o cálculo dos índices e declives, ou seja, das progressões em comparação com as médias concelhias.

Tabela 89: Médias de Classificações internas (CI) dos Cursos Profissionais, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE Michel Giacometti	-	12,53	12,60
AE de Sampaio	14,90	14,40	14,50
EP Agostinho Roseta	-	14,00	-
Média do Concelho	14,90	13,64	13,55

Fonte: Unidades Orgânicas.

Compensa-se essa análise com as taxas de conclusão dos cursos profissionais e, relativamente aos alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto, outros três indicadores: i) os que continuam inscritos em cursos profissionais; ii) os que estão inscritos noutras modalidades de ensino; iii) os que não estão inscritos no Ensino Secundário. A leitura destes três indicadores inverte-se porque desvios negativos na UO representam um desempenho mais positivo, ou seja, indicam menores percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto em comparação com o observado no cenário nacional; e desvios positivos representam progressões no sentido de aumentar essas percentagens na UO, logo, representam desempenhos menos positivos. Em 2019/2020, os indicadores não foram calculados para o AE Michel Giacometti por ser necessário um número mínimo de 20 alunos.

As taxas de conclusão dos cursos profissionais foram sempre superiores na rede privada, quer relativamente aos agrupamentos da rede pública, quer por comparação com a média nacional comparável nos três anos letivos em análise.

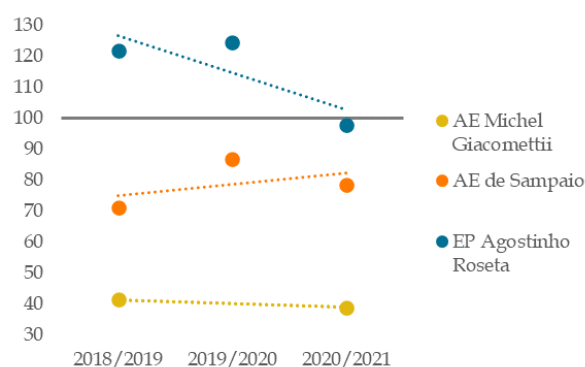
Tabela 90: Taxas de conclusão, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE M. Giacometti	26,7	64,4	41,4	-	-	-	26,3	67,6	38,9	-1,2
	AE de Sampaio	40,3	56,8	71,0	55,4	63,7	86,9	54,2	69,1	78,4	3,7
Pri.	EP Agostinho Roseta	80,6	66,2	121,8	82,1	65,9	124,6	63,2	64,5	97,9	-11,9
	Média do concelho	49,4	62,5	78,1	68,7	64,8	105,7	47,9	67,1	71,7	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de conclusão das UO e as respectivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, mostram uma progressão estável (declive = -1,2%) no AE Michel Giacometti que surgiu sempre com percentagens inferiores às nacionais (desvios negativos de mais de 60%). Uma tendência de forte aproximação à média nacional no caso do AE de Sampaio (declive = 3,7%). E uma progressão de acentuada perda da vantagem competitiva (declive = -11,9%) por parte da EP Agostinho Roseta que passou de desvios cerca de 22% e de 25% nos dois primeiros anos para -2% em 2020/2021.

Gráfico 60: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de conclusão dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

As taxas de não conclusão de alunos que permanecem inscritos no ensino profissional têm vindo a diminuir na rede pública e a aumentar na rede privada. Todas as UO terminaram o ano de 2020/2021 com percentagens consideráveis – cerca de 47% no AE Michel Giacometti, 23% no AE de Sampaio e 24% na EP Agostinho Roseta.

Tabela 91: Taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

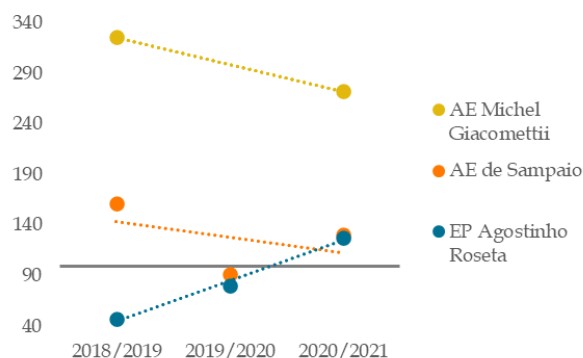
Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE M. Giacometti	66,7	20,4	326,3	-	-	-	47,4	17,4	272,5	-27,0
	AE de Sampaio	37,1	22,9	161,7	17,9	19,4	92,1	22,9	17,5	131,2	-15,2
Pri.	EP Agostinho Roseta	9,7	20,4	47,5	15,4	19,2	80,1	23,7	18,6	127,5	40,0
Média do concelho		37,8	21,3	178,5	16,6	19,3	86,1	31,3	17,8	177,1	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Comparadas com as respectivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, as percentagens das UO da rede pública apresentam tendências fortes de aproximação face às médias nacionais, ou seja, estão a passar a ter tantos alunos que não concluem os cursos profissionais no tempo

previsto quanto o observado no cenário nacional. Já na EP Agostinho Roseta, verifica-se o contrário, ou seja, a forte subida da percentagem de alunos que não concluem – em 2020/2021, ultrapassou a média nacional em mais de 27%.

Gráfico 61: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Desde 2018/2019, as percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais nos três anos previstos e que se inscreveram noutras modalidades diminuíram de forma substancial na rede pública e aumentaram ligeiramente na rede privada.

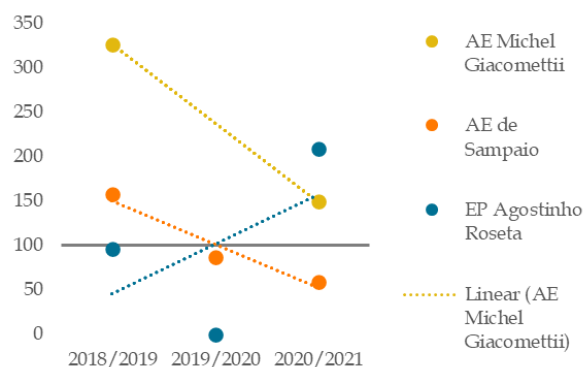
Tabela 92: Taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE M. Giacometti	66,7	20,4	326,3	-	-	-	5,3	3,5	148,8	-88,7
	AE de Sampaio	6,7	4,2	157,1	3,6	4,1	86,9	2,1	3,5	59,1	-49,0
Pri.	EP Agostinho Roseta	4,8	5,0	96,3	0,0	3,5	0,0	7,9	3,8	208,1	55,9
Média do concelho		3,2	3,8	193,2	1,8	3,8	43,4	5,1	3,6	138,7	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A comparação com as médias nacionais padronizadas ao valor 100 mostra, tal como no indicador anterior, uma diminuição robusta deste indicador nos agrupamentos e o aumento na EP Agostinho Roseta.

Gráfico 62: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A percentagem de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto e que não se encontram mais inscritos no Ensino Secundário tornou-se a assumir peso considerável no AE Michel Giacometti (21,1% em 2020/2021), aumentou no AE de Sampaio (20,8% em 2020/2021) e foi sempre mais baixa na EP Agostinho Roseta (5,3% em 2020/2021).

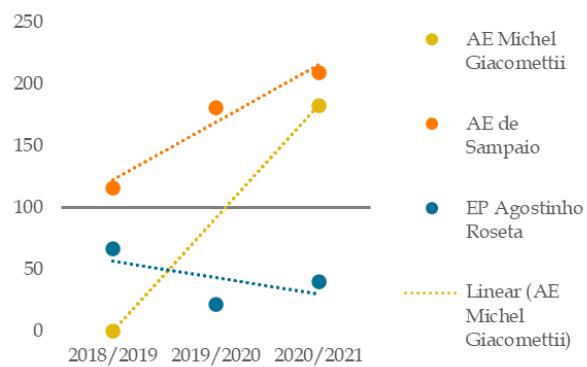
Tabela 93: Taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Rede	Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
		% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	% UO	% Nac.	Índice	
Púb.	AE M. Giacometti	0,0	10,9	0,0	-	-	-	21,1	11,5	183,3	91,6
	AE de Sampaio	17,7	15,3	116,3	23,2	12,8	181,3	20,8	9,9	210,0	46,8
Pri.	EP Agostinho Roseta	6,5	9,6	66,9	2,6	11,4	22,4	5,3	13,1	40,1	-13,4
Média do concelho		3,2	3,8	61,1	12,9	12,1	101,9	15,7	11,5	144,5	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

No gráfico em baixo confirma-se a progressão de subida acentuada ao longo dos três anos considerados na rede pública do concelho de Sesimbra face à média nacional e, pelo contrário, uma descida forte na EP Agostinho Roseta que, além disso, manteve sempre desvios negativos em comparação com a média nacional.

Gráfico 63: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Perspetivas dos atores locais

Neste subcapítulo sistematizam-se as perceções dos atores locais acerca do concelho e das escolas de Sesimbra recolhidas, sobretudo, através de entrevistas individuais realizadas com todos os diretores ou elementos da direção dos AE e EP Agostinho Roseta e com elementos da Câmara Municipal de Sesimbra; e de grupos que envolveram representantes dos alunos, dos encarregados de educação, do pessoal não docente, das escolas e entidades educativas privadas, das entidades parceiras educativas, das entidades empregadoras, e das instituições que acolhem e/ou trabalham com crianças e jovens com necessidades específicas de educação.

A análise focou-se sobre os aspetos positivos e os menos positivos, ou desafios, indicados pelos atores locais, e foi organizada de forma a seguir algumas das principais dimensões utilizadas ao longo do estudo de diagnóstico: (1) Edifícios e equipamentos da rede educativa; (2) Transportes e recursos especializados e educativos; (3) Ofertas educativas e formativas (formais, informais, não formais); (4) Desempenho escolar; (5) Projetos, atividades e parcerias; (6) Possíveis linhas de ação para o futuro.

Além de apresentar as perspetivas dos atores locais sobre o sistema educativo concelhio, este capítulo complementa as análises anteriores ao acrescentar informações que ajudam a explicar o cenário atual e, além disso, aponta algumas pistas para o futuro.

Edifícios e equipamentos da rede educativa

Este terá sido, na verdade, um dos aspetos mais discutidos pela maioria dos atores locais auscultados, uma vez que traz associados pontos mais negativos. Os problemas prendem-se, essencialmente, com o aumento da procura e com a falta de equipamentos na rede educativa concelhia que compreendam, sobretudo, a oferta de Ensino Secundário no concelho. Tal problema está alavancado na sobrelotação das escolas existentes, a que acresce uma clara falta de condições evidenciada em muitos dos estabelecimentos escolares da rede pública concelhia. São reportadas quer por professores, quer pelos alunos e encarregados de educação, a falta de condições e as necessidades de requalificação de uma boa parte do parque escolar do concelho (que no geral é considerado antigo): ao nível da climatização das salas, mobiliário escolar obsoleto, casas de banho e balneários danificados, falta de laboratórios, falta de espaços para convívio dos alunos, falta de espaços exteriores com cobertura, falta de espaços adequados para trabalhar com alunos que são abrangidos pelas medidas do Decreto-Lei nº 54/2018, ou para a prática da educação física e do desporto, entre outras questões.

Neste ponto, a EB Michel Giacometti, uma escola que veio acumular a valência de Ensino Secundário mais tarde, justamente como resposta à sobrelotação que já se fazia sentir na ES de Sampaio, e que tem atualmente uma população escolar que excede os 1000 alunos, é destacada dado o nível de degradação e de desadequação das suas instalações - em particular sendo realçados, pela negativa, os “contentores” de madeira que são usados para aulas que seriam provisórios, sendo urgente uma intervenção mais estrutural.

A sobrelotação de alunos, a par da falta de espaço dos estabelecimentos escolares (em particular nas escolas sede dos agrupamentos), foi uma das questões mais priorizadas e uma realidade que parece afetar quase todos os agrupamentos de escolas deste concelho. As UO debatem-se e recorrem, ora ao horário duplo, ora à constituição de turmas com número de alunos muito acima do previsto. A impossibilidade de

cumprimento da lei que visa a redução da dimensão das turmas com alunos com necessidades específicas de educação é, por isso, um aspeto muito enunciado. De acordo com alguns docentes auscultados, esta problemática está, não apenas relacionada com o crescimento e desenvolvimento da freguesia da Quinta do Conde e, portanto, com o aumento da população residente, como também parecem ainda existir outros dois fatores: por um lado, algumas evidências apontam para a frequência de alunos de fora do concelho nas escolas de Sesimbra (Setúbal, Palmela, Azeitão); por outro lado, chegam diariamente solicitações para integração de alunos imigrantes e estrangeiros provenientes de famílias que se estão a fixar em Sesimbra, sendo esta uma realidade que se está intensificar e que coloca desafios às escolas do concelho, não apenas relacionados com a capacidade física dos estabelecimentos para acolherem os alunos, mas, também, com questões pedagógicas, com a inclusão e integração dos mesmos (a maioria é não falante de Língua Portuguesa).

Os representantes dos alunos e dos encarregados de educação referem que a falta de condições que marca a realidade de muitas destas escolas e a “falta de espaço”, especialmente visível nas escolas de nível Secundário, tem trazido outros problemas relacionados com a segurança e bem-estar dos alunos pelo que aumentou, por exemplo, a incidência de desacatos, desentendimentos entre alunos, violência, de consumos de substâncias ilícitas e de álcool. Da mesma forma, sendo também esta a visão da maioria dos docentes consultados, a falta de condições ou de material escolar adequado influencia negativamente a qualidade das aprendizagens, o desempenho de alguns dos alunos e, sobretudo, a qualidade da lecionação, sendo que umas áreas disciplinares são mais afetadas do que outras, como, por exemplo, as de prática desportiva ou as das áreas laboratoriais, das ciências físicas, naturais e experimentais.

Ao nível da rede privada e lucrativa, não são destacados problemas afetos à qualidade das instalações, mas antes relativos à capacidade e suficiência para responderem às necessidades que são cada vez mais prementes. Particularmente, consideradas as valências de Creche e de Pré-escolar, com várias entidades a recorrerem a listas de espera; ou no caso das entidades privadas, a mencionarem que a gratuidade prevista para as valências de Creche e as regras de prioridade de colocação de crianças, vão trazer problemas acrescidos à sustentabilidade destas instituições, afetando no futuro a sua capacidade de resposta mais geral.

Como pontos positivos, é destacada a disponibilidade e o apoio facultado pela Câmara Municipal de Sesimbra e pelas Juntas de Freguesia que, mesmo face a todas as dificuldades, procuram responder às solicitações das escolas, promovendo a requalificação possível dos espaços escolares, apoiando com a compra de material diverso, facilitando o acesso a instalações do concelho (por exemplo, o Ginásio Municipal), entre outras medidas.

A construção de uma escola nova de Ensino Secundário está prevista, embora vários dos atores locais auscultados refiram desconhecer o “estado” desse projeto. Está também atualmente a ser construído um edifício novo que vai servir a população estudantil do AE Navegador Rodrigues Soromenho localizado na vila de Sesimbra, destacado também como um ponto positivo; mas que, como apontado por vários outros atores, não vem resolver o problema que é prioritário e que está localizado na Quinta do Conde.

Transportes e recursos especializados e educativos

Ao nível dos transportes é reconhecida, por um lado, a melhoria efetiva da rede pública de transportes e o reforço da sua capacidade de serviço na área, por exemplo, da Quinta do Conde, com a maior promoção das acessibilidades e ligações entre as zonas periféricas e a zona centro de Sesimbra. Contudo, e por outro lado, são apontados vários problemas que os atores auscultados relacionam com uma rede de transportes escolares que dizem ainda não conseguir responder às necessidades dos alunos e das famílias, em especial para as que residem em áreas mais isoladas e distantes do centro do concelho.

Entre os principais problemas é mencionado, em igual grau de importância por alunos, professores e encarregados de educação, o desfasamento que existe entre os horários dos autocarros e os horários escolares, o que tem obrigado, em alguns casos, a adaptações. Por exemplo, alunos que são obrigados a chegar à escola muito antes das suas aulas começarem, ou, por outro lado, a terem de sair mais cedo do que o previsto para conseguirem apanhar o transporte de volta a casa. No caso da EP Agostinho Roseta – com uma área de influência muito mais abrangente – as dificuldades prendem-se, essencialmente, com a falta de transporte e de soluções para os vários alunos que são provenientes de concelhos limítrofes.

Apesar das melhorias, a grande maioria dos atores auscultados insiste que persistem problemas e limitações nas ligações entre a vila de Sesimbra e as várias zonas da Quinta do Conde e, de uma maneira geral, nas acessibilidades e mobilidade dentro do concelho. Esta visão é inclusivamente partilhada e reforçada pelas entidades empregadoras que dizem enfrentar problemas de fixação de trabalhadores, ou de estagiários, pela falta de transportes e pelos acessos mais dificultados.

São referidos, por isso, o “isolamento” a que algumas populações estão mais sujeitas e a dificuldade de acesso a determinados recursos culturais e de outra ordem, que estão mais concentrados no centro de Sesimbra. Por esta ordem de ideias, os alunos da Quinta do Conde são tidos como os mais prejudicados por não terem tanta facilidade de acesso a estes recursos e atividades. Em todo o caso, os esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal de Sesimbra com o objetivo de facultar transportes com vista à participação em atividades, visitas de estudo e outras atividades, são também referidos e destacados pela positiva. Apenas parecem existir alguns casos onde estes apoios são menos visíveis, ou praticamente inexistentes, como acontece com as escolas particulares do concelho. Alguns atores educativos da rede privada e solidária descrevem as dificuldades, por exemplo, com o agendamento de transporte para idas à praia no final do ano letivo, referindo que a rede pública acaba por “esgotar” todos os agendamentos e transportes disponíveis.

Da mesma forma, vários docentes do ensino especial e técnicos das entidades parceiras que trabalham com crianças e jovens portadores de deficiência, alertam para a insuficiência de transportes escolares e para visitas de estudo, a nível concelhio, devidamente preparados para transportarem este perfil de alunos.

No que respeita a outros recursos e apoios foram recolhidas várias queixas sobre: as refeições que são servidas nos refeitórios escolares, caracterizadas pela falta de qualidade e de quantidade (doses pequenas); a falta de apetrechamento tecnológico, insuficiência de computadores, problemas relacionados com a ligação à internet e com a rede wireless, que dificultam a transição para a era digital – embora neste ponto o AE da Boa Água sobressaia justamente por ter um projeto educativo diferenciador e mais virado para o digital; e a falta de recursos específicos para a lecionação de algumas áreas disciplinares como de resto já se demonstrou, e para o ensino especial. Em todo o caso, o esforço efetuado nos últimos anos pela Câmara Municipal de Sesimbra, na tentativa de assegurar uma resposta efetiva a muitas destas necessidades, e o facto de providenciar acesso a vários serviços educativos locais, atividades, componentes de apoio à família

e extracurriculares, que permitem colmatar algumas destas falhas, é também largamente reconhecido como um aspeto particularmente positivo.

Em matéria de recursos humanos e técnicos especializados, as questões principais e mais problematizadas prendem-se, por um lado, com a colocação de professores em algumas áreas específicas, com a gestão dos Assistentes Operacionais que é feita nas escolas, e com a disponibilização de técnicos especializados, considerados insuficientes no quadro técnico das várias escolas – psicólogos, terapeutas da fala, e outros – e em várias instituições locais que trabalham com jovens e crianças com necessidades específicas de educação. Sobre este ponto, as instituições e escolas auscultadas referem que a situação tende a piorar de ano para ano, uma vez que os casos e sinalizações aumentam, mas os profissionais mantêm-se os mesmos ou, nalguns casos, em menor número. Reconhecem os esforços adicionais que têm sido feitos, mas referem existir problemas com as respostas extracurriculares e de ocupação de tempos livres, a preparação dos Assistentes Operacionais para lidarem com estes públicos escolares, a continuidade das terapêuticas fora dos períodos letivos, o número de técnicos afetos às escolas, as respostas para o período pós-escolaridade obrigatória, e os apoios gerais destinados às famílias.

Relativamente aos Assistentes Operacionais e Técnicos é referido, de uma maneira geral, que os rácios estão cumpridos, muito embora e uma vez que as escolas estão sobrelotadas, o número efetivo de profissionais seja considerado insuficiente face às necessidades quotidianas. Isto é particularmente evidente com o caso dos Assistentes Operacionais que são destacados, tendencialmente, pela importância que têm para o funcionamento de uma escola, mas também pelo número elevado de baixas e de problemas relacionados com a assiduidade, ao que acresce a falta de preparação revelada para lidar com certos assuntos escolares e segmentos da população escolar. Esta falta de conhecimento é atestada, inclusivamente, pelos próprios profissionais que referem necessitar de um reforço formativo em determinadas áreas, sobretudo relacionadas com alunos com necessidades específicas de educação.

O facto destes recursos estarem sobre a gestão da Câmara Municipal de Sesimbra é visto tanto como um aspeto positivo, dada a maior facilidade e celeridade de resposta às necessidades diárias das escolas, como um aspeto a ser ainda melhorado, uma vez que se percecionam discrepâncias entre os Assistentes Operacionais colocados pelos serviços centrais e os que transitaram, via lista nominativa, do Ministério da Educação, tendo sido apontadas situações de maior “desigualdade de circunstâncias”, problemas relacionados com as substituições, com a formação e experiência, como se já referiu, e com as condições laborais (carreiras profissionais consideradas muito pouco atrativas), situação que se deixou de verificar decorrente do Processo de Descentralização de Competências na área da educação. Há, pois, expectativas que relacionam o processo de descentralização e a sua consolidação, com a maior garantia de alocação de recursos humanos devidamente preparados e partilhados entre os diferentes agrupamentos, com a disponibilização de formações, com o aligeiramento de alguns dos procedimentos burocráticos – por exemplo, para efeito de substituição de baixas -, e com a possibilidade de libertarem das funções dos Assistentes Operacionais tarefas como a limpeza mais aprofundada e a manutenção dos espaços escolares, que dizem constituir uma pesada carga.

Oferta educativa e formativa

Quase todos os atores auscultados tendem a ver na oferta educativa e formativa do concelho de Sesimbra um dos domínios ainda a ser melhorado e reforçado. Por um lado, consideram que é pouco diversificada e insuficiente em alguns domínios; e, por outro lado, mais desajustada na sua capacidade de responder às necessidades da atualidade, dos empregadores e do mercado de trabalho. Nesse sentido, a proposta eminente da criação de uma “rede de ofertas” para o concelho, sobretudo que previna a sobreposição de ofertas entre escolas relativamente próximas e que promova a aposta num alinhamento mais estratégico face às necessidades dos empregadores, dos alunos e da comunidade, foi largamente debatida.

Foi muito referido, particularmente por alunos mais velhos e empregadores, o desfasamento entre o que é ensinado nas escolas e a realidade laboral. Uma das críticas mais relevantes apontadas não é, assim, sobre a oferta em si, mas essencialmente sobre as estratégias pedagógicas que se associam com mais evidência às ofertas tidas como “regulares”, e ao currículo em termos gerais, o qual argumentam não valorizar as componentes mais práticas e não promover a maior proximidade dos alunos a contextos reais de trabalho (excetuando naturalmente o caso dos cursos profissionais). Neste caso, é referido pelos vários atores educativos auscultados, que o papel da Câmara Municipal de Sesimbra no quadro da descentralização e do desenvolvimento da política local educativa, é fundamental para a efetivação e a mediação dessas relações de proximidade. Na verdade, um dos problemas mais referidos por alunos e empregadores diz respeito aos processos de orientação vocacional considerados muito insuficientes e pouco esclarecedores, os quais gostariam que beneficiassem de uma intervenção local mais forte que apostasse, justamente, em relações mais estreitas entre o tecido empresarial, os alunos e as escolas, e que fossem promovidas e/ou reforçadas atividades como visitas a locais de trabalho, *open days* das empresas, *workshops*, etc. Neste âmbito, o Gabinete de Inserção Profissional e o Gabinete de Apoio ao Empresário (desconhecido de alguns dos empregadores auscultados), ambos da competência da Câmara Municipal de Sesimbra, são destacados pela positiva por vários elementos consultados.

A sobrelotação das escolas de Sesimbra e a falta de condições que pauta muitos dos estabelecimentos, como referem, foram apontados como fatores que explicam a escassez de oportunidades para uma maior diversificação das ofertas, sobretudo, a exploração de outras áreas ao nível dos cursos profissionais, áreas mais tecnológicas e especializadas. É valorizada a forte aposta nas áreas do turismo e da restauração, dado que constituem áreas-chave para o território e que permitem inclusivamente combater o isolamento que é sentido na altura do inverno, contudo, sendo necessárias apostas em outras áreas menos exploradas e que podem incentivar a fixação empresarial, por exemplo, no campo das novas tecnologias, ou ainda para a requalificação e modernização de setores mais tradicionais, como o das pescas, por exemplo.

É interessante, contudo, verificar que subsistem duas visões sobre as vias profissionalizantes: por um lado, no caso dos alunos que foram auscultados, detetou-se uma certa tendência para reproduzir um “mito” sobre estes cursos, que tende a desvalorizá-los e a associá-los a alunos com mais dificuldades, mais problemáticos, indisciplinados, que não atingem o sucesso escolar nas vias mais académicas e que, por isso, buscam por vias mais “facilitadoras” para terminar o Ensino Secundário; por outro lado, sendo amplamente valorizados por empregadores, membros das associações locais e da comunidade no geral, os cursos profissionais são tidos como um importante instrumento de desenvolvimento estratégico para a região, pelo que permitem a maior valorização e a capitalização dos recursos existentes no território, incluindo os naturais. É por isso, que se verificou existir alguma perplexidade face à inexistência de cursos profissionais, ou até mesmo formações, desenvolvidos nas áreas das pescas no concelho de Sesimbra. A

este propósito, o IEFP partilha as dificuldades que tem sentido para organizar formações em Sesimbra nesta e noutras áreas, particularmente pela pouca procura. Em todo o caso, e curiosamente, referem que vários residentes de Sesimbra frequentam ofertas formativas do IEFP desenvolvidas noutros concelhos, como por exemplo no Seixal. A maior indisponibilidade de transportes e os acessos mais difíceis dentro do concelho de Sesimbra, são apontados como potenciais fatores explicativos.

Finalmente, vários atores auscultados, das entidades parceiras e associativas, empregadores e até docentes, referem existir poucas oportunidades formativas em sentido mais amplo e genérico, para a população no geral e para alguns segmentos, como, por exemplo, para os idosos, ou para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidades, sendo também relevada a necessidade de reforçar as componentes mais formais de Educação de Adultos, sobretudo com vista a responder às franjas de população imigrante crescente e às suas necessidades formativas. Acresce também que vários empregadores e elementos das entidades educativas privadas referem sentir falta de formação para alguns dos seus profissionais e, acima de tudo, de apoios, uma vez que as formações obrigatórias constituem uma despesa avultada e um encargo, quer para as empresas, quer para os próprios trabalhadores. São destacadas pela positiva algumas formações que têm sido proporcionadas pela Câmara Municipal de Sesimbra, como de Higiene e Segurança no Trabalho, Proteção Civil, e várias iniciativas desenvolvidas na Biblioteca, não obstante consideradas insuficientes por não cobrirem as horas exigidas de formação. Desta maneira, consideram que poderiam ser constituídos planos de formação promovidos a nível local, em articulação com entidades públicas como o IEFP, e facilitando o acesso às mesmas. Foi ainda concluído que a formação técnica antiga já está muito desajustada, devendo ser valorizadas as formações desenvolvidas em contexto de trabalho, o que, por um lado, obriga a que toda a organização da empresa e ou entidade se adapte; e, por outro lado, permite ultrapassar algumas vicissitudes relacionadas com os horários de formação e tempo disponível dos trabalhadores para as mesmas.

Desempenho escolar

O desempenho escolar nas escolas do concelho de Sesimbra surge como um dos aspetos mais positivos. Apesar dos atores escolares auscultados reforçarem as dificuldades relacionadas com as condições físicas e materiais, ou com a colocação de docentes e falta de professores, ou ainda, com a existência significativa de segmentos da população escolar mais problemáticos, mais expostos ao absentismo e ao abandono escolar, no geral, atestam os bons resultados e, em alguns casos, um desempenho escolar inclusivamente acima da média nacional. Este é, aliás, um dos aspetos que explica também a sobrelotação de algumas escolas dado que são muito procuradas, inclusive, por alunos de fora do concelho, afirmam.

O facto de existirem projetos educativos, estratégias e metodologias de ensino mais diferenciados, a aposta em atividades extracurriculares, o desenvolvimento de áreas de projeto e a resposta mais individualizada aos alunos, são apontados como fatores explicativos desse sucesso escolar. De igual forma, docentes e diretores dos agrupamentos escolares referem que o papel da Câmara Municipal pode ser determinante para a promoção do sucesso escolar, sobretudo se passar pelo apoio no acesso a recursos e pela colaboração ativa em projetos relevantes, como acontece, por exemplo, com projetos dinamizados pela Equipa de Intervenção para o Sucesso Escolar, entre os quais, “Geração de Sucesso” (potenciação de alunos do 1º ciclo) e “Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar” (capacitação de alunos para o 2º e 3º ciclo), o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar ou o Erasmus.

Contudo, este acesso a apoios e projetos tem uma menor expressão, por exemplo, no caso da Escola Profissional sediada no concelho, cujos atores escolares referem, inclusivamente, algumas dificuldades relacionadas com o nível dos resultados escolares. Na verdade, atestam que vários alunos parecem desistir e/ou abandonar os cursos e entre alguns fatores explicativos referem que a carência económica, muito visível na sua população escolar, parece desviar os alunos para a integração precoce no mercado de trabalho. A propensão maior para a desistência ou absentismo e o maior desfavorecimento económico são também identificados no grupo dos alunos dos cursos profissionais da rede pública.

Outras escolas destacam também os desafios que chegam com a forte multiculturalidade que marca a realidade de grande parte das escolas de Sesimbra, que integram várias nacionalidades, culturas e grupos étnicos. Os principais problemas estão relacionados com a comunicação, dado que uma parcela muito grande destes alunos não fala e nem entende o português.

Projetos, atividades e parcerias

As relações e parcerias estabelecidas dentro da comunidade educativa de Sesimbra também sobressaem como um dos aspetos mais positivos, sendo realçada por quase todos os atores locais auscultados a relação de proximidade com a autarquia, os apoios facultados e as boas relações, por exemplo, reconhecidas entre os diferentes estabelecimentos escolares da rede educativa do concelho. A educação é, na verdade, tida como um dos domínios que consideram receber mais atenção e investimento pela parte da Câmara Municipal de Sesimbra e que isso se reflete, justamente, com a disponibilidade e com a boa capacidade de resposta à maior parte das solicitações que chegam das escolas e até de outras entidades.

Não obstante, é também referido que o processo de descentralização trouxe novos desafios e alterações ao funcionamento das escolas e no quadro destas relações e, acima de tudo, alguns aspetos que devem ainda ser melhorados e calibrados, por exemplo, ao nível das novas plataformas e burocracias exigidas às escolas.

Assim, os atores escolares atestam as boas redes de parceria estabelecidas com um conjunto muito alargado de atores, locais e nacionais, destacando entre outras, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, a Cercizimbra, a GNR - Escola Segura, o Centro Comunitário, o Centro de Saúde, as associações locais, fundações nacionais, universidades, etc. Neste âmbito, recorde-se que os elementos representantes das entidades empregadoras - algumas das quais estabelecem relações com as escolas através dos estágios facultados para os alunos dos cursos profissionais -, consideram que as relações entre empresas, escolas e comunidade e, assim, as redes de parcerias a este nível, devem ser reforçadas de uma maneira geral; ou seja, não devem apenas ser criadas para responder a necessidades do ensino profissionalizante, mas vistas como uma oportunidade para criar sinergias, alunos mais bem preparados e mais oportunidades de trabalho.

Ao nível dos projetos desenvolvidos nas escolas e apoiados pela Câmara Municipal de Sesimbra, vários elementos auscultados apontam para a sua suficiência e a adequação, outros tantos para a necessidade de serem reforçadas determinadas iniciativas e/ou ações. Tal facto fica patente com a posição da maioria dos alunos auscultados que, face a várias problemáticas que identificam, referem ser importante o reforço de iniciativas e ou projetos de promoção de saúde e preventivos do consumo de álcool e de estupefacientes; projetos para ocupação dos tempos livres, realizados em parceria com as escolas e as associações locais;

aposta nas atividades desportivas e na manutenção dos espaços; e criação de uma forma mais eficaz para alunos e jovens poderem comunicar com os serviços da Câmara Municipal em solicitação e ou para propostas de iniciativas – apesar de referirem a importância da Assembleia Municipal de Jovens no concelho nesse sentido, dizem que tem um alcance mais restrito.

Também alguns docentes e membros das entidades associativas e privadas referem que existe carência de projetos que apostem na partilha de recursos entre as escolas/entidades, que promovam o acesso a património local para condução de atividades letivas e que promovam a integração e inclusão dos alunos, jovens e crianças estrangeiras e imigrantes. Da mesma forma, e apesar de reconhecidos os esforços da Câmara Municipal de Sesimbra, vários atores escolares reforçam a ideia de que a freguesia da Quinta do Conde e os seus residentes têm menos acesso a recursos, às atividades e aos projetos proporcionados pela autarquia, pelo que consideram importante que a maior parte dessas ações possam ser descentralizadas e desenvolvidas em regime de itinerância.

Entre os vários projetos e atividades que destacam muito pela positiva e nos quais a Câmara Municipal tem desempenhado um papel fundamental de parceria, contam: os já referidos projetos da Equipa de Intervenção para o Sucesso, o Programa Eco-Escolas, a Programa Escola Azul, o Desporto Escolar e o desenvolvimento de atividades náuticas, a Mostra de Teatro, as iniciativas da Biblioteca Municipal (as exposições e a Hora do Conto, por exemplo), a Academia Ubuntu, as iniciativas comemorativas do Natal e do Carnaval.

Possíveis linhas de ação para o futuro

Nesta secção apresenta-se a súmula de todas as sugestões dos atores locais para possíveis ações futuras organizadas de acordo com as dimensões consideradas. Algumas das sugestões foram indicadas de forma direta pelos entrevistados, outras foram deduzidas a partir da análise realizada.

Edifícios, equipamentos da rede educativa

Nesta dimensão, os atores apontam para as seguintes medidas:

1. Requalificar os estabelecimentos escolares com deficiências estruturais e menos graves de forma a garantir as melhores condições de trabalho (em espaços interiores e exteriores), de conforto e de bem-estar para alunos e profissionais escolares;
2. Preparar os estabelecimentos escolares para a transição digital e ambiental (cuidar de questões relativas ao conforto térmico, lumínico e sonoro e, em simultâneo, às questões da sustentabilidade e eficiência energética);
3. Criar espaços de ensino necessários às aprendizagens práticas e inovadoras;
4. Criar espaços de convívio de alunos;
5. Repensar a rede de estabelecimentos escolares pública para fazer face à sobrelotação dos mesmos, em particular nas escolas sede de agrupamento, e à dificuldade em gerir turmas pelo elevado número de alunos;
6. Providenciar o mobiliário, equipamento e material escolar necessário ao bom desenvolvimento das atividades letivas e pedagógicas;

7. Enrobustecer a rede de escolas privadas em particular as que oferecem educação para a Primeira Infância;
8. Manter as parcerias com a autarquia para acesso a equipamentos concelhios por parte das escolas garantindo meios de as distribuir por todas as freguesias do concelho.

Transportes e recursos especializados e educativos

Relativamente aos transportes e recursos, os atores locais propõem:

1. Manter o movimento de resposta da autarquia ao nível dos transportes e de adaptação dos horários dos autocarros aos horários escolares dos alunos para evitar tempos de espera demasiados elevados e ou a saída prematura de aulas;
2. Organizar anualmente a rede de transportes públicos e escolares dos alunos da rede pública e privada no interior do concelho e na ligação aos concelhos limítrofes;
3. Proporcionar uma maior dispersão dos recursos e atividades culturais pelo concelho ou, garantir o acesso mais fácil a esses recursos por parte de todas as escolas (e alunos) públicas e privadas (incluindo as de oferta de primeira infância);
4. Aumentar as respostas de transportes escolares adaptados para públicos específicos;
5. Garantir recursos e equipamentos para o trabalho nas áreas digitais (incluindo infraestruturas que permitam mais equipamentos e acesso à internet), laboratoriais, desportivas e artísticas nas escolas públicas;
6. Reorganizar a oferta de profissionais escolares, nomeadamente de técnicos especializados para trabalho com crianças portadoras de deficiência;
7. Melhorar a gestão dos assistentes operacionais nas escolas públicas considerando as questões das baixas e das limitações de serviço, uma maior equidade entre estabelecimentos escolares e uma maior atratividade das carreiras;
8. Proporcionar um programa de formação profissional aos profissionais escolares (docentes, assistentes operacionais e assistentes técnicos).

Oferta educativa e formativa

Como possíveis ações desta dimensão referiram:

1. Reorganizar a rede de ofertas educativas e formativas para que seja mais diversificada, com menos sobreposições com as escolas mais próximas e mais adequada às necessidades dos empregadores e do mercado de trabalho sobretudo no que respeita aos cursos profissionais;
2. Fomentar uma maior proximidade entre escolas e empresas através de mediação por parte da Câmara Municipal de Sesimbra;
3. Melhorar o processo de orientação vocacional implementado no concelho a partir da aproximação proposta no ponto anterior e envolvendo o Gabinete de Inserção Profissional e o Gabinete de Apoio ao Empresário⁴⁹ da Câmara Municipal de Sesimbra;

⁴⁹ Atualmente, com a designação de Divisão de Empreendedorismo.

4. Maior aposta em áreas de formação chave para o concelho como o turismo e a restauração, as novas tecnologias, assim como áreas mais tradicionais como o mar e as pescas e nas suas componentes mais inovadores e capazes de atrair trabalhadores mais qualificados (como a investigação ligada ao mar e às pescas);
5. Investir na ligação ao Ensino Superior para criar mais linhas de investigação ligadas ao mar e às pescas e para a criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) mobilizando os recursos naturais disponíveis no concelho no processo de melhoria do sistema educativo;
6. Reforçar o investimento na educação de adultos com respostas formais e informais para aumentar a escolarização da população e a qualificação dos trabalhadores das empresas sediadas no concelho, sobretudo com recurso à formação em contexto de trabalho;
7. Criar respostas adequadas para acolher os alunos filhos de imigrantes e suas famílias (opções de Português Língua Não Materna para alunos e de Português Língua de Acolhimento para adultos);
8. Desenvolver sessões de sensibilização contra a violência e consumo de substâncias ilícitas em ambiente escolar.

Desempenho escolar

Relativamente ao desempenho escolar, as principais preocupações dos atores locais apontam para as linhas de ação que se expõem:

1. Criar estratégias específicas para os grupos populacionais mais expostos ao absentismo e abandono escolar;
2. Reforçar o investimento em projetos de promoção do sucesso escolar de âmbito concelhio para a rede pública.

Projetos, atividades e parcerias

No contexto de valorização das parcerias existentes no concelho, os atores locais mencionaram que importa:

1. Melhorar os procedimentos organizativos entre escolas e Câmara Municipal sobretudo na sequência das mudanças advindas do processo de transferência de competências;
2. Fomentar sinergias entre empresas, escolas e comunidade com o principal foco de preparar melhor os jovens e potenciar as suas oportunidades no mercado de trabalho;
3. Fomentar sinergias entre escolas para uma maior partilha de projetos e de recursos e que se foquem no acesso ao património local, incluindo a dinamização do currículo pelas várias disciplinas através da mobilização dos recursos naturais e culturais do concelho de Sesimbra.
4. Criar projetos concelhios no âmbito da promoção de saúde e preventivos do consumo de álcool e de estupefacientes;
5. Criar projetos para Ocupação dos Tempos Livres de crianças e, sobretudo, de jovens;
6. Melhorar os canais de comunicação entre os jovens e a autarquia.

Capítulo 3: Intervenções futuras 2025-2035

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strentghs, Weaknesses, Opportunities and Threats* – que resume e realça os principais pontos positivos, pontos a melhorar, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 2 deste documento. E, depois, expõe-se a visão estratégica da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* sustentada no estudo de diagnóstico realizado com a participação dos vários atores locais.

Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção, resume-se o estudo de diagnóstico realizado sobre o concelho de Sesimbra, para mais facilmente identificar os pontos a melhorar que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, no estudo de diagnóstico.

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

Nesta dimensão identificaram-se vários **pontos positivos**. O concelho de Sesimbra tem um forte cariz identitário ligado aos recursos naturais e marítimos e às atividades piscatórias e turísticas associadas, que podem e devem ser mobilizados na dinamização dos currículos das várias disciplinas para um melhor enquadramento local do sistema educativo concelhio. Geograficamente, Sesimbra integra o eixo Setúbal-Palmela definido no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (AML) como possível espaço promotor de mudança e de desenvolvimento, pela aparente capacidade de atrair e fixar novas atividades e funções de nível superior, de requalificar e valorizar o espaço público, estruturar redes viárias principais, elevar a qualidade dos serviços urbanos e melhorar a qualidade da oferta habitacional; e como Área Dinâmica Periférica contígua, mas autónoma, a Lisboa e Setúbal. O seu território tem vários Espaços Naturais Protegidos com grande potencial de desenvolvimento de atividades de recreio e lazer e turísticas e integra o eixo Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra no eixo urbano Sesimbra/Santana/Lagoa de Albufeira - única mancha integral contínua da AML, parte do Parque Natural da Arrábida, área urbanizada para turismo, recreio e lazer, e o Porto de Sesimbra. Trata-se de um concelho com elevada densidade de alojamentos familiares por km², por comparação ao contexto nacional, embora concentrada na freguesia de Santiago, porém, combinada com dinâmicas urbanísticas mais intensas nas freguesias do Castelo e da Quinta do Conde entre 2016-2021. As redes rodoviárias e de transportes públicos de ligação a concelhos limítrofes pode ser considerada de qualidade, embora internamente sejam insuficientes, ponto que se explica adiante. De notar, porém, que existe um serviço de Transportes Escolares gerido pela Câmara Municipal de Sesimbra para os alunos que residem a mais de 3 km do seu estabelecimento escolar de matrícula, bastante elogiado localmente. Em termos demográficos verificou-se

o aumento da taxa de crescimento total intercensitário desde 1991 nas freguesias de Castelo e Quinta do Conde, embora com forte abrandamento entre 2011 e 2021, muito pela sua capacidade de atração de população pelos motivos acima expostos. Aliás, na freguesia da Quinta do Conde, a taxa de crescimento migratório elevada e a de crescimento natural positiva compensam as taxas de crescimento natural negativas das outras freguesias e explicam a taxa de crescimento total positiva para o concelho de Sesimbra. O concelho tem um tecido empresarial de dimensão considerável no contexto da AML, em termos de número de empresas por km² e por cada 100 habitantes, sobretudo, quando considerada a dimensão territorial mediana no contexto regional. Além disso, caracteriza-se pelo dinamismo e resiliência demonstrada no contexto pandémico e crise económica decorrente, pois apresenta taxas elevadas de natalidade de empresas em comparação com as do país e similares à AML; assim como pela diversidade setorial. A empregabilidade e a estabilidade de emprego imperam, pois mais de 60% da população de trabalhadores por conta de outrem, que representam mais de 90% dos trabalhadores do concelho, têm vínculos contratuais estáveis. Os valores do desemprego acompanham os valores regionais e nacionais, incluindo quanto às taxas de desemprego entre as camadas mais jovens da população que são geralmente mais elevadas, e verifica-se uma aproximação entre os números de desempregados homens e desempregados mulheres. Consequentemente, observa-se que no concelho de Sesimbra as percentagens de beneficiários do subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção são relativamente reduzidas. O dinamismo demográfico explica que existam menores percentagens de pensionistas e de beneficiários da pensão de sobrevivência do que no país e na região e em concordância com uma relação entre jovens e idosos mais equilibrada no concelho de Sesimbra (com exceção da freguesia de Santiago). Na mesma senda, a população ativa aumentou entre 2001 e 2011 e manteve-se estável em 2021, por isso, as taxas de atividade são superiores à nacionais e semelhantes às da AML. De destacar, ainda, a diminuição considerável da taxa de analfabetismo para valores inferiores aos 5%, quer entre homens, quer entre mulheres.

Entre os **pontos negativos**, um dos mais referidos localmente, foi o da rede de transportes públicos deficitária considerando as ligações intraconcelhias, com particular destaque na freguesia da Quinta do Conde, o que, a par de tempos médios de espera/viagem superiores nestes transportes, faz com que os residentes valorizem a mobilidade por transporte privado (automóvel próprio). A que acresce um saldo de movimentos pendulares negativo, ou seja, saem mais pessoas para trabalhar e estudar para outros concelhos do que as que entram em Sesimbra. Demograficamente, há a assinalar os diferentes ritmos de crescimento populacional – de perda na freguesia de Santiago e de crescimento populacional nas outras, sobretudo, na Quinta do Conde onde se encontra mais de 50% da população total do concelho, o que se traduz numa elevada pressão populacional na freguesia em si e sobre o sistema educativo. No total do concelho, a estrutura populacional é envelhecida, pelo maior peso da população adulta (a mais representada) e idosa face ao da população jovem e, sobretudo, jovem adulta; e o índice de envelhecimento é elevado, assim como o índice de dependência total, com particular expressão nas freguesias de Santiago e Castelo que registam maiores proporções de jovens e idosos (87,6% e 58,1%, respetivamente). Por último, há a considerar que as projeções demográficas apontam para uma ligeira diminuição da população escolar em todas as freguesias do concelho entre os 3 e os 9 anos, uma relativa estabilidade entre os 10 e os 17 anos a partir de 2028, e aumento do total de alunos com 18 e 19 anos até 2028, ano a partir do qual se projeta uma diminuição. O tecido empresarial é constituído na totalidade por Pequenas e Médias Empresas, por isso, com menor capacidade de empregabilidade média por empresa em comparação com a AML e o país, mas que não depende de nenhum setor em particular, tal como identificado pela diversidade empresarial já mencionada nos pontos fortes. A população residente é menos escolarizada e a de trabalhadores por conta de outrem menos qualificada em comparação com os cenários regional e nacional, por isso, os ganhos médios mensais são inferiores aos do país e da região da AML, exceto entre os trabalhadores por conta de

outrem menos qualificados (sem escolaridade concluída ou com o 1º ou o 2º ciclo concluídos), o que contribuirá para a fraca adesão às respostas de educação para adultos, e os empregados no setor Indústria, construção, energia e água. Além disso, verifica-se o aumento do fosso entre homens e mulheres em termos de ganhos médios mensais. Por último, registam-se percentagens consideráveis de beneficiários do subsídio por doença e do abono de família, ligeiramente mais elevadas no concelho face à região e país.

Figura 10: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Importa considerar que no contexto exterior ao concelho existem aspetos que podem ser mobilizados a favor de medidas que venham a ser implementadas para colmatar os pontos negativos e/ou incrementar os pontos positivos, assim como outros aspetos que podem ser possíveis perigos. Quanto às **oportunidades** salientam-se o potencial de recente aprendizagem da população acerca do trabalho remoto que poderá ser canalizado para atrair população jovem e qualificada para o concelho fruindo da proximidade a Lisboa e Setúbal e da disponibilidade de várias atividades de lazer no concelho. Os planos estratégicos regionais (como a Estratégia Regional de Lisboa – AML 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento comunitário, que podem servir para o desenvolvimento de estratégias de atração de população e de empresas para a região e de obtenção de uma melhor rede de transportes públicos, sobretudo intraconcelhia, e de comunicações. Por último, realça-se a oportunidade para a promoção de uma efetiva transição ambiental e de valorização do património do concelho e de transição digital.

Como **ameaças** evidenciam-se a possibilidade do agravamento da crise económica ainda como sequência do contexto pandémico e face à manutenção do cenário de guerra na Europa e além, com todas as condicionantes que tal evento acarreta para a população europeia, e que se prevê venham a ter consequências mais graves sobre os territórios e populações mais debilitados. Outra ameaça à concretização dos planos de ação previstos no presente documento estratégico tem a ver com a concorrência prevista no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus. As alterações climáticas surgem como outra ameaça a considerar, sobretudo, pela forte aposta nas atividades marítimas e piscatórias que se encontram entre os setores que mais podem vir a ser prejudicados. Uma última ameaça tem a ver com as consequências decorrentes da não integração das novas vagas de migrantes que, cada vez mais, procuram o território para trabalhar e, também, para viver, e que se caracterizam, muitas delas, por culturas muito diferenciadas em termos de línguas faladas, de cultura, de religião e, inclusive, de vestuário que obrigarão a adaptações dos serviços locais, incluindo os da educação.

Estabelecimentos, população, ofertas e desempenhos escolares

Como **pontos fortes**, relativamente ao edificado destaca-se a dispersão dos estabelecimentos escolares por todo o concelho e, por isso, a maioria dos tempos de viagem casa-escola dos alunos residentes em Sesimbra são adequados (até 20 minutos). Apesar de vários aspetos a resolver em vários espaços e ao nível dos equipamentos e materiais, abaixo referidos, é possível afirmar que a maioria apresenta condições satisfatórias. Na população escolar observa-se um ligeiro aumento do número total de alunos entre 2020/2021 e 2022/2023, por via do aumento de imigrantes. Na caracterização socioeconómica do corpo discente destaca-se que, de uma forma geral, a maioria dos alunos dos cinco agrupamentos de escolas não beneficia de ação social escolar e que as médias de escolaridade dos encarregados de educação rondam os 10 ou 11 anos, o que indicia agregados familiares tendencialmente remediados ou favorecidos; além disso, as novas gerações de encarregados de educação parecem ser mais escolarizadas identificando-se uma tendência para médias de escolaridade inferiores apenas na freguesia da Quinta do Conde. Outro aspeto positivo a realçar é a diversidade cultural do corpo discente decorrente da forte atratividade de núcleos familiares de população estrangeira que permite aumentar as ofertas educativas e cria oportunidades educativas ao nível da área da cidadania, apesar das desvantagens, algumas já referidas na dimensão anterior, da pressão sobre as escolas em termos de número de alunos, da gestão de diferentes culturas no

espaço escolar e das necessidades ao nível de português. Relativamente ao corpo docente, regista-se uma elevada estabilidade. As dimensões totais de alunos e de docentes do concelho de Sesimbra apontam para números médios de crianças/jovens por educador de infância/professor geralmente reduzidos na rede pública o que potencia a implementação de dinâmicas mais personalizadas nas turmas. No campo das ofertas, destaca-se a diversidade do leque de ofertas educativas e formativas e a existência de ofertas ao nível da Educação de Adultos: no Centro Qualifica no AE Michel Giacometti e cursos de Educação e Formação de Adultos nos AE Maria do Carmo Serrote e Sampaio, a par de outras entidades que abarcam o concelho no seu campo de ação, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro de Recursos Educativos e Formação (CREF), o Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FORMAR), Centro de Formação *Eagle Intuition*, EDUGEP – Academia de Formação, por exemplo. Igualmente positivo é o número diversificado de respostas (equipas e serviços) para crianças e jovens com necessidades específicas de educação, embora os representantes desses equipamentos tenham indicado que não estão a conseguir dar resposta a todas as solicitações que lhes chegam e que lutam diariamente com a escassez de recursos. Como parte das ofertas escolares que se cruzam com as dimensões de apoio aos alunos e famílias, assinala-se também a diversidade de apoios socioeducativos disponibilizados pelo Município de Sesimbra: aquisição de material escolar, refeições e alimentação saudável, bolsas de estudo, transportes escolares, vários apoios não convencionais a projetos e parcerias e, ainda, atividades no âmbito do Programa Escola a Tempo Inteiro, os quais apresentavam, no ano letivo de 2022/2023, elevada participação nos cinco agrupamentos, dessa forma, assegurando o acesso de acordo com o posicionamento no escalão de abono de família, a componentes lúdicas, artísticas e desportivas para a quase totalidade das crianças da educação Pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico da rede pública. Globalmente, o desempenho escolar é positivo no Ensino Básico e Secundário, a par ou mesmo acima do esperado, quando considerados os indicadores socioeconómicos médios dos alunos. Na EP Agostinho Roseta e no AE de Sampaio também se observam percentagens reduzidas de alunos que abandonam o sistema educativo entre os que frequentam os cursos profissionais quando comparadas com as médias nacionais.

Os **pontos negativos** assumiram um peso particular nesta dimensão, sobretudo, quanto às condições ao nível do edificado por resolver. Existiam à data, alguns estabelecimentos escolares no concelho de Sesimbra em processo de registo face à transferência de competências, causando alguns entraves à manutenção/reabilitação necessárias; um deles é sede do AE Michel Giacometti, um dos casos mais prementes pelas más condições atuais. Convém referir que, de acordo com os representantes de cada agrupamento de escolas da rede pública, existem vários espaços de trabalho de alunos e de profissionais que foram classificados com mau estado de conservação. Considerando todas as unidades orgânicas, públicas e privadas, também se listaram equipamentos tecnológicos (como computadores, *tablets*, projetores, quadros interativos, por exemplo), desportivos, artísticos, laboratoriais e outros materiais pedagógicos obsoletos ou a precisar de requalificação. Existem igualmente algumas falhas ao nível do conforto térmico e lumínico, da mobilidade/acessibilidade inclusiva, da eficiência energética, das redes elétricas e de saneamento e da rede de internet. Outro aspeto a considerar são as elevadas taxas de ocupação (com muitas situações de sobreocupação) de estabelecimentos escolares localizados em áreas urbanas, resultante do acelerado crescimento demográfico, em particular na freguesia da Quinta do Conde. Alguns destes edifícios necessitam de ser requalificados, com necessidade de aumentar o número de salas, enquanto noutras situações, face à situação existente, é imperativo construir novos estabelecimentos escolares em substituição dos existentes (em más condições e com insuficiente capacidade de resposta). Quanto à população escolar da rede pública encontraram-se como aspetos negativos a diminuição constante no número total de crianças a frequentar a educação Pré-escolar que, a par da falta de resposta identificada no concelho ao nível desta oferta, se torna um assunto ainda mais preocupante. O corpo

docente francamente envelhecido acrescendo percentagens consideráveis de docentes do quadro de zona pedagógica e contratados, o que poderá causar problemas ao nível da sustentabilidade dos projetos atuais e futuros das escolas e do concelho. O grupo de assistentes operacionais e administrativos igualmente envelhecido, o que contribui para aumentar o número de baixas ou regimes de trabalho específicos por doença/idade que, muitas vezes, causa constrangimentos na gestão diária destes profissionais. O número reduzido de técnicos especializados nas escolas. No que respeita às ofertas, no âmbito da primeira infância, a rede de Berçários e Creches tem taxas de ocupação bastante elevadas, sendo que no Ensino Básico as taxas indicam sobrelotação na maior parte das UO da rede pública, suscitando uma grande preocupação no que respeita à capacidade de acolhimento de mais alunos em anos futuros. O problema é particularmente grave no Ensino Secundário onde os dois estabelecimentos escolares mostram sinais evidentes de sobrelotação, particularmente, na freguesia da Quinta do Conde onde, além da pressão demográfica, a escola secundária precisa de intervenção prioritária,⁵⁰ o que torna premente a construção de um estabelecimento para esta oferta que permita resolver ambos os problemas (as más condições e a pressão populacional). O conjunto de ofertas formativas é diversificado, como já se disse, porém, afastado da realidade socioeconómica do concelho, sem tirar partido de um dos seus principais recursos– o mar, e com duplicações de cursos nas áreas do desporto e turismo; além disso, apenas cerca de 26% dos alunos do concelho frequentam o Ensino Profissional, percentagem inferior à meta de 50% determinada em sede da União Europeia. Um último ponto sobre a ausência de cursos de Ensino Artístico. Ao nível do desempenho verifica-se uma certa tendência geral de afastamento dos indicadores às médias nacionais, ou seja, o perigo de perda de vantagem competitiva atual. Outro ponto preocupante é o aumento das percentagens de alunos que não terminam os cursos profissionais no tempo previsto e que abandonam o sistema educativo público.

As **oportunidades** são similares às da dimensão anterior. Os planos estratégicos regionais (como a Estratégia Regional de Lisboa – AML 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento comunitário e que podem servir para implementar estratégias de atração de estudantes, para o desenvolvimento das ofertas educativas e formativas e para a requalificação dos edifícios escolares.

Nas **ameaças** realçam-se a desvalorização do ensino profissional pelos alunos e famílias. A concorrência que o concelho de Sesimbra vai enfrentar no acesso aos financiamentos nacionais e europeus. E, ainda, a possível dificuldade de concretizar os planos de ação futuros na sequência da desadequação entre o financiamento previsto para a área da educação das Câmaras Municipais e as suas novas competências

⁵⁰ Conforme o Acordo Setorial assinado entre Governo e a ANMP, a 21 de julho de 2023, que vem classificar a EB Michel Giacometti com prioridade 1, ou seja, intervenção muito urgente, face a outras escolas do concelho, também mapeadas com prioridade 2, urgente - ES Sampaio, EB Navegador Rodrigues Soromenho, EBI Boa Água, EB Maria do Carmo Serrote -, e prioridade 3, prioritária: EB do Castelo.

Figura 11: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

Ao longo do estudo de diagnóstico identificaram-se vários **pontos positivos** ao nível das dinâmicas promovidas pelos atores locais com o objetivo de promover o sucesso escolar ou que o podem influenciar de alguma forma. A começar pelo elevado dinamismo da Câmara Municipal de Sesimbra na área da educação.

Na diversidade de atividades para a educação Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico no âmbito do programa Escola a Tempo Inteiro. Na implementação ou apoio à implementação de um leque variado de projetos educativos por parte dos agrupamentos de escolas e da Câmara Municipal de Sesimbra (“Geração de Sucesso” e “Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar”, GISC – Grupo de Intervenção em Saúde Comunitária, Mostra de Teatro Escolar, Programa Escola Azul, Erasmus, Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) entre outros. Na existência de projetos para a requalificação e/ou construção de novos estabelecimentos escolares, embora estes não resolvam totalmente o problema premente da freguesia da Quinta do Conde. Nos vários apoios disponibilizados aos alunos e famílias (descritos na dimensão anterior). Igualmente valorizada é a dinamização de estratégias e metodologias diversificadas, respostas individualizadas, áreas de projeto, etc., pelos agrupamentos de escolas, assim como variados projetos que assentam sobre uma rede de parcerias locais e nacionais alargada, que aumenta o número de recursos, de profissionais e de oportunidades educativas. Todo este dinamismo também ajuda a explicar a forte atratividade que as escolas de Sesimbra exercem sobre os concelhos limítrofes. Outro ponto positivo é a valorização dos cursos profissionais pelos empregadores, o que indicia que estes estão disponíveis para serem mais ativos na sua participação no sistema educativo concelhio. Finalmente, realça-se a perceção geral da comunidade de que o concelho é caracterizado por um desempenho escolar bastante positivo o que justifica igualmente, de acordo com os atores auscultados, a atratividade exercida pelas escolas sobre a população imigrante e de outros concelhos.

Entre os **pontos negativos** sublinha-se o desconforto na comunidade escolar (alunos, encarregados de educação e docentes) devido aos estabelecimentos com menos condições, recursos pedagógicos e espaços de lazer de alunos e de profissionais, porém, a maioria concordando que o processo de requalificação (ou de construção de novos edifícios) é particularmente urgente no caso da Escola Secundária Michel Giacometti e que essa deverá ser a prioridade; e, ainda, pela sobrelotação das escolas que, afirmam, aumentam conflitos, consumos ilícitos, etc. Outro aspeto a referir é a desigualdade no acesso a recursos culturais essencialmente localizados na freguesia sede de concelho e especialmente desfavorável aos alunos da Quinta do Conde, apesar do esforço de aproximação desenvolvido pela autarquia, tal como reconhecido pelos atores locais. A falta de formação para adultos ativos empregados, imigrantes (de portugueses), idosos e, nomeadamente, para profissionais escolares é também um assunto preocupante. Para estes últimos identificaram, em particular, ser necessário formação nas áreas digitais e para um trabalho adequado com alunos com deficiência e/ou incapacidades. Os atores locais, em particular os empregadores e as famílias dos alunos, mencionaram que existe um desfasamento entre os conteúdos lecionados nas escolas e o que é necessário em contexto real de trabalho, nomeadamente, no caso dos cursos científico-humanísticos do Ensino Secundário. Assim como um afastamento dos recursos naturais e patrimoniais que são pouco mobilizados pelas escolas na dinamização de conteúdos programáticos. Aditam também que os processos de orientação vocacional são pouco esclarecedores, afastados do tecido empresarial do concelho e da região e incapazes de reverter a desvalorização geral dos cursos profissionais. A diferença entre sede de concelho e as outras freguesias também foi evidenciada nesta dimensão por via da concentração de projetos não

formais e informais disponibilizados pela Câmara Municipal de Sesimbra e outras entidades na freguesia de Santiago. Outros dois tópicos referidos foram a necessidade de reforçar as relações de parcerias entre empresas, escolas e comunidade não apenas no âmbito do Ensino Profissional, mas também para criar mais oportunidades de melhor preparar todos os alunos para o mundo real de trabalho. E a insuficiência de projetos de ocupação dos tempos livres direcionados aos jovens do concelho de Sesimbra.

Figura 12: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

Como **oportunidades** sublinha-se a possibilidade de promover um maior envolvimento de empregadores e entidades do Ensino Superior no sistema educativo do concelho de Sesimbra. E, mais uma vez, os planos estratégicos regionais (como a Estratégia Regional de Lisboa – AML 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento comunitário e que podem servir para desenvolver projetos de promoção do sucesso escolar e de melhoria do sistema educativo concelhio.

Sobre as **ameaças**, mantém-se as questões da desvalorização do ensino profissional pelos alunos e famílias, da concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus e a desadequação do financiamento das Câmaras Municipais no quadro da transferência de competências. Acrescenta-se que a rede de cursos profissionais articulada a nível regional tende a prejudicar o concelho de Sesimbra ao não responder às necessidades do concelho nem às expectativas dos alunos.

Um Concelho, Um Projeto!

Visão

Reconhece-se na Educação um papel da maior importância para o desenvolvimento dos indivíduos e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, responsável e mais preparada para os desafios do futuro, motivo pelo qual tem vindo a ser continuamente mobilizadora das políticas educativas locais.

“Sesimbra Educar em Rede” – Conhecer para intervir! tem subjacente um trabalho de atualização de diagnóstico permanente, de análise prospetiva, de sinergia de recursos e adaptação aos novos desafios através de um trabalho em rede, com base numa gestão estratégica em prol de uma intervenção informada, sustentada e concertada, e para a melhoria dos serviços prestados.

Missão

Assegurar à comunidade uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, visando a promoção do sucesso educativo e a potenciação de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Contribuir para resultados significativos de aprendizagem, para o desenvolvimento sustentável, a coesão social e territorial e para a elevação do grau de satisfação de quem vive, estuda e trabalha no concelho.

Princípios

SESIMBRA – Um Parque Escolar a modernizar-se!

Na sequência das transformações ocorridas no sistema de ensino português e da evolução sociodemográfica da população residente no concelho, a Câmara Municipal de Sesimbra tem conjugado esforços para responder aos desafios que se colocam nos diferentes níveis de ensino e à necessidade de melhoria das condições físicas na rede de equipamentos escolares, visando criar melhores oportunidades e condições de aprendizagem (formal e informal), assim como, proporcionar um ambiente escolar que contribua para níveis mais elevados de motivação e empenho dos alunos, do pessoal docente e não docente, não obstante as particularidades e limitações do parque escolar. As diversas intervenções que têm sido realizadas incorporam os objetivos de política educativa, ao longo dos últimos anos, tais como a expansão da escolaridade obrigatória para o 12.º ano, a diversificação da oferta educativa e a criação de melhores condições tecnológicas no acesso ao conhecimento.

SESIMBRA – Um concelho para todos!

Também a grande heterogeneidade de situações e de pessoas, onde se incluem meios socialmente mais desfavorecidos; uma grande diversidade étnica, que reflete o aumento dos movimentos migratórios; um número crescente de alunos com necessidades específicas de educação, de alunos identificados como em

risco de abandono e/ou insucesso escolar, pertencentes a famílias disfuncionais e/ou com um baixo nível de literacia, entre outros, exige às escolas uma grande capacidade de adaptação que tem sido a base para o desenvolvimento de um conjunto de novos apoios e projetos dinamizados pela autarquia, e que têm como objetivo promover o sucesso escolar e a equidade na educação. Visa-se contribuir para que existam cada vez mais espaços acessíveis e inclusivos, diversificação da oferta educativa, ações de formação, sensibilização e capacitação para diferentes públicos, que necessitam de respostas diferenciadas, e a disponibilização de mais recursos e de melhores condições na escola pública.

SESIMBRA – Uma Rede de Oportunidades!

Considerando a relevância da aprendizagem ativa, flexível e ao longo da vida perante um contexto de transformações a vários níveis, nomeadamente, sociais, tecnológicas e económicas, para além das intervenções na estrutura física das escolas e da dinamização de novos projetos e iniciativas, pretende-se continuar a envidar esforços para elevar o nível de qualificação escolar e profissional da população, através de ofertas educativas e processos de aprendizagem atrativos e adequados às necessidades do mercado de trabalho, no qual têm ocorrido alterações muito significativas, reflexo da evolução científica, tecnológica, económica e social.

Nesta vertente, como em todas as outras, o trabalho colaborativo e em rede é fundamental, e no qual todos os intervenientes são importantes quer no planeamento e concertação de investimentos, quer no estabelecimento de novas parcerias ativas e participativas, sinergia de recursos e na partilha de informação, com um objetivo comum, que é o de proporcionar uma oferta educativa e formativa de qualidade e a coesão social.

SESIMBRA – Escola, Família e Comunidade!

Privilegia-se igualmente uma estreita articulação com as famílias e com a comunidade educativa no geral, cada vez mais alargada e diversificada e a promoção de uma relação direta da escola com diversos locais da comunidade envolvente, fomentando-se o contacto dos alunos e docentes com equipamentos municipais, tais como: o Cineteatro Municipal João Mota, Museu Marítimo, Núcleo Museológico da Moagem de Sampaio, entre outros, através da dinamização de vários projetos e iniciativas que proporcionam às crianças e jovens novas experiências e oportunidades, dando-lhes a possibilidade de conhecerem melhor e explorarem o concelho e de realizarem aprendizagens mais contextualizadas. Do mesmo modo, também nas áreas da Cultura, Ambiente, Desporto, Juventude, Arquivo, Associativismo, Saúde e Ação Social, Turismo e Proteção Civil, são dinamizados projetos e atividades com fins educativos.

SESIMBRA – Um concelho onde todos têm opinião!

No âmbito da promoção da participação cívica, de referir a Assembleia Municipal de Jovens, projeto assumido pela Assembleia Municipal de Sesimbra, e que se tem afirmado no panorama nacional, graças às suas características particulares e inovadoras. Tem como objetivo o desenvolvimento de competências, consideradas essenciais para que as nossas crianças e jovens possam aprofundar o conhecimento e refletir, informada e criticamente, sobre a democracia, defendendo propostas e respeitando regras que se baseiam na igualdade e no respeito pelo outro.

Prioridades, Objetivos, Ações

A *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* enquanto documento orientador da ação para a área da educação, não pode assumir por si só todas as medidas necessárias para promover o desenvolvimento do concelho e mesmo, em concreto, do sistema educativo concelhio. Este será um dos documentos que poderá contribuir para a melhoria e desenvolvimento das escolas, profissionais, alunos e comunidade de Sesimbra, se articulado com outras medidas estratégicas de outras áreas de intervenção da autarquia, nomeadamente as seguintes:

A) Mobilidade e Transportes Escolares

A.1 – Garantir a mobilidade regular entre freguesias e a outros concelhos em articulação com os outros concelhos, em particular os da Península de Setúbal, mas também com os da AML.

A.2 – Atualizar anualmente o plano de transportes escolares para manutenção dos tempos de viagem casa-escola adequados.

B) Habitação

B.1 – Garantir habitação condigna a todos os munícipes.

C) Infraestruturas e Redes

C.1 – Garantir sinal de internet suficientemente forte para possibilitar o trabalho em todos os espaços das unidades orgânicas.

D) Emprego

D.1 – Investir em medidas de atração de empresas/outras entidades de trabalho qualificado para o território.

E) Cultura, Desporto e Juventude

E.1 – Investir na distribuição das atividades e dos programas da Câmara Municipal pelas diversas freguesias/escolas (ou em formas de garantir o acesso dessas populações às mesmas).

E.2 – Garantir que todos os munícipes têm acesso às atividades e aos programas da Câmara Municipal, beneficiando principalmente os grupos mais desfavorecidos.

A partir das prioridades de melhoria identificadas através do estudo de diagnóstico exposto no Capítulo 2 e resumido na primeira secção do presente Capítulo 3, constituíram-se um conjunto de 19 Objetivos Estratégicos (OE) para desencadear processos de mudança visando atingir os resultados e impactos esperados.

Os 19 OE foram organizados em 4 Eixos Estratégicos: Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos; Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas; Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar; Eixo 4 – Sesimbra Educar em Rede – Conhecer para intervir.

Nesta secção, descrevem-se as teorias que sustentam cada um desses Eixos – desde os problemas prioritários identificados, aos OE, aos processos de mudança e aos resultados e impactos esperados.

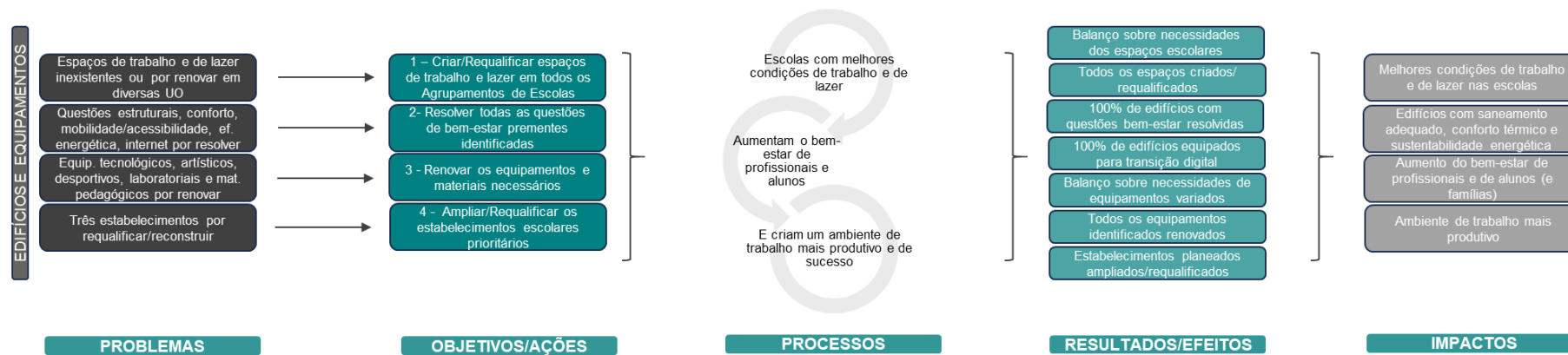
Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos

Na sequência do estudo de diagnóstico identificaram-se como problemas prioritários nos edifícios escolares a ausência ou necessidade de requalificar vários espaços de trabalho e de lazer de alunos e de profissionais escolares nas diversas unidades orgânicas da rede pública; alguns problemas estruturais, nomeadamente, no que respeita ao conforto, à mobilidade/acessibilidade, à eficiência energética e ao acesso à internet; uns quantos equipamentos tecnológicos, artísticos, desportivos, laboratoriais e materiais pedagógicos a precisar de renovação; e, por último, a urgência em construir ou requalificar alguns estabelecimentos escolares que se encontravam durante o período de elaboração do estudo em mau estado de conservação. Face a esses problemas, inscreveram-se no Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos os quatro OE indicados na figura 13:

- OE 1 – Criar/Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas.
- OE 2 - Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares.
- OE 3 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes.
- OE 4 – Ampliar/Requalificar os estabelecimentos escolares definidos como prioritários.

O racional teórico parte do pressuposto de que escolas com melhores condições de trabalho e de lazer para os seus alunos e profissionais aumentam o bem-estar de todos, por extensão às famílias dos alunos, o que, consequentemente, cria ambientes de trabalho mais produtivos e potenciadores de maior sucesso. Espera-se que estes processos levem à obtenção de vários resultados e impactos descritos pormenorizadamente na figura 13.

Figura 13: Esquema teórico do Eixo 1



Fonte: construção própria.

Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas

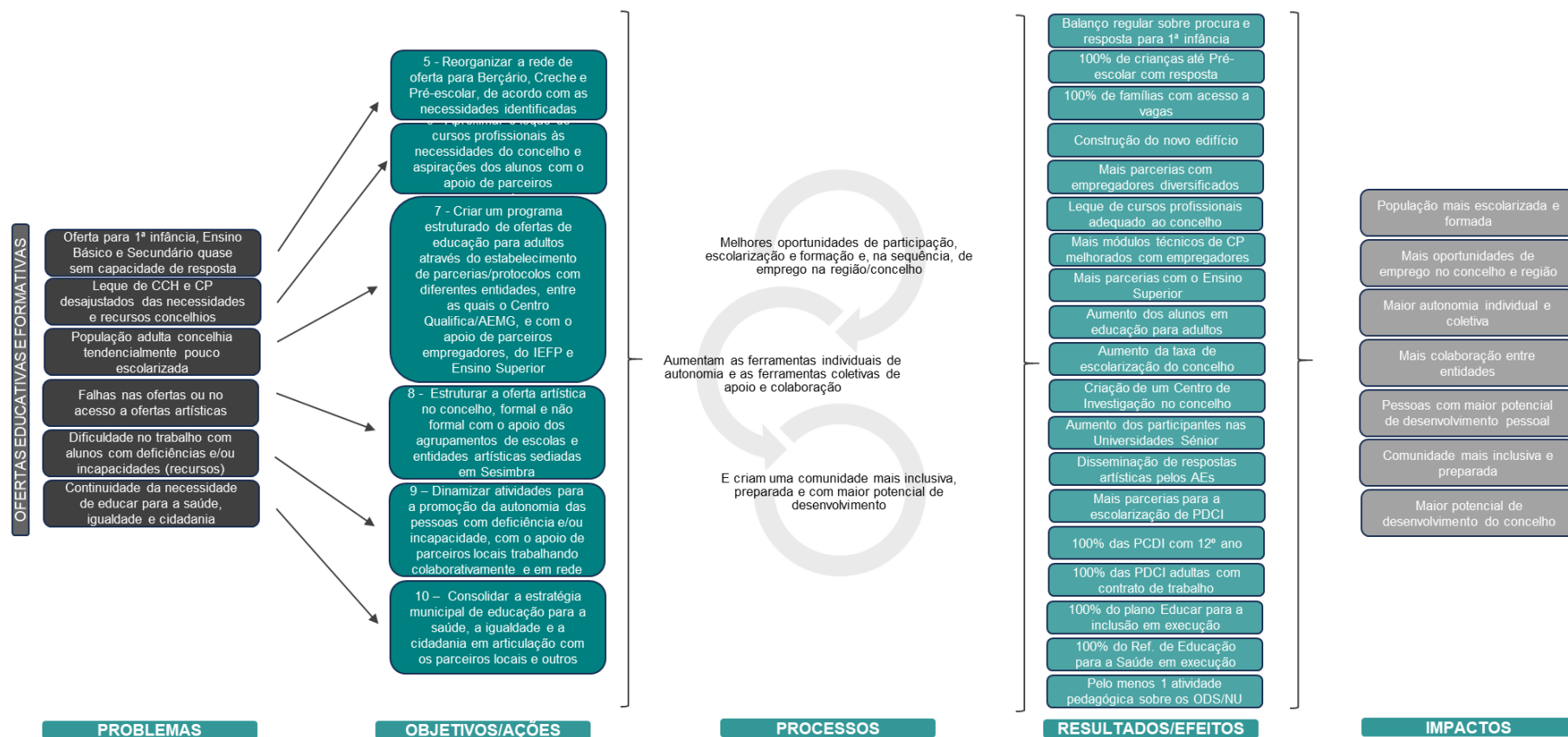
Entre as ofertas educativas e formativas, os principais problemas prendem-se com a insuficiência (ou perto da mesma) das respostas para primeira infância (sobretudo Berçário e Creche); o desajustamento do leque de cursos (e/ou dos seus conteúdos) de Ensino Secundário relativamente às necessidades do concelho e aos recursos naturais e culturais que oferece; uma população concelhia que, em média, se apresenta como pouco escolarizada; algumas falhas ao nível das ofertas artísticas para todas as idades ou no acesso equitativo às mesmas pela população das diferentes freguesias; dificuldades em termos de recursos no trabalho com alunos com necessidades específicas de educação; e a permanência da necessidade de educar para a saúde, igualdade e cidadania. Dessa forma, o Eixo 2 – Ofertas Educativas e Formativas integrará seis OE:

- OE 5 – Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas.
- OE 6 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores.
- OE 7 – Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, o CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IIEFP e Ensino Superior.
- OE 8 - Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra.
- OE 9 – Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede.
- OE 10 - Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros.

Ao trabalhar este eixo parte-se do pressuposto de que criar e/ou melhorar as oportunidades de participação, escolarização e de formação e, conseqüentemente, de emprego no concelho e na região, por um lado; e o aumento das ferramentas individuais de autonomia e das ferramentas coletivas de apoio e colaboração, por outro; dão origem a uma comunidade mais inclusiva, mais bem preparada e com maior potencial de desenvolvimento.

Este conjunto de processos de mudanças irão, por sua vez, produzir um conjunto esperado de resultados e de impactos no sistema educativo concelhio (descritos na figura 14).

Figura 14: Esquema teórico do Eixo 2



Fonte: construção própria.

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

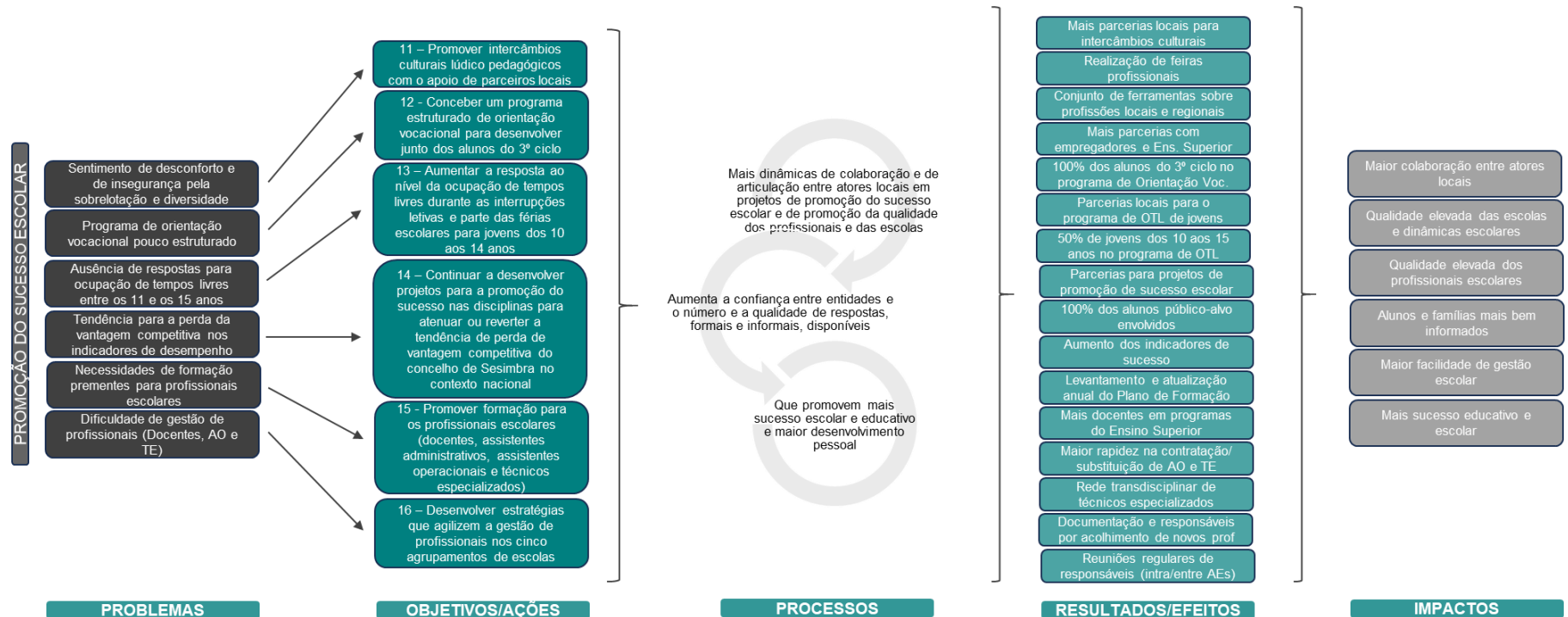
Neste Eixo agruparam-se um conjunto de problemas que colocam em causa dinâmicas potenciadoras de sucesso escolar, nomeadamente, o sentimento de desconforto e de insegurança vivido em alguns estabelecimentos escolares na sequência da sobrelotação e diversidade de alunos; a dinamização de um programa de orientação vocacional pouco estruturado e pouco articulado com a realidade do concelho e da região; a necessidade de aumentar a resposta para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens dos 10 aos 14 anos; a tendência geral do concelho para a diminuição gradual da vantagem competitiva relativamente aos indicadores de desempenho escolar; o conjunto de necessidades de formação entre os vários grupos de profissionais escolares; e, por último, a necessidade de agilizar a gestão dos profissionais, sobretudo, ao nível dos assistentes operacionais e dos técnicos especializados. Tal como nos outros Eixos, procura-se, com os OE, criar dinâmicas de mudança que resolvam os problemas identificados:

- OE 11 – Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais.
- OE 12 – Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo.
- OE 13 – Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos.
- OE 14 – Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional.
- OE 15 – Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).
- OE 16 – Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas.

Com estes OE pretende-se promover mais dinâmicas de colaboração e de articulação entre atores locais em projetos de promoção do sucesso escolar e de promoção da qualidade dos profissionais e das escolas; dinâmicas que aumentem a confiança entre entidades e o número e a qualidade de respostas educativas e formativas, formais e informais, disponíveis às crianças e jovens do concelho; respostas que, por sua vez, sejam pensadas de forma a promover mais sucesso educativo e formativo e maior desenvolvimento pessoal.

Na figura 15 descrevem-se pormenorizadamente todos os resultados e impactos que se esperam atingir com as ações a desenvolver no âmbito deste Eixo.

Figura 15: Esquema teórico do Eixo 3



Fonte: construção própria.

Eixo 4 – Sesimbra Educar em Rede – Conhecer para intervir!

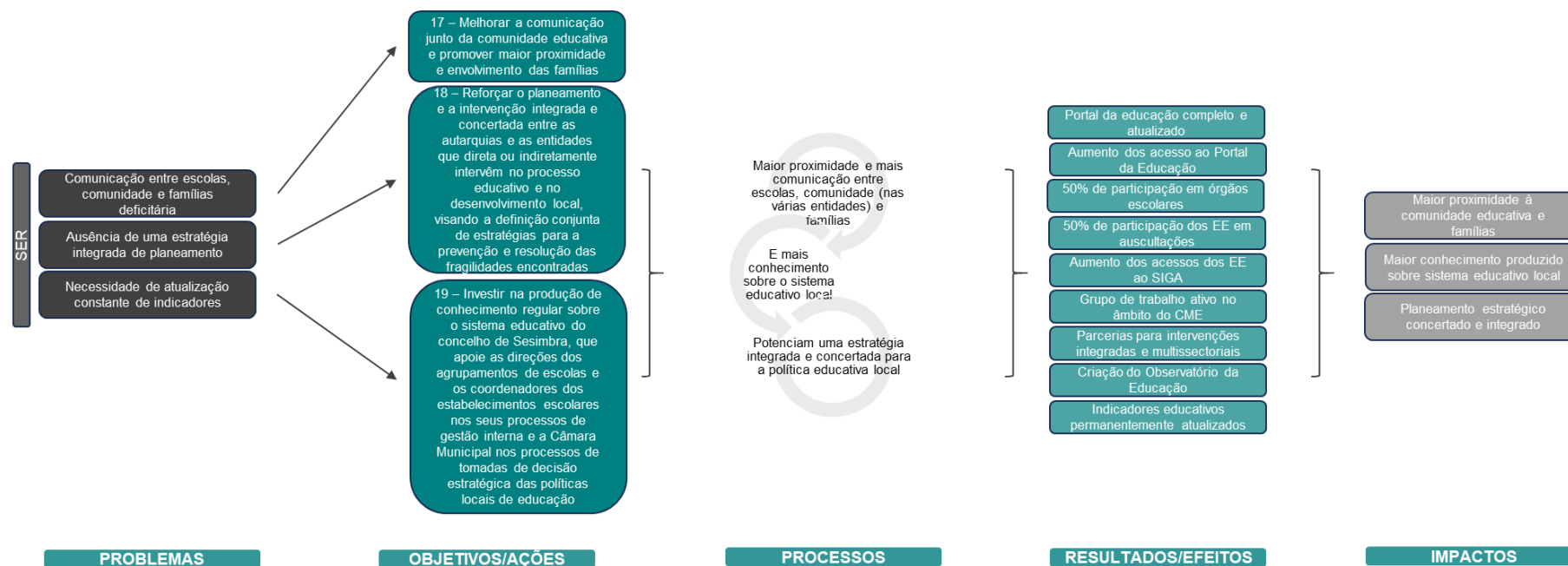
Sendo imperativo responder aos desafios do concelho na área da educação de forma integrada e concertada, ou seja, com a colaboração de todos, a melhoria de um sistema de comunicação entre as escolas da rede pública e privada, a comunidade, em geral, e as famílias dos alunos, em particular, é um dos principais desafios, inclusive para a boa concretização da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*. De salientar a constante necessidade de atualização de indicadores variados sobre o sistema educativo concelhio para a definição de políticas educativas municipais totalmente adequadas. Para isso, definiram-se três OE:

- OE 17 – Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias.
- OE 18 – Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas.
- OE 19 – Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho de Sesimbra, que apoie as direções dos agrupamentos de escolas e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação.

O racional remete para que uma maior proximidade e mais comunicação entre escolas, comunidade (nas várias entidades que direta ou indiretamente desenvolvem ações para educação no concelho) e famílias dos alunos, assim como, um maior conhecimento sobre o sistema educativo municipal, potenciem uma estratégia integrada e concertada para a política educativa local.

Novamente, espera-se que os processos de mudança potenciados pelas ações a serem desenvolvidas neste Eixo levem a um conjunto de resultados e impactos descritos na figura 16.

Figura 16: Esquema teórico do Eixo 4



Fonte: construção própria.

Intervenções futuras – 2025-2035

Os resultados do diagnóstico possibilitaram a identificação dos principais pontos fortes e fracos do sistema educativo concelhio de Sesimbra, sistematizados no início do presente Capítulo 3, e consequentemente, da lista das prioridades de melhoria. Estas foram posteriormente transformadas em objetivos estratégicos, primeiro os propostos pela equipa que apoiou na elaboração do documento, o CIES-Iscte, e validados pelo Município e depois debatidos em Conselho Municipal da Educação. Os objetivos estratégicos traduzem-se em intervenções a desenvolver até ao ano de 2035.

As intervenções previstas para o decénio 2025/2035 encontram-se organizadas em quatro Eixos estratégicos. Cada Eixo inclui vários objetivos estratégicos, as ações a implementar e o respetivo sistema de monitorização. De forma a garantir que as ações gerais planeadas nesta fase, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas posteriormente, sejam desenvolvidas da forma prevista, e que a implementação das ações é acompanhada pela aferição regular dos resultados, sejam resultados esperados ou não esperados, positivos ou negativos, diretos ou indiretos, imediatos ou não, o esquema de monitorização para cada um dos eixos (tabelas apresentadas nas páginas seguintes) é fundamental.

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “«trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11).⁵¹

Os objetivos estratégicos identificados em cada Eixo estratégico podem e devem ser dinamizados sempre que possível em conjunto com as várias entidades e atores concelhios e mesmo com os dos outros concelhos da região, de forma a potenciar os recursos disponíveis nestes territórios (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes).

Pretende-se que a *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* seja um instrumento orientador da ação local para a educação e não um documento estático. Por isso, adiciona-se a cada um dos Objetivos Estratégicos, as ações gerais possíveis de serem previstas nesta fase de planeamento (que devem posteriormente ser mais bem detalhadas e calendarizadas por quem ficar responsável por cada uma), metas finais a atingir em 2035, indicadores para avaliação do cumprimento dos objetivos, possíveis responsáveis pela implementação e monitorização e uma primeira resenha de calendarização de um plano de trabalho. Trata-se, por isso, de uma proposta de implementação e monitorização/avaliação de ações de incentivo à ação local que permita ajustamentos e adaptações ao plano sempre que necessário. As monitorizações devem acontecer a cada dois anos civis e sempre referentes aos dois anos letivos imediatamente anteriores. No final de 2035, termina-se o processo com a avaliação final acumulando o conhecimento produzido ao longo da década nos vários momentos de monitorização.

⁵¹ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Na execução dos OE importa considerar as articulações aos documentos estratégicos concelhios, regionais e nacionais, expostos na última secção deste Capítulo 3, como forma de procurar sinergias e possíveis linhas de financiamento dentro do concelho, da região e com outros territórios do país e europeus.

Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos

O primeiro Eixo inclui 4 Objetivos estratégicos (OE) relativos às intervenções a realizar nos Estabelecimentos Escolares (EE) nos próximos 10 anos para garantir boas condições de estudo e de trabalho, a equidade dos espaços e equipamentos, a modernização das escolas no que respeita ao bem-estar, à sustentabilidade ambiental, à abertura à comunidade, à mobilização de pedagogias inovadoras e ativas e das tecnologias na dinamização dos currículos. No [Anexo 1](#), encontram-se expostas as intervenções (ampliação/requalificação, construção de raiz ou grande remodelação), já planeadas e/ou a considerar ao longo dos próximos 10 anos. Refira-se, ainda, que no âmbito do Plano Diretor Municipal de Sesimbra - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal, estão reservadas várias zonas que poderão vir a ser afetadas a equipamentos de educação e ensino.

Os OE e as respetivas medidas são:

OE 1 – Criar/Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas.

1.1 – Fazer um levantamento das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis: 1 (ausência de espaços ou espaços em más condições, a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (espaços com uso prolongado ainda utilizáveis, a ser resolvido com prioridade 2) – 3 (espaços em estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolvido com prioridade 3).

1.2 – Criar/requalificar consoante levantamento anterior.

OE 2 - Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares.

2.2 – Investir na resolução de questões como o conforto térmico e a sustentabilidade energética dos estabelecimentos escolares.

2.3 – Garantir que os estabelecimentos escolares ficam equipados com todas as infraestruturas necessárias para uma efetiva transição digital.

OE 3 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes.

3.1 – Fazer um levantamento das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis: 1 (equipamento em estado degradado a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (equipamento em uso prolongado ainda utilizável, a ser resolvido com prioridade 2) – 3 (estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolvido com prioridade 3).

3.2. Renovar consoante levantamento anterior e necessidades emergentes.

OE 4 – Ampliar/Requalificar **os estabelecimentos escolares definidos como prioritários**.

4.1 – Realizar procedimentos necessários para esse efeito (articulação com as obras públicas e o ordenamento de território, atribuir/procurar financiamento).

4.2 – Envolver os profissionais escolares no desenho dos novos estabelecimentos escolares.

4.3 – Proceder às obras definidas.

Tabela 94: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1 (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 1 – Criar/ Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas	1.1 - Fazer um levantamento das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis ⁵²						Levantamento dos espaços de trabalho e de lazer realizado nos 5 AE	Levantamentos por AE / N.º total de AE	Câmara Municipal (CM), Agrupamentos de Escolas (AEs), Juntas de freguesia (JF)
	1.2 – Criar/ Requalificar consoante levantamento anterior						N.º de espaços identificados como prioritários/ N.º de espaços criados ou requalificados	N.º de espaços criados ou requalificados / N.º total de espaços previstos no levantamento	CM, AEs, JF e outros parceiros locais
OE 2 - Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/ acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares (EE)	2.2 – Investir na resolução de questões como, o conforto térmico e a sustentabilidade energética dos estabelecimentos escolares						60% de EE com questões resolvidas	N.º de EE com questões resolvidas / N.º total de EE	CM, AEs, parceiros locais
	2.3 – Garantir que os estabelecimentos escolares fiquem equipados com todas as infraestruturas necessárias para uma efetiva transição digital						60% de EE equipados para transição digital	N.º de EE equipados para transição digital / N.º total de EE	CM, AEs, parceiros locais
OE 3 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	3.1 – Fazer um levantamento das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis ⁵³						Levantamento realizado nos 5 AE	Levantamentos por AE / N.º total de AE	CM, AEs
	3.2. Renovar consoante levantamento anterior e necessidades prementes						Renovar pelo menos 50% dos equipamentos face às prioridades identificadas	N.º de equipamentos renovados / N.º total de equipamentos previstos no levantamento	CM, AEs, parceiros locais

⁵² Sistema de codificação sobre espaços: 1 (ausência de espaços ou espaços em más condições, a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (espaços com uso prolongado ainda utilizáveis, a ser resolvido com prioridade 2) – 3 (espaços em estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolvido com prioridade 3).

⁵³ Sistema de codificação sobre equipamentos: 1 (equipamento em estado degradado a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (equipamento em uso prolongado ainda utilizável, a ser resolvido com prioridade 2) – 3 (estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolvido com prioridade 3).

Tabela 95: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1 (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 4 – Ampliar/Requalificar os estabelecimentos escolares definidos como prioritários	4.1 – Realizar procedimentos necessários para esse efeito (articulação com as obras públicas e o ordenamento de território, atribuir/procurar financiamento)						Procedimentos concluídos	Início das obras prioritárias	CM, outros parceiros
	4.2 – Envolver os profissionais escolares no desenho dos novos estabelecimentos escolares						Realizar sessões de trabalho nos 5 AE	N.º de elementos envolvidos em cada AE N.º de sessões de trabalho	CM, AEs
	4.3 – Proceder às obras definidas						N.º de estabelecimentos escolares requalificados, ampliados ou construídos	N.º de estabelecimentos escolares requalificados, ampliados ou construídos / N.º de estabelecimentos com necessidade de intervenção	CM, outros parceiros

Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas

Neste Eixo encontram-se todos os Objetivos Estratégicos (OE) a concretizar na área das ofertas educativas e formativas do concelho de Sesimbra desde a educação Pré-escolar ao Ensino Superior, incluindo a educação inclusiva e a educação para adultos, bem como, as ofertas formais e informais.

A lista inclui seis OE e respetivas medidas:

OE 5 – Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche⁵⁴ e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas.

5.1 – Fazer o balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho para Berçário, Creche e Pré-escolar (analisar listas de espera, taxas de nascimento, capacidade máxima de cada entidade).

5.2 – Procurar soluções de alargamento de espaços para acolher a totalidade das crianças dos 0 aos 5 anos (cedência de espaços em edifícios municipais vagos, parcerias com entidades locais que tenham edifícios e/ou espaços vagos, obras de alargamento de edifícios ou outras soluções).

5.3 – Implementar medidas para que as famílias de todas as freguesias do concelho tenham acesso a estas respostas.

5.4 – Manter a prática de balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho para o Berçário, Creche e Pré-escolar.

OE 6 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores.

6.1 – Promover parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso e/ou identitárias no concelho de Sesimbra para identificar quais as necessidades em termos de profissionais.

6.2 – Desenvolver esforços para aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho nas reuniões de articulação com apoio dos empregadores e outros parceiros institucionais.

6.3 - Promover encontros anuais entre empregadores e docentes para melhoria e atualização dos conteúdos programáticos dos módulos técnicos dos cursos profissionais e dos cursos científico-humanísticos.

6.4 – Articular com OE 12 (orientação vocacional).

⁵⁴ Em articulação com o Plano de Desenvolvimento Social.

OE 7 – Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, o CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IIEFP e Ensino Superior.

7.1 – Promover parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Sesimbra para identificar quais as necessidades em termos de profissionais.

7.2 – Promover a articulação com o IIEFP e entre este e o Ensino Secundário do concelho para definir o leque de ofertas a desenvolver considerando os recursos concelhios e do IIEFP tendo em conta as necessidades dos empregadores.

7.3 – Promover parcerias com entidades do Ensino Superior para fomentar a criação de um Polo Universitário no concelho.

7.4 – Criar medidas de incentivo para que a população do concelho, em particular a menos escolarizada, adira às ofertas para adultos.

7.5 - Promover parcerias com entidades do Ensino Superior para a constituição de um centro de investigação nas áreas associadas ao mar e ao património natural (biologia marítima, geologia, florestas, etc.).

7.6. Investir no programa da Universidade Sénior de Rotary de Sesimbra e da Universidade Sénior da Quinta do Conde “O Sonho não tem Idade” para melhoria das ofertas e disseminação pelo concelho.

OE 8 - Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra.

8.1 – Fazer um levantamento das ofertas artísticas existentes desde a educação Pré-escolar ao Ensino Secundário.

8.2 – Expandir a todos os agrupamentos de escolas as boas práticas instaladas no concelho.

OE 9 – Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede.

9.1 – Investir em parcerias entre escolas, IIEFP e entidades especializadas para assegurar o término da escolaridade obrigatória.

9.2 – Desenvolver um trabalho em rede e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto de acompanhamento a jovens e adultos após a saída da escola que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação ao longo da vida, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social – e que inclua representantes dos beneficiários.

9.3 – Potenciar o trabalho de “Educar para a Inclusão” promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, oferecendo suporte e adaptações para que todas as crianças e jovens possam aprender e desenvolver-se plenamente.

OE 10 - Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros.

10.1 – Potenciar o investimento nas atividades inscritas no Referencial de Educação para a Saúde.

10.2 – Dinamizar atividades escolares sobre o documento “Educação para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” elaborado pela Organização das Nações Unidas.

10.3 – Dar continuidade à realização de projetos, tais como: “Mostra de Teatro Escolar”, “Dia da Escola Azul”, no âmbito do Programa Escola Azul, “Receção à Comunidade Educativa”, “Dia das Cidades Educadoras”, no âmbito da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, “Natal é onde as escolas quiserem”, GISC e Carnaval.

10.4 – Informar a comunidade educativa sobre o serviço de refeições escolares:

10.4.1 - Informar a comunidade educativa (encarregados de educação/famílias/escola) sobre os procedimentos de confeção das refeições (controlo higiosanitário) e critérios nutricionais estabelecidos pela Direção-Geral da Saúde e Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

10.4.2 - Implementar ações de formação de controlo higiosanitário (Sistema HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Point*) para as colaboradoras das cozinhas de gestão direta (EB Navegador Rodrigues Soromenho e ES de Sampaio);

10.4.3 - Aumentar os meios de divulgação (site da autarquia, Portal SER Educação, site dos agrupamentos escolares, site das juntas de freguesia, redes sociais) sobre a oferta da refeição vegetariana como opção de escolha no momento da marcação das refeições;

10.4.4 - Divulgar junto da comunidade educativa as ações de melhoria realizadas nas cozinhas e refeitórios (obras e aquisição de novos equipamentos);

10.4.5 - Divulgar ações de melhoria realizadas no âmbito da oferta alimentar – Reforço Alimentar (distribuição de bolachas e frutos secos) e Regime Escolar (distribuição de frutas, produtos hortícolas e leite), visando aprofundar o conhecimento dos encarregados de educação sobre a modificação da oferta alimentar em contexto escolar, que tem sido uma das áreas prioritárias de intervenção no contexto da promoção de uma alimentação saudável.

Tabela 96: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 5 – Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche ⁵⁵ e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas	5.1 – Fazer o balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho para Berçário, Creche e Pré-escolar (analisar listas de espera, taxas de nascimento, capacidade máxima de cada entidade)						Balanço sobre procura e capacidade de resposta	Resultados do balanço realizado	CM, Rede Pública e Privada
	5.2 – Procurar soluções de alargamento de espaços para acolher a totalidade das crianças dos 0 aos 5 anos (cedência de espaços em edifícios municipais vagos, parcerias com entidades locais que tenham edifícios e/ou espaços vagos, obras de alargamento de edifícios ou outras soluções)						100% de crianças com resposta no concelho	N.º de crianças dos 0 os 5 anos com vaga no concelho / N.º total de crianças dos 0 aos 5 anos	CM, Rede Pública e Privada, outros parceiros
	5.3 – Implementar medidas para que as famílias de todas as freguesias do concelho tenham acesso a estas respostas						100% de famílias com acesso a vagas	N.º de famílias com acesso a vagas / N.º total de famílias com crianças dos 0 aos 5 anos	CM, Rede Pública e Privada, outros parceiros
	5.4 – Manter a prática de balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho para Berçário, Creche e Pré-escolar						Balanços a cada dois anos (relação entre residentes/oferta)	N.º total de crianças residentes no concelho (idade de frequência); Capacidade de oferta	CM, Rede Pública e Privada, outros parceiros
OE 6 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	6.1 – Promover parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso e/ou identitárias no concelho de Sesimbra para identificar quais as necessidades em termos de profissionais						Parcerias firmadas	N.º e diversidade de empregadores parceiros	CM, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Empresários, outros parceiros
	6.2 – Desenvolver esforços para aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho nas reuniões de articulação com apoio dos empregadores e outros parceiros institucionais						Leque de cursos profissionais mais adequado	N.º de cursos profissionais adequados N.º de alunos que os frequentam	CM, AEs, Escola Profissional (EP), IEFP, Empresários, outros parceiros
	6.3 - Promover encontros anuais entre empregadores e docentes para melhoria e atualização dos conteúdos programáticos dos módulos técnicos dos cursos profissionais e dos cursos científico-humanísticos						Realização de encontros anuais	N.º de encontros anuais e temáticas abordadas N.º de participantes	CM, AEs, Escola Profissional (EP), IEFP, Empresários, outros parceiros
	6.4 – Articular com OE 12 (orientação vocacional)						Articulação de medidas entre OE 6 e OE 12	N.º de atividades articuladas	CM, AEs, Escola Profissional (EP), IEFP, Empresários, outros parceiros

⁵⁵ Em articulação com o Plano de Desenvolvimento Social.

Tabela 97: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 7 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, o CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	7.1 - Promover parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Sesimbra para identificar quais as necessidades em termos de profissionais						Parcerias firmadas	N.º e diversidade de empregadores/parceiros	CM, IEFP, Empresários
	7.2 - Promover a articulação com o IEFP e entre este e o Ensino Secundário do concelho para definir o leque de ofertas a desenvolver considerando os recursos concelhios e do IEFP tendo em conta as necessidades dos empregadores						Leque de ofertas articulado com recursos concelhios e necessidades dos empregados	N.º e tipo de cursos N.º de formandos por curso	CM, Centro Qualifica, CREF, AEs, EP, IEFP
	7.3 - Promover parcerias com entidades do Ensino Superior para fomentar a criação de um Polo Universitário no concelho						- Polo Universitário criado ou em processo de criação	Existência de um Polo Universitário (ou de um processo de criação)	CM, entidades do Ensino Superior, outros parceiros
	7.4 - Criar medidas de incentivo para que a população do concelho, em particular a menos escolarizada, adira às ofertas para adultos						- Medidas criadas - Aumento da taxa de escolarização da população adulta	Evolução do n.º de formandos menos escolarizados Taxa de escolarização do concelho	CM, Centro Qualifica, CREF, IEFP, outros parceiros
	7.5 - Promover parcerias com entidades do Ensino Superior para a constituição de um centro de investigação nas áreas associadas ao mar e ao património natural (biologia marítima, geologia, florestas, etc.)						- Parceria firmada - Centro de investigação criado ou em processo de criação	Existência de um Centro de investigação (ou de um processo de criação)	CM, outros parceiros
	7.6. Investir no programa da Universidade Sénior de Rotary de Sesimbra e da Universidade Sénior da Quinta do Conde "O Sonho não tem Idade" para melhoria das ofertas e disseminação pelo concelho						Aumento do número de participantes em todas as freguesias	N.º de atividades desenvolvidas N.º de participantes por atividade	CM, Universidades Sénior
OE 8 - Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra	8.1 - Fazer um levantamento das ofertas artísticas existentes desde a educação Pré-escolar ao Ensino Secundário						Levantamento das ofertas artísticas em todos os níveis de ensino	N.º e diversidade de ofertas artísticas por estabelecimento de ensino/tipologia de ensino	CM, Rede pública e privada
	8.2 - Expandir a todos os agrupamentos de escolas as boas práticas instaladas no concelho						Pelo menos um projeto de oferta artística em cada um dos AE	N.º de projetos de oferta artística por AE N.º de alunos participantes em cada projeto/ciclo ou nível de ensino/estabelecimento escolar	CM, AEs, outros parceiros

Tabela 98: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 3)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 9 – Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede	9.1 – Investir em parcerias entre escolas, IEFP e entidades especializadas para assegurar o término da escolaridade obrigatória						Parcerias firmadas	N.º e diversidade de parceiros N.º de alunos inscritos N.º de alunos a frequentar o Ensino Secundário N.º de alunos com ensino secundário concluído	CM, IEFP, Cercizimbra, outros parceiros
	9.2 – Desenvolver um trabalho em rede e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto de acompanhamento a jovens e adultos após a saída da escola, que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação ao longo da vida, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social – e que inclua representantes dos beneficiários						- Manter trabalho em rede com equipas multidisciplinares e interinstitucionais	N.º e diversidade de entidades no trabalho em rede N.º de PCDI com 12.º ano ou PI / N.º total de PCDI total N.º de PCDI adultas com contrato de trabalho / N.º total de PCDI adultas N.º de PCDI adultos com outros percursos/sem resposta	CM, AEs, EP, IEFP, Empresários, Cercizimbra, outros parceiros
	9.3 - Potenciar o trabalho de “Educar para a Inclusão” promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, oferecendo suporte e adaptações para que todas as crianças e jovens possam aprender e desenvolver-se plenamente						70% das atividades do trabalho “Educar para a Inclusão” executadas ou em execução	N.º de atividades executadas ou em execução / N.º total de atividades previstas no âmbito de “Educar para a Inclusão”	CM, rede pública e privada, Cercizimbra, outros parceiros

Tabela 99: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 4)

OE	Medidas		Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
			2027	2029	2031	2033	2035			
OE 10 - Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros	10.1 – Potenciar o investimento nas atividades inscritas no Referencial de Educação para a Saúde							80% das atividades do Referencial de Educação para a Saúde executadas ou em execução	N.º de atividades executadas ou em execução N.º total de atividades previstas no Referencial de Educação para a Saúde	CM, rede pública e privada, entidades de saúde, outros parceiros
	10.2 – Dinamizar atividades escolares sobre o documento “Educação para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” elaborado pela ONU							Pelo menos uma atividade pedagógica por turma sobre o documento da ONU	N.º de atividades pedagógicas sobre o documento da ONU por turma por ano letivo	Rede pública e privada, outros parceiros
	10.3 - Dar continuidade à realização de projetos, tais como: “Mostra de Teatro Escolar”, “Dia da Escola Azul”, no âmbito do Programa Escola Azul, “Receção a Comunidade Educativa”, “Dia das Cidades Educadoras”, no âmbito da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, “Natal é onde as escolas quiserem”, GISC e Carnaval							Manter estes projetos ativos e/ou outros similares com números de participantes elevados	N.º de projetos ativos N.º de alunos envolvidos no âmbito dos respetivos públicos-alvo	CM, rede pública e privada, outros parceiros
	10.4 - Informar a comunidade educativa sobre o serviço de refeições escolares	10.4.1 - Informar a comunidade educativa (encarregados de educação/famílias/escola) sobre os procedimentos de confeção das refeições (controlo higiosanitário) e critérios nutricionais estabelecidos pela Direção-Geral da Saúde e Direção-Geral dos Estabelecimentos escolares						Melhorar os canais de comunicação já existentes com a comunidade educativa e criar novos formatos	N.º e tipo de ações de informação/sensibilização N.º de reclamações	CM, AEs, Associações de pais (AP), representantes de pais e EE (RPEE), empresas concessionadas
		10.4.2 - Implementar ações de formação de controlo higiosanitário (<i>Sistema HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point</i>) para as colaboradoras das cozinhas de gestão direta (EB Navegador Rodrigues Soromenho e ES de Sampaio)						Realizar ações de formação em todas as UO para todas as colaboradoras das cozinhas de gestão direta	N.º de ações por UO N.º de colaboradoras das cozinhas de gestão direta certificadas N.º total de colaboradoras das cozinhas de gestão direta	CM, AEs

Tabela 100: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2 (parte 5)

OE	Medidas		Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
			2027	2029	2031	2033	2035			
OE 10 - Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros	10.4 - Informar a comunidade educativa sobre o serviço de refeições escolares	10.4.3 - Aumentar os meios de divulgação (site da autarquia, Portal SER Educação, site dos agrupamentos escolares, site das juntas de freguesia, redes sociais) sobre a oferta da refeição vegetariana como opção de escolha no momento da marcação das refeições						Maior visibilidade da refeição vegetariana	N.º de notícias e diversidade de meios	CM, AEs, JF, AP
		10.4.4 - Divulgar junto da comunidade educativa as ações de melhoria realizadas nas cozinhas e refeitórios (obras e aquisição de novos equipamentos)						Maior divulgação sobre ações de melhoria realizadas nas cozinhas e refeitórios	N.º de comunicados/notícias	CM, AEs, AP
		10.4.5 - Divulgar ações de melhoria realizadas no âmbito da oferta alimentar – Reforço Alimentar (distribuição de bolachas e frutos secos) e Regime Escolar (distribuição de frutas, produtos hortícolas e leite), visando aprofundar o conhecimento dos encarregados de educação sobre a modificação da oferta alimentar em contexto escolar, que tem sido uma das áreas prioritárias de intervenção no contexto da promoção de uma alimentação saudável.						Maior divulgação sobre modificações na oferta alimentar no contexto da promoção de uma alimentação saudável	N.º de comunicados/notícias	CM, AEs, AP

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

Como dinâmicas de promoção do sucesso escolar, a aposta será ao nível da promoção de redes de colaboração com parceiros locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais no sentido de desenvolver a oferta cultural lúdico-pedagógica, um programa de orientação vocacional mais prolongado, estruturado e inserido no contexto local e regional, projetos direcionados para a promoção do sucesso nas disciplinas que forem sendo identificadas como prioritárias e, ainda, dinâmicas direcionadas para a formação de profissionais escolares e para a articulação entre unidades orgânicas.

Neste Eixo incluíram-se seis OE que se expõem de seguida com as respetivas medidas:

OE 11 – Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais.

11.1 – Promover parcerias para desenvolver e implementar intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos em todos os agrupamentos de escolas (modelo Erasmus entre escola e associações).

OE 12 – Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo.

12.1 – Promover um encontro anual dos jovens com os empregadores e com as entidades de ensino superior.

12.2 – Utilizar ferramentas que demonstrem aos alunos em que consistem as tarefas das profissões a que podem aceder através dos cursos profissionais e dos cursos de ensino superior (vídeos, palestras, encontros com empregadores, entidades do ensino superior, etc.).

12.3 – Promover parcerias com empregadores para criar programas de visitas/estágios aos locais.

12.4 – Promover parcerias com entidades do ensino superior para criar visitas/estágios aos locais, recorrendo a recursos já existentes, também como ação de desenvolvimento do OE 13.

12.5 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias.

OE 13 – Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos.

13.1 – Fomentar parcerias com agentes locais para aumentar o leque de atividades de ocupação de tempos livres disponíveis até aos 14 anos.

13.2 – Incentivar a participação do maior número de jovens nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias.

OE 14 – Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional.

14.1 – Identificar quais as disciplinas que estão a contribuir para aquela tendência em cada um dos agrupamentos de escolas.

14.2 – Continuar a apoiar as escolas do ensino Básico e Secundário através do desenvolvimento de projetos, em colaboração com entidades do Ensino Superior ou outras.

14.3 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades.

OE 15 – Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).

15.1 – Fazer o levantamento anual das necessidades de formação mais prementes tendo em conta as já identificadas pelos atores locais no estudo de diagnóstico.

15.2 – Desenvolver ações de formação em concordância.

15.3 – Criar mecanismo de participação dos profissionais escolares em programas de ensino superior.

OE 16 – Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas.

16.1 – Facilitar a gestão diária dos assistentes operacionais.

16.1.1 – Fazer o levantamento das necessidades dos assistentes operacionais.

16.1.2 – Dinamizar procedimentos concursais para contratação de assistentes operacionais em função das necessidades identificadas.

16.2 – Desenvolver estratégias para que cada agrupamento disponha dos técnicos especializados necessários.

16.2.1 – Fazer o levantamento das necessidades de técnicos especializados.

16.2.2 – Potenciar a rede transdisciplinar referida na ação 8.2 do OE 8 para o trabalho com os alunos com necessidades específicas de educação.

16.2.3 – Potenciar o trabalho em rede com técnicos especializados de várias áreas disciplinares que possam dar apoio aos agrupamentos e ao departamento de educação da Câmara Municipal de Sesimbra.

16.3 – Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidade dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro.

16.3.1 – Preparar documentação que explique a cada profissional o seu papel na organização escolar (tarefas associadas à posição ocupada) a entregar em conjunto com os documentos orientadores.⁵⁶

16.3.2 – Designar um profissional responsável em cada departamento/escola para fazer o acolhimento aos novos profissionais.

16.3.3 – Promover reuniões regulares entre esses responsáveis.

⁵⁶ Como o Plano Estratégico Educativo Municipal, Plano Diretor Municipal, regulamento interno/código de conduta e outros que sejam pertinentes a cada profissional específico.

Tabela 101: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 11 – Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais	11.1 – Promover parcerias para desenvolver e implementar intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos em todos os agrupamentos de escolas (modelo Erasmus entre escola e associações).						- Parcerias firmadas - Criar programas de intercâmbios	N.º e diversidade de parceiros no desenvolvimento de intercâmbios culturais lúdico-pedagógico	CM, JF, rede pública e privada, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas
OE 12 – Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo	12.1 – Promover um encontro anual dos jovens com os empregadores e com as entidades de Ensino Superior						Realização de um encontro anual	N.º de encontros, temáticas e participantes	CM, JF, EP, entidades do Ensino Superior, AE's, AP, RPEE, Empresários, outros parceiros locais
	12.2 – Utilizar ferramentas que demonstrem aos alunos em que consistem as tarefas das profissões a que podem aceder através dos cursos profissionais e dos cursos de Ensino Superior (vídeos, palestras, encontros com empregadores, entidades do ensino superior, etc.)						Utilização e atualização permanente das ferramentas	N.º e tipo de ferramentas utilizadas	
	12.3 – Promover parcerias com empregadores para criar programas de visitas/estágios aos locais						Parcerias firmadas	N.º e diversidade de empregadores envolvidos nos programas N.º de visitas/estágios	
	12.4 – Promover parcerias com entidades do ensino superior para criar visitas/estágios aos locais, recorrendo a recursos já existentes, também como ação de desenvolvimento do OE 13						- Parcerias firmadas - Processo de tomadas de decisão mais consciente	N.º e diversidade de entidades do Ensino Superior envolvidos nos programas e tipo de ações promovidas	
	12.5 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias						Todos os alunos do 3º ciclo interessados/autorizados	N.º de alunos do 3º ciclo em pelo menos uma atividade /N.º total de alunos do 3º ciclo	
OE 13 – Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos	13.1 – Fomentar parcerias com agentes locais para aumentar o leque de atividades de ocupação de tempos livres disponíveis até aos 14 anos						- Parcerias firmadas - Aumentar a oferta de OTL	N.º de diversidade de parceiros locais envolvidos N.º de atividade N.º de participantes	CM, IPDJ, JF, Empresários, AP, RPEE, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas
	13.2 – Incentivar a participação do maior número de jovens nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias						Aumentar as vagas de OTL para alunos pertencentes a contextos mais vulneráveis	N.º de jovens participantes no programa N.º total de jovens até aos 14 anos N.º e tipo de atividades dinamizadas	

Tabela 102: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 14 – Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional	14.1 – Identificar quais as disciplinas que estão a contribuir para aquela tendência em cada um dos agrupamentos de escolas						Identificar disciplinas prioritárias em cada ano de monitorização	Classificações internas e externas Taxas de retenção Taxas de percursos diretos de sucesso	Rede pública e privada
	14.2 – Continuar a apoiar as escolas do Ensino Básico e Secundário através do desenvolvimento de projetos em colaboração com entidades do Ensino Superior ou outras						N.º de projetos	N.º e diversidade de projetos	CM, rede pública e privada
	14.3 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades/projetos						- Abranger 100% de alunos identificados como prioritários por ciclo ou nível de ensino - Aumento dos indicadores de sucesso	N.º de alunos identificados como prioritários por ciclo ou ensino envolvidos nos projetos / N.º total de alunos prioritários por ciclo ou ensino Média de classificações Taxas de classificações	CM, Rede pública e privada
OE 15 – Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).	15.1 – Fazer o levantamento anual das necessidades de formação mais prementes tendo em conta as já identificadas pelos atores locais no estudo de diagnóstico						Levantamento de necessidades de formação por ano	N.º de levantamentos por categoria profissional/ Caracterização de necessidades de formação dos profissionais escolares	CM, AEs
	15.2 – Desenvolver ações de formação em concordância						- Criar e atualizar Plano anualmente - Envolver o maior número de profissionais nos cursos a dinamizar	N.º e tipo de ações de formação realizadas por ano N.º de profissionais público-alvo envolvidos N.º total de profissionais público-alvo	CM, AEs
	15.3 – Criar mecanismos de participação dos profissionais escolares em programas de Ensino Superior						Mais docentes a participar em programas de pós-graduações, mestrados e doutoramentos	N.º de docentes inscritos em programas do Ensino Superior	CM, Docentes dos AEs

Tabela 103: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3 (parte 3)

OE	Medidas		Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
			2027	2029	2031	2033	2035			
OE 16 – Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas	16.1 – Facilitar a gestão diária dos assistentes operacionais	16.1.1 – Fazer o levantamento das necessidades dos assistentes operacionais						Levantamento inicial e por cada ano de monitorização	N.º total de assistentes operacionais/Tipo de necessidades identificadas	CM, AEs
		16.1.2 – Dinamizar procedimentos concursais para contratação de assistentes operacionais em função das necessidades identificadas						Constituição da bolsa de pessoal não docente, extra rácio, de gestão de cada AE	N.º de PND - Rácio N.º de procedimentos dinamizados	CM, AEs
	16.2 – Desenvolver estratégias para que cada agrupamento disponha dos técnicos especializados necessários	16.2.1 – Fazer o levantamento das necessidades de técnicos especializados						Levantamento por cada ano de monitorização	N.º total de técnicos especializados/Tipo de necessidades identificadas	CM, AEs
		16.2.2 – Potenciar a rede transdisciplinar referida na ação 8.2 do OE 8 para o trabalho com os alunos com necessidades específicas de educação						Aumentar o apoio aos alunos com necessidades específicas de educação	N.º de alunos com necessidades específicas de educação com apoio/ N.º total de alunos com necessidades específicas de educação	CM, AEs, parceiros
		16.2.3 – Potenciar o trabalho em rede com técnicos especializados de várias áreas disciplinares que possam dar apoio aos agrupamentos e ao departamento de educação da Câmara Municipal de Sesimbra						Existência do trabalho em rede	N.º e diversidade de técnicos especializados	CM, AEs, parceiros
	16.3 – Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidade dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro	16.3.1 – Preparar documentação que explique a cada profissional o seu papel na organização escolar (tarefas associadas à posição ocupada) a entregar em conjunto com os documentos orientadores						Criação de dossiers com documentação necessária aos novos profissionais	Existência do Dossier N.º de atualizações ao Dossier	CM, AEs
		16.3.2 – Designar um profissional responsável em cada departamento/escola para fazer o acolhimento aos novos profissionais						Identificação de um responsável por departamento em cada AE	N.º de responsáveis por departamento por AE / N.º total de departamentos por AE; N.º de participantes	AEs
		16.3.3 – Promover reuniões regulares entre esses responsáveis						Pelo menos uma reunião anual entre AEs	N.º de reuniões dos responsáveis por ano (intra e entre AEs)	CM, AEs, Responsáveis designados

Eixo 4 – Sesimbra Educar em Rede – *Conhecer para Intervir!*

Este é um Eixo igualmente estruturante, embora de importância vital, pois almeja aprofundar e atualizar o conhecimento sobre a realidade concelhia, visando dar respostas educativas de qualidade e diferenciadas aos desafios decorrentes das transformações demográficas, socioeconómicas e outras, através do trabalho em parceria e proximidade com as famílias e as instituições da comunidade em que a escola está inserida.

Inclui três OE com as respetivas medidas:

OE 17 – Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias.

17.1 – Melhorar os conteúdos disponibilizados no Portal da Educação, permitindo à comunidade educativa um conhecimento mais aprofundado da realidade concelhia, na sua dimensão educativa.⁵⁷

17.2 – Divulgar o Portal da Educação junto da comunidade educativa.

17.3 – Promover a participação dos profissionais, dos alunos e dos encarregados de educação nos processos de tomada de decisão e em mecanismos de auscultação para aferir a sua satisfação e opinião, como uma prática de envolvimento e partilha das soluções e das medidas a implementar na escola.⁵⁸

17.4 – Disponibilizar o acesso à Plataforma Digital de Gestão Educativa.⁵⁹

OE 18 – Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas.

18.1 – Promover grupos de trabalho com representantes do Conselho Municipal de Educação.

18.2 – Estabelecer parcerias/protocolos para o desenvolvimento de intervenções integradas e multisectoriais, num circuito de cooperação e partilha de responsabilidades entre as várias entidades envolvidas.

OE 19 – Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho de Sesimbra, que apoie as direções dos agrupamentos de escolas e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação.

⁵⁷ Informação sobre as ofertas educativas e formativas, os serviços e apoios disponíveis, projetos e atividades escolares em curso.

⁵⁸ Por exemplo, através de aplicação de inquéritos por questionário, dinamização de encontros que promovam o debate e a reflexão para o desenvolvimento de respostas mais adequadas e com maior impacto no dia a dia dos alunos e nas suas aprendizagens, realização de *focus group*, realização de seminários/ações de sensibilização.

⁵⁹ Plataforma Digital de Gestão Educativa que facilita a comunicação com as famílias e que lhes permite ter acesso a vários serviços, tais como submissão de candidaturas, marcação de refeições, pagamentos, receção de informação, entre outros.

19.1 - Dar continuidade ao trabalho de atualização periódica de indicadores que permitam identificar tendências de evolução para atualização de diagnóstico.⁶⁰

⁶⁰ Recorrendo a técnicas como a pesquisa de informação documental e estatística/sistematização e análise de dados; análise da informação sistematizada nos documentos elaborados pelo Departamento de Educação, tais como relatórios trimestrais e anual.

Tabela 104: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 4

OE	Medidas	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2027	2029	2031	2033	2035			
OE 17 – Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias	17.1 – Melhorar os conteúdos disponibilizados no Portal da Educação, permitindo à comunidade educativa um conhecimento mais aprofundado da realidade concelhia						Atualização regular do Portal	Conteúdos atualizados sempre que pertinente; N.º e periodicidade de atualizações	CM, AEs, EP, EE, parceiros
	17.2 – Divulgar o Portal da Educação junto da comunidade educativa						Aumento dos acessos ao Portal	N.º de acessos ao portal por tipo de ator	CM, AEs, AP, EE
	17.3 – Promover a participação dos profissionais, dos alunos e dos EE nos processos de tomada de decisão e em mecanismos de auscultação para aferir a sua satisfação e opinião, como uma prática de envolvimento e partilha das soluções e das medidas a implementar na escola						- Pelo menos 50% de participação dos EE por mecanismo de auscultação	N.º de profissionais, alunos e EE em órgãos de gestão escolar participantes / N.º de profissionais, alunos e EE designados para órgãos de gestão escolar - N.º de EE participantes em auscultações / N.º total de EE	CM, AEs, AP, EE
	17.4 – Disponibilizar o acesso à Plataforma Digital de Gestão Educativa						Aumento dos acessos dos EE às diferentes funcionalidades	N.º de acessos dos EE por funcionalidade	CM, AEs, AP, EE
OE 18 – Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas	18.1 – Promover grupos de trabalho com representantes do Conselho Municipal de Educação						Existência de grupos de trabalho	N.º de representantes no grupo de trabalho por entidade; N.º de reuniões	CME
	18.2 – Estabelecer parcerias/protocolos para o desenvolvimento de intervenções integradas e multisectoriais, num circuito de cooperação e partilha de responsabilidades entre as várias entidades envolvidas						Parcerias estabelecidas	N.º e diversidade de parceiros	CM, parceiros
OE 19 – Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho que apoie as direções dos AE e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação	19.1 – Dar continuidade ao trabalho de atualização periódica de indicadores, que permitam identificar tendências de evolução para atualização de diagnóstico						Observatório da Educação/ Atualização regular de indicadores	N.º de alunos/turmas; Taxas de ocupação; N.º de alunos com NEE; N.º de alunos com ASE; Ofertas educativas disponíveis; Indicadores de desempenho escolar; População residente em idade escolar; Outros	CM, rede pública e privada

Divulgação do progresso da Carta Educativa

Com o objetivo de garantir a visibilidade do projeto e promover uma melhor apropriação da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* pelos vários parceiros locais, assim como a sua mobilização para o melhor desenvolvimento e concretização, foram delineadas algumas estratégias, tais como:

1. Implementar, monitorizar e avaliar as ações programadas em função dos objetivos estratégicos para assegurar a qualidade dos resultados e impactos esperados através do dispositivo apresentado na secção anterior (tabelas de operacionalização).
2. Utilizar mecanismos de *feedback* que permitam dar visibilidade à evolução de todo este processo (conhecimento da avaliação e da informação que é gerada) através de:
 - a. Sessões de apresentação e discussão dos relatórios de monitorização no Conselho Municipal de Educação (a cada ano de monitorização);
 - b. Divulgação regular das ações a desenvolver para cada um dos objetivos estratégicos e dos relatórios de monitorização através do Portal da Educação;
 - c. Envio regular de notas sobre ações e respetivos resultados e impactos para meios de comunicação locais.
 - d. Sessão pública de apresentação e discussão do relatório final da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* (em 2035).

Enquadramento na Política Municipal, Regional, Nacional e Internacional

A *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra*, documento orientador concelhio para o desenvolvimento e melhoria do sistema educativo concelhio, não surge de forma isolada pois existe uma diversidade de documentos no concelho, regionais, nacionais e internacionais com os quais se deve articular. Nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), os Projetos Educativos dos agrupamentos de escolas de Sesimbra (PEAE) e da Escola Profissional Agostinho Roseta (PEEPAR). Além destes, de salientar a importância de outros documentos, tais como o Plano Municipal para a Igualdade (PMI), o Referencial de Educação para a Saúde (RES), o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), a Estratégia Local para a Habitação (ELH), a Reflexão Estratégica para Desporto e Atividade Física (REDAF), o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e o Portal Educação - SER.

De notar que alguns dos documentos ou projetos em curso estão já a responder a uma boa parte dos objetivos estratégicos inscritos na *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal*, o que potencia a gestão de recursos disponíveis no local e o processo de monitorização que deve ser orientado para o que se pretende atingir num prazo de 10 anos.

A tabela em baixo atesta quanto ao grau de articulação entre este documento e os documentos municipais e escolares, mas sobretudo quanto à importância do presente documento na política municipal.

Política integrada do Município

Tabela 105: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos	OE 1 – Criar/Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas	PDM; SGQ	AE
	OE 2 – Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares	-	-
	OE 3 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	-	-
	OE 4 – Ampliar/requalificar os estabelecimentos escolares definidos como prioritários	PDM, REDAF, SGQ	AE
Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas	OE 5 – Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas	PDS	AE
	OE 6 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	PEAE, PEEP	AM
	OE 7 – Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	PMI, PEAE, PEEP	AE

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
	OE 8 - Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de Escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra	-	AE
	OE 9 - Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede	PMI, PDS	AE
	OE 10 Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros	PEAE, PMI, PEEPAP, PDS	AE
Eixo 3 - Promoção do sucesso escolar	OE 11 - Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais	PEAE, PMI, PEEPAP,	AE
	OE 12 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo	PEAE, PEEPAP	-
	OE 13 - Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos	PMI, REDAF, PEEPAP	AE
	OE 14 - Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional	PEAE, PEEPAP	AE
	OE 15 - Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).	PEAE, PEEPAP, PMI	AE
	OE 16 - Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas	PEAE, Portal Educação - SER	AE
Eixo 4 - Sesimbra em Rede	OE 17 - Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias	PEAE, PEEPAP, PMI, Portal Educação - SER	AE
	OE 18 - Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas	PEAE, PEEPAP, PMI, PDS, Portal Educação - SER	AE
	OE 19 - Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho que apoie as direções dos AE e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação	PEAE, PEEPAP Portal Educação - SER	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** - Articulação Média; **AE** - Articulação Elevada.

Convergência com Região

Ao nível regional consideram-se alguns dos documentos estruturais da região da Península de Setúbal, a saber, o Projeto Setúbal – Península Digital (PSPD), o Caderno de Projetos e Recursos Educativos (CORE), a Agenda Regional Acontece (ARA) para a áreas da cultura, o Plano Intermunicipal de Formação para a Região de Setúbal (PIFRS) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal 2014-2020 (PEDEPE) da Associação de Municípios da Região de Setúbal. De salientar, também, a importância da Estratégia Regional de Lisboa 2030 (ERL), o Plano Estratégico de Turismo da Região de Lisboa (PETRL), o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC) e o Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMMUS).

A articulação entre os objetivos estratégicos da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* e os documentos regionais encontrados é também elevada.

Tabela 106: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Região

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos	OE 1 – Criar/Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas	PEDEPE	AE
	OE 2 – Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares	PSPD, PEDEPE, PMAAC, PMMUS	AE
	OE 3 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	PSPD	AE
	OE 4 – Ampliar/Requalificar os estabelecimentos escolares definidos como prioritários	PEDEPE	AE
Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas	OE 5 – Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas	PEDEPE	AE
	OE 6 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	PIFRS, PEDEPE, PETRL	AE
	OE 7 – Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IIEFP e Ensino Superior	PIFRS, PEDEPE	AE
	OE 8 – Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra	CORE, ARA	AE
	OE 9 – Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede	PEDEPE	AE
	OE 10 – Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros	PEDEPE	AE
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar	OE 11 – Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais	CORE, PEDEPE	AM
	OE 12 – Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo	-	-
	OE 13 – Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos	CORE, PEDEPE	AE

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
	OE 14 – Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional	ERL	AE
	OE 15 – Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).	PSPD, PIFRS, PEDEPE	AE
	OE 16 – Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas	-	-
Eixo 4 – Sesimbra em Rede	OE 17 – Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias	PEDEPE	AE
	OE 18 – Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas	PEDEPE	AE
	OE 19 – Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho que apoie as direções dos AE e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação	PEDEPE	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

Convergência com cenário Nacional e Internacional

Por último, importa aferir o nível de articulação com alguns documentos que podem ser considerados como orientadores na concretização das ações de melhoria e ou recursos a ser mobilizados para a obtenção de possíveis financiamentos. Analisaram-se os seguintes: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Plano 21 | 23 | Escola + (Plano 21 | 23), Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), Rede de Clubes de Ciência Viva nas Escolas (RCCVE), o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), a Agenda 2030 (A2030), entre outros, que podem e devem ser considerados ao longo dos próximos 10 anos.

Na maioria, os OE da *Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal de Sesimbra* articulam-se de forma elevada com os documentos nacionais e europeus considerados.

Tabela 107: Articulação entre Objetivos Estratégicos e o cenário Nacional e Internacional

Eixos	OE	Documentos Nacionais e Europeus	Nível de Articulação
Eixo 1 – Edifícios e Equipamentos	OE 1 – Criar/Requalificar espaços de trabalho e lazer de profissionais e de alunos em todos os agrupamentos de escolas	PRR, A2030	AE
	OE 2 - Resolver as questões prementes identificadas como necessárias para garantir o conforto térmico e lumínico, a mobilidade/acessibilidade e a eficiência energética nos estabelecimentos escolares	PRR, A2030, PNEC	AE
	OE 3 - Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	PRR, A2030	AE
	OE 4 - Ampliar/Requalificar os estabelecimentos escolares definidos como prioritários	PRR, A2030	AE
Eixo 2 – Ofertas educativas e formativas	OE 5 - Reorganizar a rede de oferta para Berçário, Creche e Pré-escolar, de acordo com as necessidades identificadas	A2030	AE
	OE 6 - Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	PRR, A2030, AFC	AE
	OE 7 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos através do estabelecimento de parcerias/protocolos com diferentes entidades, entre as quais o Centro Qualifica/AE Michel Giacometti, CREF e com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	PRR, A2030, AFC	AE
	OE 8 - Estruturar a oferta artística no concelho, formal e não formal, com o apoio dos agrupamentos de escolas e entidades artísticas sediadas em Sesimbra	PRR, A2030, AFC	AE
	OE 9 - Dinamizar atividades para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com o apoio de parceiros locais trabalhando colaborativamente e em rede	PRR, A2030, Plano 21 23	AE
	OE 10 - Consolidar a estratégia municipal de educação para a saúde, a igualdade e a cidadania em articulação com os parceiros locais e outros	A2030, AFC, ENEA	AE
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar	OE 11 - Promover intercâmbios culturais lúdico-pedagógicos com o apoio de parceiros locais	A2030	AE
	OE 12 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo	PRR, A2030	AE
	OE 13 - Aumentar a resposta ao nível da ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos	A2030	AE

Eixos	OE	Documentos Nacionais e Europeus	Nível de Articulação
	OE 14 – Continuar a desenvolver projetos para a promoção do sucesso nas disciplinas para atenuar ou reverter a tendência de perda de vantagem competitiva do concelho de Sesimbra no contexto nacional	A2030, RCCVE, Plano 21 23	AE
	OE 15 – Promover formação para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados).	PRR, A2030, Plano 21 23	AE
	OE 16 – Desenvolver estratégias que agilizem a gestão de profissionais nos cinco agrupamentos de escolas	A2030, Plano 21 23	AE
Eixo 4 – Sesimbra em Rede	OE 17 – Melhorar a comunicação junto da comunidade educativa e promover maior proximidade e envolvimento das famílias	A2030, Plano 21 23	AE
	OE 18 – Reforçar o planeamento e a intervenção integrada e concertada entre as autarquias e as entidades que direta ou indiretamente intervêm no processo educativo e no desenvolvimento local, visando a definição conjunta de estratégias para a prevenção e resolução das fragilidades encontradas	A2030, Plano 21 23	AE
	OE 19 – Investir na produção de conhecimento regular sobre o sistema educativo do concelho que apoie as direções dos AE e os coordenadores dos estabelecimentos escolares nos seus processos de gestão interna e a Câmara Municipal nos processos de tomadas de decisão estratégica das políticas locais de educação	A2030, Plano 21 23	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** - Articulação Média; **AE** - Articulação Elevada.

Anexos

Anexo 1 – Intervenção na Rede Pública / Eixo 1

[Regressar ao Eixo 1](#)

Reconhecendo a importância das infraestruturas escolares e o seu impacto no processo educativo, a Câmara Municipal de Sesimbra apresenta um conjunto de propostas de atuação que visa dar resposta aos problemas e necessidades de melhoria identificados em sede de diagnóstico, e aos desafios que se colocam à rede dos estabelecimentos escolares públicos, que resultam de vários fatores, tais como: mudanças demográficas e socioeconómicas ocorridas no concelho; transformações ocorridas no sistema de ensino ao longo dos últimos anos, em particular, no ensino secundário; deterioração física em que se encontram algumas infraestruturas escolares; limitações de espaço face aos grupos ou turmas de crianças/alunos em supranumerário; ineficiências relativamente a questões ambientais e de segurança; necessidade de uma melhor adequação dos espaços escolares ao processo de ensino-aprendizagem para ir ao encontro da evolução dos currículos ou a criação de melhores condições tecnológicas no acesso ao conhecimento.

No âmbito da realização de investimentos nos equipamentos escolares para o horizonte temporal de 10 anos, visando garantir os padrões de qualidade que devem regular a Escola Pública, para além de intervenções de manutenção, prevê-se atuar a vários níveis:

- Construção de novas infraestruturas, nomeadamente, a construção de novo edifício, para substituição da atual Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, face ao estado de degradação em que se encontra, assim como, da sobrelotação, particularmente ao nível do ensino secundário;

- Na realização de ampliações, que corresponderão a intervenções em estabelecimentos já existentes, associadas a processos de renovação e construção de “novos corpos” bem como, de organização dos espaços.

- Na reabilitação/renovação de edifícios escolares com vista à preservação dos mesmos ou correção de problemas construtivos existentes, à melhoria de condições de habitabilidade e de conforto ambiental ou ainda, como já referido, para proporcionar uma melhor adequação dos espaços letivos e não letivos ao processo de ensino-aprendizagem;

No que a esta matéria respeita, encontra-se em desenvolvimento um programa de Recuperação/Reabilitação de escolas que identifica as prioridades de intervenção no parque escolar dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, e financia a sua requalificação através de Fundos Europeus (PRR e Portugal 2030), empréstimos do Banco Europeu de Investimento ou verbas do Orçamento de Estado. Decorrente de um Acordo Setorial entre o Governo e a ANMP, estabelecido na sequência da transferência de competências no domínio da Educação, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a prioridade de intervenção em cada escola foi definida de acordo com o estado de conservação de cada estabelecimento educativo, nomeadamente: P1 – Muito Urgente; P2 – Urgente e P3 – Prioritária.

De salientar, que no período que mediou a realização do diagnóstico e a conclusão do presente documento, várias intervenções foram realizadas no parque escolar da rede pública, conforme descrito em “A Carta Educativa de 1ª Geração: uma avaliação”.

Intervenções na Rede Escolar (Navegador Rodrigues Soromenho)

Intervenção na Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho	
Tipo de Intervenção: Ampliação	Fase: Em execução
Data de Início: setembro/2020	Data de fim: dezembro/2025
Freguesia: Santiago	
Fundamentação: A necessidade de ampliação da unidade escolar em causa, encontra-se justificada pelo aumento do número de alunos registado, pelo que se perspetiva que esta intervenção colmate a problemática de sobrelotação, podendo vir a contemplar, no futuro, o ensino secundário. Prevê-se assim, a criação de doze salas de aula, nas quais se incluem três salas técnicas de Artes, dois Laboratórios com sala de apoio, e uma Sala do Futuro, considerando uma capacidade máxima de 360 alunos*. A Ampliação conta ainda com a Biblioteca Escolar, o Centro de Apoio à Aprendizagem, o Pavilhão Desportivo interior e os Serviços Administrativos. Valor estimado: 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros)	
Morada: Rua Conselheiro Ramada Curto, 2970 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos	Nº de salas: 12
Nº alunos: 360 (capacidade máxima) *	Nº de turmas: 12
Agrupamento de Escolas: Navegador Rodrigues Soromenho	

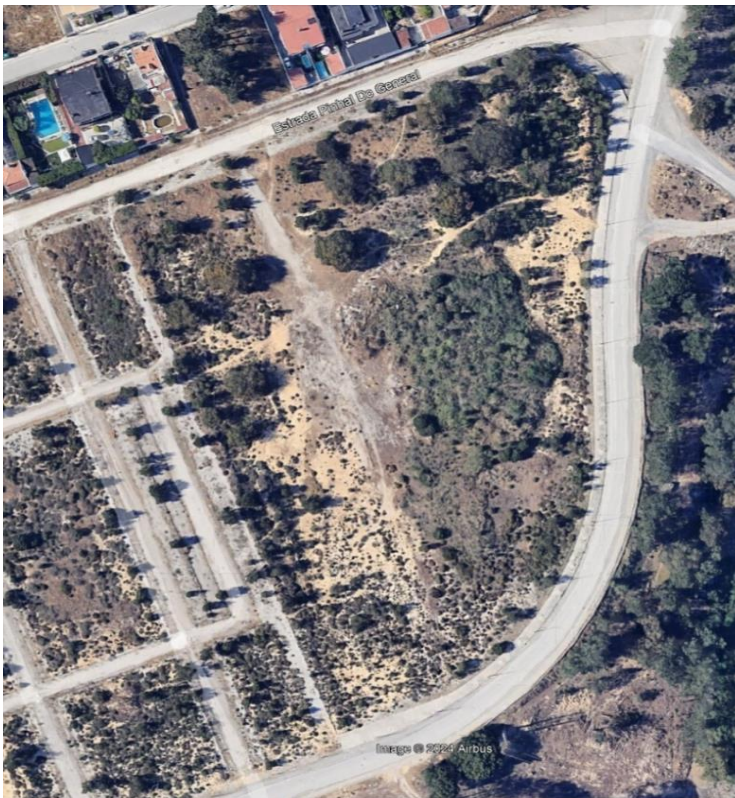
* Número apurado com base no Despacho Normativo 10-A/2018 de 19 de junho, que estipula um número máximo de 30 alunos por turma, no âmbito das tipologias de ensino consideradas.

Intervenções na Rede Escolar (Navegador Rodrigues Soromenho)

Intervenção na Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: dezembro/2025	Data de fim: dezembro/2027
Freguesia: Santiago	
Fundamentação: A necessidade de requalificação da unidade escolar em causa surge em função da antiguidade do edifício escolar e consequentemente das suas infraestruturas e equipamentos, afigurando-se essencial a remodelação dos espaços, instalações e renovação do mobiliário e equipamentos. Prevê-se com esta intervenção requalificar doze salas de aula, das quais dez para ensino regular, uma sala de música e outra sala de TIC, considerando uma capacidade máxima de 360 alunos*. Valor estimado: 3.000.000,00€ (três milhões de euros).	
Morada: Rua Conselheiro Ramada Curto, 2970 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
Tipologia: Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos	Nº de salas: 12
Nº alunos: 360	Nº de turmas: 12
Agrupamento de Escolas: Navegador Rodrigues Soromenho	

* Número apurado com base no Despacho Normativo 10-A/2018 de 19 de junho, que estipula um número máximo de 30 alunos por turma, no âmbito das tipologias de ensino consideradas.

Intervenções na Rede Escolar (Michel Giacometti)

Intervenção na Escola Básica e Secundária Michel Giacometti	
Tipo de Intervenção: Construção de raiz	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: janeiro/2026	Data de fim: dezembro/2028
Freguesia: Quinta do Conde	
Fundamentação: A intervenção coaduna-se com a informação extraída do Acordo Sectorial entre o Governo e a ANMP, encontrando-se a unidade escolar mapeada no nível máximo de prioridade de intervenção (P1), ou seja, muito urgente, tendo em conta o elevado estado de degradação em que se encontra – edificado e estruturas modulares, motivado pela escassa manutenção a que tem sido sujeita, bem como ao fenómeno de sobrelotação registado nos últimos anos. A construção aqui referida prevê receber 60 turmas, equivalendo a uma capacidade máxima de 1800 alunos*. Valor estimado: 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros).	
Morada: Ribeira do Marchante, 2975 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos e Secundário	Nº de salas: 55
Nº alunos: 1800 (capacidade máxima) *	Nº de turmas: 60
Agrupamento de Escolas: Michel Giacometti	

* Número apurado com base no Despacho Normativo 10-A/2018 de 19 de junho, que estipula um número máximo de 30 alunos por turma, no âmbito das tipologias de ensino consideradas.

Intervenções na Rede Escolar (Maria do Carmo Serrote)

Intervenção na Escola Básica do Casal do Sapo (Fontaínhas)	
Tipo de Intervenção: Ampliação/Requalificação	Fase: Elaboração de projeto
Data de Início: janeiro/2026	Data de fim: dezembro/2028
Freguesia: Quinta do Conde	
Fundamentação: A Escola Básica do Casal do Sapo (Fontaínhas) situa-se num meio geográfico disperso e distante do centro urbano da freguesia. Assim, para fazer face à evolução demográfica registada, bem como para responder às necessidades de carácter educativo emergentes na área, assume-se que a unidade escolar carece de requalificação com ampliação, na perspetiva de se acrescer quatro salas de educação pré-escolar e seis salas de 1.º ciclo do ensino básico, podendo vir a dar resposta a 450 crianças e alunos, na totalidade*. O conceito rural e sustentável que caracteriza esta escola faz com que seja alvo de crescente procura pela comunidade. Valor estimado: 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros).	
Morada: Avenida Movimento das Forças Armadas, Casal do Sapo, 2975 Quinta do Conde	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância	Nº de salas: 6 de Pré-escolar e 10 de 1.º ciclo
Nº alunos: 150 de Pré-escolar e 300 de 1º ciclo	Nº de turmas: 16
Agrupamento de Escolas: Maria do Carmo Serrote	

* Número apurado com base no Despacho Normativo 10-A/2018 de 19 de junho, que estipula um número máximo de 30 alunos por turma, no âmbito das tipologias de ensino consideradas.

Intervenções na Rede Escolar (Sampaio)

Intervenção na Escola Secundária de Sampaio – Construção de Pavilhão Desportivo	
Tipo de Intervenção: Construção de raiz	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: dezembro/2025	Data de fim: dezembro/2027
Freguesia: Castelo	
Fundamentação: Sito nas imediações da Escola, o atual Pavilhão Municipal tem vindo a dar resposta à prática desportiva escolar, nomeadamente para as unidades escolares que se encontram em proximidade. Não obstante, e considerando a severa, e incontornável degradação em que se encontra, afigura-se imperativa a criação de nova infraestrutura, dentro do perímetro do estabelecimento de ensino, destinada a colmatar esta necessidade. Assim, o novo Pavilhão Desportivo, além de dotado de acessibilidades para mobilidade reduzida, será composto por nave principal, ginásio para atividades complementares, seis balneários, posto médico, gabinetes destinados aos professores e equipa técnica, sala de reuniões, sala para formação e salas de arrumos. Este novo Equipamento destina-se igualmente a servir a comunidade, nos períodos não letivos, na medida da sua utilização para a prática desportiva. Valor estimado: 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros).	
Morada: Rua dos Casais Ricos, Sampaio, 2970 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Secundária	Nº de Salas: não aplicável
Nº alunos: 1754 (2º e 3º ciclos e Secundário) *	Nº de turmas: 69 (2º e 3º ciclos e Secundário) *
Agrupamento de Escolas: Sampaio	

* Fonte: Relatório SIGA FAN_080 de janeiro de 2024 e Documento DGEstE Projeção de turmas - n.º de turmas 2023/2024.

Intervenções na Rede Escolar (Boa Água)

Intervenção na Escola Básica da Boa Água	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: janeiro/2028	Data de fim: dezembro/2029
Freguesia: Quinta do Conde	
Fundamentação: A Escola Básica da Boa Água, com data de funcionamento em 2009 é a unidade escolar mais recente no concelho, a lecionar os 2.º e 3.º ciclos. Inserida num edifício único, com dois pisos, possui o único Pavilhão Desportivo exterior integrado em espaço escolar, o qual serve outras escolas da freguesia, bem como a comunidade, através de resposta ao movimento associativo. No que respeita à política educativa, o Agrupamento de Escolas da Boa Água tem obtido destaque por se apresentar como pioneiro em diversos projetos de caráter inovador, bem como no que respeita à implementação e adoção de métodos pedagógicos diferenciados. No âmbito do Programa de Requalificação de Escolas, e considerando o reporte, desde a sua abertura, de inúmeras inconformidades estruturais à administração central, a Escola Básica da Boa Água encontra-se mapeada para intervenção, como P2 - Urgente. Valor estimado: 10.400.000,00€ (dez milhões e quatrocentos mil euros).	
Morada: Rua Serra de Monchique, 174, 2975 Quinta do Conde	
Imagem mapa com visualização da área geográfica 	
Tipologia: Escola Básica de 1.º, 2.º e 3.º ciclos	Nº de salas: 25
Nº alunos: 798	Nº de turmas: 35
Agrupamento de Escolas: Boa Água	

Intervenções na Rede Escolar (Maria do Carmo Serrote)

Intervenção na Escola Básica Maria do Carmo Serrote	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: janeiro/2029	Data de fim: dezembro/2030
Freguesia: Quinta do Conde	
Fundamentação: A Escola Básica Maria do Carmo Serrote encontra-se em funcionamento desde 1994, e é composta por um edifício único. Integra crianças e alunos desde a Educação Pré-Escolar ao 3.º ciclo do Ensino Básico, enquanto projeto-piloto desenvolvido pelo Ministério da Educação (enquanto Escola Básica Integrada), com o objetivo de agregar no mesmo espaço escolar várias faixas etárias e consequente articulação entre diferentes níveis de educação e ensino. O edifício escolar é constituído por dois pisos e organizado em quatro Blocos. De entre os espaços escolares essenciais, destacam-se a Cozinha, o Refeitório e Salas de Aula, no Bloco A. No Bloco B, além da entrada principal da escola, encontram-se os serviços administrativos e a Direção, bem como Salas de Aula. Os Blocos C e D são compostos maioritariamente por Salas de Aula e pelo Ginásio escolar, respetivamente. O espaço exterior dispõe de Campos de Jogos para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos, e de um Espaço de Jogo e Recreio destinados ao Pré-Escolar e 1.º Ciclo. A Escola Básica Maria do Carmo Serrote encontra-se mapeada como P2 - Urgente. Valor estimado: 10.600.000,00€ (dez milhões e seiscentos mil euros).	
Morada: Rua António José de Almeida, 2975 Quinta do Conde	
Imagem mapa com visualização da área geográfica 	
Tipologia: Escola Básica de 1.º, 2.º e 3.º ciclos com JI	Nº de salas: 21
Nº alunos: 837	Nº de turmas: 36
Agrupamento de Escolas: Maria do Carmo Serrote	

Intervenções na Rede Escolar (Sampaio)

Intervenção na Escola Secundária de Sampaio	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: janeiro/2030	Data de fim: dezembro/2031
Freguesia: Castelo	
Fundamentação: A Escola Secundária de Sampaio, inaugurada em 1986 é composta por quatro pavilhões os quais, com exceção do Pavilhão D (onde funciona a Cozinha e o Refeitório), possuem dois pisos. Os serviços administrativos, a Direção e a Biblioteca Escolar estão instalados no Pavilhão A e os dois restantes são dedicados a salas de aula. Por não dispor de Ginásio escolar interior, os alunos deslocam-se ao Pavilhão Municipal de Sampaio, situado nas imediações da escola, para a frequência de aulas e prática desportiva. Ao nível formativo, importa salientar que a Escola Secundária de Sampaio apresenta oferta de cursos científico-humanísticos (via de prosseguimento de estudos), bem como cursos profissionais, oferecendo uma resposta neste âmbito, a todo o concelho. A Escola Secundária de Sampaio está mapeada para intervenção como P2 - Urgente. Valor estimado: 12.400.000,00€ (doze milhões e quatrocentos mil euros).	
Morada: Rua dos Casais Ricos, Sampaio, 2970 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Secundária	Nº de salas: 29
Nº alunos: 909	Nº de turmas: 34
Agrupamento de Escolas: Sampaio	

Intervenções na Rede Escolar (Sampaio)

Intervenção na Escola Básica do Castelo	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: janeiro/2031	Data de fim: dezembro/2032
Freguesia: Castelo	
Fundamentação: A Escola Básica do Castelo, à semelhança da Escola Secundária de Sampaio e inaugurada um ano depois, em 1987, é igualmente composta por quatro pavilhões os quais, com exceção do Pavilhão D (onde funciona a Cozinha, o Refeitório e o Ginásio Escolar interior), possuem dois pisos. Os serviços administrativos, a Direção e a Biblioteca Escolar estão instalados no Pavilhão A, e os dois restantes são dedicados a Salas de Aula. Esta unidade escolar, com resposta ao nível dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, embora apresente maior antiguidade e sinais exteriores de degradação, em comparação com outras escolas do concelho, também mapeadas pelo Governo para intervenção no âmbito do Programa de Requalificação de Escolas, encontra-se mapeada como P3 - Prioritária, o nível menos urgente para operacionalização. Valor estimado: 9.200.000,00€ (nove milhões e duzentos mil euros).	
Morada: Avenida Dom Manuel Martins, Sampaio, 2970 Sesimbra	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos	Nº de salas: 15
Nº alunos: 845	Nº de turmas: 35
Agrupamento de Escolas: Sampaio	

Anexo 2 – Alteração MARE 2025/2026 – Pólo do Conde 2

Pronúncia do Agrupamento de Escolas da Boa Água e do Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote

De: Direção AEBA <direcao@aeboaagua.org>
Enviado: 23 de julho de 2025 18:06
Para: Felícia Costa
Cc: direcao@aemcs.pt; educacao
Assunto: Re: Alteração MARE 2025/2026 - Pólo do Conde 2

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Exma Sra Vice-presidente da CM de Sesimbra,

Em resposta à Vossa solicitação vimos por este meio informar que não vemos qualquer impedimento para a concretização do funcionamento regular desta unidade associada ao Agrupamento Maria do Carmo Serrote, como tem acontecido nos últimos anos, e que se tem sido associado a um maior equilíbrio na distribuição da rede escolar da Quinta do Conde. O nosso parecer é totalmente favorável.

Com os melhores cumprimentos,

Nuno Mantas
 A Direção,



Diretor



Rua António José de Almeida
 2975-316 Quinta do Conde, Sesimbra
 TEL + 351 212106361/8 FAX + 351 212106369

<https://aemcs.pt/web/>
www.facebook.com/aeqc.n/

De: direcao@aemcs.pt
Enviado: 23 de julho de 2025 18:14
Para: Felícia Costa
Cc: Direção Agrupamento de Escolas da Boa Água
Assunto: Re: Alteração MARE 2025/2026 - Pólo do Conde 2

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Exma. Senhora Felícia Costa,

Agradecemos a comunicação enviada relativamente à alteração do Movimento Anual da Rede Escolar para o ano letivo 2025/2026, bem como toda a informação e documentação anexa.

Após análise, vimos por este meio manifestar o nosso acordo com a proposta apresentada, nomeadamente quanto à regularização do funcionamento do Pólo do Conde 2 e à criação e atribuição do respetivo código definitivo pela DGEstE, nos termos expostos.

Estamos, assim, de acordo com o envio do pedido de alteração ao Senhor Delegado Regional de Educação, conforme proposto.

Mantemo-nos disponíveis para quaisquer esclarecimentos adicionais que considerem necessários.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Pereira

Diretor



Rua António José de Almeida
 2975-316 Quinta do Conde, Sesimbra
 TEL + 351 212106361/8 FAX + 351 212106369

<https://aemcs.pt/web/>
www.facebook.com/aeqc.n/

Ficha MARE – Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância do Pólo do Conde 2

Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas Básicas do 1º Ciclo

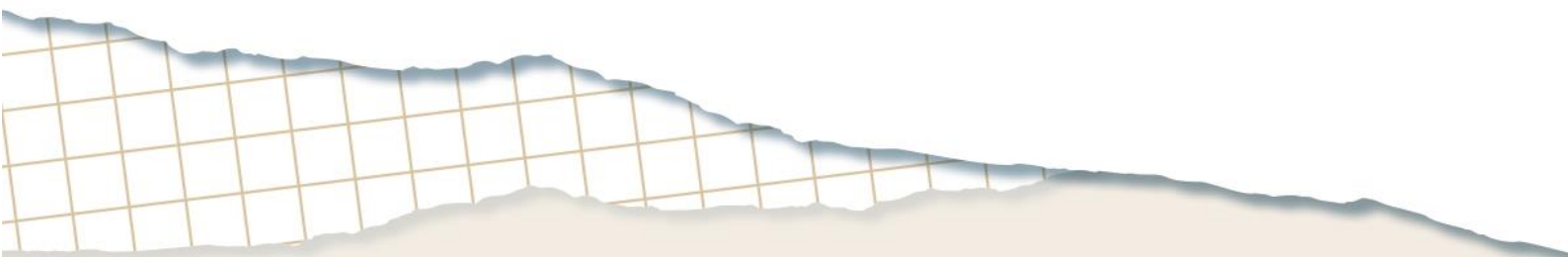
Propostas de Criação (escolas/salas) no âmbito da Portaria Anual

Câmara Municipal de:

Localidade	Quinta do Conde
Freguesia	Quinta do Conde
Morada	Rua António Sérgio 2975-347 Quinta do Conde
Agrupamento a que pertence	Agrupamento de Escolas Maria do Carmo Serrote
Designação do Estabelecimento	Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância do Pólo do Conde 2
Número de Salas a propor (1º Ciclo e/ou educação pré-escolar)	6 salas 1.º ciclo EB + 2 salas de educação pré-escolar
No caso de se tratar de ampliação, indicar o nº de salas de atividades já existentes no estabelecimento de educação pré-escolar ou escola básica do 1º ciclo	(não se aplica)
Frequência prevista para as salas propostas para a Educação Pré-Escolar	24 crianças / sala

Caraterização das Instalações

Instalações da educação pré-escolar integradas em estabelecimento de ensino básico	Sim X Não
Instalações da educação pré-escolar autónomas (não integradas)	Sim Não X
Indique se estão contemplados os requisitos previstos no Desp. n.º 268/97, de 25/08, nomeadamente no que se refere à sala de atividade, cantina, sala polivalente e espaço exterior	O equipamento dispõe de sala polivalente, que é partilhada com a sala de refeições. Tem espaço exterior adequado, assim como sala de atividades.
Data prevista para a criação	fevereiro 2026



Departamento de Educação
da Câmara Municipal de Sesimbra
educacao@cm-sesimbra.pt

Fevereiro de 2025

SESIMBRA